

HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade do Noroeste de
Minas - FINOM

ISSN: 1809 1628

Estrutura Organizacional

Mantenedora

Centro Brasileiro de Educação e Cultura - CENBEC

Virgílio Eustáquio da Silva - Presidente

Instituição de Ensino

Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM

Diretorias

Diretor Geral: Prof. Dsc. William José Ferreira

Diretor Acadêmico: Prof. Msc. Luciano Lucas Cardoso

Diretora Financeira: Adm. Ananere da Silva Cruz

Diretor EaD: Prof. Msc. Rilson Raimundo Pereira

HUMANIDADES & TECNOLOGIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade FINOM

ISSN 1809-1628

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA - ISSN: 1809 1628

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade do Noroeste de Minas -
FINOM

EDITORA RESPONSÁVEL

Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Dr. Gilmar Gonçalves Ferreira - Faculdade do Noroeste de Minas
-FINOM

Prof. Dr. Isaias Nery Ferreira - Faculdade TECSOMA

Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional - IPHAN

Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília - UCB

Prof. Dr. Pedro Eduardo Ribeiro de Toledo - Faculdade do Noroeste de Minas
- FINOM

Prof. Dr. Ricardo Gonçalves da Silva - Faculdade do Noroeste de Minas
-FINOM

Prof. Dr. William José Ferreira - Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM

REVISÃO FINAL:

Magda Maria Pereira

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a
HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA

Rodovia MG 188 - km 167 - Bairro Fazendinha

Paracatu/MG - CEP 38600-000

Caixa postal 201 - Telefax (38) 3311-2000

e-mail: humanidadesetecnologia@finom.edu.br

CONSULTORES *AD DOC*

Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro - UFMA
Prof. Dr. Augusto Rodrigues da Silva Junior - UnB
Prof. Dr. Carlos Roberto de Oliveira - Unesp
Prof. Dr. Frederico Alexandre Hecker –Mackenzie/ Unesp
Prof. Dr. João Gabriel Lima Cruz Teixeira- UnB
Profa. Dra. Maisa Sales Gama Tobias - UNAMA/UFPA
Profa. Dra. Vanessa Maria Brasil - UnB

FICHA CATALOGRÁFICA

**Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Finom**

HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade
Noroeste de Minas - FINOM, ano 6. n. 6/2012.
304p.

Anual

1.Ciências humanas 2.Tecnologias

ISSN:1809 1628

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	11
-----------------------	-----------

CADERNO DE HUMANIDADES

A INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL COMO PRESSUPOSTO PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	19
--	----

Luiz Síveres

Ivone Ascar Sauáia Guimarães

APLICABILIDADE DA ESPECIALIZAÇÃO DO APRENDIZADO: PAIXÃO E CURIOSIDADE X FACILIDADES	35
--	----

Ana Maria Pereira da Cruz

Ana Paula Bernardes de Lima

Ananere da Silva Cruz

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM PARA AS PERCEPÇÕES DO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	43
---	----

Darcília Tiahuâna Coimbra Carvalho

VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR E BOA FORMAÇÃO DE DOCENTES, UMA NECESSIDADE URGENTE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	63
--	----

James Crawford Fernandes Junior

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ESCOLA: O PROFESSOR DO SÉCULO XXI.....	77
---	----

Julia Jose Pinto

CONSTRUINDO SABERES PARA UM DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL	89
---	----

Rosa Jussara Bonfim

UMA TENTATIVA DE LEITURA DA SOCIOLOGIA DE BOURDIEU: ENTENDENDO OS CONCEITOS DE HABITUS E CAMPO.....	105
--	-----

Bárbara Donnária da Silva Gonçalves

Maria Célia da Silva Gonçalves

O SIGNIFICADO DA FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA EM CAMPO VERDE (MG), SOB A ÓTICA DE SEUS FIÉIS (1980 -2011)	135
--	-----

Irene Gonçalves da Costa

PLANEJAMENTO URBANO: REPRESENTAÇÕES DE CIDADES/ MODERNIDADE ATRAVÉS DE IMAGENS	161
---	-----

Vandeir José da Silva

Giselda Shirley da Silva

ÁGUA E DESENVOLVIMENTO EM TIMOR LESTE, SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA AMBIENTAL.	183
---	-----

Jacirema Pompeu Martins

CONTABILIDADE EM JOÃO PINHEIRO: VISÃO DE PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS DE UM FUTURO QUE IMPÕE DESAFIOS E ATUALIZAÇÕES.	197
--	-----

Ana Cristina Fonseca de Oliveira

Ariane Caldas Pessoa Santos

Fábio José da Silva

NOVAS TENDÊNCIAS DE ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	207
--	-----

Magda Fonseca Queiroz Mota

O PRECONCEITO E O ESTIGMA VIVENCIADOS COMO FATORES DE EXCLUSÃO PELOS INDIVÍDUOS ACOMETIDOS PELA HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS-MG	219
---	-----

Edson Geraldo Fagundes

CADERNO DE TECNOLOGIA

ROTULAGEM: AVALIAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DOS CONSUMIDORES QUANTO AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	249
--	-----

Anderson Gomes da Silva

Deysiane Cristina de Lima

Renan Cândido Gomes

Romário Pereira de Barros

Suelen Siqueira Mesquita

Maria Regina Alves Medeiros Silva

CADERNO DE RESENHAS

O MÉTODO CIENTÍFICO ILUSTRADO NO FILME O ÓLEO DE LORENZO.....	279
Resenhado por/Reviewed by: Helvécio Patrocínio de Magalhães	
PARADÍGMAS DA EXCLUSÃO SOCIAL	279
Resenhado por/Reviewed by: Luciano Lucas Cardoso e Cândido Alberto Gomes	
JOÃO PINHEIRO (MG): SEU POVO E SUA HISTÓRIA ATRAVÉS DA MEMÓRIA DOS NARRADORES	293
Resenhado por/Review-ed by: Márlon Marques Melgaço	

EDITORIAL

Nesse ano que a Faculdade FINOM contempla um quarto de século (25 anos) de atividade, sempre atuando na formação profissional e de pesquisadores no Noroeste de Minas Gerais, orgulhosamente apresentamos o 6º número da revista **HUMANIDADES E TECNOLOGIA**, que está composta por 14 artigos e 03 resenhas que buscam demonstrar o perfil da referida instituição. Perfil esse, que é pautado pela liberdade de expressão e valorização da criatividade e inventividade que pode ser observada na valorização da multidimensionalidade e interdisciplinaridade dos autores. Por ser a Faculdade FINOM uma instituição que trabalha com cursos das áreas de ciências humanas e das tecnologias, optou-se por organizar a revista em três momentos: um **Caderno de Humanidades**, um **de Tecnologia** e um de **Resenhas**.

O primeiro caderno, que abre este número, é o de **Humanidades** e está constituído de artigos que abordam as diversas áreas das Ciências Humanas, para facilitar a leitura optou-se pela distribuição dos artigos em seções temáticas.

A primeira seção foi elaborada a partir de artigos oriundos das **Ciências da Educação**, e está assim composta:

O primeiro artigo foi escrito por **Luiz Síveres e Ivone Ascar Sauáia Guimarães** e objetiva analisar a importância e o quanto o aluno da Educação a Distância se encontra incluído digitalmente. Para tal partiu-se de uma análise primeiramente bibliográfica dos autores referentes à área, permitindo que se juntasse um aporte teórico com a finalidade de garantir uma análise crítica dos dados que seriam levantados à posteriori em uma instituição de ensino superior da Cidade de São Luís, que atua tanto na educação presencial quanto à distância.

O segundo artigo com a autoria de **Ana Maria Pereira da Cruz, Ana**

Paula Bernardes de Lima e Ananere da Silva Cruz versa sobre a análise da aplicabilidade do real aprendizado em cursos de especialização *lato sensu*, haja vista a motivação e anseios por novos conhecimentos em confronto com a atual banalização e facilidades de aquisição destes títulos.

Darcília Tiahuâna Coimbra Carvalho elaborou um artigo que investiga como o ensino a distância vem se afirmando ao longo dos anos como uma modalidade necessária para o cumprimento da tarefa social que a educação deve oferecer. Diante dessa necessidade torna-se necessário compreender como esse aluno apreende o conhecimento e quais são as propostas pedagógicas para se consumir com eficácia esse aprendizado.

O trabalho de **James Crawford Fernandes Junior** aponta o surgimento da desvalorização da profissão e traz algumas sugestões para uma valorização desse profissional, explicando como essa valorização está diretamente ligada à qualidade de ensino.

Julia Jose Pinto aborda reflexões sobre o planejamento e as ações participativas na escola. Para a autora o planejamento já faz parte de antigas políticas educacionais, mas sua implementação ainda esbarra em dificuldades de tempo e espaço. O papel da direção e da equipe tem valor significativo em compreender as necessidades de seu corpo docente, dos alunos e da comunidade. É fundamental que haja interação entre as necessidades do aluno e os objetivos pedagógicos.

Construindo saberes para um desenvolvimento humano sustentável foi o tema abordado por **Rosa Jussara Bonfim**, espaço em que a pesquisadora propõe uma reflexão a cerca da função da escola voltada para a construção de saberes que desenvolvam a subjetividade, a ambientalidade, a conectividade e a sociabilidade com vistas a uma educação interativa e significativa, que atue no sujeito de forma dinâmica e contextualizada, e que tenha como referência o desenvolvimento humano sustentável.

A Segunda seção objetiva discutir **Cultura e Sociedade** e está constituído pelos seguintes artigos:

Um exercício de reflexão sobre a obra do sociólogo Pierre Bourdieu e de alguns de seus comentaristas, buscando explicitar e comentar os conceitos básicos da sua proposta teórica sociológica, visando discutir os conceitos de *habitus* e campo tão caros à obra do autor em debate, foi o trabalho apresentado por **Bárbara Donnária da Silva Gonçalves** e **Maria Célia da Silva Gonçalves**.

A historiadora **Irene Gonçalves da Costa** analisou o significado da festa de Nossa Senhora Aparecida no povoado de Campo Verde distrito de Novorizonte, norte de Minas sobre a ótica dos seus fiéis. Para ela, a festa é carregada de significados e é de grande relevância para a região pesquisada, pois através do estudo realizado foi possível trazer a tona lembranças, manifestações culturais até então desconhecidas ou até mesmo esquecidas.

Planejamento urbano: representações de cidades/modernidade através de imagens foi o tema investigado **Giselda Shirley da Silva** e **Vandeir José da Silva**. No artigo os historiadores procuram fazer reflexões acerca de imagens múltiplas e a maneira como essas podem servir como instrumentos didáticos para se compreender o contexto histórico da modernização das cidades. O texto sinalizou algumas reflexões de diferentes espaços e épocas no contexto histórico.

Finalizando a seção de Cultura e Sociedade **Jacirema Pompeu Martins** discute a questão da água no Timor Leste, para ela a população acostumada a dissabores não se dá conta da gravidade da demanda, água. Apesar das belezas do país é grave a situação. O acesso à água em Timor Leste ainda está longe de atingir a totalidade da população. O desafio maior que se põe aos recursos hídricos de Timor Leste é em primeiro lugar, o conhecimento se os recursos existentes serão suficientes no futuro considerando que a procura terá tendência para aumentar devido ao desenvolvimento econômico em curso, melhoria das condições de vida e crescimento significativo da população.

Na Seção dedicada à **Administração e Ciências Contábeis** contamos com dois artigos:

O primeiro foi escrito por **Ana Cristina Fonseca de Oliveira, Ariane Caldas Pessoa Santos e Fábio José da Silva** e objetiva analisar de um modo geral o que é Ciências Contábeis, quais são os principais campos de atuação e as perspectivas futuras do cientista/contador.

O segundo artigo dessa seção tem como objetivo fazer reflexões sobre as principais tendências, conceitos, princípios e práticas de análises da administração pública. Destaca-se a importância de construção de uma consciência social nova em relação à reforma do Estado no Brasil a partir dos anos 90. Trabalho escrito por **Magda Fonseca Queiroz Mota**.

A última seção do Caderno de Humanidades foi dedicada à **Ciência da Saúde** e está composta por um artigo escrito pelo enfermeiro **Edson Geraldo Fagundes**. Na pesquisa ele objetivou apresentar um estudo que apresenta característica fugaz e assumida de incorporar um dimensionamento holístico de integração entre o indivíduo e suas dimensões social e cultural no seu processo saúde/doença, e o faz dentro das perspectivas da representação popular em que o mesmo está inserido. Ele ainda remonta a ideia de que as mudanças no comportamento social da maioria dos brasileiros faz com que eles se isolem ou tenham hábitos que apontem sua estigmatização perante a família e a sociedade.

O **Caderno de Tecnologia** conta uma pesquisa realizada pela Engenheira de Alimentos **Maria Regina Alves Medeiros Silva** e seus orientados, pesquisa essa que foi desenvolvido com a intenção de tentar alertar o consumidor quanto aos elementos que possuem a rotulagem nutricional e avaliar a interpretação deles diante dos alimentos industrializados. Rotulagem nutricional - Resolução RDC nº. 360 23 de dezembro de 2003 que aprova o regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.

O Caderno de Resenha conta com três resenhas, a saber:

O Engenheiro **Helvécio Patrocínio de Magalhães** fez uma imersão pelo filme “**O Óleo de Lorenzo**” demonstrando que o uso de um método é

importante na resolução de problemas de origem científica ou não científica. Considerando o tipo de problema, nem sempre é necessário seguir um método à risca, podendo-se buscar alternativas que também podem chegar a um resultado. Fatores psicológicos e motivacionais auxiliam na resolução de problemas, mesmo aqueles que parecem de difícil solução, com foi o caso relatado no filme.

Luciano Lucas Cardoso e Cândido Alberto Gomes avaliaram a obra intitulada **“Paradigmas da Exclusão Social”** demonstrando que o autor destaca tanto as bases históricas quanto as teóricas que possibilitam uma interpretação do desvio social como sendo um meio que as pessoas encontram para comunicar o próprio sentimento de mal-estar e, por conseguinte, tentar validar suas hipóteses no campo do desvio e da delinquência juvenil.

Márlon Marques Melgaço analisa o livro **“História e Memórias: Experiências Compartilhadas em João Pinheiro”** e chega a conclusão que a cultura é maior tesouro de uma nação e os quem tem poder de agir para preservá-la, também tem a responsabilidade de agir assegurando ao povo, o sagrado direito de passar para as gerações vindouras suas experiências e decidir seus caminhos, seus destinos, seu futuro.

Agradecemos aos (as) colaboradores (as) dessa edição que muito nos honrou com o seu trabalho. Desejamos a todos (as) uma boa leitura e, mais uma vez, esperamos a colaboração de nossos leitores como multiplicadores e disseminadores desta proposta editorial.

CADERNO DE HUMANIDADES

A INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL COMO PRESSUPOSTO PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Luiz Síveres *

Ivone Ascar Sauáia Guimarães **

Resumo: Este artigo se coloca a analisar a importância e o quanto o aluno da Educação à Distância se encontra incluído digitalmente. Para tal partiu-se de uma análise primeiramente bibliográfica dos autores referentes à área, permitindo que se juntasse um aporte teórico com a finalidade de garantir uma análise crítica dos dados que seriam levantados à posteriori. Deste modo, através do uso de questionários fez-se o levantamento em uma instituição de ensino superior da Cidade de São Luís, que atua tanto na educação presencial quanto à distância. Tais dados favoreceram então para que se verificasse o nível de inclusão do educando, sendo este um dos aspectos necessários para o sucesso deste aprendiz.

Palavras-Chave: Educação à Distância. Inclusão Digital. Inclusão Social. São Luís

Abstract: This article arises to analyze the importance and as a student of distance education is included digitally. For that broke a first analysis of the literature authors regarding the area, allowing you to join the theoretical one in order to ensure a critical analysis of the data that would be collected retrospectively. Thus, through the use of questionnaires made up the survey in an institution of higher education in the City of São Luís, which operates both in terms of the distance education classroom. These data favored then to verify that the inclusion level of the student, which is one of the aspects necessary to the success of the learner.

Keywords: Distance Education. Digital Inclusion. Social Inclusion. São Luís

* Programa de Mestrado em Educação - Universidade Católica de Brasília (UCB) SGAN 916 Módulo B Avenida W5 - 70790-160 – Brasília – DF – Brasil. E-mail: luiz.siveres@ucb.br

** Núcleo de Pesquisa em Sistemas e Tecnologia da Informação (NusTI) - Universidade Ceuma Rua Josué Montello, nº 1, Renascença II - 65.075-120 - São Luís – MA – Brasil. E-mail: ivone.ascar@ceuma.br

INTRODUÇÃO

Dentre os aspectos que envolvem o mundo na atualidade, a tecnologia e seus avanços talvez sejam os que mais se destaquem, pela velocidade com que se transformam, assim como as necessidades que o homem vem criando em torno dela.

No meio educacional, compreender como ela pode se posicionar favorecendo o aprendizado, tem se tornado uma necessidade, visto que a tecnologia figura hoje como um instrumento cultural e de difusão do conhecimento.

Em Educação à Distância (EAD) as tecnologias foram adicionadas de modo frenético, porém as pesquisas não acompanharam o processo e assim não se pode assegurar que elas realmente garantem uma melhoria ou uma facilitação no alcance dos objetivos que norteiam a educação de acordo com Sanchez (2009).

Isto se deve a diversos fatores, sendo eles o acesso à tecnologia, a criticidade que deve acompanhar alunos e professores em meio eletrônico e ainda a adequação do material educativo ao momento da aprendizagem mediada por computador, situações em que se observa o quão dissociadas estão a tecnologia da educação.

Porém, na denominada sociedade do conhecimento, a educação e a tecnologia deveriam caminhar juntas, e cabe aqui analisar se ainda é latente a falta de inserção tecnológica dos educandos que fazem uso da modalidade à distância, visto que este é o meio pelo qual ela acontece e garante a continuidade do processo educativo.

Portanto, este artigo se debruçará em analisar a inclusão social em sua relação com a inclusão tecnológica ou digital, com a finalidade de conhecer e traçar um parâmetro de inclusão tanto digital quanto tecnológica, para que se possa posteriormente a ponderar o quão inserido está o aluno de EAD de São

Luís nos meios midiáticos digitais, passando assim à possibilidade de constatar se essa inserção acontece na prática, permitindo que a educação que faz uso de meios digitais se estabeleça como ferramenta de ensino-aprendizagem que difunde uma formação de qualidade, garantindo ao educando a discussão dos conhecimentos que favorecerão a sua prática profissional.

1 A EXCLUSÃO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A EXCLUSÃO TECNOLÓGICA

A exclusão social não é uma condição cunhada à luz da sociedade atual, de modo que note-se que além dela ser antiga, também exerceu o papel durante muito tempo de limitar a transição do indivíduo entre as camadas sociais, controlando e até impedindo essa mobilidade, e assim, ela também se prestava repetir dos padrões impostos por um grupo coletivo, o que ainda poderia acontecer a partir da acomodação do pensamento coletivo, através da privação das necessidades básicas que deveriam atender o indivíduo.

Assim a exclusão social se constitui de outras exclusões que vão da dimensão política à econômica [STIVILL, 2003] privando o indivíduo da cidadania, dos direitos elementares do homem e da renda.

De todo modo, a exclusão social é uma mazela que aprisiona o ser em um ciclo que lhe retira os direitos básicos destinados a si e o relega à margem da sociedade, desvalorizando-o quanto cidadão.

Porém, não é somente a velha exclusão que assola a sociedade. A nova exclusão, a que se debruça sobre o acesso às tecnologias e à informação, e tem como fator ainda a exclusão social, se coloca, de acordo com Valente (2008), como elemento de privação e exclusão de alguns poucos em relação a um meio de comunicação cada vez mais popular e aceito pelo coletivo.

Essa privação começa na questão social e econômica, e se expande para o contexto educacional e tecnológico, o que deixa de fornecer ao homem

o conhecimento do funcionamento e do uso das ferramentas tecnológicas presentes na sociedade como nos afirma Souza e Coelho (2009).

Deste modo, segundo Sorj (2003) a exclusão tecnológica, é acentuada pela exclusão social, impedindo que esta última seja superada, uma vez que todas as atividades governamentais e sociais migram para a rede de computadores e são apresentadas de maneira mais apurada e menos apta ao entendimento da sociedade como um todo.

Porém, incluir digitalmente sem fornecer subsídios à criticidade, afeta negativamente o indivíduo e a educação uma vez que favorece a formação de um grupo que aceita as informações sem questioná-las, e isto deve ser combatido, apesar de ainda ser grande a quantidade de excluídos digitais e que assim não tem acesso às informações que trafegam em alta velocidade pelas redes informatizadas.

A luta contra a situação de exclusão digital deve passar também pelo letramento digital, aonde, de acordo com Valente (2008), se torna necessário a preparação do usuário de sistemas informatizados, o que o leva a um uso consciente e crítico dos meios midiáticos.

Portanto, a inclusão digital, além de permitir que a sociedade possa ter acesso à informação e ao conhecimento disponível em meio eletrônico, deve partir da educação e da tecnologia aliadas favorecendo a construção de poder baseado no conhecimento.

Segundo Silveira (2001) o indivíduo incluído tecnologicamente passa a gozar de uma série de benefícios que vão desde estímulos sensoriais até o acesso à larga informação o que lhe garante igualdade de direitos devido ao fato de passar a ter acesso a benefícios que somente um grupo minoritário tem.

Porém o acesso à tecnologia não resolve o problema da exclusão social e ainda é capaz de gerar uma nova problemática social identificada por Cazaloto (2008) como “inclusão subalterna”. Nela se observa a inclusão tecnológica sem engajamento com a inclusão social, o que ocorre de modo precário e sem que se desfça a ideia da marginalidade social, e uma vez que se distingue

o valor de ser incluído tecnologicamente, deve-se reconhecer também a importância e a necessidade da inclusão social.

Mas, como afirma Sidericoudes (2008), se a inclusão digital não resolve, ao menos ameniza a exclusão social caso ela venha trazer benefícios ao cidadão sob a forma de igualdade, conhecimento e empregabilidade, porém ela não pode ser focalizada como o único meio em virtude de se colocarem todas as expectativas de uma ação em detrimento de outras que incluem o que é básico para a cidadania.

Seguindo os registros anteriores é possível afirmar que o acesso às tecnologias não resolvem diretamente a questão da exclusão social, principalmente devido ao fato de se possuir uma “pseudo inclusão digital” que não acontece partindo da alfabetização tecnológica. Caso este fosse o ponto de partida, ela viria a fornecer ao cidadão um potencial crítico que o colocaria verdadeiramente como construtor de um conhecimento que usaria os meios digitais apenas como caminho de disseminação.

Porém, o que ocorre é o favorecimento do acesso aos meios tecnológicos apenas diminuindo impostos sobre os produtos industrializados, sem garantir a inserção na rede mundial e muito menos o preparo do indivíduo para o seu uso.

Além disso, atender tecnologicamente sem fornecer as bases, que são a moradia, a alimentação, à educação, o saneamento básico dentre outros direitos do cidadão, não se configura como inclusão social, uma vez que incluir socialmente é permitir que o indivíduo tenha a possibilidade de se posicionar como ser formador e integrante de um grupo que se sente possuidor de deveres, porém, acima de tudo de direitos defendidos por força de lei.

2 A EAD EM SUA RELAÇÃO COM A TECNOLOGIA

Há uma infinidade de aplicações da tecnologia na sociedade, e a

informática educativa é uma delas. Ela surgiu como uma área do conhecimento científico que veio permitir a utilização ativa de equipamentos tecnológicos aliados à telemática e à educação no desenvolvimento da capacidade humana, o que, segundo Cox (2008) favorece ao indivíduo a integração individual e social.

Sob esse fundamento, a educação em si tem o potencial de acontecer muito além do ambiente físico, sendo um processo totalmente relacionado ao ser humano e que está em constante ação.

Justamente sob este é que Formiga (2009) complementa as ideias de Cox (2008) ao salientar que a tecnologia na prática educacional poderá atuar como ferramenta que favorece a migração da ação de ensinar para a possibilidade da prática ativa que está inserida na aprendizagem, fenômeno este que eleva a educação ao patamar do aprendido o que, por conseguinte, requer uma prática ativa no ato de aprender.

Porém, a visão confusa de que o ensino assistido por computador seja na verdade um ensino por computador ainda é real apesar de se demonstrar que não passa apenas de ferramental e não uma máquina autônoma que se bastaria para o processo educacional [NISKIER, 1993]. A mediação humana continua sendo essencial para a prática educativa construtiva e consciente, independentemente de acontecer no meio virtual ou real.

Assim na visão atual da EAD, as tecnologias de informação e comunicação exercem um papel importantíssimo, por garantir dinamicidade, transformação e modernidade para uma sociedade em movimento. Esta dinâmica favorece o estar junto virtual, aonde professores e alunos que se estão distantes fisicamente se encontram virtualmente, e acabam por compreender que a modo autônomo do aluno no ato de aprender favorece o seu crescimento quanto cidadão.

Sob o ponto de vista de Niskier (1993), Tori (2010) e Pereira (2008), a educação a distância é uma prática educativa que deve levar educação de qualidade ao maior número de alunos, fazendo-se uso de ferramentas

tecnológicas que separam e ao mesmo tempo, unem aluno e professor, com vistas a permitir a comunicação em duas direções.

A ciência e a tecnologia assim caminham juntas para auxiliar a busca da construção do conhecimento estando em todas as áreas do conhecimento, o que justifica sua aplicação no processo educacional, uma vez que dará respaldo à formação de um cidadão consciente não só de seu papel, mas também apto a lidar com as ferramentas que surgem e que podem chegar a garantir a competitividade, aliando a tecnologia ao contexto educacional de acordo com o momento pelo qual as pessoas se encontram tanto no sentido histórico, quanto social.

Portanto, a tecnologia aplicada à educação leva impreterivelmente a uma revisão das práticas no ambiente educacional [COX, 2008; ROSINI, 2007], já que, ao ser utilizada na metodologia de um-para-muitos, vem a funcionar como meio difusor de informação e conhecimento, o que exige do educando uma prática crítica efetiva que lhe permita compreender e exercer sua ação individual sobre aquilo que lhe é transmitido [MILL, 2009].

A educação que faz uso de meios tecnológicos deve primar pela formação do aluno receptor-ativo, em lugar de uma educação que acontece pela repetição inconsciente e fora do real sentido daquilo que se julga ter ensinado. Sob esse fundamento, na EAD o aluno é o agente do seu aprendizado; e o professor, um direcionador e motivador. É o que afirma Niskier (1993) e é o que reafirmam Rostas e Rostas (2009), ao assegurarem que os ambientes interativos têm o potencial de permitir o vislumbre de um caminho pleno de descobertas, que abre as portas para a construção do conhecimento tanto pelo aluno individual, quanto pelo coletivo.

Porém urge observar que, em se tratando de tecnologia aliada à educação, muitos dos educadores passaram a preocupar-se somente com o computador [BRITO; PURIFICAÇÃO, 2006], fazendo dele fim, enquanto não passa de simples meio que favorecerá a construção do conhecimento e o alcance da formação por parte do educando, de modo que, para tal, é essencial que tanto

o professor quanto o aluno tenham domínio dela, de modo a não passarem como agentes passivos.

3 A PESQUISA E ALGUMAS CONSTATAÇÕES

Para a coleta dos dados presentes neste artigo aplicaram-se 70 questionários contendo perguntas abertas e fechadas, englobando todos os períodos aonde havia alunos regularmente matriculados na modalidade à distância de uma Universidade Particular atuante na Cidade de São Luís. Destes, somente 47 alunos aceitaram participar da pesquisa e devolveram os instrumentos de coleta devidamente preenchidos.

A pesquisa foi proposta no mês de junho de 2011 aos alunos da referida instituição que se encontra atuante na modalidade presencial há mais de 20 anos, sendo esta a maior no mercado em que atua, o que por sua vez é uma das razões de sua escolha.

A proposta inicial era de pesquisa somente para os alunos do primeiro período, mas em virtude do quantitativo pequeno no qual a amostra se reduziria, optou-se por convidar os discentes dos demais períodos para que se alcançassem informações mais coerentes e que realmente gerassem a possibilidade de uma visão mais realista da modalidade em questão.

Quando o assunto é inclusão digital a primeira indagação feita foi quanto ao fato do aluno possuir ou não computador em casa. A pesquisa retornou que 94% deles possuía sim computador na própria residência. Quanto a este fato, vê-se que o poder aquisitivo deste indivíduo não é tão baixo, independentemente do tipo de dispositivo que possui.

A indagação seguinte completou a anterior, favorecendo que se desenhe um perfil digital deste discente, principalmente quando se trata da quantidade de computadores existentes na casa dos mesmos. As quantidades informadas pelos alunos são bem balanceadas, sendo que para o quantitativo

de um computador a incidência é de 45% para a EAD. Para o quantitativo de dois computadores verifica-se 30% da EAD. Já para o quantitativo de três computadores registra-se 11% na EAD, e por fim, em se tratando de mais de três máquinas, esse valor cai 9% na EAD.

Quando o assunto é a conexão à internet, chegou-se às seguintes informações: 100% dos alunos de EAD possuem conexão com a internet, e isto se estabelece diretamente sobre os 100% daqueles que se identificam como possuidores de computador na própria residência, mostrando que se encontram incluídos.

Assim, partindo dessas primeiras indagações, notou-se que os participantes se encontram inseridos tanto no mundo digital, como na infovia que é a internet, pois, além de na maioria possuírem computador em casa, boa parte dos mesmos também conta com acesso ao meio eletrônico.

Tais declarações ainda são confirmadas pelo nível de conhecimento de informática. Os alunos se identificam em sua maioria (57% da EAD) como possuidores de conhecimentos intermediários em informática, sendo seguida na segunda colocação (26% da EAD) pelo conhecimento básico e, em terceiro, pelo conhecimento avançado (17% da EAD).

Partindo-se de tais dados, os discentes de EAD estão bem preparados para o uso da tecnologia, pois não houve respostas que indicassem conhecimento nulo do assunto para a modalidade.

Pelo exposto, observa-se que, de acordo com Raiça (2008), Moran (2008) e Valente (2008), os alunos de EAD são incluídos digitalmente e ainda podem se considerar como letrados digitais, uma vez que afirmam ter conhecimentos significativos de informática. Com base ainda em Mil (2009) e Souza e Coelho (2009), esses mesmos alunos não fazem parte do grupo excluído. Eles se encontram aptos a lidar com as tecnologias, que favorecem não somente a atuação profissional, mas também a lida educacional.

A respeito desse conhecimento de informática é que Sorj (2003), Dowbor (2001), Niskier (1993), Valente (2009) e Rostas e Rostas (2009)

focam diretamente a necessidade de um conhecimento tecnológico não somente para garantir interação na sociedade atual, mas também favorecer para que o alunado alcance a meta de efetivar o conhecimento transmitido em meio eletrônico. A afirmação de que estes discentes são alfabetizados tecnologicamente já os coloca em um patamar fora do processo de exclusão social no tocante à tecnologia.

Quanto ao tipo de conexão mais utilizada pelos discentes, chegou-se às seguintes constatações: 45% dos alunos da EAD usam Modems GSM, 26% fazem conexão por telefone ou velox e 19% conexão a cabo da TVN. Não houve casos de alunos que não possuíssem conexão de internet. Quanto à conexão por rádio, 4% dos alunos se identificaram como usuários.

Esse quantitativo considerável de alunos fazendo uso de conexões GSM, que tornam a internet individual, é um indicador bastante defendido na obra de Sorj (2003), ao apontar a individualização da tecnologia a partir do uso da telefonia celular.

De olho nesses aspectos levantados, o aluno em EAD é aquele que se encontra incluído digitalmente, chegando a estar bem mais enquadrado do que o da modalidade presencial. Com base em Valente (2008), Souza e Coelho (2009) e Silveira (2001), estes educandos não passam pela falta de acesso tanto a tecnologias quanto ao conhecimento de uso e muito menos quanto ao acesso à infraestrutura de tráfego de dados. Provavelmente isso se deva a fatores como os relacionados às questões econômicas, visto que os mesmos trabalham, são responsáveis pelo próprio sustento e, assim, possuem condições de investir na aquisição de tais equipamentos ou, ainda, devido à modalidade educacional em si, ao fazer uso de mídias digitais, requer que este aluno se posicione de modo a participar ativamente de redes de aprendizado que fazem uso do meio eletrônico.

Quando Niskier (1993) se posicionou quanto à aplicação das tecnologias para garantir certa democratização da educação, ele certamente não vislumbrava ainda o nível de inserção, que a sociedade, atualmente fazendo

uso destas ferramentas, apresenta no mundo virtual. Neste sentido, o modo de pensar da sociedade atual, é o de uma sociedade que prima pela velocidade de informação e pelo imediatismo, como afirmam Torres e Fialho (2009), de modo que, a partir do momento em que as tecnologias já fazem parte do cotidiano desses educandos, aplicá-las à EAD trata-se somente da imersão da educação no momento histórico do grupo social no qual ela acontece, exercendo a tentativa de romper barreiras sociais, difíceis de ser transpostas como indica Castro (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa debruçou-se sobre a EAD, buscando, ao fazer uso de um expressivo referencial teórico e de uma pesquisa aplicada, descrita e analisada, responder à dúvida referente ao nível de inclusão digital do aluno da modalidade.

Destarte, além da sociedade da informação exigir que o indivíduo esteja apto a lidar com as tecnologias, a educação também passa a exercer a mesma pressão, e em decorrência, o aluno a atende, mostrando que as tecnologias são ferramentas essenciais e que favorecem claramente o crescimento do educando como aprendiz.

O alunado de EAD encontra-se incluído digitalmente devido ao fato de que a modalidade o obriga a isso, ao fazer uso de ambientes virtuais de aprendizagem. Neste caso, ele possui computadores nem que seja para uso próprio e individual, acesso à internet banda larga e/ou móvel, e conhecimento consistente de informática. Este é um aspecto que não o coloca em inferioridade em relação ao do presencial e mostra claramente o quanto é capaz de empreender em busca de um objetivo.

Um aspecto identificado claramente neste trabalho, através do instrumento de coleta de dados, é que o aluno da EAD não se encontra excluído

digitalmente. Além de possuir computador próprio e conexão com a internet, ele se posiciona como entendedor das tecnologias digitais. Provavelmente, isto se deva ao fato de que a EAD atualmente faz uso dos meios midiáticos digitais para alcançar o seu alunado. Deste modo, a modalidade cumpre seu papel de meio inclusivo a partir do momento em que impulsiona o aluno à inserção digital.

Contudo, vida eletrônica sem interação e sem criticidade não denotará inclusão social. Quanto a isto, os alunos se posicionaram, afirmando que os professores fazem com que as disciplinas tenham exemplificação e aplicação no meio social. Este fato auxilia no processo educativo, pois permite que a vivência fixe os conteúdos com mais habilidade juntamente aos alunos, e garante que o discente reconheça a necessidade do aprendizado das teorias, visando-se a aplicação prática através do entendimento de situações cotidianas.

Para tal, o professor deverá estar preparado para atuar de forma “permissiva”. Entenda-se essa permissividade como um modo de propiciar ao aluno a discussão e a prática da opinião. Isto vem garantir que o ensino, e conseqüentemente a aprendizagem, aconteçam de forma a favorecer o educando na ação de construção do saber próprio. Tendo-se em vista que o educando constrói aquilo que compreende, ele verá a aplicação do aprendido e identificará tais assuntos em suas vivências.

Sobre esse aspecto, a partir da autonomia do educando, a EAD colocará esse personagem com o poder de controlar aquilo que aprende e partir em busca de conhecimentos em uma área digital, rica, instantânea e sem fronteiras. Nesta visão, a educação mediada por computador, além de se adequar ao contexto atual da sociedade, criará um novo grupo de alunos que atuarão como pesquisadores e construtores de um conhecimento que não se revela estático, o que só poderá ser alcançado a partir da Web 2.0 e dos posicionamentos e estudos pertinentes à aprendizagem colaborativa, aprendizagem em rede ou ainda aprendizagem coletiva.

Assim, conclui-se que a inclusão digital, desde que aconteça de modo

a fornecer referencial crítico ao educando, tem o poder de lhe permitir ir à busca de tudo o mais que coloca o indivíduo como inserido socialmente. Porém, se ela se coloca simplesmente como meio de acesso, sem permitir ao usuário a interação e a possibilidade de construir conhecimento por si, ela acaba simplesmente exercendo o papel de repetir os padrões estáticos de uma sociedade que não permite a mobilidade social, o que consequentemente poderia paralisar a sociedade no tempo e no espaço impedindo seu progresso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. As Teorias principais da Andragogia e Heutagogia. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação à Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. p. 105-111.

BRITO, Glaucia da SILVA; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e Novas Tecnologias**. Curitiba: Ibpx, 2006. 120 p.

CASTRO, Cosette. TV Digital e EAD: uma parceria perfeita para a inclusão social. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 27-38, jan./jun. 2008.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital: uma visão crítica**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. 207 p.

COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar: polêmicas do nosso tempo**. São Paulo: Autores Associados, 2008. 124 p.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 85 p.

FORMIGA, Marcos. A Terminologia da EAD. In: LITTO, Fredric M.;

FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação à Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. p. 39-46.

MILL, Daniel. Educação Virtual e Virtualidade Digital: trabalho pedagógico na Educação a Distância na Idade Mídia. In: SOTO, Ucy; MAYRINK, Mônica Ferreira; GREGOLIN, Isadora Valencise. (Org.). **Linguagem, Educação e Virtualidade: experiências e reflexões**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 29-51.

MORAN, José Manuel. As Muitas Inclusões Necessárias na Educação. In: RAIÇA, Darcy. (Org.). **Tecnologias para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008. p. 19-34.

NISKIER, Arnaldo. **Tecnologia Educacional: uma visão política**. Petrópolis: Vozes, 1993. 182 p.

PEREIRA, José Matias. Políticas Públicas de Educação no Brasil: a utilização da EAD como instrumento de inclusão social. **Journal of Technology Management & Innovation**, Chile, v. 3, n. 2, Jul. 2008. Disponível em <<http://www.jotmi.org>>. Acesso em: 18/10/2010

RAIÇA, Darcy. Tecnologia e Educação Inclusiva. In: RAIÇA, Darcy. (Org.). **Tecnologias para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008. p. 19-34.

ROSINI, Alessandro Marco. **As Novas Tecnologias da Informação e a Educação a Distância**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 131 p.

ROSTAS, Márcia Helena Sauáia Guimarães; ROSTAS, Guilherme Ribeiro. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (MOODLE) como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem: uma questão de comunicação. In: SOTO, Ucy; MAYRINK, Mônica Ferreira; GREGOLIN, Isadora Valencise. (Org.). **Linguagem, Educação e Virtualidade: experiências e reflexões**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 135-151.

SANCHEZ, Fábio. As Estatísticas da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação à Distância: o estado da arte**. São

Paulo: Pearson, 2009. p. 445-448.

SIDERICOUEDES, Odete. A Tecnologia como Instrumento para a Inserção de Jovens ao Mundo do Trabalho e sua Integração Social. In: RAIÇA, Darcy. (Org.). **Tecnologias para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008. p. 129-138.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 47 p.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com: A luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 176 p.

SOUZA, Danielle Maria de; COELHO, Roberta Ferreira. Inclusão Social via Inclusão Social, uma construção possível?. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 97, jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7113>>. Acessado em: 18/10/2010.

STIVILL, Jordi. **Panorama da luta contra a Exclusão Social: conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2003. 140 p.

TORI, Romero. **Educação sem Distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 254 p.

TORRES, Patrícia Lupion; FIALHO, Francisco Antônio PEREIRA. Educação a Distância: passado, presente e futuro. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. (Org.). **Educação à Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. p. 456-461.

VALENTE, José Armando. O “Estar Junto Virtual” como uma abordagem de educação à Distância: sua gênese e aplicações na formação de educadores reflexivos. In: VALENTE, José Armando; BUSTAMANTE, Silvia Branco Vidal. (Org.). **Educação à Distância: prática e formação do profissional reflexivo**. São Paulo: Avercamp, 2009. p. 37-64

_____. Os Diferentes Letramentos como Expansão da Inclusão Digital:

explorando as potencialidades educacionais das tecnologias da informação e comunicação. In: RAIÇA, Darcy. (Org.). **Tecnologias para a Educação Inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008. p. 67-83.

APLICABILIDADE DA ESPECIALIZAÇÃO DO APRENDIZADO: PAIXÃO E CURIOSIDADE X FACILIDADES

Ana Maria Pereira da Cruz *
Ana Paula Bernardes de Lima **
Ananere da Silva Cruz ***

Resumo: O presente artigo versa sobre a análise da aplicabilidade do real aprendizado em cursos de especialização lato sensu, haja vista a motivação e anseios por novos conhecimentos em confronto com a atual banalização e facilidades de aquisição destes títulos. O presente trabalho teve como objeto de pesquisa a observação direta do cotidiano de alunos de graduação e de especialização lato sensu, utilizando a acessibilidade, a cultura regional e familiar, bem como os recursos financeiros disponíveis para a educação, como critérios de análises de casos. O objetivo desta pesquisa é apresentar ao leitor a importância da aquisição do conhecimento especializado, de forma que, ao invés de colecionar títulos, deve-se ter a consciência de colecionar experiências e aprendizados.

Palavras-chave: Aprendizado. Especialização. Motivação. Facilidades.

Abstract: The present article turns on the analysis of the applicability of the Real learning in specialization courses bark sensu, have seen the motivation and longings for new knowledge in confrontation with the current to turn banal and means of acquisition of these titles. The present work had as research object

* Pedagoga; Especialista em Supervisão Escolar e Metodologia e Didática do Ensino; Coordenadora do setor de processo seletivo da Faculdade FINOM / Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM. E-mail: aninhaptupereira@gmail.com

** Advogada, Especialista em Ciências Criminais; Coordenadora dos cursos de pós-graduação da Faculdade FINOM / Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM. E-mail: anabernardes01@gmail.com

*** Administradora de empresas; Especialista em Finanças Corporativas, Diretora Financeira da Faculdade FINOM / Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM. E-mail: ananere.resende@bol.com.br

the direct observation of the daily of graduation students and of specialization I bark sensu, using the accessibility, the regional and family culture, as well as the available financial resources for the education, as criteria of analyses of cases. The objective of this research is to present to the reader the importance of the acquisition of the specialized knowledge, so that, instead of collecting titles, the aware should be been of collecting experiences and learnings.

Keywords: Learning. Specialization. Motivation. Means.

Introdução

Quando entrei na faculdade de jornalismo, achava que era mais ou menos o que eu gostava. Mas quando comecei a fazer o curso, descobri a paixão por saber alguma coisa. (...) O ensino de história, de filosofia, de sociologia, de literatura, passou a ter significado: o que eu aprendo tem significado. Foi aí, Rubem, que descobri, com muita clareza, que só existe um motor do aprendizado: paixão e curiosidade. E muito do que a escola faz é matar a idéia da paixão pela curiosidade. (DIMENSTEIN e ALVES, 2003, p.29.)

Tomando-se como ponto de partida para o presente estudo a escolha do curso de graduação, observa-se que muitos alunos não sabem explicar o motivo de tal escolha. Muitos seguem orientações familiares, outros acreditam no retorno financeiro, e outros ainda, escolheram seguindo influências de amigos ou conhecidos.

Seguindo tais parâmetros, o aluno adentrando a este novo mundo de conhecimentos, poderá desenvolver sua capacidade exploratória de outros novos conhecimentos, ou simplesmente desmotivar-se, almejando tão somente o diploma profissional.

Decifra-me ou te devorarei – Inscrição do pórtico da cidade de Tebas, na Grécia. (...) Para escaparmos sãos e salvos desse grande dilema precisamos retornar aos bancos escolares. Podem ser cursos mais

demorados ou mais rápidos. Precisamos, no entanto, voltar a estudar e ter, como princípio, mantermos nossa formação contínua. Por tudo isso a universidade tem seu papel relevante, a terceira onda e a sociedade do conhecimento fazem exigências diferentes de outras épocas e o “pacto da ignorância” é a pior estratégia que uma pessoa pode escolher. (WENERCK, 2004, p.05)

Adentrando a formação continuada, no que diz respeito aos cursos de especialização *latu sensu*, observa-se, por demasiadas vezes, o mesmo critério de escolha. Todavia, em alguns casos, ao aplicar seus conhecimentos adquiridos em seu cotidiano, nota-se o nascimento da paixão pelo aprendizado, tornando o aluno um ser insaciável pela busca de conhecimentos diversos, que agregarão, a cada dia, mais experiência e sabedoria para si.

Noutro norte, tem-se a facilidade da obtenção destes referidos títulos de especialização, que teoricamente demonstram conhecimentos e experiências. Isso porque neste mercado capitalista, a educação virou produto de compra e venda, e não mais é reconhecida como atributo indispensável para a cultura da população. Esses profissionais intitulados professores, dificilmente serão educadores, embora apliquem seus pseudo-conhecimentos à formação de crianças, jovens e/ou profissionais.

1 - A ESCOLHA DA GRADUAÇÃO

Eles ficam oito horas numa *lan house* e têm dificuldade de ficar quatro horas na escola. Então, é preciso nos perguntarmos se o ensino está atraente para esses jovens; se estamos sabendo empregar estratégias que fazem sentido para eles; se mostramos adequadamente a relação do Ensino Médio com a empregabilidade, como uma possível passagem para o mundo do trabalho. (...) A educação é cara, mas os custos com a ignorância são maiores (GAZZOLA, 2011).

Julga-se muito o profissional pelo que ele aprende na graduação. No entanto, esquece-se de questionar para tal julgamento, o aprendizado primeiro,

aquele pelo qual o interesse na continuidade pelo conhecimento é despertado.

Muitos alunos, tanto das séries iniciais quanto das finais, estão apenas fingindo que assimilam conhecimentos suficientes para ingressar em um curso de nível superior. Isso porque neste mercado de educação, a qualidade do ensino muitas vezes é sobreposta à lucratividade que o aluno trará para a Instituição.

Ao adentrar no mundo da educação superior, o aluno vê-se pressionado à aprovação em disciplinas que jamais farão sentido em sua vida prática. Dessa forma, perde-se o interesse pelo conhecimento real e aplicado, tornando tal ato, demasiado doloroso e sem razão de ser para o aprendiz.

Em outros tempos, quando o aluno não obtinha a evolução educacional satisfatória, a cobrança paterna e da sociedade era voltada unicamente a ele e à família pela falta de incentivo ou inobservância da falta de dedicação aos estudos.

Nos dias atuais, a responsabilidade torna-se exclusiva do docente, por não proporcionar uma aula dinâmica o bastante para despertar o interesse do aluno pelo assunto. Arrisca-se ainda a responsabilizar o professor pelos resquícios de sua antiga formação, quando a sala de aula era local de tortura, e o aluno ficava à mercê da técnica ditatorial do ensino.

Os tempos mudaram. Os novos professores são exatamente aqueles que iniciaram o processo da modificação da ensinagem. Muitos se apaixonaram por novas técnicas e são referências de trabalho e dedicação. Outros, senão a maioria, apenas escolheram a docência por falta de opção, e vivem frustrados na ilusão de que repassam algum ensinamento.

2 - ENSINAR E APRENDER COM QUALIDADE

A grande tradição nas ciências sociais... tem sido a de os cientistas sociais tomarem responsabilidade direta e indireta na educação popular. Existe uma tendência recente, a respeito da qual desejo registrar o meu desagrado, de abandonar esta tradição. Através de gerações, mesmo os

maiores pensadores- e eles especialmente- conseguiram poupar tempo do seu trabalho científico para falar ao povo em termos simples que o leigo podia entender. Hoje, ao contrário, os cientistas estão, cada vez mais, falando uns com os outros. Esta tendência para um falso cientificismo, este abandono de nossa responsabilidade pela formação da opinião pública deverá fazer decrescer a importância de nosso trabalho no sentido de fazer com que as pessoas fiquem mais racionais. Existe uma outra tendência que conduz na mesma direção. Enquanto a grande tradição das ciências sociais era a de dizer as coisas da maneira mais clara e sucinta possível, a tendência em décadas recentes tem sido a de os cientistas sociais se fecharem por meio de uma terminologia desnecessariamente elaborada e estranha, frequentemente a ponto de prejudicar sua capacidade de se entenderem uns aos outros e, talvez, ocasionalmente, de se entenderem a si mesmos. (ALVES, 2000, pp.41-42)

Ao observar a formação de professores como sendo um marco referencial nas discussões relativas à educação, questiona-se acerca da qualidade da formação inicial e continuada destes docentes.

Como o critério de escolha de sua graduação não fora demasiado rigoroso, levando em consideração a necessidade de adentrar ao nível superior, muitas vezes, até mesmo sem condição cultural ou educacional, esses profissionais resguardam-se na defesa de que não precisam de muita qualificação para ser docente, apenas de um diploma.

Dessa forma, o mercado se vê na problemática da existência exacerbada de ofertas de mão de obra, mas tampouco qualificada. O ensinamento torna-se automático e/ou autodidata, já que os alunos mais exigentes não se acomodam apenas com o conteúdo didático fornecido pelo professor. Além disso, a paixão pelo conhecimento o move no sentido de busca, de qualificação diferencial, o que ocasiona em sua valorização pessoal e externa.

A qualidade do ensino e da aprendizagem é uma questão preocupante. Não se difere o momento da falha ou falta da educação, apenas vai-se passando, como fora aprendido. Com isso, temos um aglomerado de informações desnecessárias e sem aplicabilidade, ocasionando a frustração

pelo aprendizado continuado, por ser considerado irrelevante na vida prática.

Todavia, o exigente mercado de trabalho faz com que para se enquadrar em perfis da empregabilidade, seja necessário títulos, certificações, experiências comprovadas, enfim, todo aparato de situações que capacitem o profissional para tal vaga.

Surgem, a partir deste momento, as necessidades em confronto com a qualidade.

3 - A MERCÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA

“A riqueza de um país se escora nos valores que sua população cultiva e que suas escolas ajudam a construir.” (ANTUNES, 2007, p68).

A falta de controle e fiscalização dos órgãos superiores da educação no Brasil, perante os cursos de especialização lato sensu, fez com que o mercado capitalista se aproveite dessa falha, revertendo-a a seu favor.

O surgimento indiscriminado dos cursos lato sensu frente a exigência mínima de especialização para melhoria salarial ou empregabilidade, tornou-se um chamariz para alguns alunos, que por sua vez, buscam a facilidade de aquisição da certificação, bem como a multiplicidade de cursos paralelos.

Dessa forma, a qualificação profissional adentra numa seara onde a titulação torna-se ineficaz frente a falta de requisitos mínimos do aprendizado. Especializar-se é considerado um mero atributo burocrático para a empregabilidade, não necessariamente ligado ao conhecimento adquirido com o norteamiento do curso.

Vimos por todo Brasil o oferecimento de cursos preparatórios com a emissão de certificados lato sensu ao final, permitindo que o candidato colecionasse certificados de especialização, caso não obtenha a aprovação pretendida. Isso sem mencionar a certificação múltipla que muitas Instituições de Ensino oferecem, utilizando a inobservância da carga horária mínima, exigível em lei, para cada curso de especialização lato sensu.

As dificuldades de acesso a cursos qualificados e reconhecidos, ou ainda, as ofertas facilitadoras de uma pseudo qualificação ou especialização, salta aos olhos de um recém-graduado, que busca incessantemente adentrar ao mercado de trabalho.

Neste sentido, a maioria dos recém-formados busca a docência como forma de iniciar sua vida profissional, e a maior facilidade desse início, infelizmente, está na docência das séries iniciais ou ensino médio. Esses professores, intitulados especialistas, vão para salas de aulas não por motivação, entusiasmo ou prazer em ser educador, mas sim por necessidade mercadológica.

Ao observarem a faixa salarial que poderiam almejar em um ensino superior, buscam melhorias qualificadoras através das facilidades de certificação e, novamente, seguem frustrados pela inaptidão de sua qualificação experiente, o que no mínimo se torna exigível para a docência no ensino superior.

4- CONCLUSÃO

Incentivar a qualificação profissional, estimular o desempenho do docente em sala de aula, valorizar a progressão salarial diante de sua real qualificação, são requisitos que se fossem de fato seguidos, ocasionariam em uma melhoria significativa do aprendizado dos alunos, revertendo na satisfação direta do docente em se aperfeiçoar constantemente.

Compreender as causas que impulsionam a livre comercialização dos cursos lato sensu no país, talvez seja um fator diferencial para a modificação da qualidade da educação continuada de nossos docentes, de forma a capacitá-los e não só oferecer-lhes mais um título de papel, o que em nada contribui para seu crescimento pessoal ou profissional.

Enquanto tratarmos nossos professores e alunos como meros produtos de mercancia, continuaremos a ter a educação como um produto comercialmente

banalizado. Sem a motivação de novos conhecimentos, de novas técnicas de aprendizado do docente, da paixão contagiante por sua profissão através dos ensinamentos transmitidos em sala de aula, não há o que se falar em ensinamentos educacionais, já que esta seara torna-se desconhecida àquele professor que apenas adquiriu sua titulação através das facilidades mercadológicas que encontrou em seu caminho profissional.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubens. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Campinas, São Paulo: Papirus: 2000.

ANTUNES, Celso. **Diário de um educador: Temas e questões atuais**. Campinas, SP. Papirus, 2007.

DIMENSTEIN, Gilberto; ALVES, Rubens. **Fomos maus alunos**. Campinas, SP. Papirus, 2003

GAZZOLA, Ana Lúcia. **Presença Pedagógica**, v.17, nº 100 JUL/AGO de 2011 (ISSN 1413-1862)

WERNECK, Hamilton. **Educar é sentir as pessoas**. Aparecida, SP. Ideias e Letras, 2004.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM PARA AS PERCEPÇÕES DO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Darcília Tiahuâna Coimbra Carvalho*

Resumo: O ensino a distância vem se afirmando ao longo dos anos como uma modalidade necessária para o cumprimento da tarefa social que a educação deve oferecer. Diante dessa necessidade torna-se necessário compreender como esse aluno apreende o conhecimento e quais são as propostas pedagógicas para se consumir com eficácia esse aprendizado. Torna-se imprescindível entender as teorias da aprendizagem e como elas podem contribuir com essa nova modalidade de ensino. Se o aluno pode e deve modificar o mundo em que vive, cabe à escola o papel relevante de instrumentalizá-lo para isso. Esse artigo objetiva analisar como algumas das principais teorias de aprendizagem de abordagem sócio- interacionista, amplamente discutidas no ensino presencial, podem contribuir de maneira eficaz para o processo ensino-aprendizagem na educação a distância.

Palavras Chaves: Ensino a distância. Teorias de aprendizagem sócio interacionistas. Aprendizagem significativa.

Abstract: The teaching the distance comes if affirming along the years as a necessary modality for the execution of the social task that the education owes oferecer. In front of that need becomes necessary to understand as that student apprehends the knowledge and which are the pedagogic proposals to consummate with effectiveness that aprendizado. Torna-if indispensable to understand the theories of the learning and like them they can contribute with that new modality of ensino. Se the student can and it should modify the world in that he/she lives, it falls to the school the relevant paper of to

* Graduada em Pedagogia, especialista em Educação a Distância e em Metodologia e Didática do Ensino, diretora do Colégio Cenecista de João Pinheiro (MG) e professora de Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia modalidade EAD da Faculdade FINOM. E-mail: darciliatcoimbra@yahoo.com.br

equip for this. This paiper aims at to analyze as some of the main theories of approach partner's learning - interacionista, thoroughly discussed in the teaching presencial, they can contribute in an effective way to the process teaching-learning in the education the distance.

Keywords: Teaching the distance. Learning theories. Partner-interacionistas. Significant learning.

CAMINHO

*Inútil seguir vizinhos,
querer ser depois ou ser antes,
cada um são seus caminhos.
Onde Sanches vê moinhos.
Don Quixote vê gigantes.
Vê moinhos? São moinhos.
Vê gigantes? São gigantes*

Antonio Gedeão (*poeta português*).

Os versos do poeta português Antonio Gedeão, abrem os nossos olhos para uma verdade inconteste: “*cada um são seus caminhos*”.

Extraímos sempre alguma informação de situações diversas, leituras ou pessoas que nos ajudam a ampliar o nosso saber para confirmar o que já sabemos e assim rejeitar determinadas visões de mundo ou incorporar novos pontos de vista.

Introdução

A EaD hoje entendida como uma forma bem mais abrangente do que a de preencher as lacunas do processo ensino-aprendizagem passa por uma

crescente adoção tanto nas instituições de ensino superior do setor privado quanto do público.

O crescimento recente dessa modalidade de ensino vem atrelado ao incremento e possibilidades das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e tem lidado de forma eficaz com problemas de política da educação integrando alunos e instituições de ensino à Sociedade da informação.

A EaD é também vista como uma modalidade alternativa de educação que se opõe a educação convencional, permitindo o acesso de milhares de alunos que ficavam fora do processo pela ausência de condições para o seu estudo e formação. Assim, a EaD cumpre um importante papel social de inserção e desenvolvimento.

Entender os fundamentos da EaD é o caminho para dar a essa modalidade a importância que ela exerce hoje no contexto educacional e romper paradigmas que destinam a ela um valor menor.

1 - História e contextualização da Educação a Distância no mundo e no Brasil .

Quando se trata de estabelecer uma cronologia ou um marco histórico inicial para a Ead não há consenso. Há autores como Moore e Kearsley (1996, *Apud*, Belloni, 2000) que identificam e trabalham com pelo menos três diferentes estágios ou gerações. A primeira geração foi marcada pelo estudo por correspondência, formato que predominou e ainda se mantém, cujo meio de comunicação era o material impresso, geralmente um guia de estudos com exercícios escritos e outras tarefas enviados pelo correio. Muitos dos cursos à distância espalhados pelo mundo ainda utilizam essa prática. Em função da tecnologia usada nessa geração, foi chamada de fase textual da EaD que teve vigência de 1890 a 1960.

Essa geração da EaD foi adotada em diferentes países em instituições

de ensino por correspondência. O objetivo maior dessa primeira geração da EaD foi atingir um setor da população que não tinha outra forma de acesso à educação por razões geográficas, por falta de escolas próximas, ou por outras impossibilidades. Nesse período o ensino se realizava sem nenhuma interatividade entre as partes numa atitude isolada de auto aprendizado apoiado apenas pelo material impresso.

A segunda geração da EaD teve o seu início nos anos 1970, com a criação das primeiras Universidades Abertas. Elas utilizaram uma visão sistêmica na implementação do projeto de educação à distância. As Universidades Abertas utilizaram além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo. Representaram uma transição para o surgimento da terceira geração de EaD. A Universidade Aberta (Open University) caracterizou a fase da EaD chamada de fase analógica onde iniciou a compreensão da universidade aberta como um sistema educativo. Tempo esse da democratização do saber onde a ideia era oferecer uma segunda oportunidade a grandes setores da população adulta, que não tinham acesso à educação quando estavam na idade escolar.

A grande marca dessa época foi a adoção de um novo modelo de EaD, não mais fundamentado no envio de materiais impressos por correspondência, mas combinando-o com reuniões, encontros presenciais, sessões periódicas de tutoria e emissões radiofônicas. Toda essa estrutura era respaldada por uma instituição pública que expedia a titulação. Esse período foi de 1960 a 1980

A terceira geração da EaD surge a partir da década de 1990 baseada na rede de computadores, recursos para conferências e multimídia. Essa universalização do conhecimento só foi possível em decorrência dos avanços tecnológicos. As novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) são recursos que podem ser interligados a vários campos da educação. Essa geração foi intitulada de fase digital e trouxe novos paradigmas para a educação. O marco dessa fase foi a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação baseadas em redes de computadores com alto grau

de interatividade dando um novo ritmo à educação.

Atualmente os autores já trabalham com o quarto estágio ou geração da EaD. Esse, marcado pelo uso da banda larga de comunicação, que oportuniza estabelecer e manter a interação dos participantes de uma comunidade de aprendizagem com muito mais qualidade e rapidez.

As tecnologias adotadas para a transmissão da informação, caracterizam a evolução do ensino a distância. A cada geração, novas tecnologias vão sendo incorporada As TICs deram uma importante contribuição para o avanço da EaD no mundo e no Brasil. E a perspectiva é que ela se consolide cada vez mais através dos avanços tecnológicos e que a sua área de atuação se estenda para diferentes áreas de formação.

Os pressupostos políticos, históricos e filosóficos da EaD contribuem para a compreensão da proposta e sua importância dentro desse mundo globalizado e as diferentes ciências que estudam o homem como um ser social prestam uma grande contribuição para que essa modalidade atenda com qualidade e eficiência a educação contemporânea.

A informação e o conhecimento devem estar atrelados a um projeto de educação que busque a formação do homem dentro de uma sociedade democrática e que esse mesmo homem possa contribuir significativamente para a construção democrática dessa sociedade.

Conceituar a Ead de forma consensual não é uma tarefa simples uma vez que a modalidade sofre influências constantes dos avanços científicos e tecnológicos da sociedade. Elementos comuns se fazem presentes em todos os conceitos, como; separação física de professores e alunos, ensino mediatizado por tecnologias, autonomia do aluno voltada para a pesquisa e a realização de projetos, entre outros.

A medida que a EaD vai se afirmando como uma nova e necessária modalidade da educação paradigmas vão sendo vencidos e a EaD surge como uma política social de inclusão uma vez que oportuniza o acesso de milhares de estudantes que antes estavam impossibilitados de frequentarem

uma academia por diferentes razões.

A forma como se dá a informação e o conhecimento em Ead também é um paradigma que aos poucos vai sendo superado e presta uma contribuição para a mudança do processo que ao longo dos anos se faz presente na educação convencional.

Cenário atual, Perspectivas e Políticas Públicas da EaD

As demandas tecnológicas, sociais e políticas têm exigido cada vez mais que as pessoas se qualifiquem para atender às exigências do mercado de trabalho.

É inegável que o sistema capitalista, aqui traduzido, por interesse econômico, tem exigido da educação que atenda o maior número de pessoas no menor tempo possível.

Para atender a essa pressão externa, as pessoas impossibilitadas de frequentar um ensino regular estão buscando a EaD como caminho para adquirir a tão necessária qualificação profissional.

Nessa busca, a EaD surge com objetivo de aumentar o acesso ao conhecimento diminuindo as barreiras geográficas e promovendo o atendimento ao aluno em sua própria localidade; facilitar o estudo pela flexibilização do local e horário; utilizar diferentes estratégias pedagógicas, atendendo a diferentes perfis e necessidade de desenvolvimento de competências.

Os novos tempos exigem uma aprendizagem contínua e autônoma.

Para que possamos refletir acerca das relações entre a demanda do mercado de trabalho atual e a formação requerida para atender essa demanda, precisamos considerar as mudanças pelas quais o trabalho vem passando ao longo das últimas décadas. Até meados do século passado os saberes eram vistos como estáveis e imutáveis e pertenciam apenas a um grupo privilegiado de especialistas. O sistema transmitia ao estudante uma formação definitiva que era passada de geração a geração. Mais até do que isso, os saberes eram

transmitidos, de forma quase inalterada a seus filhos ou a aprendizes (LÉVY, 1996).

Hoje a realidade é outra, este sistema está quase todo obsoleto e o conhecimento se renova de forma cada vez mais rápida trazendo sérias implicações para a formação profissional e o mercado de trabalho.

Nesse contexto vimos que no mercado de trabalho atual a especialização e a formação continuada ganharam destaque e a integração entre as tecnologias da informação e da comunicação ao processo educativo é imperativo para que a educação possa estar a serviço de uma sociedade que ao invés de saberes estáveis, privilegia a aprendizagem contínua e autônoma.

Ao se pensar a elaboração de cursos e atividades pedagógicas para esse novo tempo é mister que o centro da ação docente deve passar do ensinar para o aprender, e dentro dos quatro pilares da educação, o aprender a aprender se torna de real significância para promover a autoaprendizagem dos educandos e o desenvolvimento de competências necessárias para a busca da formação ao longo da vida. Esse modelo atende às mudanças da sociedade atual.

Quando falamos em informação e conhecimento é preciso estabelecer uma diferenciação entre esses dois conceitos. Autores mencionam que embora vivamos na sociedade do conhecimento, dotada de muitas informações disponíveis no ciberespaço, essas informações só se transformam em conhecimento quando são processadas, interpretadas e compreendidas pelo sujeito. Essa é a grande diferença entre informação e conhecimento.

No processo- ensino-aprendizagem de qualquer modalidade educativa, não só EaD, não basta disponibilizar a informação; é preciso considerar as peculiaridades do sujeito que ao recebê-la pode acolher, recusar e situar a informação para lhe dar sentido. Em sua pedagogia da autonomia Freire (1996) ratifica essa afirmação ao mencionar que promover autonomia não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para que o aprendiz promova a sua própria produção ou a sua construção.

Vista por essa ótica a relação pedagógica que se estabelece na EaD deve considerar a autonomia como a capacidade do aluno tomar para si a sua própria formação pois o mundo do trabalho exige não só que ele saiba lidar com essa profusão de informações mas sobretudo as utilize para se atualizar profissionalmente.

Ao analisar a EaD em seus estudos, Belloni (2000, p.64) ratifica a necessidade de se criar um planejamento pedagógico diferenciado para o bom êxito do uso das ferramentas tecnológicas no processo educacional, ao afirmar que:

As características essenciais das NTIC - simulação, virtualidade, acessibilidade a superabundância e extrema diversidade de informações – são totalmente novas (...) e sua utilização com fins educativos exige mudanças radicais nos modos de compreender o ensino e a didática.

Sendo assim, esse é o caminho para oportunizar uma aprendizagem autônoma e colaborativa na educação a distância.

Torna-se imperativo afirmar que isso não se faz à revelia do aluno. Ele é parte integrante desse processo e como tal precisa responder positivamente a toda estratégia elaborada para potencializar sua autonomia.

Compartilhamos com Moran; Masetto e Behrens (2000, p.16) o princípio de que: somente podemos educar para a autonomia, para a liberdade, com processos fundamentalmente participativos, interativos, libertadores, que respeitem as diferenças, que incentivem, que apoiem orientados por pessoas e organizações livres.

Ratifica-se então que a relação entre o uso das novas tecnologias e o desenvolvimento da autonomia do educando na EaD está imbricado na construção de ambientes colaborativos de aprendizagem como afirma Lévy (1999),

(...) se o paradigma conservador era baseado na transmissão do professor, na memorização dos alunos e numa aprendizagem competitiva e individualista, o grande encontro da era oral, escrita e digital na sociedade da informação enseja uma prática docente assentada na produção individual e coletiva do conhecimento.

A relevância da criação de ambientes colaborativos no processo de ensino e aprendizagem está presente nos estudos de Freire (1996) o homem apreende a realidade por meio de uma rede de colaboração na qual cada ser ajuda o outro a se desenvolver, ao mesmo tempo em que também se desenvolve, por meio de uma rede de colaboração na qual a ajuda é recíproca. Nas palavras do próprio Freire (1996, p.39) “ninguém educa ninguém, como também ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Na aprendizagem em EaD é necessário contextualizar informação e conhecimento. Esses conceitos possuem características próprias distintas um do outro .

A informação é o primeiro passo para conhecer. É o resultado da sistematização de dados que estavam soltos de alguma estrutura facilitadora para a sua compreensão. Conhecimento é o processo de percepção, decodificação, compreensão e incorporação de algumas informações que ao passar por esse processo passam a ter significação, sentido. Conhecer é relacionar, integrar, contextualizar, fazer nosso aquilo que vem de fora.

Conhecer é aprofundar os níveis da descoberta, é penetrar mais fundo nas coisas, é ir além da superfície. Ao aplicar eticamente os conhecimentos você adquire então a sabedoria. É um conhecimento que transforma, não só que acumula. É através do conhecimento que se dá a comunicação com uma nova visão do mundo e das pessoas.

Um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tornar a **informação significativa**, a escolher as informações verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma mais abrangente e profunda

e a torná-las parte do nosso referencial, já que fica o que **significa**.

Aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos. Aprendemos quando relacionamos, estabelecemos vínculos e laços entre o que estava solto, caótico, disperso, integrando-o em um novo contexto, dando-lhe significado, encontrando um novo sentido.

Aprendemos melhor quando, segundo Rubem Alves, como numa cebola, vamos descascando novas camadas que antes permaneciam ocultas à nossa percepção, o que nos faz perceber tudo de outra forma.

Aprendemos pelo pensamento divergente, através da tensão da busca; e pela convergência, através da organização e integração.

Aprendemos pela concentração em temas ou objetivos definidos, ou pela atenção difusa, se estamos de antenas ligadas e atentos ao que acontece ao nosso redor. Aprendemos quando perguntamos e questionamos.

Aprendemos quando interagimos com os outros e o mundo e, depois, quando interiorizamos, quando nos voltamos para dentro, fazendo nossa própria síntese, num reencontro do mundo exterior com a nossa reelaboração pessoal.

Aprendemos por interesse e por necessidade. Aprendemos mais facilmente quando percebemos o objetivo e a utilidade de algo, quando isso nos traz vantagens perceptíveis. Se precisarmos nos comunicar em inglês pela Internet ou viajar para fora do país, o desejo de aprender inglês aumenta e facilita a aprendizagem dessa língua.

Aprendemos também pelo estímulo, pela motivação de alguém que nos mostra que vale a pena investir num determinado programa ou curso. Um professor que transmite credibilidade facilita a comunicação com os alunos e estimula sua disposição para aprender.

Teorias de Aprendizagem – contribuições para as percepções da Educação a Distância

O processo ensino aprendizagem com as mídias é um desafio que, até agora, não foi enfrentado com a devida profundidade. Foram feitas adaptações do que já era conhecido. Com a expansão da EaD a educação começa a ser fortemente modificada e é imperativo que organizações, professores, estudante pensem novas formas para as situações apresentadas. Se as pessoas não mudam, as instituições não mudarão.

A tendência atual da educação brasileira pode ser caracterizada como construtivista, com ênfase na ideia interacionista de Vygotsky (1989) ou Paulo Freire (1993). Nesse contexto o aluno é visto como construtor do seu conhecimento, mas inserido numa sociedade e em uma cultura, que determina esse conhecimento. Assim, o ser que aprende a construir o seu conhecimento transforma a realidade, e o faz pela ação e reflexão. Esse é o conhecimento válido para a sociedade em que vivemos, um conhecimento que leva o ser humano a transformar o mundo em que vive. A escola pode e deve instrumentalizá-lo para isto.

O professor como problematizador dessa realidade ajuda o aluno a passar de um nível primitivo da consciência, para uma consciência crítica.

Abordaremos a seguir, alguns conceitos importantes das principais teorias de aprendizagem centradas no sócio construtivismo e que são relevantes para o desenvolvimento da aprendizagem na educação à distância.

Jean Piaget e a teoria da Equilibração – segundo Piaget, a construção do conhecimento acontece quando ocorrem ações físicas ou mentais sobre os objetos do conhecimento provocando o desequilíbrio. Esse desequilíbrio resulta em acomodação ou assimilação dessas ações através da construção de esquemas ou conhecimento.

Imagine-se diante de um conhecimento novo... há um desequilíbrio internamente pela falta do conhecimento. O que faz ? Busca no arquivo da memória alguma coisa que possa estar relacionada com esse conhecimento novo. Ao encontrá-lo, acontece a tranquilidade, a acomodação. Fazendo as ligações, então compreende-se e assimila o novo conhecimento.

Facil, não é mesmo? Fazemos isso constantemente. Essa é a teoria da Equilibração de Jean Piaget.

Esquema - em uma linguagem análoga, imaginemos um arquivo de dados na nossa cabeça. Os esquemas são as fichas desse arquivo onde está registrado tudo o que aprendemos, todo o nosso conhecimento. Esquemas são estruturas cognitivas ou mentais que se modificam com o desenvolvimento mental do ser humano.

Os esquemas cognitivos do adulto são derivados dos esquemas da criança e o que ocasiona a mudança nessas estruturas cognitivas são a assimilação e acomodação.

Assimilação - na assimilação, o indivíduo usa as estruturas que já possui. Ele incorpora a elas os novos elementos que capta do meio externo possibilitando assim a organização e a ampliação de seus esquemas(conhecimento).

Acomodação - é a modificação de um esquema em função do conhecimento a ser assimilado. Ela pode acontecer de duas formas: criando um novo esquema mental ou modificando um já existente. Cria-se uma nova ficha para o seu arquivo mental ou acrescenta em uma ficha já existente o conhecimento correspondente.

Equilibração - é o processo de passagem de uma situação de menor equilíbrio para uma situação de maior equilíbrio.

Jerome Bruner e a Aprendizagem por Descoberta- Bruner (1976) preocupa-se em induzir a participação ativa do aluno no processo de aprendizagem, contemplando a “Aprendizagem por Descoberta” que explora alternativas em um currículo em espiral.

Exploração de alternativas – pressupõe que o ambiente ou conteúdo de ensino deve proporcionar diferentes alternativas para que o aluno possa estabelecer relações e similaridades entre as idéias apresentadas oportunizando a descoberta de princípios ou relações.

Currículo em espiral - oportuniza ao aluno ver o mesmo tópico ou conteúdo de ensino em diferentes níveis de profundidade e modos de representação.

O modelo de aprendizagem estabelece que a abordagem utilizada deve estar voltada para a solução de problemas ao ensinar novos conceitos.

Bruner (1976) acredita que a solução de muitas questões depende de uma situação que seja apresentada como um desafio à inteligência do aprendiz e que existem dois tipos de motivação: intrínseca (de dentro para fora) e extrínseca (de fora para dentro). Para ele aprendizagem é também motivação. O professor deve estimular os alunos para a descoberta.

As contribuições destes modelos de aprendizagem para a EaD são especificar experiências de aprendizagem pelas quais o aluno tem de passar; relacionar um volume de conhecimento ao nível dos estudantes; escalonar as informações de modo que elas possam ser facilmente compreendidas.

Para o aluno aprender deve haver situações de desafio que o levem a resolver problemas.

Paul Ausubel e a Aprendizagem Significativa – é baseada em um modelo construtivista dos processos cognitivos humanos. e tem exercido enorme influência na educação. Ausubel afirma que :

O aprendizado significativo acontece quando uma informação nova é Adquirida mediante um esforço deliberado por parte do aprendiz em ligar a informação nova com conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva.(AUSUBEL et al.,1978, p.159).

Essa definição faz lembrar a teoria de Piaget na assimilação do novo conhecimento.

Para Ausubel, o mais importante no processo de ensino é que a aprendizagem seja significativa, ou seja, fazer algum sentido para o aluno. Caso contrário acontece o que ele chama de aprendizagem mecânica onde a pessoa decora fórmulas, leis, macetes e os esquece logo após a avaliação.

Para que a aprendizagem significativa ocorra é preciso duas condições:

- disposição do aluno para aprender. Caso ele não queira de fato aprender, a aprendizagem será mecânica.
- Todo o conteúdo a ser apresentado tem que ser significativo, cada aprendiz faz uma filtragem da significância ou não do material que lhe é apresentado.

A teoria de Ausubel se opõe à teoria de Bruner quando afirma que para aprender não precisa de motivação. A motivação ocorre quando o aluno aprende algo, há uma satisfação inicial que desencadeia um processo de estímulo para que a aprendizagem continue se desenvolvendo. A motivação é a própria aprendizagem significativa.

Então, comece a pensar como a Teoria de Ausubel pode ajudar na aprendizagem na EaD. É um questionamento interessante pois diz respeito à sua própria aprendizagem.

Lev Semyonovitch Vygotsky e o interacionismo- a teoria é baseada na concepção de que a interação social possui um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e todo desenvolvimento cultural de uma pessoa aparece primeiro no nível social (interpessoal), ou seja, entre pessoas, e depois no nível individual (intrapessoal), dentro de si próprio.

Segundo o autor a aprendizagem e o desenvolvimento social têm a sua origem na interação social.

Vygotsky (1998) Afirma que o ser humano possui três estágios de aprendizagem:

- **Nível de desenvolvimento real** —é a capacidade que o indivíduo tem de solucionar independentemente as atividades que lhe são propostas;
- **Nível de desenvolvimento potencial** — capacidade do aprendiz de solucionar as atividades propostas sob a orientação de uma outra pessoa mais capaz ou em cooperação com colegas mais capazes;

- **Zona de desenvolvimento proximal-** é o nível intermediário entre o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial.

Da teoria para a prática

Na prática educacional a aplicação da Teoria de Vygotsky requer que o professor reconheça a ideia da “zona de desenvolvimento proximal” e estimule o trabalho cooperativo potencializando o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Contribuições da Teoria para a Educação a Distância

O trabalho cooperativo está presente na EaD nos ambientes colaborativos de aprendizagem, através dos computadores, internet e tecnologias associadas, criando um espaço conjunto de aprendizagem e valorizando este tipo de abordagem.

O nível de desenvolvimento potencial é um outro conceito de Vygotsky presente na Educação a Distância e refere-se à necessidade da intervenção do professor/tutor para apoiar o aluno na realização de uma tarefa complexa, que por si só ele seria incapaz de realizar.

Paulo Freire e a Teoria Dialógica

Entre tantos teóricos de nacionalidades diversas, não podemos deixar de abordar essa teoria que é de um brasileiro que desenvolveu sua teoria na tentativa de colaborar com a qualidade da educação em nosso país e muito tem contribuído para a eficácia do ensino em EaD.

A preocupação maior de Freire é a construção de uma nova sociedade, em que ensinar não é transmitir conhecimentos, mas sim é a consciência de que nada está acabado, concluído. A capacidade de intervir sobre os nossos próprios condicionamentos, pois somos seres únicos. Exige bom senso e

apreensão da realidade.

Vamos entender melhor esse conceito do “inacabamento” de Freire?

O que ele propunha? Romper com a forma depositária de transmissão de valores e conhecimentos, onde a relação existente entre professor e aluno é de um sujeito narrador, detentor do saber absoluto e alunos passivos e pacientes só ouvindo. Ele chamou isso de educação bancária. O professor deposita conhecimento em um banco que é o aluno.

Ele ressalta ainda a importância da contextualização dos temas ao cotidiano e valores do aluno.

Somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, ambos mediatizados pela realidade, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. (FREIRE, 1983, p.75).

Na sua metodologia, Paulo Freire concebia o aluno como aquele que se descobre como sujeito de um processo histórico. A educação problematizadora rompendo com os esquemas verticais superando a contradição entre educador e educandos.

Assim, não existiria educador do educando, nem educando do educador, mas educador-educando e educando-educador, onde quem ensina, aprende e quem aprende também ensina.

Aprendizagem Colaborativa

A aprendizagem colaborativa é um conjunto de métodos e técnicas de aprendizagem para a utilização em grupos estruturados, como os grupos de EaD, com competências mistas de desenvolvimento pessoal e social onde cada membro do grupo é responsável pela sua aprendizagem e também pela aprendizagem do restante do grupo.

Na aprendizagem colaborativa o grupo é interdependente, tem um

objetivo único a alcançar, trabalham em conjunto para isso, facilitam a aprendizagem dos componentes do grupo e também de outros grupos.

A aprendizagem colaborativa deve levar em conta a questão da interação que leva ao encontro daquilo que foi proposto por Vigotsky, acerca da ZPD (Zona de Desenvolvimento Proximal) aqui tratada como um dos elementos que ajudam a efetivar a aprendizagem a partir das interações entre os pares. Essa é uma questão conceitual de grande relevância na aprendizagem colaborativa. Outra questão conceitual relevante é oferecida pela Teoria de Piaget e vem dar suporte a aprendizagem colaborativa, trata-se da colaboração e da cooperação construída pela reciprocidade e não pela coerção, entendida como a aprendizagem que se dá em conjunto e torna cada cidadão ser o agente de sua própria aprendizagem.

Assim sendo, esse cidadão, agente de sua própria aprendizagem vem dar corpo à Teoria Dialógica de Paulo Freire, onde passa a se perceber como sujeito de um processo histórico.

Um dos objetivos da aprendizagem colaborativa é melhorar o trabalho em equipe. Essa interação define e distingue essa modalidade de aprendizagem das demais.

O grupo não trabalha com liderança, todos são líderes e responsáveis. As atividades são elaboradas para exigir a colaboração e não a competição. Esse grupo ou grupos formam o que chamamos de comunidades virtuais que compartilham interesses comuns, através da internet ou outras redes que oportunizem essa colaboração.

Os marcos distintivos da educação a distância não são somente a separação física de seus atores e o espaço geográfico. A interatividade e a interação também são vistas como marcos distintivos da Ead e por isso são de grande relevância para essa modalidade de ensino.

Existe, de acordo com alguns autores, uma diferença entre esses dois conceitos. A interação é o encontro de duas pessoas onde acontece a intersubjetividade e pode se dar de maneira direta ou indireta. A interatividade é

a potencialidade técnica oferecida por determinado meio e a atividade humana do usuário de agir sobre a máquina, e de receber em troca uma “retroação” da máquina sobre ele.

Entretando a interatividade não pode se reduzir ao contato do usuário com o meio de comunicação. A interação dialógica deve estar presente em todo o contexto de EaD.

A linguagem é um importante elo de comunicação em toda proposta de EaD. Ela além de ser condição para o processo educativo exerce um papel social. É por esse razão que a linguagem usada em Ead difere do contexto usual na educação formal.

Considerações Finais

A partir das análises apresentadas pode-se perceber que é pertinente e necessário estabelecer algumas estratégias que podem ser concebidas no sentido e na prática de se estabelecer uma aprendizagem significativa na modalidade da educação a distância como acontece em outras modalidades. Assim, a aprendizagem em qualquer modalidade deve estar calcada em um suporte teórico que evidencie as concepções relativas à construção do conhecimento e ao modo como ele ocorre na percepção do aprendiz.

Ao tomar posse das teorias da aprendizagem torna-se mais fácil e eficaz a adoção de estratégias pedagógicas necessárias para consolidar todos os aspectos teóricos do processo ensino-aprendizagem desde as atividades mais simples até as mais complexas.

Aprender em EaD exige um cuidado específico pois ela se transformou em uma nova modalidade de se produzir o conhecimento. E para chegar a esse conhecimento vamos entender a distinção entre informação e conhecimento. A informação sistematiza dados que estavam soltos para serem transmitidos ao aprendiz, o conhecimento se dá quando esse aprendiz incorpora e compreende essa informação e a utiliza na comunidade onde vive, em seu cotidiano, em

sua vida.

Pensar novas formas de aprender e ensinar é imperativo nos cursos de EaD. Essas novas formas devem levar em conta teorias de aprendizagem que são essenciais no ensino presencial e que passam a ser incorporadas por essa nova modalidade buscando tornar o processo mais transparente para o aluno e mais eficaz na sua formação acadêmica.

Referências:

AUSUBEL, D P et al. . **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: EdInteramericano, 1980

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas, SP.: Autores Associados, 1999.

BRUNER, J.S. **Uma Nova Teoria da Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1976.

EMERENCIANO, M. S.; Wichert, J. Scarpini, M. L. 1998. **Concepção integrada**. Universa: Brasília, (Eixo Temático I, UEA 4, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação a Distância)

FREIRE, P. **Conscientização - teoria e prática da libertação**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980

FURTADO, E., Lincoln F. Furtado V. Raimir H. 2001, **Um sistema de aprendizagem Colaborativa de Didática utilizando Cenários**. Revista Brasileira de Informática na Educação. UFSC. Vol. 8 Abril.

GONZALEZ, M. **Fundamentos da tutoria em Educação a Distância**. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

Manual de criação e elaboração de materiais para educação à distância. Editora Universidade de Brasília, Brasília. Landim, C. M. M. P. F. (1997).

.MORAN, J.M. **Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento**. Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. URL:<<http://www.eca.usp.br/eca.prof/moran>> Acesso em 01/04/2012.

NUNES, I. B. (1992). **Noções de Educação a Distância**. Revista de Educação a Distância, nos. 4/5 , dezembro/93-abril/94. Brasília: INED. Palloff, M. R. Pratt. K. 2004.

TRIPATHI, A. K. (1997) **Comentário realizado na lista de discussão:DEOS-L@lists.psu.em**.(em 12.11.1997)

VYGOSTKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR E BOA FORMAÇÃO DE DOCENTES, UMA NECESSIDADE URGENTE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

James Crawford Fernandes Junior*

Resumo: Este artigo discute a necessidade de se valorizar o professor para que tenhamos um ensino universalizado. O texto aponta o surgimento da desvalorização da profissão e traz algumas sugestões para uma valorização do professor e como essa valorização está diretamente ligada à qualidade de ensino. O artigo mostra que os principais problemas que acarretaram nesta desvalorização são a má formação do professor, os salários baixos, a falta de profissionais no mercado. E traz os resultados de duas pesquisas, uma que mostra que o perfil do professor na educação básica de hoje, e outra que mostra que os alunos que estão saindo do ensino médio não tem um curso de licenciatura como primeira opção no vestibular e aqueles poucos que tem quase sempre são alunos fracos que não se sentem capazes de concorrer a uma profissão mais valorizada.

Palavras-chave: Universalização do ensino. Formação de professores. Educação básica. Valorização do professor

Abstract: This article discusses the necessity to value the teacher in order to have a universalized teaching. The text points the start of devaluation of the profession and provides some suggestions to a valuation the teacher and how this valuation it's directly linked to the quality of the teaching. The article shows that main problems causing of this depreciation it's the bad formation teacher, the low wages and the lack of professionals. The paper shows results of two surveys, one that shows the today's basic education teacher profile, and another that highlights that the students which are finishing the high school

* Aluno do Programa de Mestrado em Educação da UCB, na disciplina Filosofia e Ética da Educação, com o Prof. Dr. Luiz Síveres. Professor na Faculdade FINOM. E-mail: jamescrawfordjr@yahoo.com.br

don't have graduation for teach as first choice for college, and these few students that choose it, at the most of times are weak students that don't feel able to compete for a more valued profession.

Keywords: Universalization of the teaching. Teachers' formation. Basic education. The teacher's valorization

O principal objetivo desse artigo é entender em que momento o professor brasileiro começa a ser desvalorizado no país e fazer uma reflexão acerca da necessidade de recuperar o valor dos professores, o que passa não só por um aumento significativo de salário e atitudes governamentais para a melhoria nas condições de trabalho, mas também por uma formação de qualidade, respeito e reconhecimento da importância do professor para a vida e a formação de toda e qualquer pessoa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) previu a universalização da educação básica. O Ensino Fundamental já é universalizado no país e estamos caminhando para a universalização da educação básica como prevê a lei nº 12601/09 de Cristovam Buarque que foi aprovada em 27/10/2009, mas ela não cita a qualidade de ensino. Isso se deve, porque o ECA foi escrito na década de 90, quando a discussão focava apenas a questão da universalização de toda a Educação Básica.

Apesar de ser muito novo, o ECA é de outra época. A discussão que se fazia na década de 90 era mesmo sobre a quantidade. O ECA significa um grande salto de qualidade no Brasil ao deixar de colocar a criança como culpada: elas têm direitos e deveres também. E isso se aprende dentro da escola, aponta a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria do Pilar. (MOVIMENTO DAS CIDADES PELA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2011)

TARANTO, MORENO e NESPOLI, disseram no artigo: “*O desafio da universalização do ensino médio*” que: “... não basta frequentar a escola, é

preciso alcançar os níveis de escolaridade básica e, obviamente, atingir níveis de aprendizagem adequados aos anos de estudo acumulados pelos jovens brasileiros.” (TARANTO, MORENO, NESPOLI, 2006).

Ou seja, não basta só disponibilizar vagas a todos – quer seja no Ensino Médio ou no Fundamental – é preciso que esse jovem tenha um ensino formador que o torne um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

A desvalorização do professor é sim um assunto muito sério, que em muito preocupa a todos da área e começa com o militarismo no Brasil:

Em relação à formação docente, a LDB de 1961 nada determinou de diferente em termos do que era feito até então. Entretanto, com o estabelecimento do Tecnicismo e como consequência do tipo de governo imposto ao Brasil em 1964, os professores progressivamente passaram a representar um papel cada vez mais secundário no processo pedagógico de ensino e de aprendizagem.(MORAIS, 1989, pp. 121-121).

Nesse período a quantidade de vagas oferecidas para professores aumenta significativamente, ocasionando nas últimas décadas uma mudança no perfil das pessoas que se interessam pela carreira de professor. São “na grande maioria, alunos de escolas publicas e viveram, como seus alunos, a mesma crise educacional e passaram pelos mesmos problemas e dificuldades, inclusive o de superar, na escola, as diferenças de ambiente cultural e linguístico” (FRANCHI, 1995, p. 35); o que leva a pensar numa popularização da profissão docente que passa a ser exercida agora por pessoas num capital cultural muito próxima ao de seus alunos. “Naturalmente tal mudança acarreta alterações também nas expectativas, autoestima, parâmetros para a construção da identidade profissional dos professores, entre outros fatores” (SANTOS, 2007, p. 131).

Não existe dúvidas de que o professor deve conhecer e entender o mundo no qual o aluno está inserido, mas deve também, ser capaz de apontar a eles, outras perspectivas, como afirma Antônio Joaquim Severino no livro

“Educação Sujeito e História”:

A fecundidade do trabalho do futuro profissional da educação depende de que ele conheça adequadamente os educandos que interagirão com ele. Estes constroem sua identidade num processo cotidiano de desenvolvimento, num ambiente muito concreto onde se cruzam muitas influências. O educador precisa discernir os aspectos do complexo relacionamento dos sujeitos com seu ambiente natural e social. Ao mesmo tempo, deve conhecer o mais possível os processos psicológicos relacionados à conduta humana e ao modo de ser no mundo. (SEVERINO, 2001, p. 148)

O salário baixíssimo pago aos professores em todo o país, principalmente na rede pública, é prova de tal desvalorização e pauta de grandes discussões em vários meios, além de tornar a profissão pouco atrativa a bons profissionais e de desestimular aqueles que já exercem a profissão.

Há aqueles que afirmam que aumentar o salário dos professores resolveria o problema. Mas há controvérsias, uma vez que os professores que estão nas escolas já se acostumaram a trabalhar dois ou três turnos por dia, e não seria apenas ganhando mais que estes professores não fariam isso. É preciso sim aumentar o salário do professor, mas também é preciso arrumar um meio que faça com que esse professor trabalhe exclusivamente num cargo. Uma saída seria uma bonificação considerável para aqueles que trabalham em regime de dedicação exclusiva.

Evidentemente um salário mais digno atrairia profissionais melhor qualificados para o meio, aumentando assim a qualidade do ensino oferecido hoje que se encontra bastante precário. Ou seja, um aumento significativo de salário ajudaria em muito a resolver o problema da baixa qualidade de ensino no país, principalmente em longo prazo. Uma vez que as pessoas que estão atualmente em sala de aula se sentiriam mais incentivados a se preparar melhor suas aulas e até mesmo buscar cursos de formação continuada e um salário melhor atrairá, com certeza, profissionais melhor preparados para

exercerem tal profissão.

Transformar a licenciatura em profissão mais atrativa para jovens em formação ajudaria em muito a solucionar outro problema grave no país, pois mesmo tendo muitos professores que dobram o cargo em todo o país, ainda há uma notável carência de professores em todo o país. Alguns dos motivos para a carência de professores no mercado de trabalho é a desvalorização da profissão, tanto pela sociedade quanto pelo governo, além da má formação destes ainda na academia. Existem muitos jovens que entram na graduação, com o sonho de ser professor, mas são tão mal formados que acabam por desistir. Existem também aqueles professores que são formados em outras áreas, mas que, por motivos diversos, acabam por se aventurar a serem professores, muitas vezes de disciplinas que não são afins com as suas áreas de formação.

No artigo “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro” organizado pela Secretaria de Educação de Minas Gerais que fez uma reflexão com base nos resultados do censo escolar de 2007, têm-se que dos 736.502 professores que atuam nas séries finais do ensino fundamental, apenas 540.496 (73,4% do total) possuem alguma licenciatura de nível superior – que é a exigência mínima para que ele esteja em sala de aula. O artigo revela também que quase 57% dos professores atuam em até quatro turmas e que 60,7% deles ministram apenas uma disciplina. Desse modo, já aparece, aqui, um número expressivo de docentes que assume uma carga de trabalho mais elevada, expressa em uma quantidade maior de disciplinas.

A tabela abaixo apresenta quem são os professores que atuam no ensino fundamental que possuem ou não alguma formação superior. Vale ressaltar que os dados apenas dizem se o professor tem ou não formação superior, mas não diz se é em área afim àquela que o mesmo atua. E mais: trouxe todos os dados sobre a formação do docente. Um detalhe importante da tabela é que um mesmo professor pode ter até três cursos– 11,36% deles têm mais de um curso de graduação –, pode-se notar também (na última coluna) que a porcentagem

dos professores sem licenciatura é baixa, porem é bastante expressiva. Como é o caso dos 8,5% de professores de pedagogia e ciências da educação, 8,6% dos de filosofia, 14,3% dos teólogos.

Área de formação da graduação	Professores* do ensino fundamental - anos finais				
	TOTAL		Com licenciatura	Sem licenciatura	
	NÚMERO	%	NÚMERO	NÚMERO	%***
BRASIL	646.105	100	603.527	42.578	6,6
LETRAS/LITERATURA/LINGUA PORTUGUESA	106.220	16,4	101.335	4.855	4,6
PEDAGOGIA/CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	79.370	12,3	72.647	6.723	8,5
MATEMÁTICA	69.289	10,7	65.840	3.449	5,0
HISTÓRIA	60.759	9,4	58.188	2.571	4,2
LETRAS/LITERATURA/LINGUA ESTRANGEIRA	51.019	7,9	48.492	2.527	5,0
GEOGRAFIA	49.692	7,7	47.374	2.318	4,7
EDUCAÇÃO FÍSICA	47.629	7,4	45.076	2.553	5,4
CIÊNCIAS	38.848	6	36.850	1.998	5,1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	34.462	5,3	32.817	1.645	4,8
BELAS ARTES/ARTES PLÁSTICAS/EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	22.876	3,5	21.540	1.336	5,8
ESTUDOS SOCIAIS	7.770	1,2	7.321	449	5,8
FILOSOFIA	5.504	0,9	5.033	471	8,6
QUÍMICA	5.184	0,8	4.819	356	6,9
CIÊNCIAS SOCIAIS/SOCIOLOGIA	5.110	0,8	4.803	307	6,0
FÍSICA	4.647	0,7	4.322	325	7,0
RELIGIÃO/TEOLOGIA	3.753	0,6	3.215	538	14,3
DEMAIS CURSOS**	53.973	8,4	43.855	10.118	18,7

Fonte: Mec/Inep/Deed 2007

*O mesmo professor pode possuir mais de uma formação (até três).

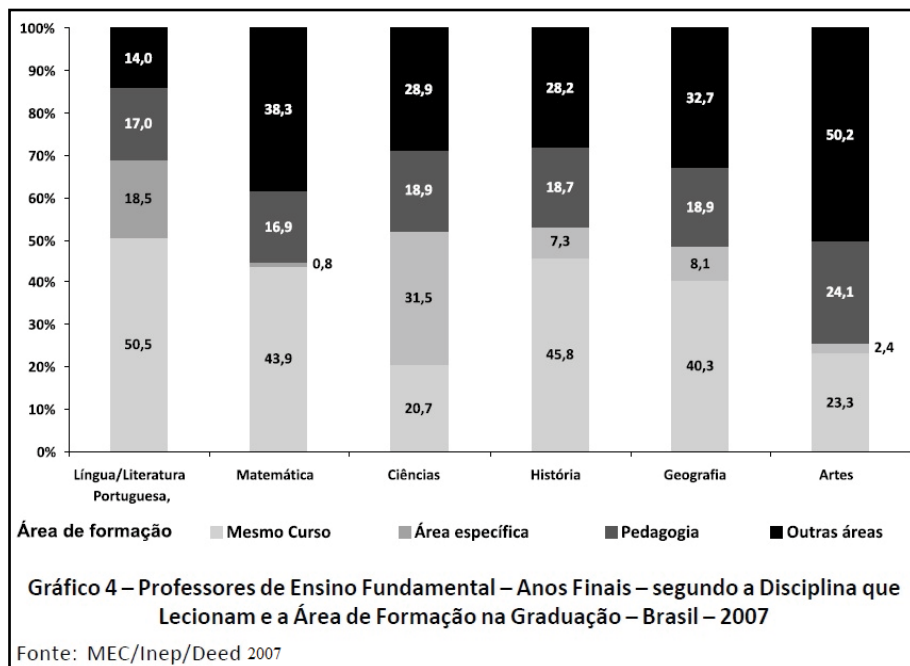
**Inclui todos os cursos com proporções de professores inferiores a 0,5%.

***Porcentagem dos professores sem licenciatura em relação ao total de professores que lecionam naquela disciplina

O estudo também faz uma análise sobre a adequação do curso de graduação dos professores às disciplinas em que atuam, a partir de um critério de equivalência entre o que foi visto, pelo professor, na graduação e o que será ensinado **por ele** na educação básica. O estudo destaca que a disciplina Língua/Literatura Portuguesa possui apenas 50,5% dos professores **com** formação na mesma área e 18,5% têm formação em área equivalente e a que possui maior número de professores com formação na própria área ou em área equivalente.

Para se ter uma ideia, apenas 44,7% dos professores de matemática

tem formação adequada – formação em Matemática ou em cursos afins – 53,1% dos docentes de História estão na mesma situação e apenas 48,4% dos docentes de Geografia tem formação adequada à disciplina que leciona. Segundo o estudo a pior disciplina é Artes com apenas 25,7% dos docentes. Veja o gráfico abaixo:



Tal estudo ressalta um grande empecilho para uma educação de qualidade em todo o país, uma vez que para se melhorar a qualidade do ensino na educação básica, precisa-se primeiro ter bons professores atuando em tal nível de ensino, mas se há professores atuando fora da sua área formação, com certeza a qualidade das aulas ficam comprometidas.

Muitas vezes o professor que atua fora da sua área de formação busca um curso superior para tentar aprender aquilo que não sabe ou tem dificuldade

para ensinar em sala de aula, mas o que encontra são disciplinas que não tem outra ligação com o que ele quer aprender da educação básica senão o fato daquilo ser pré-requisito para as disciplinas.

O ensino superior realmente precisa formar pesquisadores, formadores de um saber que vai além da educação básica, porém deve haver uma separação dos cursos, uma licenciatura voltada para uma formação completa do professor, não só nas questões didáticas (que atualmente é quase que a única diferença entre o curso de licenciatura e bacharelado em matemática, por exemplo), mas também de conteúdos. É necessário que seja ensinado na academia, ao professor de ensino médio, aquilo que ele não sabe e tenta ensinar em sala de aula.

Um exemplo é o curso de Licenciatura em Matemática de 3 anos, cujo público alvo deveria ser esses professores que estão em sala lecionando matemática, mas muitas vezes são formados em cursos que não estão nem entre as Ciências Tecnológicas. Mas tal curso quer ensinar a estes professores disciplinas como Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra Linear, Geometria Analítica, Equações Diferenciais, entre outras, que não são nem sequer comentadas na Educação Básica. A única coisa que tais disciplinas têm em comum com a educação básica, são os conteúdos de Matrizes, Sistemas Lineares – conteúdos esses que não estão mais no currículo de Ensino Médio na rede pública de Minas Gerais – e Funções, esse último apenas a parte de construção de gráficos de funções que vão além daquilo que é trabalhado no Ensino Médio. E, quanto às disciplinas didático-pedagógicas que, como é colocado por Severino: “A segunda limitação é que, no atual modelo de curso de licenciatura e pedagogia, o aluno recebe apenas alguns elementos teóricos e técnicos, cumprindo umas poucas horas de estágio em situações precárias.” (p. 144) o que acaba atrapalhando a existência de disciplinas “extras” com a finalidade de tratar de disciplinas que realmente interessem ao aluno, ou de disciplinas com uma carga horária maior para que possam ser trabalhados os conteúdos pré-requisitos com mais objetividade.

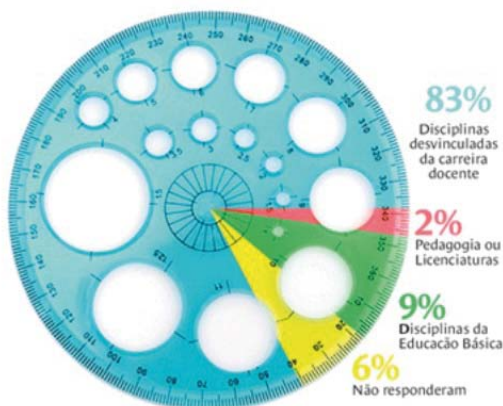
Outro problema que atrapalha a valorização do professor é tal profissão ser vista como pouco importante para a sociedade. Rodrigo Travitzki diz no artigo “Como Valorizar o Professor Brasileiro” no site Rizomas que “Precisamos recuperar a dignidade daqueles que tentam proteger a cultura num mundo que desvaloriza aquilo que dura muito por que é pouco rentável.” Fábio Takahashi destaca, em uma de suas reportagens (Folha- 09/06/2008), uma importante limitação na busca pela valorização do professor brasileiro:

O Brasil atrai para o magistério os profissionais que possuem mais dificuldades acadêmicas e sociais (...).Uma das constatações do levantamento é que apenas 5% dos melhores alunos que se formam no ensino médio desejam trabalhar como professores da educação básica, que abrange os antigos primário, ginásio e colegial. Os pesquisadores delimitaram o patamar de estudantes “top” naqueles que ficaram entre os 20% mais bem colocados no Enem 2005 (Exame Nacional do Ensino Médio, do governo federal). Dentro do grupo dos melhores, 31% querem a área da saúde e 18%, engenharia, afirma o levantamento. Com base nos questionários do Enade (o antigo provão), o estudo identificou que os alunos de pedagogia (curso que forma professores para os primeiros anos do ensino fundamental) vêm de famílias de baixa renda e têm mães com pouca escolarização -- condições que apontam maiores chances de dificuldades acadêmicas.(TAKAHASHI, 2008)

Pesquisa divulgada no site da revista Nova Escola, encomendada pela Fundação Victor Civita à Fundação Carlos Chagas, mostra que 83% dos alunos do Ensino Médio têm como primeira opção cursos desvinculadas da carreira docente conforme gráfico abaixo:

Uma profissão desvalorizada

Só 2% dos entrevistados pretendem cursar Pedagogia ou alguma Licenciatura, carreiras pouco cobiçadas por alunos das redes pública e particular



Fonte: Pesquisa Atratividade da Carreira Docente no Brasil (FVC/FCC) 2007

Segundo o site, a pesquisa foi feita com 1501 estudantes de 3º ano em 18 escolas públicas e privadas de 8 cidades. A pesquisa também quis saber por que os jovens não escolheriam a profissão de professor como primeira opção para o vestibular. Veja algumas respostas publicadas:

“Se por acaso você comenta com alguém que vai ser professor, muitas vezes a pessoa diz algo do tipo: ‘Que pena, meus pêsames!’”.

Thaís, aluna de escola particular em Manaus, AM.*

“Se eu quisesse ser professor, minha família não ia aceitar, pois investiu em mim. É uma profissão que não dá futuro.”

André, aluno de escola particular em Campo Grande, MS.*

** Os nomes dos alunos entrevistados foram alterados para preservar a confidencialidade da pesquisa*

A pesquisa foi feita com pouquíssimos alunos se considerarmos a quantidade de alunos que temos em todo o país – 18 escolas e 8 cidades é um número muito pequeno em comparação com Brasil – mas retrata muito bem

tudo o que está sendo discutido neste artigo: o professor brasileiro tem uma imagem muito ruim em todo o país. Ninguém quer ser professor, pois se tem a imagem de que o professor ganha muito pouco, tem uma profissão ruim, é pouco valorizado. É comum os jornais trazerem notícias de professores sendo agredidos dentro de sala de aula, como aconteceu com uma professora do 6º ano do Escola Estadual Temístocles Rocha em Paracatu/MG, que após separar uma briga entre dois alunos, um deles deu-lhe um forte soco no rosto, bem próximo ao nariz da professora. A mesma procurou o conselho tutelar e a polícia para tomar providências contra o aluno, mas o conselho tutelar não permitiu nem mesmo que fosse feito o boletim de ocorrência contra o menor e nem que a escola tomasse qualquer outro tipo de providência, apenas foram chamados os pais e sugerido que eles levassem a criança a um psicólogo. Tal fato ilustra muito bem uma foto que vem circulando nas redes sociais e segue a abaixo para que possamos refletir um pouco:



Ultimamente têm aparecido propagandas de valorização dos professores na televisão, também é muito comum imagens de apelo e valorização de professores nos sites de relacionamento por toda internet. Além disso, ouve-se muito falar em programas governamentais com o objetivo de valorizar o professor, um exemplo é o “Programa Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica” cuja pretensão é dar formação adequada aos professores que estão em sala de aula e atuam em áreas distintas das áreas de formação ou não tem uma formação adequada.

Muitas vezes a própria escola desvaloriza o professor com atitudes simples, mas que certamente deixa o professor em segundo plano dentro da escola. É de extrema importância que a escola comemore datas importantes no decorrer do ano e promova eventos esportivos. O problema é a escola usar os horários de aula dos alunos para promover tais eventos comemorativos. Estes deveriam acontecer no contra turno das escolas, pois quando a instituição tira o aluno de dentro de sala de aula para ensaiar o desfile de 7 de setembro, por exemplo, ela diz ao aluno que aquele desfile é muito mais importante do que aula que o aluno deixa de assistir. E as coisas pioram muito quando a escola premia o aluno com pontos – em algumas ou em todas as disciplinas. Tudo isso mostra ao aluno que o que é realmente importante é apenas a nota acima do exigido no final do ano, se ele aprendeu ou não alguma coisa tem pouca ou nenhuma importância e assim a figura do professor se faz cada vez mais dispensável e menos admirada em sala de aula.

Referências:

FREIRE, Zélia Nolasco. **A valorização do professor é fator decisivo para uma educação de qualidade.** Disponível em: <<http://www.erasmobraga.com.br/artigos/a-valorizacao-do-professor-e-fator-decisivo-para-uma-educacao-de-qualidade>> Acesso em: 29/05/2012

GOULART, Linda Taranto. SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno, NESPOLI, Vanessa. **O desafio de universalização do ensino médio.** 8 mai. 2006. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/linda_t_goulart_ensino_medio.pdf> Acesso em: 27/05/ 2012

MOVIMENTO DAS CIDADES PELA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Após a universalização do ensino, o desafio é a qualidade da aprendizagem. Minas Gerais.** Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/cidadespelaeducacao/uploadAddress/artigo%5B52688%5D%5B53757%5D%5B62138%5D%5B10185%5D.pdf>> Acesso em: 05/12/2011, não está mais disponível na internet.

PESTANHA, Maria Inês, e mais 9 autores. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro**: Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. 2009. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/Estudo_Professor_1.pdf> Acesso em: 6/12/2011

PORTAL MEC. **Plano Nacional de Formação de Professores. Minas Gerais**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13583&Itemid=970> Acesso em: 26/05/2012

REVISTA NOVA ESCOLA. **Ser professor: uma escolha de poucos**. Minas Gerais. Disponível em:

<<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/carreira/ser-professor-escolha-poucos-docencia-atratividade-carreira-vestibular-pedagogia-licenciatura-528911.shtml>>

Acesso em: 25/05/2012

SANTOS, Benerval Pinheiro. **Paulo Freire e Ubiratan D'Ambrósio: Contribuições para a formação do Professor de Matemática no Brasil. Pós-Graduação da Faculdade de Educação** da Universidade de São Paulo. 2007. Tese. Disponível em:

<<http://www2.fe.usp.br/~etnomat/teses/PauloFreireeUbiratanDAmbrosio.pdf>> Acesso em: 23/05/2012

TRAVITZKI, Rodrigo. **Como valorizar o professor brasileiro?** Disponível em:

<<http://rizomas.net/educacao/o-educador/95-como-valorizar-o-professor-brasileiro.html>>

Acesso em 27/05/2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Minas Gerais, 12 nov. 2011. Disponível em:

<http://www.uern.br/nead/pics/livro_PDE.pdf>

SEVERINO, A. J. . **Educação, Sujeito e História**. São Paulo, Editora Olho D'água, 2001. 176 p.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA ESCOLA: O PROFESSOR DO SÉCULO XXI

Julia Jose Pinto*

Resumo: O presente estudo aborda reflexões sobre o planejamento e as ações participativas na escola. Através da revisão literária percebe-se que desenvolver atividade a partir de um planejamento participativo, comunitário, político, envolvendo ações conjuntas da escola, família, e comunidade, sendo essas ações um desafio do tempo. O planejamento já faz parte de antigas políticas educacionais, mas sua implementação ainda esbarra em dificuldades de tempo e espaço. O papel da direção e da equipe tem valor significativo em compreender as necessidades de seu corpo docente, dos alunos e da comunidade. É fundamental que haja interação entre as necessidades do aluno e os objetivos pedagógicos. Percebe-se que uma escola democrática onde o gestor envolve toda a comunidade escolar no planejamento participativo, fundamenta-se em bons e grandes resultados.

Palavras chave: Educação. Escola. Planejamento. Professor do Século XXI

Abstract: The present study approaches reflections on the planning and the actions participativas in the school. Through the literary revision it is noticed that to develop activity starting from a planning participatory, community, political, involving united actions of the school, family, and community, being those actions a challenge of the time. The planning is already part of old education politics, but their implementation still bumps into difficulties of time and space. The paper of the direction and of the team their has significant value in understanding the needs of their faculty, of the students and of the community. It is fundamental that there is interaction between the student's needs and the pedagogic objectives. It is noticed that a democratic school where the manager involves the whole school community in the participatory

* Professora de História no Estado de Minas Gerais, Licenciada em História, Geografia e aluna do curso de Pós – Graduação Lato Senso Especialização em História da África na Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM . E-mail: juliajosepinto@hotmail.com

planning, it is based in good and big results.

Key words: Education. School. Planning. Teacher of the XXI Century

1. Introdução

Este estudo tem como temática central, o trabalho coletivo na escola; o mesmo tem a pretensão de identificar e propor medidas concretas para a construção da convivência democrática na escola, junto à comunidade, por meio de parcerias.

As novas formas de organização escolar têm trazido dúvidas e inquietações a aqueles que participam do processo educativo; profissionais da escola, alunos e pais. As mudanças que vêm acontecendo exigem iniciativas que garantem às proposições legais, no impacto da significação da comunidade escolar na ação docente.

As mudanças no mundo, como a globalização, as inovações tecnológicas e avanço da ciência, levam esses profissionais a uma revisão de valores e conceitos. Paralelamente, vivencia-se também o desafio de se acatar novos projetos para a educação brasileira que dê conta dessa formação continuada dos profissionais como declara o texto legal, a LDBEN, Lei Darcy Ribeiro (lei nº. 9.394/96), de formar nossos profissionais, trabalhadores e cidadãos, que devem estar atrelados e cientes do mundo científico e tecnológico de que fazem parte, visando a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todos.

Descreve Piaget (1997), que a busca de novos métodos de ensino, para melhor aprender e ensinar, é através do reencantamento do indivíduo com o mundo. Estabelecendo uma relação entre emoção-razão, pois segundo Rubem Alves (1995) citado por Monteiro (1999) é preciso amar para conhecer, e este equilíbrio que torna o processo de aprendizagem verdadeiro e bom.

O presente trabalho busca compreender e analisar a reorganização do

ensino, que propõe uma nova cultura escolar, que deve ser construído na prática. O surgimento do mesmo ocorreu a partir da observação da necessidade do planejamento da escola elaborado com a participação de toda a comunidade escolar. Algumas escolas ainda persistem no individualismo, deixando que o tradicionalismo fale mais alto. Freire (1970) fala que o trabalho ao ser realizado coletivamente prepara o educando para a convivência social.

Nota-se que as propostas curriculares trazem assuntos atualizados que acompanham as mudanças históricas, sociais e culturais e está em constante renovação e atualização, aumentando a responsabilidade e o comprometimento com a tarefa educativa.

Os questionamentos sobre os fins da educação têm merecido nossa total atenção e disponibilidade de tempo. O debate sobre este tema é próprio da crise em que se vive desde o final do século anterior e que continuará sempre gerando dúvidas, incertezas e buscas de caminhos. Algumas questões nortearam a construção deste texto, são elas: qual a importância de ações participativas nas instituições escolares? Existe um corpo de profissionais ativos na escola? Como é a gestão? Quais são os valores e principalmente como definir o que é essencial a ser trabalhado na escola? Estes questionamentos contêm subsídios que diante do estudo podem-se esclarecer alguns pontos da educação; e porque a mesma no Brasil ainda é tão precária.

Pretende-se com essa pesquisa definir pontos fundamentais sobre as ações participativas da escola, o planejamento participativo e a gestão compartilhada, analisar elementos comuns aos propósitos da educação e a construção da convivência democrática.

A relevância deste estudo consta este desafio posto para educadores enquanto formadores de novos profissionais em pleno séc. XXI. E contribuir para a construção de um novo projeto educativo, uma nova formulação pedagógica à altura das exigências e carências do mundo contemporâneo. É o papel, de todos aqueles, de fato comprometidos com a melhoria da nova ordem mundial educacional do país.

Desenvolvimento

Por meio da literatura e algumas entrevistas, faz-se uma análise crítica – interpretativa dos desafios colocados para a educação da pós-modernidade, em especial, no saber e como fazer o ato pedagógico em tempo de avanço científico - tecnológico que ocorrem nos dias de hoje, colocando em destaque o trabalho coletivo.

Como se sabe, a sociedade deste milênio vem sendo marcada por significativas transformações no mundo do trabalho, da produção e das relações sociais, apontando carências de um novo perfil de educadores capazes de instrumentalizar os cidadãos das diversas áreas do conhecimento humano para uma nova convivência participativa e crítica nesta ‘nova’ sociedade. (SILVA, 2003, p12).

De acordo com o autor pode-se dizer que os educadores são todos os membros de uma sociedade. No entanto, a educação planejada com objetivos definidos e realizada através do coletivo, que é uma prática educativa, exige um profissional da educação com formação adequada. É interessante ressaltar que existe educador e professor. Alves ressalta que:

Eu diria que os educadores são como velhas árvores. Possui uma face, um nome, uma história a ser contada. Habitam um mundo em que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma entidade *sui generis*, portador de um nome, também de uma história sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo para acontecer neste espaço visível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal... Mas professores são habitantes de um mundo diferente, onde o educador pouco importa, pois o que interessa é um crédito cultural que o aluno adquire numa disciplina identificada por uma sigla, sendo que, para fins institucionais, nenhuma diferença faz aquele que a ministra. Por isso mesmo, professores são entidades descartáveis, coadores de café descartáveis, copinhos plásticos de café descartáveis (ALVES, 1983. p.17-18).

Em uma escola, o trabalho participativo, a troca de saberes, tende a formar

integralmente os alunos, visto o investimento das pessoas que, através da ação conjunta de todos – escola, família, comunidade, - sentem-se responsáveis e comprometidos com os aspectos da educação; Cornely afirma que:

O planejamento participativo constitui-se numa estratégia de trabalho, que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, num processo para a solução de problemas comuns. “Constitui-se num processo comum político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem.. (CORNELY, 1977, p. 37).

Isso nos retrata a exigência de posturas políticas sociais, que significa muito mais que uma atividade técnica, ainda segundo Cornely (1977), o planejamento participativo passa a ter, em seu bojo, um conjunto de instrumentos técnicos a serviço de uma causa política.

Percebe-se que as escolas tem se esforçado para substituir as relações autoritárias e o individualismo entre professor e aluno, entre colegas, dirigentes e comunidade escolar, mesmo porque este movimento também deve ser e vem experimentando as relações familiares e de trabalho, buscando uma realidade democrática e ideológica em diferentes níveis, Apple e Beane (2000) fazem a seguinte observação:

Se as escolas de uma sociedade democrática não existem e não funcionam para manter e expandir a democracia, então, ou são socialmente perigosas, ou são socialmente inúteis. Na melhor das hipóteses, educaram pessoas que se limitaram a viver a sua vida e a ganhar, insensíveis às obrigações da cidadania, em particular ao molde de vida democrática em geral, provavelmente educarão as pessoas para serem inimigas da democracia que pessoas que caíram nas garras dos demagogos, apoiarão determinados movimentos de reunir-se-ão entorno de líderes hostis ao modo de vida democrático, tais escolas ou são fúteis ou são subversivas, não tem qualquer razão legítima de existência. (SILVA e MORREIRA, 1995, pp.7-8)

Os autores supracitados abordam que trabalhar o coletivo, estabelecem relações no trabalho pedagógico que inicia com novos caminhos onde o fazer escolar vai se estruturando, um fazer já pronto semelhante ao que muitas vezes encontra-se nas práticas pedagógicas, Luck faz a seguinte colocação:

Embora o planejamento coletivo seja reconhecido como condição necessária para que a ação produza da maneira mais adequada; os resultados desejados observa-se que muitas pessoas resistem a envolver-se nessa função, tendo em vista que ela requer dedicação, tempo e energia que não se traduzem na produção de resultados imediatos. Além disso, poder-se-ia numa análise mais demorada, indicar muitos outros fatores dessa resistência. (LUCK, 1986, p.88).

A educação, num movimento dialético, leva-nos a escolher o caminho que reconhece a importância da natureza da relação que se estabelece entre os sujeitos o saber cotidiano e os aspectos culturais.

Enfim, pensar em construir uma escola democrática e de qualidade implica, necessariamente abordar a questão da participação. Gramsci ressalta que:

A escola unitária ou de formação humanista deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (GRAMSCI, 1988, p.121).

Para Mello (1992, p 12) “a competência profissional é o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse saber de modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado pelo aluno”.

O êxito de um planejamento participativo exige a aplicação de todos os conhecimentos abordados. Deve haver a participação e envolvimento de todos, no sentido de desenvolver um processo político permanente de ações, de forma contínua, onde a comunidade participe não só da execução, mas de decisões, acompanhamento e controle de ações.

1 – Projeto Político Pedagógico na Escola

A escola elabora seu projeto político-pedagógico e, criando seu projeto, caracteriza sua identidade social e política. Essa construção deve fazer parte de um esforço coletivo evidenciando permanentes discussões com a participação de todos da comunidade escolar.

Segundo Gontijo:

Participa da organização do trabalho pedagógico (...). Em uma gestão centralizadora, Nessa concepção de trabalho em que um ensina e o outro aprende o aluno não alunos e professores não têm voz ativa na organização do trabalho da escola. Uma das contribuições fundamentais da construção do projeto político-pedagógico da escola é a discussão e a vivência, pelo grupo, do processo de trabalho que se quer em todos os âmbitos da sociedade. (GONTIJO, 1999, p.16)

A construção do projeto político-pedagógico pela equipe escolar pressupõe a existência de autonomia, de modo a se eliminarem relações verticalizadas entre a escola e os dirigentes educacionais e dentro dela própria.

A escola de hoje requer gestores mais dinâmicos, criativos e capazes. Da competência do diretor depende a autonomia da escola.

A gestão democrática é prevista na Constituição Federal (Artigo 206, Inciso VI) e na LDB (Artigo 3º, Inciso VIII) e define que só será possível esta prática se o gestor educacional for preparado para isso.

Na concepção de Afonso (1995), entende-se que essa visão está vinculada a uma posição conservadora e centralizadora. Superar a visão conservadora e extrapolar o centralismo burocrático pressupõe o envolvimento de diferentes instâncias que atuam no campo da educação, além do coletivo da escola, na construção de seu projeto político-pedagógico e na elaboração de seu currículo.

Conforme Felix (1984), aspirar a uma gestão democrática significa partir do princípio de que uma organização como a escola é feita de múltiplas

relações entre estrutura formal e os sujeitos que produzem e vivenciam o seu cotidiano.

Nessa perspectiva, o grande desafio da gestão democrática está em garantir um padrão de qualidade técnica e política para todos, em que não apenas respeite a diversidade local, social e cultural, mas entenda que o aluno e o professor são sujeitos concretos, reais, num contexto histórico, social e ético do processo educativo.

Em entrevista com alguns docentes percebeu-se que, pensar em educação de qualidade hoje, é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos. É preciso uma interação entre escola e família. Como ressalta a professora B.E.V:

Escola e família possuem uma grande tarefa, pois nela é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança. Nós professores sabemos que a escola busca envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica que pode ser a meta da escola que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina de seus educandos. A sociedade moderna vive uma crise de valores éticos e morais sem precedentes. Essa é uma constatação que norteia os arredores dos setores educacionais, pois é na escola que essa crise pode aflorar mais, ficando em maior evidência. É uma constatação abordada no Plano Político da nossa Escola.

De acordo com as entrevistas, alguns professores em suas falas abordam que nas escolas não se discutiam tanto quanto hoje assuntos como falta de limites, desrespeito na sala de aula e desmotivação dos alunos. Nunca se observou tantos professores cansados e muitas vezes, doentes físico e mentalmente. Nunca os sentimentos de impotência e frustração estiveram tão marcadamente presentes na vida escolar.

Observa-se que, até o momento, essas discussões vêm sendo realizadas apenas dentro do âmbito da escola, basicamente envolvendo gestores, coordenações e grupos de professores. Em outras palavras, a escola vem, gradativamente, assumindo a maior parte da responsabilidade pelas situações

de conflito que nela são observadas. Como relata P.L.M:

Novas metodologias de trabalho, muitos projetos são lançados e inúmeros recursos também lançados pelo próprio governo no sentido de não deixar que o aluno deixe de estudar. Porém, observa-se que a realidade da Escola não é diferente das outras, e que se não houver um comprometimento maior das família ou responsáveis e das instituições escolares isso pouco adiantará.

Os depoimentos dos professores abordaram que na escola em geral as discussões que procuram compreender esse quadro tão complexo e, muitas vezes, caótico, no qual a educação se encontra mergulhada, são cada vez mais frequentes. Os mesmos debatem formas de tentar superar todas essas dificuldades e conflitos, pois percebem que se nada for feito em breve não se conseguirá mais ensinar e educar.

A realidade é interpretada pelos profissionais de maneira diferente, e cada um descreve o que percebe no seu trabalho, aponta limites, possibilidades de ação e de transformação dessa realidade, como ressalta a professora L.P.V:

Esse processo dinâmico de apreensão, reflexão, compreensão, organização da prática pedagógica constitui o próprio processo de avaliação realizado nos conselhos. O conjunto destas análises das é a grande riqueza dos trabalhos. Entretanto, apenas o debate é o suficiente. Os projetos de ação pedagógicos devem marcar do trabalho, na escola, não pode deixar de existir a presença de lideranças ou de coordenação clara, para desenvolver a síntese das discussões e a sistematização dos debates. É a esse processo que damos a partir de pontos de vista diferentes. As chances de construção de uma rede de relações humanas possibilitadas por estas reuniões apontam para a importância política e administrativa desses espaços, já que as principais questões da prática estarão sendo abordadas, tendo o eixo da diferença como um determinante do trabalho. Os conselhos são elementos dinamizadores dos projetos pedagógicos, e espaços privilegiados de produção de conhecimento pela escola e sobre ela mesma, para isso é necessário uma gestão democrática e o envolvimento de todos os profissionais inclusive da família.

Com base nas entrevistas e no referencial teórico, percebeu-se que são grandes os desafios a se enfrentarem para a construção de um planejamento participativo. Compreendeu-se que executar, é o papel mais importante e de maior talento e que não é apenas uma atividade passiva, é o caminho fundamental para o trabalho coletivo.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não trabalha para si mesma. O trabalho mais significativo em tempos é definir os valores morais e éticos da educação. Mais do que daquilo que fala, a escola ensina aquilo que faz. O espírito participativo despertado nas relações dos próprios profissionais incentiva os alunos a efetivarem uma prática colaborativa e participativa.

Alguns autores descrevem que a educação não é tarefa para indivíduos isolados, é sim para equipe em ação. Ainda que haja habilidades e competências em um profissional de uma determinada escola, suas ações individuais não irão caracterizar a sintonia da escola.

A sintonia entre o professor e aluno, entre família e escola engrandece o trabalho e favorece a aprendizagem. O trabalho educacional necessita da chamada sinergia. A união de talentos em torno de um objetivo comum exige uma visão compartilhada e participativa.

As ações participativas pressupõem integração, comunicação, consideração pelas pessoas. Sabe-se que o relacionamento na convivência democrática com propósitos da educação, exige aspectos significativos dessa interação na construção da escola. Levando em conta os paradigmas aluno/professor, pais/escola, no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, B. M. **Projeto-pedagógico e a avaliação**. In: Veiga, Campinas, SP: Papyrus, 1995.

ALVES, Rubem, **Educação**. 3.ed.: São Paulo: Ática, 1983.

ARROYO, Pol. **Trabalho do Educativo**. 3.ed. Rio de Janeiro, 1991.

BERNSTEIN, C.H. **O trabalho na formação de professores para a educação infantil**.

Dissertação de Mestrado, Faculdade, UNB, 1995.

CHAGAS, Alberto. **Sociologia Política da Educação**. São Paulo, Cortez, 1982.

CORNELY, Seno A. **Subsídios sobre o planejamento participativo**. In participação comunitária. São Paulo, Enplasa, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **A educação para a consciência crítica, Família Cristã**. São Paulo, 1998.

FÉLIX, Oliveira de Almeida, o conselho de escola e a gestão colegiada na escola pública de São Paulo. Brasília, **Revista Brasileira de administração da Educação**, n.1, jan/jun, 1984.v.11.

GOUVEA, Glaci. **Cotidiano e administração escolar**. Campinas: Papyrus, 1978.

GRAMSCI, Antônio, **Escola Participativa**. São Paulo, 1988.

LUCK, Heloisa et at. **A escola participativa e o trabalho do gestor escola**. Rio de Janeiro, DP e A. Editora, 1986.

LOBEN, Lei Darcy Ribeiro. (lei nº 9394/96).

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoleti. **Ensino: As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, Benjamim. **Estilos de liderança**. 3º seminário de gestão Escolar. 1999.

MELLO, **Ética e competência**, São Paulo: Cortez, 1992.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da Excelência à Regulação das Aprendizagens entre duas lógicas**. Tradução: Patrícia Chitloni Ramos. Porto Alegre, 1999.

SILVA e MORREIRA. **Escola Unitária**. 2.ed. São Paulo, 1995.

SANTOS, Terezinha. **Ética e Competência**, São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Gestão Escolar compartilhada**. São Paulo, Xamã, 2002.

SILVA, T.T. da. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. São Paulo, 2003.

VAZQUEZ, Pedro. **Pós-modernidade: Ética e Educação**. São Paulo, 1975, p13.

CONSTRUINDO SABERES PARA UM DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

Rosa Jussara Bonfim *

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão a cerca da função da escola voltada para a construção de saberes que desenvolvam a subjetividade, a ambientalidade, a conectividade e a sociabilidade com vistas a uma educação interativa e significativa, que atue no sujeito de forma dinâmica e contextualizada, e que tenha como referência o desenvolvimento humano sustentável. Este é um convite para que lancemos um novo olhar sobre as relações ocorrentes nos espaços escolares, e se as mesmas estão potencializando os saberes e considerando o ser humano em sua totalidade.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento humano sustentável; Saberes.

Abstract: This article proposes a reflection about the function of the school facing the construction of knowledge to develop the subjectivity, the ambientalidade, the connectivity and sociability to interactive and meaningful education, which act on the subject of dynamically and contextualized, and has reference to sustainable human development. This is an invitation to launch a new look at relations occurring in school spaces, and if they are leveraging the knowledge and considering the human being in its entirety.

Keywords: Education; Sustainable human development; Knowledge.

* Mestranda pela UCB em Educação/Ensino e Aprendizagem, bolsista pela Capes. Professora da Pós-Graduação e R2 – Formação de Docentes da Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM. E-mail: rosa.jsilva@catolica.edu.br

Introdução

Partindo do princípio da Constituição Federal em seu artigo 205 que qualifica a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e tendo por objetivo o desenvolvimento global do ser humano com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E, tendo em vista que é no ambiente escolar que perpassa todas as estruturas do sujeito tanto no seio familiar quanto social e cultural, se torna relevante entender até que ponto a educação está contribuindo para uma troca de saberes que busque o desenvolvimento humano sustentável.

Dentro da concepção de que a educação é a base fundamental para a construção de um planeta mais harmonioso e menos desigual, o presente trabalho amparado por teóricos que tratam das questões educacionais voltadas para a construção de saberes, buscará elucidar a importância do reconhecimento da subjetividade, do respeito à ambientalidade, do desenvolvimento da sociabilidade e da relevância da conectividade entre saberes diversificados em busca de uma unidade entre desenvolvimento humano e práticas sociais.

O desenvolvimento humano sustentável se constrói interligado a uma “ética do cuidado” (BOFF, 2003, p. 85), que seria por assim dizer o zelo para com o outro e com o meio em que vivemos, dando preferência à interligação de saberes em detrimento a fragmentação de conteúdos que ultrapasse a visão apenas metodológica ou até mesmo uma ciência sem consciência, mas que busque a articulação de todas as esferas do nosso cotidiano de uma forma mais humanizada e socializada.

Tendo em vista que o aprofundamento nas concepções que a educação traz como princípio de acordo com o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o pleno desenvolvimento do educando, surge à necessidade de atentarmos para o quê significa este desenvolvimento, uma vez que o ser humano é um ser ecológico e social, portanto depende dos outros para

a sua sobrevivência, principalmente da conectividade para que se estabeleça uma troca de saberes, “o processo de aprendizagem envolve, necessariamente, sujeitos aprendizes, isto é, cada vez que houve um procedimento aprendente, houve sujeitos que lideraram ou se beneficiaram desse percurso” (SÍVERES, 2012, p. 17).

Portanto, o processo de ensino e aprendizagem deve servir para que todos percebam a importância individual para o crescimento coletivo, uma vez que à medida que relacionamos com estruturas diferentes estamos possibilitando o crescimento de um pensamento mais dialógico e atitudes de empatia, difundindo a necessidade de se buscar o bem da sociedade como um todo, percebendo a importância de todos os seres vivos, que segundo o relatório da UNESCO (2012) irá conduzir a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza e as dicotomias existentes na sociedade que consequentemente levam ao preconceito e a exclusão. Dentro do princípio de desenvolvimento humano sustentável este é o papel da escola, tendo em vista que a educação vem sendo solicitada pela sociedade a transformar seu contexto e a buscar produzir uma realidade diferente daquela que encontramos em nosso dia a dia, onde a aprendizagem é vista como algo rotineiro e estático.

Fatores emergentes, tanto internos como externos, têm tornado as relações educativas mais complexas, mais influenciáveis e mutáveis, que como consequência, posiciona o processo de ensino e aprendizagem em uma situação de olhar para o todo, de ter uma visão de aprendizagem plena e partilhada buscando sentido na vida através da inclusão e da conectividade. Para Boff (2003, p. 88) “ninguém dá a vida a si mesmo, senão que a recebe de alguém que a acolhe solidariamente e a introduz na comunidade dos humanos”. De forma que o ser humano não apenas veja o seu meio social, cultural e ecológico, mas perceba a importância de cada um para a consolidação da humanidade, repensando nosso conceito de democracia em relação aos cuidados com a natureza, praticando o cuidado com o outro, com o seu meio e

respeitando o nosso planeta para que possamos usufruir das dádivas oferecidas pela natureza, mas sem agredi-la.

Para tanto, a aprendizagem para o desenvolvimento humano sustentável é um pensar sobre as ações humanas, na busca pela completude dos homens, que Freire chamou de seres “inconclusos”, pelo fato de que o homem, enquanto elemento da natureza está sempre em mudança, está sempre a si descobrir e a descobrir a realidade no qual está inserido. A postura reflexiva no ambiente educativo é um instrumento relevante ao nosso trabalho dentro da escola, bem como o cuidado com as metodologias que por muitas vezes fragmentam a aprendizagem. A nossa realidade é complexa, ao ponto, entre outras coisas, de dividir a sociedade em classes sociais, os problemas existentes nessas sociedades, também serão complexos e, conseqüentemente, impossíveis de serem compreendidos de imediato.

Sendo assim, a educação é chamada a trabalhar engajada nos interesses da sociedade e do bem comum. Se anteriormente considerávamos o conhecimento técnico, a confiança, a dedicação requisitos suficientes para a qualificação e desempenho dos educadores, hoje e cada vez mais no futuro, estes não são e não serão suficientes. Desta forma, encontramos-nos inseridos em um contexto, cujos valores sociais, se encontram deteriorados ou modificados pelo progresso do desenvolvimento das sociedades humanas em toda parte do planeta, onde a falta de se perceber como parte do ambiente traz uma alienação com relação ao cuidado que todos devem ter com o seu meio, com os outros e com sua casa que é o nosso planeta.

Os saberes e a sociabilidade

A cada dia se torna mais urgente pensar a educação de forma mais contextualizada e voltada para as questões sociais do Brasil e do mundo, urge hoje a necessidade de uma educação que perceba o outro e o seu meio, na busca de uma aprendizagem partilhada, tendo em vista que a escola está interligada

aos problemas de cada tempo na sociedade bem como com as inovações e conflitos existenciais, portanto é influenciada pelos jogos de poderes, não podendo assim se negado que os conflitos que a sociedade vive hoje estão diretamente relacionados aos desafios do (a) professor (a) em sala de aula e consequentemente com todo o processo de ensino e aprendizagem.

Para Zavaglia (2008, p 471) “a relação humana com o mundo é uma relação complexa, instável e mutável”, portanto o saber também se move conforme a realidade que hoje se demanda. O pensamento se constrói e desconstrói quando o mesmo se põe em movimento, para tanto o estímulo para que os alunos utilizem todas as linguagens possíveis se traduz na grande relevância em se criar espaços de interações com as mais variadas formas de expressividade existentes no planeta, de forma que o educador ao inserir discussões que retratem as questões sociais, ambientais, aspectos físicos e metafísicos, os debates apresentam como recurso para o entendimento desta sociedade, cuja função é democratizar os direitos através da reflexão sobre as atitudes de convivência com todos os seres vivos de forma prática e dialógica.

Este reconhecimento da linguagem como forma de interação social, não é apenas fundamental na sala de aula, mas em toda escola, uma vez que no espaço escolar cada um dos sujeitos tem uma esfera de competência diferente, mas ambos precisam ter espaço e reconhecimento social nas interligações no ambiente escolar, isto significa encarar os problemas cotidianos da escola, despertando para a reflexão conjunta em busca de ações que reconheçam a realidade da vida, valorizando as atitudes e os valores. Para Freire (2011) isto significa estimular a criação de sentido sobre para quê existe o espaço escolar, incluindo assim os aspectos da vida humana, no tempo e vivência de cada um. É necessário adentrarmos nas concepções que englobam as demandas contemporâneas, para que possamos entender como a educação pode contribuir através de atitudes de responsabilidade social e ambiental para que o (a) aluno (a) aprenda na escola não apenas conceitos básicos e conteúdos, mas a ser cidadão crítico e consciente dos seus direitos e deveres para o bem comum.

A sociabilidade na educação deve oportunizar uma reflexão sobre como se associa os diversos saberes na escola ou se a mesma apenas reproduz uma técnica instrumental que se baseia em aulas “instrucionistas” (DEMO, 2010, p 51), impossibilitando o aluno de desenvolver sua capacidade crítica de pensar a realidade partindo do princípio de que fazemos parte de um mesmo espaço, de forma que segundo Síveres (2010) a aprendizagem não seja mera conformação, mas se transforme em algo dinâmico e dialógico. Assim, faz-se necessário que a sensibilidade do professor esteja aflorada no sentido de permitir o diálogo, respeitando as diversidades, de forma que o mesmo possa ao ensinar ser um eterno “aprendente” (SÍVERES, 2010, p 108). Neste sentido, para que se estabeleça uma ação cooperativa para a aprendizagem, onde se promova a convivência de todos os envolvidos no processo pedagógico, a educação de acordo com Perrenoud (2002) precisa se comprometer com uma formação de pessoas capazes de evoluir, de aprender e reaprender sempre praticando a relação de troca e de reconhecimento do outro como parte do processo de aprendizagem.

A escola sendo o lugar onde aflora diversificados saberes necessita assumir uma posição aberta ao diálogo com o objetivo de colaborar com a formação humana não apenas do (a) aluno (a), mas de toda a comunidade, uma vez que se torna relevante o fortalecimento de ações que visem à interferência de conceitos transversáveis, que para Assmann (2011) substituirá a pedagogia das certezas pela pedagogia do novo e da surpresa.

De acordo com Síveres (2006, p 143), “a educação precisa ser reinventada em cada momento histórico”, uma vez que tudo muda a todo o tempo, para tanto é preciso refletir sobre as ações docentes, bem como o processo de interligação de saberes que englobam as múltiplas realidades. É na busca do compreender a vida que se baseia a formação humana, e a escola é parte fundamental neste processo. A prática docente deve incentivar discussões saudáveis, a escola por sua vez deve aceitar o inesperado e acolher o imprevisível, percebendo sua real importância para a construção de uma sociedade menos desigual. Não se pode

conceber que e educação fragmente o conhecimento e atrofie o pensamento, uma vez que é na escola que se possibilita a quebra de paradigmas de forma que se mude a concepção de mero reprodutor de uma desigualdade social que atinge a maioria dos nossos alunos que são privados de uma educação de qualidade, ficando desestimulados e como consequências ocorrem à desilusão com relação à escola, vivendo a desesperança e a evasão escolar.

Fundamentar a ação pedagógica no cuidado, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando é constituir uma compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana. Para Gomes (2010, p 75) “a educação para a liberdade, deve ser a educação da cidadania”. Saber fazer uma autorreflexão crítica das relações que emergem na escola é fazer uma leitura das causas e dos conflitos que levam à degradação humana e ao estímulo ao individualismo e a competitividade. Este estímulo negativo é por vezes inserido até mesmo pela própria escola quando se nega a posição do sujeito através de inflexibilidade, da mecanização de ações e da imparcialidade frente à exclusão e a omissão da busca por uma prática educativa transformadora.

O reconhecimento da subjetividade humana

Para que se possa haver efetivamente uma aprendizagem significativa, o pensar sobre a formação humana deve vir de encontro com sujeitos movidos por sentimentos e posicionamentos que irão propiciar uma nova produção eclética de saberes sobre a responsabilidade com o outro, com o meio e com o planeta. Educar é provocar e estimular o conhecimento, que para Demo (1996, p 37) “a capacidade de aprender implica na capacidade de intervir com competência”, assim é preciso colocar o aluno dentro do processo de ensino e aprendizagem, de maneira que o mesmo demonstre pré-disposição para perceber o professor e vice e versa, exercitando assim a prática dialógica que irá interagir com o grupo, em busca de uma evolução para outra vivência e experiência de aprendizagem.

O pensar docente coerente com a prática resulta na democratização da coletividade, para tanto os professores, gestores e alunos precisam exercer a aprendizagem de uma educação pautada no diálogo, na paz, na justiça e no respeito com o outro, constituindo assim uma aprendizagem autônoma, valorizando os múltiplos saberes. Segundo Freire (2011) esta afirmação do sujeito se traduz em uma relação dialógica, uma vez que ao abrirmos para o conhecimento do outro, estamos oportunizando o rompimento das barreiras que impedem a verdadeira inclusão, que se traduz na liberdade da manifestação não apenas cultural/social, mas no direito de mostrar o que está intrínseco em cada ser humano.

Portanto, comprometer-se com o desenvolvimento da educação, é comprometer-se em ouvir o outro, em deixar que todos tenham voz no processo de desenvolvimento da aprendizagem, sendo este um dos papéis do educador, haja vista, que as crianças já entram na escola falando sobre sua realidade, entretanto muitas vezes é na própria escola que se nega as formas de expressão usadas no cotidiano. Os docentes e os discentes devem ser vistos como sujeitos ativos e atuantes, e não como reprodutores de modelos pré-estabelecidos. Em vez de serem passivos, alunos e professores são agentes ativos no contexto social da escola. A responsabilidade do (a) educador (a) na formação do educando (a) é uma condição muito especial, uma vez que se faz necessário e urgente envolvê-los com os conhecimentos e também com os procedimentos que deverão emergir em sala de aula.

A educação para um desenvolvimento humano sustentável começa na percepção do outro e do seu meio através do diálogo e da interação de saberes, tendo em vista que essa ação é absolutamente indispensável à convivência humana, não é ser apenas um ser no mundo, mas ter uma presença no mundo, presença que transforma, ampara, liberta, que apresenta possibilidades, harmoniza e amplia os saberes. É na busca do compreender a vida e o sentido

para as coisas que se baseia a formação humana no processo de consolidação da cidadania e do desenvolvimento pleno do cidadão, de forma que se é na própria escola que emergem os problemas sociais, bem como é também na própria escola que deverá haver situações de aprendizagem compartilhada, participação coletiva e a prática do diálogo e do respeito para com o meio e com o outro em busca da solução destes problemas.

A compreensão da ambientalidade

A compreensão do ambiente em que vivemos promove uma interiorização dos direitos e dos deveres para com o que está em nossa volta, tendo em vista que ambientalidade como processo de interiorização de comportamentos e práticas se dá através da promoção do pensar a realidade de forma coletiva, vivenciando o presente e agindo como forma de resolver também os futuros problemas que ocorrerão.

De acordo com Síveres (2010 p. 53) “neste sentido é preciso levar em conta a casa natural (Ecologia), social (Economia) e pessoal (Ecopatía) e estabelecer uma relação, não de objetivos, mas de princípios; não de funcionalidades, mas de finalidades; não de planos, mas de políticas.” A ambientalidade deve ser múltipla e consistente, tendo em vista que se está diante de um dos fenômenos mais significativos da atualidade: a modernidade. Assim, a ambientalidade está no pluralismo cultural da modernidade, pluralismo que ao ser pensando como fomentador de redes possibilitará para o ser humano uma contínua busca de sentido.

A escola não é mais um espaço fechado. Sua ligação com o mundo se dá com o *trabalho*. A escola autônoma procura unir-se ao mundo exterior pelos espaços sociais do trabalho, das profissões, das múltiplas atividades humanas. Ela é um laboratório do mundo que a penetra. (GADOTTI, 2001, p. 57)

A educação ao conscientizar o ser humano, indivíduo ecológico e social a compreender o seu ambiente poderá colaborar não apenas com o seu meio local, mas com todo o planeta de modo a contribuir para com a preservação da natureza e de seus recursos naturais e também para com a sociedade no sentido de erradicação da pobreza e conscientização de que está no momento de sentir, de pensar e de agir para um presente melhor e um futuro com qualidade para todos os seres, que segundo Síveres (2010) seria o reconhecimento que o meio ambiente perpassa pelo meio educacional, de forma que todo o trabalho educativo promova uma associação entre prática educativa e prática para a vida.

O processo de ensino e aprendizagem para um desenvolvimento humano sustentável traz a reflexão sobre as práticas sociais e uma articulação com a produção de sentidos sobre o meio em que vivemos que se traduz em um conjunto múltiplo de seres que vivem em nosso universo, necessitando assim de um envolvimento amplo dos conhecimentos não apenas cognitivos, mas também emocionais e sociais. Que de acordo com Leff (2002, p. 163) “a questão ambiental gera, assim, um processo de fertilizações transdisciplinares por meio da transposição de conceitos e métodos entre diferentes campos do conhecimento”.

Uma educação que desenvolva as potencialidades em conjunto com a consciência de sentir, vivenciar e agir no meio em qual vivemos deve pautar tanto nos conhecimentos formais como nos conhecimentos não formais, de forma que o objetivo em comum seja a transformação social que ampare numa perspectiva de ação holística que relacione o homem, a natureza e o universo, tendo como referência a ética do cuidar e do educar para a vida.

Portanto, construir uma educação voltada para o desenvolvimento humano sustentável requer perceber as complexidades emergentes no mundo contemporâneo, para que assim possamos resolver a problemas igualmente complexos que permeiam nossa sociedade, desta forma uma educação reprodutivista, fragmentária e reducionista não poderá contribuir para com

uma formação humana global que pressupõe a capacidade de aprender, de sentir, de criar e de agir a partir de novas concepções e práticas de vida, de valores e de convivência, “a sociedade, como todo, está presente em cada indivíduo, na sua linguagem, em seu saber, em suas obrigações e em suas normas” (MORIN, 2011, p.35).

É preciso atentar para a necessidade de uma relação de interdependência entre o que a educação trabalha na formação do sujeito com o meio ambiente, a vida social e os problemas da sociedade de forma que a humanidade tenha na escola um aporte para orientar criticamente os sujeitos aprendizes com objetivo de fazer do momento de ensino e aprendizagem além de um ato de amor, um espaço de realização humana, de troca, de construção e de reconstrução numa perspectiva emancipadora, onde a inserção é para todos e onde todos possam explorar as esferas do conhecimento percebendo a singularidade e a pluralidade.

A conectividade nas relações

A educação para o desenvolvimento humano sustentável requer além de um olhar mais holístico, a percepção da concepção de rede nas relações educacionais com vistas a um desenvolvimento global do ser humano, onde para Morin (2011, p. 89) “a única e verdadeira mundialização que estaria a serviço do gênero humano é a da compreensão, da solidariedade intelectual e moral da humanidade”, de forma que a necessidade de contribuir para a formação de redes faça parte do projeto da escola, para que a mesma possa fazer intervenções nas práticas sociais aproximando a comunidade da instituição, bem como a educação deve partir da necessidade da sociedade, atentando para as mudanças sociais e econômicas do mundo, sabendo lidar com a diversidade cultural e social.

A conectividade deve estar presente no cotidiano educacional, uma vez que o mundo se cria e recria a partir das conexões sejam elas culturais, sociais,

ambientais ou científicas, de maneira que a sociedade interaja entre as partes de um todo através da participação em situações de interesse global. Isso significa, que o cuidado com o meio e com o outro traduz uma compreensão da relevância de todos os seres para o desenvolvimento da sociedade. As relações pessoais, sociais, econômicas e culturais dizem respeito a todos os seres do mundo, tendo em vista que as conexões estabelecidas ultrapassam etnias, culturas e classes. Assim, as mudanças ocorrem em função de uma rede de interações com os outros e com o meio, em face de uma interação que ao mesmo tempo aprende e ensina.

Confrontada com a crise das relações sociais, a educação deve pois, assumir a difícil tarefa que consiste em fazer da diversidade um fator positivo de compreensão mútua entre os indivíduos e grupos humanos. A sua maior ambição passa a ser dar a todos os meios necessários a uma cidadania consciente e ativa, que só pode realizar-se, plenamente, num contexto de sociedade democrática. (DELORS, 2003, p.52)

A abordagem holística dos problemas sociais contemporâneos dentro de uma perspectiva de uma educação que desenvolva o ser humano de forma global apresenta várias dimensões conectadas que valoriza e estimula o diálogo e reconhece as incertezas como fonte de mudança que de acordo com Assmann (2011) significa recriar outros significados, reaprender de modo inteiramente diferente.

Isto é hoje a função primordial da educação, que é fazer uma reaprendizagem crítica e nova da nossa realidade, perceber a conexão entre as pessoas e o meio incentivando a troca interativa de saberes. Gerando uma dinâmica compartilhada, que traga a reflexão e a indagação como força propulsora para que se compreendam os problemas da sociedade e busque alternativas que possam ajudar não apenas um grupo, mas a sociedade com vistas a uma melhor qualidade de vida para todos.

Conectar é estabelecer linhas de corresponsabilidade entre todos os

seres e com o meio em que vivemos, trazendo para a escola as capacidades de reflexão e de diálogo, de argumentação e de indagação sobre os problemas sociais, econômicos e ambientais do nosso planeta, percebendo que tudo e todos estão interligados por uma energia que implica em repensar o papel humano na sociedade em busca de melhoria da qualidade de vida.

Segundo Moraes (2012) para que possamos reconstruir os diálogos criativos entre educação, indivíduo, sociedade e natureza com a realidade vivida deve se buscar a conscientização da importância de cada ser para a sociedade e para o planeta, trazendo a relevância de uma conexão que busque a satisfação das necessidades da sociedade embasada na solidariedade e participação para que todos conscientizem da necessidade de conservar o meio em que vivemos, preservando os recursos naturais e a cultura da sociedade respeitando o eu, mas buscando a conectividade com o nós.

Considerações Finais

Refletir sobre o desenvolvimento humano sustentável requer uma pré-disposição para compreender os sujeitos e suas complexidades, bem como refletir sobre as questões sociais, econômicas e ambientais que permeiam o nosso meio, mobilizando para um processo educativo articulado e comprometido, e que esteja ancorado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de saberes.

De acordo com Síveres (2010) não basta, portanto, analisar de forma separada as diversas manifestações culturais, sociais e ambientais, mas viabilizar uma integração entre elas, com a finalidade de estruturar uma cultura sustentável. De forma que a educação para o desenvolvimento humano sustentável parta da forma de pensar e de transformar o conhecimento em práticas educativas que possam contribuir para com a sociedade diminuindo a violência, as desigualdades e a exploração dos recursos naturais para que todos os seres possam usufruir das dádivas da terra.

A educação deve proporcionar uma reflexão do todo, para que os sujeitos entendam a realidade contemporânea de forma contextualizada, e que perceba que todos os seres fazem parte do mesmo cosmo, da mesma energia e que esta comunhão de saberes deve se transformar em ações solidárias para com a sociedade e a natureza, de forma que haja uma interdependência e responsabilização em busca de uma consciência social, humana e ambiental por meio de práticas educativas e comunitárias baseadas na participação e no envolvimento de todos os cidadãos.

Dentro desta perspectiva, a educação para o desenvolvimento humano sustentável proporciona espaços de diálogos, de trocas e de autonomia para que todos possam inferir nos problemas da sociedade buscando soluções e tomando para si a responsabilidade de melhorar o seu meio através de práticas que valorize a solidariedade, a paz e o saber partilhado.

Referências

BATALLOSO, Juan M. MORAES, Maria C. VIEIRA, Adriano J. H (organizadores). **A esperança da Pedagogia**. Paulo Freire. Brasília: Liber Livro, 2012.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial Um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro. Sextante, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

DEMO, Pedro. **Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores:** Politicidade da Aprendizagem. Brasília: Universa: Líber Livro, 2010.

_____. **Um Brasil mal-educado.** Curitiba: Champagnat, 1996.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF, MEC, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Candido Alberto. **Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores:** Os jovens a quem “ensinamos”. Brasília: Universa: Líber Livro, 2010. 165 p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SÍVERES, Luiz. **Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores:** A extensão como um processo aprendente. Brasília: Universa: Líber Livro, 2010.

_____. **Universidade: Torre ou Sino?** Brasília: Universa, 2006.

_____.(org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária.** Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável. Uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas.** Brasília, 1999.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).** Brasília: Unesco, 2005.

ZAVAGLIA, Tércia. **Critérios de validade científica nas ciências humanas.** Educação. Revista do Centro de Educação 2008, vol. 33.

UMA TENTATIVA DE LEITURA DA SOCIOLOGIA DE BOURDIEU: ENTENDENDO OS CONCEITOS DE *HABITUS* E CAMPO

Bárbara Donnária da Silva Gonçalves*
Maria Célia da Silva Gonçalves**

Resumo: Este artigo constitui um exercício de reflexão sobre a obra de Pierre Bourdieu e de alguns de seus comentaristas, busca tentar explicitar e comentar os conceitos básicos da sua proposta teórica. São discutidos os conceitos de *habitus* e campo. A apropriação, aqui registrada, da sua obra resulta de um primeiro contato mais sistemático com o seu trabalho. Nesse sentido, o esforço empreendido, de dar conta das proposições de caráter mais geral da sua obra, é feito a partir do interesse em compreender, em que medida elas informavam a sua teoria.

Palavras-chave: *Habitus*. Campo social. Capital. Mercado de bens simbólicos

Abstract: This article constitutes a reflection exercise on Pierre Bourdieu's work and of some of their commentators, search to try explicitar and to comment on the basic concepts of his theoretical proposal. The *habitus* concepts and field are discussed. The appropriation, here registered, of his work it results of a first more systematic contact with his work. In that sense, the undertaken effort, of giving bill of the propositions of more general character of his work, it is done starting from the interest in understanding, in that measured they informed her theory.

Keywords: *Habitus*. Social field. Capital. Market of symbolic goods.

* Acadêmica do curso de Medicina na Faculdade Brasileira - UNIVIX. E-mail: barbaradonnaria@hotmail.com

** Doutora em Sociologia e Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB. Professora de História do Direito, Metodologia da Pesquisa e Sociologia na Faculdade do Noroeste de Mina- FINOM. Membro Laboratório Transdisciplinar de Estudos da Performance (TRANSE) SOL/UnB. E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Introdução

A proposta desse artigo é, a partir de uma leitura dos textos de Pierre Bourdieu e de alguns de seus comentaristas, refletir sobre os conceitos básicos da teoria do autor. Discutir o pensamento de um autor significa aceitar o desafio de enfrentar com ele as discussões com as diferentes concepções teóricas que formam o panorama intelectual de uma época e que conferem sentido à sua produção. Visto nessa perspectiva, Bourdieu é um teórico profundamente instigante, dada a ampla variedade de questões com que defronta e o rigor conceitual com que busca apreende-las.

O contexto intelectual de Bourdieu é o da fenomenologia existencialista, que tem o seu auge, quando ainda era estudante nos anos 50 e do estruturalismo, dos anos 50 e 60, que se constitui com Lévi-Strauss na Antropologia.

Sem nunca afirmar-se como fenomenológico ou estruturalista, Bourdieu ergue o seu sistema analítico no debate sistemático com essas concepções. A idéia do debate, aqui registrada, tem como propósito recuperar a riqueza da relação estabelecida por Bourdieu com essa tradição e que não é pautada por uma postura meramente oposicional, nem apenas identificatória, mas pela busca do diálogo, que incorpora e supera e, por isso mesmo, ultrapassa.

Esse é um elemento caracterizador da sua obra, a abertura para incorporar a contribuição dos diversos autores, sem se deter em oposição de escolas. Bourdieu destaca como um dos obstáculos graves ao processo de pesquisa a definição de “falsas antinomias” e “falsas divisões”, que promovem oposições sem fundamentos científicos: teóricos x empiristas, subjetivistas x objetivistas, estruturalistas x fenomenólogos. Contrariando a esse tipo de postura, Bourdieu defende a necessidade de uma

[...] justa atitude para com a tradição teórica, que consiste em afirmar, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, em se apoiar em todo o pensamento disponível, sem temer a acusação de seguidismo ou de ecletismo, para ir além dos antecessores,

ultrapassados assim por uma utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram. (BOURDIEU, 2001, p.63)

No debate entre o estruturalismo e a fenomenologia, de relevância central para a configuração da sua obra, se atualizam distintas tradições da sociologia, que de forma recorrente reaparecem, sob nova roupagem, traduzindo o enfreteamento dos binômios, já clássicos, entre: indivíduo e sociedade, micro e macro, ator e estruturas. A Sociologia de Bourdieu se configura como uma tentativa de superar essas dicotomias.

Num período marcado pelo questionamento de vários dos paradigmas das ciências sociais, a sociologia de Bourdieu enfoca principalmente as várias formas de objetivismo (a postulação que desconsidera a objetividade no processo de elaboração do conhecimento, estabelecendo uma rígida fronteira entre fatos e valores) e as várias versões estruturalistas, a postulação do primado das estruturas sobre os atores. A sua saída, contudo, difere radicalmente de qualquer forma de subjetivismo.

Tomando como ponto fundamental de suas reflexões a relação indivíduo/sociedade, Bourdieu procurou soluções ao paradoxo estabelecido entre as teorias estruturalistas onde o sujeito está ausente e outras concepções mais voltadas para o indivíduo. (Bourdieu, 2001) O centro de suas discussões é, pois, a procura de uma resposta articulada que supere a oposição entre objetivismo e subjetivismo.

Na tentativa de ultrapassar uma das dificuldades da investigação sociológica, que apesar de muito antiga é ainda bastante atual, Bourdieu parte de uma crítica às epistemologias objetivistas e às postulações fenomenológicas em busca de uma resposta mediadora e conciliatória. Por m lado, ao propor a possibilidade da ação objetivamente estruturada que não seja produto da obediência às regras exteriores, faz uma crítica a Durkheim. Segundo Bourdieu seja na tradição durkheimiana que se propunha a apreender a sociedade como “coisa” , seja no estruturalismo de Lévi-Strauss e Althusser, as análises

partiam de um mesmo equívoco comprometedor, a compreensão do agente como mero executor de algo que lhe é exterior e que está objetivamente constituído. Este ponto de vista é explicitamente criticado por Bourdieu para quem “os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam”. (BOURDIEU, 2004, p.21)

Nessa perspectiva, podemos afirmar que Bourdieu compartilha de toda a reflexão contemporânea nas ciências sociais que apregoa a imperiosa necessidade de trazer o ator de volta. E é de uma maneira muito particular que ele se aventura a fazê-lo, recusando a ingenuidade e o idealismo da fenomenologia, que afirma a possibilidade de apreensão do social, a partir das ações individuais dotadas de sentido, reduzindo, assim, a compreensão do social aos processos interativos entre indivíduos.

A postura de Bourdieu se afirma, por um lado, como negação de uma visão estruturalista objetivista, que desconsidera a ação dos agentes, e, por outro lado, como superação de uma compreensão ingênua da interação, que vê o mundo como intersubjetividade, sem percebê-lo de forma socialmente estruturada, permeada, nesse sentido, por relações de poder. Procura não cair no subjetivismo das teorias fenomenológicas, quando nega ao agente a capacidade de uma previsão consciente que permita atingir suas metas.

Para além desses dois modelos de conhecimento, a postulação de Bourdieu é a da necessidade da elaboração de um conhecimento *praxiológico*, que tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas, mas as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas, nas quais elas se atualizam.

No limite, a proposta de Bourdieu é ultrapassar a contradição (para ele apenas aparente), entre duas formas de conhecimento, duas epistemologias consideradas opostas, encontrando um terceiro modo de conhecimento que estabeleça a mediação entre indivíduo/agente social e a sociedade.

Importante registrar que Bourdieu não se detém numa “teoria teórica”,

como ele mesmo designa, que tem em si mesma o seu próprio fim, que surge e se desenvolve à base do confronto com outras teorias. É explícita a sua preocupação em escapar das “críticas globalizantes”, sem maiores preocupações empíricas, a exemplo dos trabalhos da Escola de Frankfurt, por ele criticados. Para Bourdieu, a teoria científica só é capaz de atingir o seu pleno significado a partir do confronto com a análise empírica e, nessa perspectiva, tem mais a ganhar com a defrontação com novos objetos do que com as polêmicas teóricas.

É a partir desse enfoque que podemos compreender melhor a variedade de questões que ele se propõe a analisar, a amplitude das temáticas que incorpora e o rigor conceitual que prima em manter, respeitando o compromisso com a elaboração de conceitos operacionais, capazes de dar conta das nuances e complexidades, envolvidas na produção sociológica. Talvez esteja aí uma das suas importantes contribuições à teoria social.

As justificativas para marcar a relevância de Bourdieu para a produção sociológica são as mais variadas. São destacados como elementos importantes: o caráter atípico do seu trabalho, visto como responsável pela repercussão e permanência da sua obra; a preocupação em considerar temas antes tidos como irrelevantes; o esforço significativo de pensar a prática como algo distinto da pura execução; além do fato de ter renovado e expandido a sociologia dos sistemas simbólicos. Sobre esse último ponto, gostaríamos de registrar que um dos seus maiores méritos é ter revelado o quanto há de político na cultura, que toda cultura é marcada por relações de poder.

A obra de Bourdieu, como qualquer trabalho expressivo, tem sido também objeto de uma série de questionamentos. É ele próprio quem aponta o determinismo, o totalitarismo e o pessimismo entre as críticas mais comuns de seus opositores. Teremos oportunidade de avaliar em que medida elas são consistentes. Neste primeiro momento, nos detivemos em traçar um quadro das preocupações norteadoras do trabalho de Bourdieu. Até que ponto ele foi capaz de atingir os seus objetivos é uma discussão que pretendemos desenvol-

ver ao longo do texto.

1 O conceito de *habitus* na obra de Bourdieu.

O conceito central de Bourdieu para explicar o modo como a prática social existe é o de *habitus*. A *Sociologia dos bens simbólicos* de Bourdieu, está centralmente informada pela busca de articulação entre estruturas e práticas, retomando com nuances particulares, o debate com o objetivismo e o subjetivismo. Na verdade, ela se constitui como busca de expressão da dialética entre essas duas dimensões. É precisamente para pensar essa relação, não apenas do ponto de vista da construção teórica, mas da análise empírica que Bourdieu desenvolve o conceito de *habitus*.

Bourdieu retoma o conceito aristotélico de *habitus* e repensa-o. Num esforço de escapar do estruturalismo sem sujeito e da filosofia da consciência, sem anular o agente como operador prático da construção de objetos. Bourdieu define o *habitus* como sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (BOURDIEU, *in*: ORTIZ, 1983, p.61)

Com o conceito de *habitus*, Bourdieu (Idem, Ibidem, p.61) valoriza a dimensão de um aprendizado passado. Segundo ele, a ação de estruturas sociais tais como a família, com seus valores e crenças, incidindo sobre o comportamento de crianças, desde a primeira infância, leva, por meio de um aprendizado quase natural, à incorporação dos *habitus* primários. Assim, no convívio familiar, com aprovações, censuras, lições de moral, elogios, prêmios, entre outras influências, as crianças vão construindo seus gostos

mais íntimos, seus trejeitos, suas aspirações, sua autoimagem, sua autoestima, enfim, vão incorporando os *habitus* primários que estarão no princípio das experiências escolares.

Estas, se incorporadas, mesmo que parcialmente, constituirão os *habitus* secundários, os quais estarão no princípio da percepção e da apreciação das demais experiências do indivíduo, incluindo a capacitação e o desempenho profissional. Durante o processo de profissionalização, os *habitus* primários e secundários podem ser tanto mantidos quanto transformados. Considerando que não existem duas biografias iguais, não pode haver dois *habitus* idênticos, há sim, classes de experiências semelhantes chamadas de *habitus* de classe. É exatamente esse conjunto de disposições, isto é, o *habitus* que sistematiza todas as formas de agir, pensar e perceber dos agentes. É assim um sistema de disposições abrangente: aplica-se às práticas nos mais variados campos sociais, dando-lhes unidade.

O *habitus*, enquanto sistema de esquemas adquiridos, funciona, a nível prático, como princípio de classificação e organização, o que implica na compreensão do agente social, como operador prático da construção de objetos. O *habitus* é matriz de percepções e apreciações das práticas adquiridas. Através dos determinantes sociais que o produziram, o *habitus* está estreitamente articulado a uma condição social, bem como à posição social em que foi construído.

Sendo produto articulado das histórias individuais e coletiva, configurado como uma espécie de “lei imanente” depositada nos agentes, pela experiência socializadora da educação, o *habitus* faz com que os agentes, “de forma consciente ou não”, sejam produtores de “sentido objetivo”, na medida em que suas ações e obras resultam de um *modus operandi* não produzido por ele. É nesse sentido que Bourdieu afirma-o como “origem de um conhecimento, sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção”. (BOURDIEU, 2004, p.05)

Outra dimensão importante, que o conceito de *habitus* permite apreender

é a existência de outros princípios geradores das práticas, que o cálculo racional, a existência de uma “lógica prática”, uma espécie de “sentido do jogo”, que é de tal forma incorporado aos agentes, que transforma-se numa espécie de segunda natureza. (BOURDIEU, 2004, p.82)

Nesse sentido, ele se configura como fundamento objetivo de condutas regulares, o que faz de certo modo possível a previsão das práticas, na medida em que o “*habitus* faz com que os agentes que o possuam, comportem-se de uma determinada maneira, em determinadas circunstâncias”. (BOURDIEU, 2004, p.98)

Contudo, a regularidade das condutas geradas pelo *habitus* não permite a inferência de deduções, como no caso das leis, dado, exatamente, o seu caráter de “lógica prática”, que se define nas múltiplas relações cotidianas com o mundo, guardando, portanto, uma relação com o “fluido” e o “vago”, ou seja, uma dimensão de indeterminação.

Do nosso ponto de vista, essa é a contribuição possível de ser extraída desse conceito, a incorporação da experiência prática, na definição das estratégias dos agentes. Contudo, essa não é a preocupação fundamental de Bourdieu ao constituí-lo e, na perspectiva para o qual foi concebido, ele nos parece claramente insuficiente, senão comprometedor.

Bourdieu procura deixar claro que seu conceito de *habitus* refere-se a um sistema de disposições socialmente construído e salienta a condição de agente do sujeito social. Em sua postura teórica está implícita uma crítica ao estruturalismo e a outras teorias que recorrem a modelos e regras exteriores para explicar a ação individual.

Entende-se assim a afirmação de Bourdieu “tudo funciona como uma orquestra sem maestro” (BOURDIEU, 1983, p.101) como explicitadora da ideia de que o *habitus* é o princípio não escolhido de todas as escolhas; fundamento das práticas nos mais variados campos de ação. Estão, dessa maneira, em estreita ligação o estilo de vida dos agentes (comandados pelas opções estéticas), sua rede de relações, suas escolhas amorosas, aspirações,

interesses e suas atitudes ou posturas corporais. A unidade e homogeneidade das práticas observável nos diferentes segmentos sociais é dada pelo princípio gerador o *habitus*, que garante a regularidade das práticas nos diferentes grupos. É a esse princípio gerador e não à obediência à regras estabelecidas que se deve a harmonização observável nos diferentes grupos sociais.

A noção de *habitus* engloba, assim, a de *ethos*, ou seja o princípio que elege as condutas ou a ética realizada e perceptível como disposição geral de um grupo social. Mais que isso, o *ethos* como princípio prático é uma moral que se instala no corpo transformando-se em uma *hexis* traduzida na postura corporal, nos gestos ou na competência linguística. Bourdieu considera a *hexis* corporal como mais uma das disposições constitutivas do *habitus* que se atualiza na relação dos agentes com seus próprios corpos. Para ele, a *hexis* é a mitologia política realizada e incorporada, que se transforma em disposição permanente, em uma maneira durável de se comportar, de falar, de andar e, conseqüentemente de sentir e de pensar. Desta forma, fica caracterizada uma oposição entre o *ethos* masculino e o feminino que se traduz em formas diferentes de perceber o corpo e de se comportar. Fica assim atribuído um valor social aos mais elementares atos corporais e reconhecida uma equivalência entre as práticas realizadas nos mais diferentes campos. Desta forma, o gosto, considerado como aptidão ou propensão para determinadas escolhas, sejam elas materiais ou simbólicas, é outra das disposições englobadas pelo *habitus*.

O *habitus*, tal como definido por Bourdieu, se assemelha a uma grande teia que, articulando posições e condições sociais, na forma de disposições, amarra os agentes em torno de opções bastante limitadas de movimento. Nessa perspectiva, os agentes teriam que se haver com opções dadas, mais do que constituí-las.

A concepção dos agentes, como suporte de *habitus*, constitui-se, assim, numa flexibilização, mas não numa superação da concepção dos agentes como suportes de estruturas. O papel do agente é visto de um ponto de vista passivo, cuja dimensão de criticidade, de reflexibilidade, desaparece. São as

disposições estruturadas, dispostas a atuar como estruturas estruturantes, que moldam a ação dos agentes sociais, que, deste ponto de vista, apenas absorvem *habitus*, mas não o problematizam. Essa concepção limitada da capacidade de ação dos agentes, dá um certo caráter enrijecido à obra de Bourdieu.

Em última análise é o *habitus*, conceito chave da teoria do autor, que possibilita uma explicação articulada entre o individual e o social, entre as estruturas internas da subjetividade e as externas traduzidas nos determinismos sociais. Nessa construção teórica, indivíduo e sociedade não são elementos excludentes, antes pelo contrário, são estados de uma mesma realidade.

Tendo anunciado algumas indicações acerca da ação dos agentes na sociedade, podemos agora analisar a própria concepção de sociedade que Bourdieu opera. Já adiantamos algumas considerações que permitem estabelecer um certo enfoque analítico, que explicitamente define o que ela não é. Ela não se dissolve no mundo compreensivo dos agentes, nem tampouco se esgota nas estruturas objetivas que a compõem. Na nossa compreensão, há pelo menos três elementos qualificadores da sociedade para Bourdieu: ela é compreendida como um grande mercado de bens materiais e simbólicos, que diferencia-se em diversos campos e que é estruturalmente marcada por um processo de estratificação social.

Cada um destes três pontos será objeto de reflexão a seguir, focado sob a ótica da possível contribuição de Bourdieu para a sociologia dos bens simbólicos, ou como prefere Micelli, dos “*sistemas simbólicos*”. (MICELLI, 1987, p. X) Estas noções estão profundamente imbricadas e é possível que façamos referências comuns, na análise de cada um destes pontos.

Mercado dos bens simbólicos

A compreensão da sociedade como um mercado não constitui uma contribuição original de Bourdieu à Sociologia. O fato de que as diferentes sociedades desenvolveram-se recorrendo ao mecanismo do mercado, para

suprirem as suas necessidades materiais, é linguagem corrente. A novidade é a referência a um mercado de bens simbólicos tão vigoroso quanto o de bens materiais. Ao estabelecerem relações sociais entre si, os homens não somente trocam mercadorias, mas também significados, símbolos. (BOURDIEU, 1974, p.102-103)

Há, assim, uma lógica da produção, circulação e consumo dos bens simbólicos, a ser apreendida e analisada. É um pouco o que faz Bourdieu ao afirmar a “autonomia relativa” deste mercado simbólico, que, não obstante, é analisado a partir da mesma ótica do mercado de bens materiais, configurado pela existência de: produtores e consumidores de bens simbólicos, que movimentam-se no âmbito de um mercado, a partir de um certo quantum de capital, que os capacita ou não a fazer frente aos preços estipulados num processo de competição.

Bourdieu, ao discutir a questão do mercado, não o faz de uma maneira genérica e indiferenciada. Ele especifica a noção de mercado através da compreensão do significado e funcionamento do campo. Na sua concepção aos vários campos correspondem mercados específicos, sendo a lógica de funcionamento de cada mercado, definida pelo campo que o delimita. Nesse sentido, o entendimento da visão de Bourdieu sobre o mercado de bens simbólicos só se faz possível, na sua íntima relação com o processo de configuração de um campo cultural.

Para Bourdieu, é fundamental o reconhecimento e a análise do processo de autonomização do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos, que liberou-se, de forma progressiva, das instâncias de legitimação externas, como a Igreja e a Aristocracia na Idade Média, tornando possível a construção de legitimidades culturais, definidas a nível interno do próprio campo.

Este processo de autonomização desenvolveu-se conjuntamente a uma série de transformações sumamente importantes como: a constituição de um público de consumidores virtuais, extenso e diversificado, que conferiu

aos produtores de bens culturais, condições mínimas de independência econômica e um princípio de legitimidade; a constituição de um corpo amplo e diferenciado de produtores e empresários de bens simbólicos; além da multiplicação e diversificação das instâncias de consagração, que passaram a competir pela legitimidade cultural. (BOURDIEU, 1974, p.100)

A liberdade de artistas e produtores culturais, pleiteada e, num certo sentido, desenvolvida historicamente com a ruptura dos laços de dependência com monarcas e com a Igreja, de um outro ponto de vista, mostrou-se progressivamente como tendo um caráter formal, condicionando artistas e produtores a um novo tipo de submissão às leis do mercado de bens simbólicos.

Esta questão será melhor desenvolvida, quando discutirmos a noção de campo, a seguir. É a *“teoria geral da economia dos campos”*, que permite definir a forma específica que assume em cada campo os mecanismos e os conceitos gerais, tais como capital, investimento, ganho, fugindo assim das posturas reducionistas que limitam essas relações ao interesse material e a maximização do interesse monetário. (BOURDIEU, 2001, p.69)

Bourdieu concebe o ordenamento da sociedade a partir da sua teoria dos campos, evitando a sua configuração, nos moldes marxistas clássicos, que a compreende a partir do binômio estrutura e superestrutural. (CANCLINI, 1984, p.12) Busca, nesse sentido, estabelecer um viés de análise mais amplo, que dê conta da multiplicidade de determinações que configuram as relações sociais e as especificam. A ideia da autonomia dos campos constitui um esforço nesse sentido. Analisando a sua obra, Canclini reconhece a mudança de perspectiva, que envolve a utilização da noção de campo. “Nas sociedades ‘modernas’, a vida social se reproduz em campos (econômico, político, científico), que funcionam com uma forte independência. As lutas que em cada campo ocorrem não podem ser dedutíveis do caráter geral da luta de classes, mas do entendimento do próprio campo”. (CANCLINI, 1984, p.12)

Entendendo o conceito de campo

O campo, para Bourdieu, é concebido como estruturado a partir de dois elementos: um capital específico comum, que dá sentido à sua existência e um processo permanente de luta pela apropriação desse capital. “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.”. (BOURDIEU, 1983, p.89)

É exatamente essa luta que movimenta e sustenta a existência do campo que, sendo produzida pelas próprias estruturas constitutivas do campo, produz, por outro lado, suas estruturas e hierarquias. (BOURDIEU, 2001, p.85) O campo funciona à medida em que o conjunto dos seus agentes atua para manter ou melhorar suas posições, no interior do campo, uma luta que terá maiores chances de êxito a partir da posse de um maior domínio do capital específico do campo.

Para Bourdieu, compreender a atuação dos agentes, implica romper com uma visão da dominação, como tendo um caráter centralizado e único, que é incapaz de aprender a contribuição particular dos vários agentes que, não só na condição de dominantes, mas também como dominados, contribuem para a manutenção do exercício da dominação, na medida em que aceitam as regras do jogo e participam dele. “A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é feito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente”. (BOURDIEU, 2001, p.87) Nesse sentido é que se pode compreender a afirmativa acerca de uma cumplicidade básica subjacente a todas as lutas, no interior dos diversos campos, que advém da crença, no valor do próprio jogo, no qual se deparam desigualmente os diversos participantes.

Contudo, no mesmo instante em que Bourdieu reconhece o significado da atuação dos agentes, ele desqualifica essa intervenção, definindo-a como

uma contribuição que “os agentes (inclusive os dominados) dão, quer queiram, quer não, quer saibam que não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta”. (BOURDIEU, 2001, p.87) Os agentes, nesse sentido, são destituídos da sua capacidade reflexiva e criadora, apenas “movimentando-se” de acordo com as suas condições sociais e atendendo as expectativas das suas posições no campo.

O campo, para Bourdieu, está estruturado de maneira bipolar, a partir da oposição entre dominantes e dominados. Às diferentes posições e aos capitais específicos respectivos correspondem diferentes estratégias de luta. Os dominantes, na condição de detentores de um elevado capital específico, primam pela “ortodoxia”, na tentativa de conservar o capital acumulado, enquanto os dominados, desprovidos de tal capital acumulado ou possuindo-o, em níveis menores, desenvolvem o que Bourdieu designa como “práticas heterodoxas”, visando promover o descrédito dos detentores de capital. “O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio”. (ORTIZ, 1983, p.21)

A compreensão do funcionamento do campo, contudo, não se limita ao entendimento do próprio campo, mas deve recuperar as posições dos agentes ao nível interno e externo do campo, ao nível da sociedade global, ou seja, deve ser referido à estratificação da sociedade. Vejamos como Bourdieu discute o funcionamento do campo cultural, que nos interessa particularmente, para a seguir nos determos na questão da estratificação.

Bourdieu compreende o campo de produção e circulação dos bens simbólicos como “campo das relações de concorrência pelo monopólio do exercício legítimo da violência simbólica”, (BOURDIEU, *in* MICELI, 1987, p.118) estando ele ordenado em torno de duas oposições. Uma primeira

relação, de oposição e complementaridade, ocorre entre o campo de produção erudita e o campo das instâncias de conservação e consagração de capital simbólico, a quem cabe salvaguardar uma ortodoxia cultural, defendendo a “cultura legítima”, diante de manifestações culturais concorrentes ou heréticas, assegurando a conservação e a transmissão seletiva dos bens simbólicos.

Uma segunda relação de oposição se verifica entre o campo de produção erudita e o campo da indústria cultural. O primeiro, sendo dirigido a um público de produtores de bens culturais, estabelece suas próprias normas de validação, que se constituem também em princípios distintivos do seu público específico. O segundo, organizado com vistas à produção de bens culturais para um “*público médio*”, pauta-se pela lei da concorrência, ou seja, do mercado. Nesse sentido, configura-se como resultado da conjunção entre o interesse numa produção lucrativa, orientada para o crescimento e a dispersão da composição sociocultural do público, e as transações e compromissos estabelecidos entre os agentes do campo.

Na medida em que “todo ato de produção cultural implica na afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural”, (BOURDIEU, *in* MICELI, 1987, p.108), ou seja, à luta pelo monopólio da manipulação legítima de uma determinada espécie de bens simbólicos, fica estabelecido o conflito, tendo por base a existência de princípios diferenciados de legitimação.

Há, na sociologia dos campos de Bourdieu, uma nítida centralidade da noção de posição, como princípio explicativo das práticas e das obras dos agentes. Os campos, de um ponto de vista sincrônico, constituem “*espaços estruturados de posições*” (Idem, *Ibidem*, p.89) . A estrutura do campo configura-se como expressão de um “estado” das relações de força, entre os agentes ou as instituições em luta pelo monopólio da “violência simbólica legítima”. Para Bourdieu, “a cada uma das posições no campo de produção e circulação corresponde, a título de potencialidade objetiva, um tipo particular de posições culturais (ou seja, um lote particular de problemas e esquemas de solução, temas e procedimentos, posições estéticas e políticas, etc.)”.

(BOURDIEU, *In*: MICELI, 1987, p.159)

Nessa perspectiva é que Bourdieu aponta a insuficiência de uma análise de caráter interno da estrutura de relações simbólicas, só compreensível mediante uma análise sociológica da estrutura do sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos, no qual foram engendrados e assumiram funções sociais específicas.

Além de uma preocupação de caráter metodológico expresso nessa formulação, o que fica evidenciado é a centralidade das relações de poder na Sociologia de Bourdieu, que privilegia, em todas as relações sociais humanas, essa dimensão constitutiva fundamental.

Os estudos de Bourdieu acentuam, sobretudo, essa dimensão social em que as relações entre os homens se constituem em de poder, mais ainda, em que elas reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade; a sociedade é dessa forma apreendida como estratificação de poder. (ORTIZ, 1983, pp.25-26)

Segundo Canclini, ao explicar a estrutura de todos os campos, segundo a lógica interna da luta pelo poder, ele deixa de tratar dois problemas importantes: o que acontece especificamente em cada campo e como se dá a relação entre os campos e a história.(CANCLINI, 1984, p.15) A configuração dos campos, a partir de uma estrutura bipolar, que reduz o conjunto das relações sociais ao conflito entre dominantes e dominados, constitui uma simplificação, que subsume manifestações de diferenças e pluralidades sob o rótulo de relações de poder.

Se for verdade que o conjunto das relações sociais é permeado por relações de poder, também é notório que essa não é a sua única dimensão, bem como nem sempre assume o caráter de maior importância. Deste ponto de vista, Bourdieu empobrece e limita a análise, na medida em que a desenvolve precipuamente sob a ótica do político e constrói um modelo que, pautado nesse ênfase, desqualifica outras dimensões constitutivas das práticas.

Para Bourdieu, a compreensão da sociedade como tendo um caráter estratificado, implica finalmente na necessidade da análise da questão das classes de um ponto de vista relacional.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes. (BOURDIEU, 2001, p. 136)

As classes, na medida em que ocupam uma posição numa estrutura social historicamente definida, e que mantêm relações com outras partes constitutivas da estrutura possuem “*propriedades de posição*” que são relativamente independentes de propriedades intrínsecas, como por exemplo, advindas de um certo tipo de condições materiais de existência.

Bourdieu postula a existência de propriedades de situação e de posição, só dissociáveis por uma “*operação do espírito*”, que devem ser recuperadas, de modo conjunto e articulado, na análise da estratificação social. As relações sociais são explicáveis, mediante a articulação das relações entre condições e posições sociais, sendo as primeiras definidoras da “*margem restrita de variação*”, conferi da às segundas. (BOURDIEU, 1974, p.04)

Num dos trabalhos mais maduros de Bourdieu, O poder simbólico, a questão da construção de uma “*teoria do espaço social*” é desenvolvida a partir da demarcação de algumas rupturas com o marxismo, de certo modo, já antecipadas em outros trabalhos, sendo explícita a sua preocupação em estabelecer limites e diferenças do seu pensamento com essa tradição, com a qual tem significativas afinidades, mesmo que nem sempre reconhecidas.

São identificadas, por Bourdieu, três rupturas fundamentais a serem feitas com o marxismo. Primeiramente com a tendência marxista de privilegiar as substâncias (os grupos reais) em detrimento das relações, a partir de uma visão “*intelectualista*” que confere à classe um sentido real efetivo, desconsiderando

o seu caráter de conceito construído.

É preciso afirmar, contra o realismo do inteligível (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias (homogâmias), clubes, associações e mesmo ‘movimentos’ sindicais ou políticos. (BOURDIEU, 2001, p.136)

Bourdieu rejeita, portanto, tanto o “*relativismo nominalista*”, quanto o “*realismo do inteligível*”. No primeiro caso, contra a visão que reduz as diferenças sociais a meros artefatos teóricos, afirma a existência de um espaço objetivo, definidor de compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias. No segundo caso, nega uma visão reificadora dos conceitos, mediante a postulação de que as classes, que podemos recortar no espaço social, não existem como grupos reais, embora estejam potencialmente em condições de se constituírem em grupos de caráter diverso.

Uma segunda ruptura, afirmada como fundamental, deveria ser feita com o economicismo que, ao reduzir o conjunto das relações sociais ao campo econômico, como categoria fundamental explicativa, deixa de perceber o campo social como “*espaço multidimensional*” de posições.

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital - quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. (BOURDIEU, 2001, p. 167)

Tal afirmativa traz uma contribuição importante à teoria social, embora nem sempre seja considerada efetivamente pelo próprio Bourdieu.

Uma última ruptura deveria ser feita com o objetivismo, que minimiza a importância da dimensão simbólica, do “trabalho de representação”, para a compreensão das relações sociais. Bourdieu sustenta que o entendimento do mundo social implica num ato de construção também. A representação que os agentes têm do mundo social contribui para a construção da visão desse mundo e, nesse sentido, para a sua própria construção, o que se faz, evidentemente, através de uma série de lutas, que envolve a definição legítima de conceitos, estabelecendo princípios de “visão” e “divisão”. “O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade.” (BOURDIEU, 2001, p.167)

É exemplar que uma das suas obras mais maduras receba o título de O poder simbólico, dado o relevo que Bourdieu sempre conferiu a essa questão do poder, sob cuja ótica o simbólico é visto. Para ele, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sendo sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 2001, p.08)

Bourdieu identifica duas tradições básicas, no entendimento dos “sistemas simbólicos”. Uma primeira que o compreende como “*estruturas estruturantes*” e uma segunda como “*estruturas estruturadas*”. Na primeira variante, os diferentes universos simbólicos, mitos, língua, arte, ciência são ao mesmo tempo instrumentos de conhecimento e de construção do mundo. Na segunda vertente é realçada a dimensão estrutural desses sistemas, privilegiando-se *o opus operatum* sobre o *modus operandi*.

É importante compreender que é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos exercem a função política de imposição e legitimação da dominação, assegurando, mediante a “*violência simbólica*” o domínio de classes. Nesse sentido, o campo de produção simbólica se configura como um “microcosmo da luta simbólica de classes” (BOURDIEU, 2001, p.12) e é na medida em

que servem aos seus interesses, ao nível da luta interna do campo, que os produtores servem aos interesses dos grupos, que são exteriores ao campo de produção. Nesse sentido é que se pode afirmar que o poder simbólico é um “poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”. (BOURDIEU, 200, p. 15)

O sistema simbólico, para Bourdieu se estrutura a partir da “*lógica da diferença*”, que constitui distinções significantes, no espaço social. Todo consumo e de forma geral, toda a prática, tendo ou não sido realizado para ser visto, notado, percebido, ele é distintivo. Configura-se como “sinal distintivo”, podendo assumir a condição de “sinal de distinção”, nos casos em que se constitui como diferença reconhecida como legítima. Os agentes sociais, além de reconhecerem como “distinções significantes” as diferenças, podem buscar aumentar intencionalmente tais diferenças “espontâneas” de estilos de vida. “A procura da distinção - que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual - produz separações destinadas a serem percebidas ou, melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza.” (BOURDIEU, 2001, p.144)

Creio, pelo conjunto das questões apresentadas ao longo do texto, já estarmos em condições de formular a crítica mais fundamental ao trabalho de Bourdieu e que atinge de maneira frontal seus propósitos analíticos. Referimo-nos à perspectiva marcadamente objetivista que assume o conjunto da sua obra e que, neste sentido, evidencia o fracasso da sua tentativa de articular de maneira efetiva o objetivismo e o subjetivismo, através do conhecimento *praxiológico*. Destacaremos, a fim de corroborar essa afirmativa, duas ordens de questões. A primeira, referente à compreensão do agente, postulada por Bourdieu e a segunda, que diz respeito ao seu entendimento da esfera simbólica e seu significado específico.

Sem nenhuma dúvida, há em Bourdieu um questionamento contundente

às visões objetivistas, especialmente, nas versões estruturalistas, que ignoram a ação dos agentes, compreendendo-os como trazer de estruturas, executores de modelos que lhes são exteriores. “Eis a raiz do ponto mais consistente e original da contribuição de Bourdieu, qual seja o esforço de pensar a prática como algo diverso do produto ‘pobre’ e ‘menor’, de um modelo abrangente ao qual a ciência objetivista confere mais realidade do que à própria realidade.” (MICELLI, 1974, p. XXVIII)

Não obstante o seu esforço, a tentativa de Bourdieu é comprometida seriamente nas suas análises. Os agentes deixam de se configurar como suportes de estruturas, para se transformarem em suporte de *habitus*, “prisioneiros” do *habitus*, compreendido como um sistema de disposições estruturadas, nas quais as estruturas se atualizam e que se configura como produto da incorporação da “necessidade objetiva”, espécie de lei imanente depositada nos agentes pela experiência inicial da educação.

Na preocupação de escapar do interacionismo simbólico e da etnometodologia, que reduz as relações sociais e encontros de indivíduos, num processo interativo, Bourdieu termina por cair no extremo oposto, conferindo um “sentido objetivo” às práticas dos agentes, que transcenderia às intenções subjetivas e aos projetos conscientes individuais e coletivos.

Essa questão é bastante visível, numa afirmação de Bourdieu:.

as relações sociais não são jamais redutíveis a relações entre subjetividades movidas pela busca de prestígio ou por qualquer outra ‘motivação’ porque elas não passam de relações entre condições e posições sociais que se realizam segundo uma lógica propensa a exprimi-las e, por este motivo, estas relações sociais têm mais realidade do que os sujeitos que as praticam. (BOURDIEU, 2001, p.25)

Na verdade, embora manifestamente preocupado em recuperar a dialética da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade, Bourdieu privilegia a primeira dimensão, fixando-se numa postura objetivista.

Na nossa visão, é essa concepção que compromete o projeto teórico

de Bourdieu, configurando-o nos termos de uma “sociologia da reprodução”. Na medida em que o *habitus* é a expressão em forma de disposições, das estruturas, e que a ação dos agentes é ordenada pelo *habitus*, a margem deixada à uma ação criativa transformadora é mínima.

Canclini e Ortiz, nas suas análises sobre a obra de Bourdieu, partilham a mesma compreensão de que sua teoria social assume uma feição reprodutivista, que dificulta a compreensão dos processos de mudanças e, nesse sentido, da própria incorporação da dimensão da história, no seu pensamento.

Dito de outra maneira, se o *habitus* se define por sua tendência à reprodução, como articulá-lo ao movimento da mudança social? O *habitus*, mediação entre o agente social e a sociedade, se exprime desta forma, necessariamente no interior de um ciclo de reprodução, a análise se encerrando num círculo vicioso, o que implica renunciar-se à problemática da História. (ORTIZ, 1974, p.26)

Isto posto, retomemos o segundo ponto, referente à compreensão de Bourdieu acerca da esfera simbólica. Como já tivemos a oportunidade de apresentar, há toda uma formulação acerca da questão da autonomia dessa esfera e uma severa crítica às formulações que, sem compreender a sua especificidade, atribuem-na uma condição de reflexo da esfera econômica, como é o caso do marxismo clássico. A esfera simbólica ganha, em Bourdieu, um estatuto diferenciado, sendo amplamente discutida e contribuindo para dar maior legitimidade à sociologia dos sistemas simbólicos.

Para Canclini, seguindo a linha de Weber e Gramsci, Bourdieu persegue uma explicação simultaneamente econômica e simbólica dos processos sociais. (BOURDIEU, 2004, p.159) De fato, essa articulação nem sempre é feita de um ponto de vista inovador, reaparecendo sob novas roupagens a visão reprodutivista, anteriormente mencionada. Nessa perspectiva, consideramos profundamente revelador o aparelho categorial tomado por Bourdieu para analisar os sistemas simbólicos, numa transposição pouco rigorosa de conceitos, concebidos para pensar as relações econômicas, para refletir os

domínios da construção dos significados.

É vigorosa a preocupação de Bourdieu com as categorias classificatórias, na sua capacidade de comprometimento dos próprios conteúdos analíticos. Gostaríamos de insistir que não é aleatoriamente, portanto, que utiliza categorias como capital simbólico, mercado cultural, etc. Se as classificações classificam os classificadores, (BOURDIEU, 2004, p.159) como afirma Bourdieu, tais conceitos evidenciam explicitamente o comprometimento da sua proposta de pensar uma esfera simbólica, com algum grau de autonomia.

Nessa perspectiva é revelador, em Bourdieu, o reconhecimento de uma “*autonomia relativa das relações simbólicas*”, desenvolvida dentro de uma “*margem restrita de variação*”, deixada pelas condições de existência (BOURDIEU, 2004, p.14) e as referências não ocasionais a um certo caráter “duplicador” dos símbolos, vistos como a materialização de um sistema particular de estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2004, p.14) Esta é uma questão recorrente nas suas análises da questão da distinção: “as distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas, que as primeiras exprimem, transfigurando-as”. (BOURDIEU, 2004, p.15)

Para Bourdieu, as ações simbólicas exprimem sempre a posição social, a partir da lógica da distinção. As marcas da distinção são vistas como duplicação simbólica dos valores de posição vinculados a cada posição na estrutura social. (BOURDIEU, 2004, p.14) Sendo, para Bourdieu, a lógica da distinção a forma por excelência do jogo propriamente cultural, a sua análise da cultura está centralmente informada por essa perspectiva.

A dinâmica dos campos

É em Questões de Sociologia (1983) que Bourdieu desenvolve mais amplamente o conceito de campo, definindo-o como um espaço social, isto é, um sistema de posições diferenciais que confere aos agentes individuais ou coletivos, que o ocupam, papéis e status diversos.

Cada campo específico, seja ele da religião, da política, da cultura ou das relações familiares possuem leis de funcionamento próprias e, ao mesmo tempo, participa de mecanismos que são universais, isto é, comum a todos os campos. Esses espaços sociais que o autor chama de “campo” seriam sistemas específicos de relações objetivas que podem ser de aliança, de concorrência ou de cooperação entre posições diferenciadas, socialmente definidas, completamente independentes da existência física dos agentes que as ocupam. É a lógica estrutural de cada campo e a maneira como essas estruturas funcionam que, se impõem aos agentes como disposições duráveis e, são interiorizadas em forma de *habitus*. Portanto, é a partir das posições ocupadas pelos indivíduos em cada espaço social específico que suas ações devem ser entendidas.

Repete-se em vários momentos a afirmação de Bourdieu de que as posições que ocupam os indivíduos em um determinado campo não podem ser confundidas com as características pessoais desses mesmos indivíduos. No entanto, a apropriação das posições ocupadas no campo e posterior transformação delas em características pessoais é fato comum nos mais diversos espaços sociais.

A estrutura dos campos, a cada momento, pode ser definida como “o estado da relação de força entre os agentes ou entre as instituições engajadas na luta pela apropriação de um determinado capital que, acumulado no curso de lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores.” (BOURDIEU, 1983, p. 90)

Assim, as interações entre os agentes de determinado campo só podem ser entendidas em função da posição que ocupa cada um no interior do campo e, este na hierarquia social. Em poucas palavras, é preciso conhecer as posições para entender as disposições.

O campo é, dessa perspectiva um *LOCUS* de luta pela conservação ou subversão na distribuição do capital legitimado por cada campo. Assim, entende-se que os capitais tem seu valor dentro dos limites de cada campo

e só podem ser convertidos em outra espécie de capital em circunstâncias específicas.

É exatamente a distribuição desigual dos capitais entre os agentes que engendra a luta no interior dos campos. Mas, se por um lado, lutas pelos capitais são parte do funcionamento desses campos, por outro, há espaço para o consenso social, uma vez que os agentes estão interessados na sobrevivência e manutenção dos campos dos quais são parte integrante.

Para Bourdieu, os capitais, isto é, os recursos que estão na base da estrutura dos campos são de três ordens: econômico, cultural e social. A posse desses capitais é não só objeto de luta interior aos campos, corno também condição para a entrada neles.

Entre as três espécies de capital, o econômico é, sem dúvida, o de maior peso e, no limite, pode ser o fator de decisão das lutas. Segundo Bourdieu, o campo econômico poderia ser considerado corno um campo social autônomo, historicamente constituído, sendo portanto um ramo da sociologia econômica: “a teoria das práticas econômicas é, apenas, um caso particular da teoria geral da economia das práticas”. (BOURDIEU, 1980, p.209) Nesse sentido, define a classe social pela “posição ocupada pelos agentes nas relações de produção e pelo habitus (de classe) associado a essa posição”. (BOURDIEU, 1979, p.433) O autor não se detém no estudo do capital econômico e diz textualmente: “quanto ao capital econômico, remeto a outros pois esse não é meu trabalho. Ocupo-me daquilo que é abandonado pelos outros. O capital cultural e o capital social”. (BOURDIEU, 1983, p.44) Fica claro que a preocupação de Bourdieu é com o capital simbólico que engloba os capitais cultural e social.

O capital social é definido pelo autor corno “o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados a posse de urna rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou Inter reconhecimento” (BOURDIEU, 1980, pp.2-3) ou seja, a pertinência a um grupo onde os agentes estão unidos por ligações permanentes e úteis. O conceito de capital social abre caminho para explicar urna série de práticas, que supondo gastos de dinheiro, tempo e

urna competência específica assegura a reprodução desse tipo de capital.

A noção de capital cultural nasceu da observação feita por Bourdieu sobre a desigualdade no desempenho escolar entre os membros de segmentos sociais diversos: o sucesso no sistema de educação formal está fortemente ligado a urna interiorização de valores culturais realizada anteriormente de modo informal no âmbito familiar. Esses valores culturais inculcados pela família servem como base e predispõe para o aprendizado escolar formal, determinando, de certo modo, seu sucesso ou insucesso.

Além da mencionada incorporação de valores da cultura, a noção de capital cultural inclui o estado objetivado da própria cultura, ou seja, os bens culturais, objetos de arte, livros etc. Os títulos universitários seriam o estado institucionalizado do patrimônio cultural. Fica clara a estreita ligação entre os capitais cultural e econômico: o aprendizado precoce, constante e lento, requer disponibilidade de tempo; portanto, de um distanciamento das urgências materiais, ligadas à sobrevivência. Mais que isso, o acesso a bens culturais, objetos de arte ou livros é diretamente proporcional aos recursos econômicos dos agentes.

Donde se conclui que, embora distintos em sua natureza, há urna estreita ligação entre os capitais que são passíveis de, em determinadas circunstâncias, sofrerem reconversões, corno veremos adiante.

Ainda que vistas sob o prisma sincrônico, as posições ocupadas pelos agentes no interior dos campos, trazem implícitas o sentido de trajetória. Para que se entenda os comportamentos dos agentes em um determinado campo, é preciso que se conheça a trajetória que percorreram até a ocupação de uma certa posição em um dado momento.

Mesmo reconhecendo a possibilidade da existência de casos individuais que contrariem uma propensão geral, Bourdieu acha possível falar em “*trajetória modal*”, isto é, aquela que tem maior probabilidade de ser seguida pelos agentes de um grupo ou segmento social. Dessa forma, a história individual pode ser considerada como inscrita na história coletiva e

as diferenças entre os *habitus* individuais são, apenas, variantes estruturais do *habitus* de classe.

É no interior de um campo que se formam e funcionam as disposições constitutivas do *habitus*. Considerando o campo como lócus de “forças possíveis”, ou seja, uma situação dinâmica onde as forças se manifestam e se organizam apenas em relação a certas disposições, conclui-se que práticas idênticas podem ter significados diversos e até mesmo opostos em campos diversos. (BOURDIEU, 1979, p.103)

É o aspecto dinâmico dos campos que, na opinião de Bourdieu, os diferencia dos chamados aparelhos. Enquanto o aparelho, no dizer do autor, reintroduz o pior dos funcionalismos, uma vez que são máquinas programadas para determinados fins, nos campos os agentes estão em constante luta de forças para se apropriar dos capitais em jogo, sempre a partir de regras inerentes ao próprio campo.

Para Bourdieu, a Igreja o Estado ou o sistema escolar são campos que, sob certas condições, podem se transformar em aparelhos. Em cada um desses espaços sociais, os dominantes procuram impor seus pontos de vista mas tendo sempre que fazer frente à resistência dos dominados. Nos aparelhos essa resistência é anulada e a dialética de forças eliminada.

O autor vê a estratégia como um instrumento na ruptura com o objetivismo e com a ideia de ação sem sujeito suposta pelo estruturalismo. Construindo sua teoria da prática, o autor define a estratégia como produto do senso prático, de um determinado jogo social, historicamente definido, que os indivíduos aprendem desde a infância participando dele. (BOURDIEU, 1987, p.79) Portanto, ainda que seja exigido do agente uma ponderável dose de adaptabilidade às novas circunstâncias, suas ações não são produto de obediência às regras exteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **A Miséria do mundo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU P. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólica**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense; 1990.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. **Prefácio**: Sobre as artimanhas da razão imperialista. . In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001c.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. 2 ed. Celta Editora: Oeiras, Portugal, 2001.

_____. **O mercado de bens simbólicos**. In: MICELI, Sergio (Org.), **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002.

_____. **”Esboço de uma teoria da prática”** in ORTIZ, R. (org.), **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

CANCLINI, Néstor. **Desigualdade cultural y poder simbólico. La sociologia de Pierre Bourdieu**. Escuela Nacional de Antropologia e História, 1984.

LOYOLA MA. **Bourdieu e a sociologia**. In: **Bourdieu P.** entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2002.

O SIGNIFICADO DA FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA EM CAMPO VERDE (MG), SOB A ÓTICA DE SEUS FIÉIS (1980 -2011)

Irene Gonçalves da Costa*

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o significado da festa de Nossa Senhora Aparecida no povoado de Campo Verde distrito de Novorizonte, norte de Minas sobre a ótica dos seus fiéis. A festa é carregada de significados e eu como historiadora acredito que essa pesquisa é de grande relevância, pois através do estudo realizado foi possível trazer a tona lembranças, manifestações culturais até então desconhecidas ou até mesmo esquecidas. Desvendar os mistérios da cultura de um povo exige do historiador muita cautela e um grande espírito investigador. O ápice da festa no povoado ocorre no dia 12 de outubro com a celebração da Missa, na qual os devotos reafirmam a sua devoção pela santa. A festa representa para os fiéis a grande devoção a Maria, e a crença que através dela alcançarão promessas e milagres do sagrado, com toda transparência que chegam a esquecer de todas as divergências e contradições do mundo natural.

Palavras-chave: Festa. Representação. Cultura. Devoção.

Abstract: This article has as objective reflects the meaning of the party of Nossa Senhora Aparecida in the town of Campo Verde district of Novorizonte, north of Minas on their followers' optics. The party is loaded of meanings and I am historian believe that research is of great relevance, because through the accomplished study it was possible to bring the surface memories, cultural manifestations until then ignored or even having forgotten. To unmask the mysteries of the culture of a people demands from the historian a lot of caution and a great investigating spirit. The apex of the party in the town happens

* Licenciada em História pela Faculdade Cidade de João Pinheiro, professora de História na rede Estadual de Minas Gerais no distrito de Campo Verde – Novorizonte – MG. E-mail: irenecosta@yahoo.com.br

on October 12 with the celebration of the Mass, in the which the devotees reaffirm their devotion for the saint. The party acts for the followers the great devotion Maria, and the faith that they will reach promises and miracles of the sacred through her, with every transparency that they get to forget all of the divergences and contradictions of the natural world.

Keywords: Party. Representation. Culture. Devotion.

1- Introdução

A região de Novorizonte é pouco explorada, principalmente, quando se trata de pesquisas sobre a cultura popular desse povo, por isso foi proposto investigar a festa de Nossa Senhora Aparecida do distrito de Novorizonte, Campo Verde, Norte do Estado de Minas Gerais sob o olhar de seus moradores, guiada e inspirada pela fala do historiador Marc Bloch, quando diz: “Que artesão envelhecido no ofício não se perguntou um dia com um aperto no coração, se fez de sua vida um uso sensato? [...]” (BLOCH, 2002, p. 41-42).

Campo Verde distrito do município de Novorizonte está localizado no Norte de Minas Gerais com uma população de 4.953 habitantes, o município totaliza uma área territorial de 272 km² abrangendo espaços rurais urbanos. A população urbana é composta por 1.717 pessoas, enquanto que, a população rural por 3.236 habitantes. (IBGE, 2010).

Acredita-se que não só como historiadores, mas como cidadãos comprometidos com a cultura local necessitamos fazer com que nossa vida tenha sentido e que depois ausentes, possamos ser lembrados como alguém que contribuiu de alguma forma para a sociedade. É preciso ser apaixonado pela vida e buscar a cada dia fazer questionamentos os quais buscaremos com sede e desejo incansável por respostas. Não respostas prontas e acabadas, pois segundo Keth Jenkins “A verdade é uma figura de retórica cujo quadro de referências não vai além de si mesma, incapaz de apreender o mundo dos fenômenos: a palavra e o mundo, a palavra e o objeto, continuam separados”

(JENKINS, 2009, p. 57). O autor deixa claro assim que não existem verdades absolutas, sempre haverá algo a ser repensado e discutido e cabe ao homem não se contentar com um pouco e estacionar no comodismo, mas sim estar sempre em busca da verdade.

Desde que um homem assume a atitude de historiador, tem que esquecer todas as considerações, como o amor aos amigos e o ódio aos inimigos [...] Pois assim como os seres vivos se tornam inúteis quando privados de olhos, também a história da qual foi retirada a verdade nada mais é do que um canto sem proveito (BORGES, 2005, p. 20).

Partindo desse pressuposto busquei ver, analisar e investigar sempre na ótica de um historiador da Nova História, pois segundo Pesavento (2004), o que atribui credibilidade ao historiador é o seu capital de erudição e o seu rigor metodológico.

Pesquisar sobre a região de Novorizonte, Norte de Minas, contribui para despertar em outros historiadores locais a paixão pela pesquisa e o desejo de conhecer melhor a cultura da região, contribuindo de forma benéfica para o município. Conhecer é importante para valorizar e preservar os valores e costumes.

Estudar o significado cultural da festa de Nossa Senhora Aparecida sob a ótica dos fiéis é possibilitar a estes personagens a oportunidade de falar sob suas memórias permitindo a preservação da identidade cultural deste povo. Pois segundo Goulart:

A história humana não se desenvolve apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas... (GOULART, *apud*. VIEIRA; PEIXOTO e KHOURY, 2007, p.12).

Segundo as autoras o homem por sua própria natureza é um agente histórico, sendo assim, toda manifestação e representação realizada por ele se transformam em história e precisa ser valorizada em suas peculiaridades.

Com o objetivo de explorar o mundo cultural dos fiéis da festa de Nossa Senhora Aparecida no distrito de Campo Verde, amparo na fala de Marx Weber Citado por Geertz quando diz:

[...] O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. (GEERTZ, 2008, p. 4)

Levando em consideração o pensamento do autor é possível perceber o quanto é complexo estudar a cultura de um povo, sendo assim, é necessário, que o historiador busque através dos fatos desvendarem estas teias e os seus significados, pois “o melhor historiador é o que se mantém mais perto dos factos, que os interpreta com mais correção, que só escreve e pensa de acordo com eles”. (LE GOFF, 2003, p. 100).

Acredita-se que esta pesquisa seja de grande relevância acadêmica, pois estudando a História Local de um povo é possível trazer a tona lembranças, manifestações culturais até então desconhecidas ou até mesmo esquecidas. Conhecer sobre as histórias locais consiste em uma das tarefas do historiador e também do professor de História que devem lançar olhares. A identidade social (ou regional) pode ser reconhecida pela coesão de seus membros.

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos [...] Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local (SAMUEL, 1990, p. 220).

O autor em sua fala deixa clara a importância de se estudar a história local, uma vez que, esta nos possibilita conhecer peculiaridades de culturas

até então ocultas e desconhecidas.

Segundo Roberto da Matta “Em geral, todas essas festas comemoram ou celebram alguma coisa que supomos se realmente aconteceu. A vida de um santo é uma história exemplar a ser imitada pelos homens, e a procissão que aos santos se dedica diz um pouco dessa caminhada terrena para o Céu [...] (DA MATTA, 1986, p. 89)”.

O ápice da festa de Nossa Senhora Aparecida do povoado de Campo Verde ocorre no dia 12 de outubro com a celebração da Santa Missa, porém nove dias antes os devotos de Nossa Senhora iniciam as comemorações com a celebração das novenas, após os oitos dias de novena no dia 11 ocorre à levantada da bandeira. Encerrada a nona noite de novena todos os devotos saem em procissão cantando até a casa do festeiro, lá é pego a bandeira a qual é levada até próximo a Igreja onde ocorre a levantada da bandeira com cantos ao redor do mastro.

Ao investigar o sentido da festa de Nossa Senhora Aparecida na ótica dos devotos é necessário compreender o significado desta para os fiéis a presente pesquisa pretende responder os seguintes questionamentos: qual o significado da Festa de Nossa Senhora Aparecida para os devotos de Campo Verde? Como se iniciou esta festa no povoado? Quais foram os primeiros festeiros a organizar a festa na região? O que mudou? O que permaneceu? O que levou a escolha desta padroeira em meio a tantos santos populares? Esses levantamentos se fazem necessário, uma vez que:

Escrever a história, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro de uma época. A história se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pela que reinventam continuamente o passado. (PESAVENTO, 2004, p. 59).

Desvendar os mistérios da cultura de um povo, ou até mesmo,

escrever sobre este exige do historiador muita cautela e um grande espírito de investigador. Como pesquisador, o historiador irá buscar explicações plausíveis, sempre buscando compreender o significado das representações para o objeto em estudo.

Este trabalho teve por objetivo pesquisar o significado da Festa de Nossa Senhora Aparecida sob a ótica de seus fiéis, investigando de forma minuciosa as representações deste povo. Objetivou também, averiguar o perfil das pessoas que participam desta festa, conhecer e analisar as etapas da festa, investigar a origem da festa na região e os primeiros festeiros a iniciá-la e relacionar a origem da festa no Brasil com a devoção dos fiéis da região.

Este estudo partiu do pressuposto que a festa de Nossa Senhora Aparecida representa para os fiéis a grande devoção a Maria, e a crença que por meio desta alcançaram promessas e milagres. Na verdade há toda uma história a qual leva as pessoas a dar credibilidade aos santos, sendo assim, a fé se baseia em crer em algo que foge do nosso entendimento e dos nossos olhos.

No presente trabalho buscou-se por meio das fontes orais e iconográficas, compreender o significado da festa de Nossa Senhora Aparecida sob a ótica de seus fiéis. No entanto, a interpretação e a compreensão dos dados se fundamentaram no marco teórico.

Para a realização deste estudo, atentou-se para narrativas orais e os suportes da memória. É como diz Chauí: “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar do tempo o que se foi e não retornará mais.” (CHAUI, 2004, p. 38). Chauí ressalta a importância da memória para registro dos fatos passados e forma de repasse das tradições e saberes.

Ao iniciar o projeto, além das entrevistas com alguns festeiros obteve-se também como base o conhecimento prévio sobre o assunto, uma vez que, a festa de Nossa Senhora faz parte do universo da pesquisadora, porém, com cuidado para não desviar o foco da pesquisa, mantendo sempre a postura de

uma historiadora comprometida com a verdade. A memória dos devotos de Campo Verde é muito viva e por isso busquei recorrer a ela para escrever sobre as representações e o significado da festa para eles, pois como enfatiza a historiadora Maria Célia da Silva Gonçalves:

[...] A memória é a matéria prima da história, que em consequência é o encadeamento dos fatos memoráveis. Assim, a história é uma seleção da memória e é também sua forma acadêmica. Mas não podemos esquecer que a própria memória é seletiva, já que não nos lembramos de tudo que aconteceu. Não podemos cometer o erro de confundir esses dois conceitos, atitude frequente, na medida em que o ofício do historiador é construir memória, ou podemos dizer que a matéria-prima do historiador é memória. (GONÇALVES, 2005, p. 26).

A memória e a História se completam na compreensão dos fatos. Assim como na história não falamos de verdades absolutas, também a memória possui seus limites, no entanto, ela é uma fonte eficaz na construção da história, uma vez que, sempre recorremos a ela quando desejamos compreender um determinado fato. A memória se encarrega de armazenar informações, já a história tem como função investigar com precisão e cautela os fatos e escrever sobre eles.

História para mim é a captação de sentidos. Os sentidos são as formas que encontramos no passado, como no presente, de dar significado a realidade vivida e nelas às relações que estabelecemos. Ao historiador cabe nessa perspectiva, à tarefa de buscar os sentidos que as questões possíveis de formular permitem apreender. Pode parecer pouco, mas não é fácil. Mas não é. Afinal sabemos desde sempre mesmo quando não se quer admiti-lo, nenhuma história conta tudo (BRITO 2001, *Apud.* GONÇALVES, 2005, p. 4).

A fala da autora deixa clara a dificuldade em se relatar os fatos assim como estes acontecem, uma vez que, o pesquisador não tem acesso ao passado. A única arma do historiador são os vestígios, as fontes que contribuem no trabalho de reconstrução da história. Sendo assim, o papel do historiador é

investigar, analisar de forma minuciosa os fatos, as fontes obtidas com um único objetivo, compreender o significado do mundo e suas diversas etnias por meio das representações culturais de um determinado povo ou através dos vestígios históricos deixados pelos nossos antepassados.

Ao entrevistar os devotos de Nossa Senhora Aparecida, previamente foi preciso esclarecer a eles o objetivo da pesquisa e a importância do registro de suas memórias. Além disso, a abordagem foi realizada tendo como foco a experiência dos indivíduos pesquisados bem como seus símbolos culturais. No entanto, a estratégia de pesquisa se baseou também nos indícios, fragmentos e vestígios que fortaleceram as hipóteses defendidas. Através dos relatos, do conhecimento prévio sobre o assunto e a análise de fontes, como fotos, foi associado os diferentes dados obtidos, buscando assim esclarecer o significado da festa de Nossa Senhora Aparecida sob a ótica de seus fiéis, uma vez que, os mesmos preservam dentro de si, em suas memórias um grande acervo cultural, pois:

Sujeitos comuns e anônimos ao serem trazidos para a cena histórica, através de suas memórias, mostram que preservam outros poderes, rompem com vários silêncios do passado e do presente. No caso tratarei aqui de relatos de entrevistados que abrem para uma reflexão de que a pertinência a uma cultura e o direito à memória e a história incluem-se nas relações de sujeitos com a construção histórica de espaços rurais e urbanos que concebem a experiência como legado imemorial, transcendente, com excesso de significações. (MAGALHÃES, 2001, *Apud*, GONÇALVES, 2005, p. 4).

Na perspectiva do autor, pessoas comuns podem revelar histórias até então escondidas pelo passado e pelo silêncio do presente e, sendo assim, as representações sociais pode ajudar a compreender as diferentes práticas culturais dando sentido a realidade e a sua existência.

2- A festa em perspectiva histórica

A religiosidade brasileira é bastante mítica e heterogênea, há uma tendência do povo brasileiro em envolver-se com o sagrado e o profano. Portanto, é possível perceber a necessidade do homem religioso em depositar a sua crença em algo como sinal de resposta a ação divina em sua vida.

Para os devotos de Nossa Senhora Aparecida no Brasil ela é a padroeira do país, ou seja, aquela que protege o Brasil de todos os males e que roga pelo povo perante Deus. Durante essa festividade as pessoas se envolvem no mundo do Sagrado, com toda transparência que chegam a esquecer de todas as divergências e contradições do mundo natural. Deste modo:

A festa é o espaço da novidade, do encantamento, da alucinação. Ela nega a carência, a precariedade, sem-negar a realidade; justamente ao contrário, a realidade é transfigurada e exacerbada por um realismo cômico que, mesmo reafirmando-a, dela-ri. [...] Festa é, portanto, definido, sacrifício, troca-dom, reciprocidade, ou seja, o ato mesmo de produção da vida. A festa “integra o homem na circulação geral dos seres”, faz parte dos atos sem finalidade, que não se reduzem ao jogo, que ocupam um lugar imenso no tempo da vida dos homens, que envelopa o que chamamos de “história” de uma trama sem a qual a história seria um jogo de marionetes... (PEREZ, 2002, pp.47/48)

Nas palavras da autora fica evidente a presença da religiosidade como ponto crucial para representação e ressignificação da vida dos homens. A festa se torna assim em um momento de produção histórica na qual o homem é o principal autor e personagem, lembrando que todas as pessoas fazem história todo tempo e lugar.

A festa em Campo Verde revela justamente o descrito por Perez é um momento em que os fiéis se doam, se relacionam, cantam, rezam, integram-se em uma realidade mútua e em um encantamento único que precisa ser vivida com toda intensidade. É sem dúvida uma festa coletiva onde os devotos

demonstram sua crença na santa. Na verdade a festa possibilita e promove a entrega dos fiéis a espiritualidade, a tradição e as representações contidas neste universo cultural, onde ocorre já a união do sagrado e do humano.

Ao trabalhar historicamente a questão, buscamos na oralidade interpretar, o significado da festa, por meio da memória e representações dos devotos, pois como observou Agnes Hall:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. (HALL, 2006, p. 50-51).

A cultura nacional é o conjunto das diversas manifestações que ocorrem nos mais diversos espaços desse imenso país, sendo este plural, composto por uma variedade de tradições que são construídas/reconstruídas ao longo do tempo, fruto das diversas contribuições e etnias que formam o povo brasileiro.

Segundo narrativas orais, a crença dos devotos de Nossa Senhora surgiu em decorrência de um fato ocorrido em 1717, quando os pescadores João Alves, Felipe Pedroso e Domingos Garcia, a pedido das autoridades, saíram para pescar. Devia trazer peixes para o governador, o Conde de Assumar. Eles pescaram toda a noite sem nada conseguir. Chegando ao porto de Itaguaçu, ao lançar a rede, João Alves puxou-a e nela veio o corpo de uma imagem quebrada. “Foi um aviso do céu”. Naquela hora em diante pescaram muitos peixes. Foi o começo da história de Nossa Senhora Aparecida.

Boing¹ em seu livro relata que a imagem hoje símbolo da devoção dos católicos brasileiros segundo entendidos no assunto foi esculpida pelo monge Benedito frei Agostinho de Piedade ou por seu discípulo, frei Agostinho de Jesus, que vieram ao Brasil na metade do século XVIII. Feita de barro

¹ BOING, Mafalda Pereira, 2007, p.19.

paulista, ao ser cozida, deveria ter cor marrom claro, mas foram encontradas na imagem, vestígios de tinta azul e vermelha, as cores oficiais da Senhora da Conceição. Por causa do tempo que passou imersa no lodo do rio, e por que mais tarde ficou exposta a fumaça de candeeiros e velas, a imagem adquiriu sua cor atual: castanho escuro.

Segundo frei Giribone, um dos pescadores o Felipe Pedroso ficou com a imagem em sua casa onde recebia várias pessoas para rezar. No ano de 1735 o vigário de Guaratinguetá construiu uma capela no alto do Morro dos Coqueiros. Como o número de fieis fosse cada vez maior, teve início em 1834 a construção da Chamada “Basilica Velha”.²

A festa de Coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida ocorreu no dia 8 de setembro de 1904, com a coroa de ouro e brilhantes doada pela Princesa Isabel. Segundo Pe. Fernando Mancílio, a Coroação foi concedida pelo Cabido da Basilica de São Pedro, em Roma, a pedido de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, Arcebispo do Rio de Janeiro na época. Foi uma grande festa religiosa, evento inaudito para aqueles tempos: uma concentração de aproximadamente 15 mil pessoas reunidas na cidade de Aparecida. No ano de 1929, o papa Pio XI proclamava a Santa como rainha do Brasil e sua padroeira oficial.

Segundo o relato de D. Leolina,³ 57 anos, a festa de Nossa Senhora Aparecida em Campo Verde já ocorre há algum tempo:

Um dos primeiros festeiros no povoado de Campo Verde foi o Sr. Esperdião Rodrigues que iniciou a devoção no ano de 1969. Antigamente existiam as nove noites de festa, com o toque da sanfona todos cantavam participando dos leilões em uma grande animação. Tinham duas alvoradas, uma de manhã e outra meio dia. Na levantada do mastro buscava-se bambu na roça do Sr. Elviro para enfeitar toda

² COMISSÃO do ARCEBISPO METROPOLITANO de APARECIDA, Pe. Fernando Mancílio, C. SS. R, e Clodoaldo Montoro, p. 15

³ Auxiliar de serviços gerais da Escola Estadual João Bernardino de Souza e devota de Nossa Senhora Aparecida.

a rua. A frente da Igreja era enfeitada com bananeiras e bandeiras. O andar onde colocava a bandeira de Nossa Senhora Aparecida era enfeitada com flores, papel crepom para sair na procissão. Durante a procissão andava-se em todas as ruas, diferente de hoje. Vinha gente de todas as regiões para festejar junto com os devotos do povoado. Era difícil ter Missa no povoado e por isso, quando o padre vinha celebrar todos queriam participar da Celebração. (Entrevista concedida em 03/2011)

Conforme pode ser percebido nas palavras da narradora, a Festa iniciou em 1969, sendo que os festeiros são pessoas da própria comunidade e ao longo de sua narrativa, ele foi revelando detalhes da festividade.

A festa de Nossa Senhora Aparecida representa para os fiéis a concretização e a afirmação de que é ela a intercessora deste povo, no entanto, há também uma preocupação dos fiéis em manter a tradição, mesmo que, a festa com o decorrer do tempo vá se transformando juntamente com os novos devotos de Nossa Senhora Aparecida.

Para os fiéis de Campo Verde o sentido da festa se assemelha ao que ocorre em outros espaços do país em relação à devoção, pois acreditam que Nossa Senhora Aparecida é quem protege o povoado de todos os males e aquela que tem acesso diante de Jesus para interceder a ele os pedidos do seu povo. Como escreveu a historiadora Maria Célia: “A visão do Sagrado não toca o núcleo da oficialidade católica e toda demonstração de competência na cura de um ser humano, mesmo que, a partir de ervas, tende a ser visto como uma intervenção do Sagrado no universo humano” (GONCALVES, 2005, p. 11) Nesse sentido, nota-se que a devoção é uma demonstração de fé, uma vez que os fiéis reconhecem a intervenção divina em suas vidas através da intercessão Nossa Senhora Aparecida.

Percebe-se que ao participar da festividade crianças e jovens vão se sentindo atraídos a participar das apresentações durante as novenas trazendo coisas novas e atuais para a festa.



Foto1- Retirada no 6º dia de novena pela pesquisadora-06/10/2011

Como podemos perceber na imagem acima, as crianças fazem coreografia de uma música enquanto entram com a imagem de Nossa Senhora Aparecida no sexto dia da novena.

Os devotos de Nossa Senhora Aparecida permanecem presentes desde o início da novena, até o ápice da Festa que é a levantada da bandeira e a celebração da Santa Missa. Sendo assim, percebe-se que a participação dos devotos a cada fase da festa é um meio para aumentarem a sua fé, alcançarem promessas e edificarem as suas almas.

No primeiro dia da novena há uma representação na Igreja feita pelos próprios fiéis acerca da história dos três pescadores e o encontro da imagem de Nossa Senhora da Conceição no rio. Essa representação consiste na tentativa dos fiéis de relembrar como se deu o início dessa devoção a Nossa Senhora Aparecida que se espalhou por todo o Brasil, consistindo em uma das maiores manifestações de fé e religiosidade do povo brasileiro, e também dos moradores de Campo Verde. Sendo assim, conforme a fala de Sandra Pesavento: “Representar, é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma

ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que retoca uma ausência e torna sensível uma presença”. (PESAVENTO, 2004, p. 40).

Após a encenação ocorre à entronização da imagem da Senhora Aparecida, neste momento entra uma pessoa com a imagem e todos em pé cantam a Nossa Senhora:

*Ó, virgem santa, rogai por nós, pecadores
Junto a Deus Pai e livrai-nos do mal e das dores
Que todo homem caminhe
Tocado pela fé
Crendo na graça divina
Esteja como estiver*

*Abençoi
Nossas casas, as águas, as matas e o pão nosso
A luz de toda manhã, o amor sobre o ódio.*

*Iluminai
A cabeça dos homens, te pedimos agora
E que o bem aconteça
Nossa Senhora.*

Ao entoar o cântico os devotos expressam a sua fé e confiança na poderosa intercessão de Nossa Senhora Aparecida e a certeza da proteção divina através do auxílio da Senhora Aparecida.

Logo após a entronização é lido um milagre escrito no livro da novena que segundo os devotos foi realizado pela intercessão da santa.

Era tempo de escravidão e só havia desrespeito ao irmão negro. Lá vem Zacarias, preso pelas correntes, como se fosse um animal. Seu feitor de nada compadecia e, com muito custo, deixou que ele fizesse uma prece a Virgem de Aparecida. Ajoelhando na porta da Capela da Senhora Aparecida, ele certamente dizia: liberta-me, ó Mãe, desta triste agonia. E qual não foi o assombrado do feitor que a tudo assistiu. As correntes se abriram libertando Zacarias. (COMISSÃO do ARCERBISPO METROPOLITANO de APARECIDA, Pe. Fernandino Moncilio, C.SS.R, e Clodoaldo Montaro, p. 15).

É possível diz que:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregando sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresenta como naturais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2004, p. 41).

Por meio das representações percebe-se o reconhecimento das pessoas em relação a Nossa Senhora Aparecida, há uma afirmação na crença dos fiéis, pois estes ao participarem da festa em todos os seus ritos sentem-se renovados em sua fé. É como diz a D. Natália Gonçalves⁴, 56 anos, devota de Nossa Senhora Aparecida:

Para mim a festa de Nossa Senhora Aparecida nunca deve acabar. Sinto uma emoção muito grande, durante a festa, pois sou testemunha das graças realizadas pela poderosa intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Quando meu filho Daniel nasceu ele tinha a língua pregada e os médicos disseram que era preciso fazer uma cirurgia. Sempre pedia a Nossa Senhora para que a língua do meu filho despregasse. Um dia meu filho estava no quarto sozinho quando de repente ouvi um choro. Quando cheguei ao quarto havia sangue em sua boca e a sua língua havia despregado, graças à intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

Do ponto de vista de D. Natália, participar da festa é uma forma de agradecer a Nossa Senhora Aparecida às tantas graças recebidas, sendo também uma forma de aumentar a sua devoção reafirmando a importância da Santa em sua vida. Por isso durante todas as novenas é realizada pelos devotos presentes na Igreja a Consagração a Nossa Senhora Aparecida contida do livro das novenas:

Ó Maria Santíssima, que em vossa querida Imagem de Aparecida espalhais inúmeros benefícios sobre todo o Brasil; eu, embora indigno de pertencer ao número de vossos filhos e filhas, mas cheio do desejo

⁴ Trabalhadora rural e devota de Nossa Senhora Aparecida.

de participar dos benefícios de vossa misericórdia, prostrado a vossos pés, consagro-vos meu entendimento, para que sempre pense no amor que mereceis. Consagro-vos minha língua, para que sempre vos louve e propague vossa devoção. Consagro-vos meu coração, para que, depois de Deus, vos ame sobre todas as coisas. Recebei-me, ó Rainha incomparável, no ditoso número de vossos filhos e filhas. Acolhei-me debaixo de vossa proteção. Socorrei-me em todas as minhas necessidades espirituais e temporais e, sobretudo, na hora de minha morte. Abençoai-me, ó Mãe Celestial, e com vossa poderosa intercessão fortalecei-me em minha fraqueza, a fim de que, servindo-vos fielmente nesta vida, possa louvar-vos, amar-vos e dar-vos graças no céu, por toda a eternidade. Assim seja!

A Consagração a Nossa Senhora Aparecida consiste em um ritual onde o dirigente lê a oração e os fiéis repetem de forma cadenciada, confirmando a devoção a Maria. Vale lembrar que essa consagração ocorre todos os dias até o último dia da novena.

Anteriormente a coroação era feita com as crianças as quais vestiam se de anjo, simbolizando os anjos do céu, e cantavam cânticos, jogavam flores e por fim coroavam a imagem de Nossa Senhora.

Logo após a consagração, a novena chega aos ritos finais, momento que os devotos prestam homenagem à Santa, colocando ao redor da imagem flores. É costume que todos os fiéis presentes no momento da novena, levem flores naturais de casa, e embelezem a Imagem, sendo este rito seguido do cântico que está escrita no livro da novena do ano em questão. O cântico abaixo foi transcrito na íntegra do livro da novena de 2010.

Olhai as flores, / Senhora, / as flores que ofereço, / embora sei,/ não mereço,/ olhai as flores,/ Senhora. Flores de amores, / Senhora, / flores de dores também, / flores de espinhos ou sem, / olhai as flores, / Senhora.

Ref.: Olhai,/ olhai,/ Senhora,/ as flores que ofereço,/ olhai,/ olhai!

Olhai as flores, / Senhora, / que eu consegui cultivar, / que trouxe a vosso altar, / olhai as flores, / Senhora. / Assim bonitas, / Senhora, /

*assim vermelhas e brancas, / agora bentas e santas, / olhai as flores, /
Senhora.*

*Olhai as flores, / Senhora, / quando eu preciso comprar,/ por não saber
cultivar,/ olhai as flores,/ Senhora./ Mas sou feliz,/ ó Senhora,/ porque
plantaram pra mim/ rosas,/ violetas,/ jasmim,/ olhai as flores,/ Senhora.*

*Olhai as flores, / Senhora, / enquanto eu faço um pedido,/ preciso ser
atendido,/ olhai as flores,/ Senhora./ Levai as flores,/ Senhora,/ a nosso
Deus lá no céu,/ o vosso Deus e o meu,/ levai as flores,/ Senhora.*

***Ref.: Levai,/levai,/Senhora,/as flores que ofereço,/levai,/levai!(Grifo
da autora)***

A oferenda a Maria nos possibilita perceber que os fiéis ao mesmo tempo em que agradecem, rogam e confiam que a Santa irá atender aos pedidos intercedendo ao Criador por eles.



Foto2: Foto feita pela pesquisadora no 7º dia de novena á Nossa Senhora Aparecida-07/10/2011

A imagem acima evidencia a devoção dos fiéis a santa os quais durante

toda á novena oferecem flores a Senhora Aparecida. O rito de entrega das flores encerra a celebração do dia, sendo o mesmo renovado durante os nove dias da Festa.

Durante toda a novena há uma preocupação dos fiéis em receber a proteção da Santa e em permanecerem devotos com uma fé inabalável. Por isso a importância para eles de participarem de todos os encontros até o ápice da festa que é a celebração da Missa e a levantada da bandeira de Nossa Senhora Aparecida. É como que, ao final da festividade sentissem a sensação de terem realizado o compromisso feito.

A presença da Senhora Aparecida é muito forte na vida dos devotos, percebe-se ao entrevistá-los uma devoção viva e apaixonante. É como diz a festeira Zilma⁵ que há mais de 15 anos participa da festa:

Nossa Senhora Aparecida sempre fez parte da minha vida, quando minha mãe estava grávida de mim, ela sempre ouvia pela emissora da rádio Aparecida à pregação do Padre Victor, hoje já falecido. Ele rezava a oração de Maria e a Consagração a Nossa Senhora e ali em volta daquele pequeno rádio de pilha a minha mãe consagrava a sua gestação a Nossa Senhora Aparecida. Os meus pais sempre foram muito católicos, rezavam todos os dias conosco o terço de Nossa Senhora e assim fui aprendendo a gostar muito dela. Nossa Senhora esteve sempre do meu lado, me dando força e intercedendo por mim. Aos 12 anos de idade precisei fazer um tratamento auditivo, pois tinha infecção muito forte. Tive que fazer três cirurgias, mas sempre senti a presença forte de Maria. Em 1987 casei apenas no civil, porém sentia muita vontade de casar na Igreja. Pedia todos os dias a Nossa Senhora Aparecida para interceder por mim, e finalmente no de 1997 no dia 11 de outubro em meio às festividades a Santa com muitas lágrimas e transbordante de felicidade foi realizado o meu Matrimônio, tudo graças à intercessão da Rainha, Nossa Senhora Aparecida. As festas da Padroeira Aparecida vêm completando a cada ano um desejo muito grande de poder homenagear a minha Rainha, desde minha adolescência ajudava meu pai nas festas da comunidade, fazendo leilões, folias, coroações, procissões e a Missa que coroa a festa de Nossa Senhora. Quando

⁵ Organizadora da Festa de Nossa Senhora Aparecida em Campo Verde.

cheguei à comunidade de Campo Verde, envolvi-me com os trabalhos pastorais e me apaixonei ainda mais por tudo que diz respeito a Nossa Senhora Aparecida. A festa em si é uma tradição desde muito tempo e hoje não foi à toa que registramos o Grupo de Reflexão com o nome de Santa Maria, consagramos a ela e sentimos sempre a presença dela em nossos trabalhos.

Na verdade, ao ouvir o relato da Sra. Zilma, foi possível perceber que a religiosidade e a devoção são transmitidas como uma herança contínua de geração em geração, permanecendo a tradição, sendo esta ressignificada. É como se pode perceber nas palavras da historiadora Maria Célia da Silva Gonçalves:

Como nesse mundo de religiosidade e tradição, não se penetra por acaso, e as tradições contínuas de geração a geração, levando à diante um costume que atravessam séculos, desafiam avanços e mudanças de costumes e perpetuam entre as gerações, sofrendo adaptações há seu tempo, para adequar a um novo mundo [...]. (GONÇALVES, 2005, p. 22).

Mesmo com tantas inovações e tecnologias, as tradições culturais continuam vivas, as pessoas sentem a necessidade de se aproximarem de suas raízes e preservar as tradições dos seus antepassados. Quando se aproxima o fim das novenas, iniciam-se os preparativos para o encerramento da festa.

No dia 11 terminam-se as novenas com a levantada da bandeira de Nossa Senhora Aparecida, após os ritos finais e a entrega das flores todos os devotos seguem em procissão à casa do festeiro, responsável pela bandeira. Em procissão com as velas acesas em busca da bandeira os devotos cantam algumas músicas como:

*Viva a mãe de Deus e nossa,
Sem pecado concebida!
Viva a Virgem Imaculada,
A Senhora Aparecida!*

*Aqui estão vossos devotos,
Cheios de fé incendida,
De conforto e de esperança,
Ó Senhora Aparecida!*

*Virgem santa, Virgem bela,
Mãe amável, Mãe querida,
Amparaí-nos, socorrei-nos,
Ó Senhora Aparecida.*

*Protegei a santa igreja,
Ó Mãe terna e compadecida,
Protegei a nossa Pátria,
Ó Senhora Aparecida!*

*Amparaí todo o clero,
Em sua terrena lida,
Para o bem dos pecadores,
Ó Senhora Aparecida!*

*Velai por nossas famílias,
Pela infância desvalida,
Pelo povo Brasileiro,
Ó Senhora Aparecida!*

É notável através da análise da música que Nossa Senhora é reconhecida pelos devotos como a mãe de Deus. Além disso, há uma afirmação em relação à pureza e a santidade de Nossa Senhora Aparecida a qual é muito amada e admirada pelos devotos.

Ao chegar à casa do festeiro, este recebe os devotos com muitos foguetes e grande satisfação. Serve a todos biscoitos, café, bolo, chá.... E logo após, todos seguem novamente em procissão até a praça da Igreja onde será levantada a bandeira. Todos cantam alegremente:

*O povo te chama de Nossa Senhora
Por causa de Nosso Senhor
O povo te chama de Mãe e Rainha*

*Por que Jesus Cristo é o Rei do céu
E por não ti ver como desejaria
Tê vê com os olhos da fé
Por isso ele coroa a tua imagem Maria
Por seres a mãe de Jesus
Por seres a mãe de Jesus de Nazaré
Como é bonita uma religião
Que se lembra da mãe de Jesus
Mais bonito é saber quem tu és
Não és deusa, não és mais que Deus
Mas depois de Jesus, o Senhor
Neste mundo ninguém foi maior
Aquele que lê a palavra Divina
Por causa de Nosso Senhor
Já sabe que o livro de Deus nos ensina
Que só Jesus Cristo é o intercessor
Porém se podemos orar pelos outros
A Mãe de Jesus pode mais
Por isto te pedimos em prece oh! Maria
Que leves o povo a Jesus
Porquê de levar a Jesus entendes mais
Como é bonita uma religião
Que se lembra da mãe de Jesus
Mais bonito é saber quem tu és
Não és deusa, não és mais que Deus
Mas depois de Jesus, o Senhor
Neste mundo ninguém foi maior.*

Fica nítida a presença forte da religiosidade e das tradições na música entoada pelos devotos. Há novamente uma afirmação da maternidade e santidade de Maria, uma vez que para o catolicismo Nossa Senhora Aparecida é a mesma Maria considerada por essa instituição mãe de Jesus e recebe vários títulos concedidos pela Igreja.

A Anunciação a Maria inaugura a “plenitude dos tempos” (Gl 4,4), isto é, o cumprimento das promessas e das preparações. **Maria é convidada a conceber** aquele em quem habitará “corporalmente a plenitude da divindade” (Cl 2,9). A resposta divina à sua pergunta “Como se fará isto, se não conheço homem algum?” (Lc 1,34) **é dada pelo poder do**

Espírito: “O Espírito Santo virá sobre ti” (Lc 1,35). (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Maria no Catecismo da Igreja Católica, § 484).

A devoção dos fiéis se torna mais real na procissão na qual a bandeira de Nossa Senhora é retirada da casa dos festeiros e levada para a Praça da Igreja onde a mesma é levantada.



Foto 03- Retirada durante procissão dos devotos pela pesquisadora 11/10/2011

O Sr. Oswaldo Santana⁶ de 40 anos explica o significado da festa e da procissão para ele:

A gente aprendeu com a Igreja que Nossa Senhora é mãe, é como Jesus mesmo disse, quando Ele a entregou a João como mãe dele e de toda a humanidade. Eu sinto muita alegria ao participar da festa, pois é onde as famílias se encontram para celebrar a Nossa Senhora Aparecida, e é onde encontramos força para a caminhada nos trabalhos de comunidade. Nas minhas orações eu sempre me lembro da mãe, pois, eu creio que em todas as minhas dificuldades ele foi a minha intercessora. Não tenho Nossa Senhora como uma deusa, mas como

⁶ Membro da Pastoral Familiar e Grupo de Oração de Campo Verde.

aquela que aponta o caminho a Jesus. A procissão mim representa uma caminhada festiva a Nossa Senhora Aparecida e não uma procissão de idolatria. Respeito à posição da Igreja, pois, ela é sábia e em vista dela somos crianças.

O depoimento do Sr. Osvaldo deixa claro que para alguns devotos Nossa Senhora não é aquela que realiza milagres e muito menos uma deusa, mas sim uma mãe protetora e intercessora que uni seus filhos em uma forte devoção. Na fala do Sr. Osvaldo, fica marcada a forte influência da Igreja sob a fé e a crença dos devotos, a qual segundo o próprio devoto devido à tradição e tempo de existência sabe melhor instruir seus filhos na fé. É como descreve o catecismo da igreja parágrafo § 1172 :

Ao celebrar o ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera com particular amor a bem-aventurada mãe de Deus, Maria, que por um vínculo indissolúvel está unida à obra salvífica de seu Filho; em Maria a Igreja admira e exalta o mais excelente fruto da redenção e a contempla com alegria como puríssima imagem do que ela própria anseia e espera ser em sua totalidade. (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA)

No dia 12 de outubro, conhecido por todos os brasileiros como o Dia de Nossa Senhora Aparecida, os devotos de Nossa Senhora Aparecida de Campo Verde encerram a grande festa com a Celebração da Santa Missa e logo após os fiéis festejam com leilões, bingo e barraquinhas. Todo o dinheiro arrecadado é investido na própria Igreja.

3- Considerações Finais

Percebe-se ao ouvir os relatos de alguns devotos que as representações e as tradições da festa com o decorrer do tempo sofreram algumas alterações.

Os devotos mais novos incorporaram novidades à festa e algumas foram sendo esquecidas pelos devotos. No entanto a força da religiosidade continua

presente, fato que leva a refletir a importância da memória na formação da identidade destes devotos.

A Festa de Nossa Senhora Aparecida é sem sombra de dúvida um grande vetor indenitário para o distrito de Campo Verde no município de Novo Horizonte no Norte de Minas, constituindo em um momento de pausa nos afazeres e consequentemente de grande sociabilidade entre os moradores para a organização e a execução dos festejos.

Os festeiros e fiéis são grandes guardiões da memória e da história local e são também os condutores desse saber para as gerações mais novas, por meio da oralidade eles expressam religiosidade e assim vai repassando de geração em geração e perpetuando a identidade do povo de Campo Verde.

VII – REFERÊNCIAS

BLOCK, Marc, **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOING, Mafalda Pereira. **Nossa Senhora Aparecida – A padroeira do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BORGES, Vovy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DA MATTA, Roberto. **Canaviais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONCALVES, Maria Célia da Silva. **Folia de Reis: Espaço de ressignificação cultural para os foliões do Noroeste de Minas.** Projeto de Doutorado em História. Brasília: UnB, 2005. (Mimeografado)

GONCALVES, Maria Célia da Silva. **Vozes do Cerrado: Performance, memória e ritual: Reconstruindo a Identidade dos foliões de João Pinheiro(MG).** In: TEIXEIRA, João Gabriel L.C.; VIANNA, Letícia C.R. **As artes populares no planalto central: performances e identidades.** Brasília: Verbis Editora, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP8A, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8.ed. São Paulo: Paz e terra, 2005.

IBGE, Cidade. **O Brasil município.** Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

JENKINS, Keith. **A história Repensada.** São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

PASSOS, Mauro. **O Sagrado, a tradição, a festa.** In: **Festa da vida: Significado e Imagens.** Petrópolis, RG: Vozes, 2002.

PEREZ, Léo Freitas. **Antropologia das efervescências coletivas.** In: PASSOS, Mauro (ORG) **A festa na vida: significado e imagem – Petrópolis,** RJ: Vozes, 2002.

PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro. 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Revista Estudos

Históricos, vol. 2, Rio de Janeiro, Vértice, 1989.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19. Set. 89/fev. 90, p. 219-243

PLANEJAMENTO URBANO: REPRESENTAÇÕES DE CIDADES/MODERNIDADE ATRAVÉS DE IMAGENS

Vandeir José da Silva*
Giselda Shirley da Silva**

Resumo: Este artigo tem por finalidade discutir como aconteceu o “planejamento urbano: representações de cidades/modernidade através de imagens” e como esses espaços geográficos podem ser representados através de imagens. O trabalho foi realizado através da metodologia qualitativa. Justificamos esta pesquisa, por compreendermos a necessidade de trabalhos científicos que discutam temáticas de planejamento urbano através de imagens. Para o trabalho foram feitas algumas argumentações. De que maneira as cidades são representadas imagetivamente? Como os pintores procuraram representar suas obras? Entendemos que a análise de pinturas expressam condutas sociais/culturais e econômicas sendo ricas fontes de análise e pouco exploradas tornando-se um rico campo a ser pesquisado. Procuramos fazer reflexões acerca de imagens múltiplas e a maneira como essas podem servir como instrumentos didáticos para se compreender o contexto histórico da modernização das cidades. O texto sinalizou algumas reflexões de diferentes espaços e épocas no contexto histórico.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Modernidade/imagens.

* Possui graduação em Estudos Sociais (1998), e em História pela Faculdade Noroeste de Minas (1999). Especialista em História do Brasil pela PUC-MINAS. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília-UnB (2010). Atualmente trabalha na Instituição de curso superior: FINOM - Faculdade Noroeste de Minas. Integrante do grupo de pesquisa (TRANSE) laboratório Transdisciplinar de Estudos Sobre a Performance (UnB).E-Mail: vandeirj@hotmail.com

** Possui graduação em Estudos Sociais (1998) e em História pela Faculdade Noroeste de Minas (1998). Especialista em História do Brasil pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS). Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília UnB. Atualmente é pesquisadora membro do TRANSE (Grupo Transdisciplinar do Departamento de Sociologia da UnB). Professora nos cursos em Educação a Distância na Faculdade FINOM Atua desde 1993 como professora no Ensino Fundamental e Médio na rede Pública de ensino. Exerce função de Historiadora na Casa da Cultura D^a Geralda Campos Romero de João Pinheiro Minas Gerais. E-mail: giseldashyrley@hotmail.com

Representações.

Abstract: This article has for purpose to discuss how the urban “planning happened: representations of cities modernity through images” and as those geographical spaces they can be represented through images. The work was accomplished through the qualitative methodology. We justified this research, for we understand the need of scientific works that their discuss themes of urban planning through images. For the work some were made arguments. That it sorts out the cities imageticamente are acted? How did the painters try to represent their works? We understood that the analysis of paintings expresses cultural and economical social conducts being rich analysis sources and little explored becoming a rich field to be researched. We tried to do reflections concerning multiple images and the way as those can serve as didactic instruments to understand the historical context of the modernization of the cities. The text signaled some reflections of different spaces and times in the historical context.

Keywords: Urban planning. Modernity/images. Representations.

INTRODUÇÃO

Justificamos a escrita desse trabalho por entendermos que há uma parca produção historiográfica que discute planejamento urbano crescimento/modernização das cidades. Objetivamos com o trabalho, ampliar escrita sobre planejamento urbano. O texto situa cidades da Mesopotâmia a cidade de Paracatu (MG).

Para a referida pesquisa apresentamos as seguintes problematização: de que maneira as cidades são representadas imageticamente? Como os pintores procuraram representar suas obras?

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, pois compreendermos como descreve Richardson (1999, p.102-103) que:

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção

de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social .

Concordamos com o autor pois os fenômenos que acontecem socialmente apontam os pesquisadores para a procura de uma compreensão/significados das ações que os envolvem com as fontes de pesquisa. Ao refletirmos os instrumentos com os quais os historiadores lidam, pensamos também nas incertezas que o pesquisador lidam. Por isso, entendemos ser necessário os historiadores estarem atentos as representações das narrativas contidas nas imagens. Elas situam tempos/memória/lugares que representaram a escolha de uma paisagem geográfica, localizando espaço e temporalidade.

A relevância social desse trabalho consiste na entrega de uma cópia do mesmo para a Biblioteca, Casa da Cultura D^a. Geralda Campos Romero de João Pinheiro Minas Gerais e Biblioteca Municipal Assis Chateau Briand.

A relevância acadêmica consiste em contribuir com análise de iconografias/cidades, partilhando com outros pesquisadores as diferentes maneiras de refletir essa produção.

As representações construídas através de pinturas

Refletir sobre cidade em tempos atuais nos faz repensar a historiografia analisada por estudiosos que tem dado atenção aos fenômenos urbanos. Dessa maneira, preocupações de historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, turismólogos, urbanistas, entre outros, demonstram em suas pesquisas as possibilidade dos movimentos de apropriação/reapropriação nesses espaços e os significados que os mesmos produzem.

Nesse sentido é pertinente nos atentarmos para questões tais como aconteceram à formação das cidades e como as mesmas foram modernizando. Nessa perspectiva, entendo que o crescimento rápido das cidades, e o desordenamento de ruas, bairros e centros, muitas vezes fugiram do controle

das autoridades administrativas levando-os a constantes tentativas de ordenamento das mesmas. Certo é que, as autoridades locais procuram meios de fazer com que as cidades ganhassem novos ares de modernização. Para isso, jogaram casas ao chão, abriram novas ruas, aumentaram as já existentes, tornando-as “avenidas”. Essas tentativas tinham também como propósito a higienização das cidades.

Os espaços urbanos sempre foram locais que dinamizaram processos de construções. Neles, comércios variados possibilitaram também trocas culturais.

Na dinâmica da leitura, você perceberá que alguns autores estarão no foco da discussão. Ressalto que há muitos estudiosos que se ocupam a pesquisar processos urbanos e não seria possível envolver uma reflexão sobre todos eles.

Nesse sentido acredito que para essa tarefa reflexiva, seja necessário deslocarmos para as discussões no primeiro momento que apontam a Mesopotâmia como um dos locais onde aconteceram as primeiras construções de cidades. Para essas reflexões, serão utilizadas imagens disponíveis em sites. Acredito que o uso das fontes através de imagens iconográficas tem sido um grande aliado para que os historiadores possam refletir o contexto histórico das cidades. Sobre a importância das imagens em pesquisas, Paiva (2002, p. 17) ressalta: “[a] iconografia é certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutido as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada inventada”.

Nesse sentido, acredito que o recurso imagético analisado nesse texto oferece informações que possam dinamizar o processo da reflexão/conhecimento/pesquisa. A partir da mesma é possível compreender que há nas imagens transmissão de significados bem como representações silenciosas. A arte da imagem é uma leitura visual silenciosa. É preciso que o historiador consiga captar seu sentido, tornando essa leitura factível e inelegível. Parafraseando os escritos de Bloch traduzido por André Telles “O historiador

possibilidades do surgimento das cidades na Mesopotâmia.

Pode ser percebido na visualização cartográfica que foi nessa região, entre os Rios Tigre e Eufrates, que aconteceram o surgimento de cidades-estados. Contemporaneamente essa localização geográfica é conhecida como “Iraqe”.

Retomando a discussão anterior, estudos apontam que na Mesopotâmia viveram os Sumérios, Babilônicos, assírios, caldeus, amoritas e acádios.

Para alguns estudiosos, como Pedrosa (2008) essas sociedades desenvolveram as Primeiras formas de organizações de civilizações com cidades e escrita. Segundo o autor os povos mais antigos viviam na parte sul sendo os mesmos cultos e pacíficos.

As cidades não eram unidas, cada qual tinha seu governo. “Cidades-Estados” Cidades-Rivais. Era dessa maneira que os governos comportavam, havia uma briga por poder que levavam os líderes sempre a tensões e consequentemente a guerras.

A cidade que mais se destacou de acordo com alguns estudiosos nessa época foi a Babilônia considerada como a mais importante Cidade-Estado. Veja a seguir imagens que demonstram a caracterização sob a ótica de alguns pintores que procuraram expressar a beleza da construção do zigurate em meio à cidade da Babilônia como pode ser observado na imagem 2.



Imagem 2: A imagem demonstra a opulência da arquitetura. Pode ser percebido também o zigurate em forma de pirâmide.

Fonte: <http://images.search.conduit.com/search/?q=ZIGURATE+%2B>. Acesso em 10/10/2012

A imagem acima permite compreender que a cidade cercada por muralha é um símbolo de defesa contra ataques de inimigos. Os zigurates eram construídos com funções múltiplas. De acordo com alguns estudiosos, sua função primordial era ligar a terra ao céu, mas destinava-se como centros administrativos, celeiro, locais de enfermos, observatórios de astros e estrelas. Um dos zigurates mais famosos, foi a torre de Babel.

A mesma teria de acordo com os escritos bíblicos sido destruído por Deus pela audácia do homem em querer alcançar o céu. A altura dessa torre diverge entre estudiosos que se ocupam em pesquisar sobre o assunto. Ver imagem 3.



Imagem 3. Pintura do zigurate torre de babel. Observe a magnífica construção. A bíblia retrata algumas passagens da construção da Torre de Babel no antigo testamento em Gênesis outras reflexões ao longo do livro bíblico também podem ser encontrados.
fonte: <http://seligaartista.blogspot.com/2010/08/mesopotamia.html>.> Acesso em 10/10/2012.

A imagem acima chama a atenção para alguns movimentos de pessoas que retratam nobreza/servos/escravos. Na margem esquerda da pintura, pode ser observado a figura de um rei com guardas e um homem postado ao chão em sinal de reverência e subserviência. O mundo do trabalho na cidade é aqui sugerido. Observe também que o Zigurate ocupa posição central, dando um ar majestoso e imponente, o que torna evidente a escolha do pintor em apresentar dois motivos que sobressaltam para a primeira visão do apreciador de sua obra. Em tons de luz aparece primeiro a realza seguida do Zigurate. Ao fundo pode ser percebido de forma inibida a cidade em tons em cores quase apagadas, o que demonstra que não houve intenção ou preocupação de mostrar o movimento que acontece na cidade. Assim, os focos que chama a atenção dos observadores são: realza e zigurate.

Na imagem 4 a seguir, a pintura demonstra um mundo diferente dentro da cidade. Há harmonia e beleza sugerindo paz, tranquilidade. O local sobre a escolha do pintor foi construído em seu imaginário sobre pinceladas que realçam a ideia representando a cidade fora de tensões sociais.



Imagem 4: A cidade pode ser observada com o belo e suspenso jardim. Esses tornaram-se famosos no mundo todo. A beleza da construção, peças decorativas pelos jardins e a vida boa que levava alguns babilônios apreciando a paisagem são motivos da preocupação do pintor. Ao fundo é possível visualizar um zigurate envolvido por nuvens. Essa situação demonstra a altura dessa construção. **fonte:** Disponível em <<http://images.search.conduit.com/ImagePreview/?q=zigurates%2Bjardins> Acesso em >10/10/2012.

O esplendor que as cidades alcançaram diante das magníficas construções fizeram-nas como pode ser observado nas imagens produzidas um atrativo. Nas representações dessas pinturas historiadores entre outros pesquisadores procuram compreender a intencionalidade do pintor e a maneira como eles representaram a cidade. Dessa maneira, pode ser entendido que há uma

finalidade que desvela no artista o motivo de sua escolha. Suas projeções feitas através de pinceladas, sinalizam o momento da criação de sua arte.

Todavia, inquieto com essas questões, torna para os historiadores esses motivos possibilidades que os mesmos transformam em problematizações. Nessas interrogativas, os pesquisadores procuram analisá-las como objetos de pesquisa. Torna-se dessa maneira essas fontes argumentos da pesquisa que historiadores elaboram em forma de perguntas tais como: Qual artista representou a(s) pintura(s) de sua análise? Que época o artista viveu? Porque o motivo de sua escolha? A pedido de quem ele pintou? Aspectos dessa curiosidade contribuem para que possamos saber mais sobre as o desenvolvimento das cidades e a sociedade que a compõe.

Nesse sentido, torna-se importante refletir as contribuições que as pinturas oferecem demonstrado a modernização que as cidades foram sendo pensadas e projetadas.

A estética, beleza e poder desenvolvida nessas artes, deixaram traços e pistas, indícios como descreveu Carlo Ginzburg. São essas pegadas sejam elas descritas nos movimentos dessas construções como zigurates, entalhos de desenhos sensíveis em colunas, chafarizes entre outros produzidos por mãos de homens e mulheres seja em território mesopotâmico, grego-romano, africano, asiático, americano que tanto encantam estudiosos de todos os países os levando a dedicarem anos de suas vidas sobre pesquisas dessa natureza.

O vasto acervo já produzido envolveram por muitos anos estudiosos da história social no cunho de natureza marxista. Contudo não se deteve tais reflexões somente a esses pesquisadores é sabido. Estudiosos da cultura têm também posto seu bedelho nesses nuances.

Assim, o que iremos encontrar nesse texto é uma possibilidade entre tantas de refletir o espaço urbano como representação de cidade e modernidade feita a partir de estudos realizado por pesquisadores aqui apresentados. Entendo representação como Pesavento (2004, p. 40) quando escreve que: Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação

de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. É possível diante dessa reflexão, entender que ao procurar compreender as cidades nas suas múltiplas e variáveis condições sociais, diante de seu interesse, o pesquisador irá trabalhar também com fragmentos do passado construídos tanto na arquitetura produzida, como no comportamento social dessa época.

A cidade sempre passa por um redesenhar, ocorrendo projeções que perpassam por retrair suas ruas, praças. Para isso ocorrem “cirurgias plásticas” que buscam idealizar o modelo da cidade almejada. Esses processos às vezes tornam-se tensos dado ao sentimento de pertença ao local que os moradores desenvolvem ao longo dos anos não aceitando mudanças na composição da arquitetura. Demolir fazer grandes reparos significa também destruir memórias construídas. Nesse sentido Pesavento (Op.cit.; p.79) argumenta que: uma cidade moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias urbanas para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene, da estética. Pode ser percebido através da historiadora que as práticas de revitalização da cidade é também uma ação em moldurada do pensamento capitalista. Essa por sua vez dificilmente desenvolve reações de preservação no que se refere ao sentimento de pertença, espaço de memória, identidade individual ou coletiva. Cidades devem priorizar desenvolvimento econômico, relegando ao sentimentalismo. Isso faz-me entender que: somente construções que viabilizam o movimento de capital, estão a salvo das cirurgias conforme descreve Pesavento (2004).

2 - DO COLONIAL AOS DIAS ATUAIS: PARATACU NO CONTEXTO HISTÓRICO

Nas viagens feitas pelo interior do Brasil, o viajante francês Augusto Saint-Hilaire (1944, p. 258) ao passar em Paracatu descreve o local e sua

sociedade deixando grandes contribuições. Suas observações foram descritas através de narrativas que descreveram a paisagem geográfica no âmbito social, cultural e econômico, tornando-se um guia de consulta indispensável acerca da Paracatu no século XIX. Sob o olhar e a observação desse naturalista botânico, Paracatu assim foi descrita:

Pouco depois de ter deixado o porto de Santa Isabel, a galgar um morro elevado que se chama serra de Paracatu. Das encostas e cume desse morro goza-se de um imenso panorama. Daí descortinei toda a planície que atravessara nos dias anteriores e além, as montanhas que a limitavam. Os pequenos bosques, compostos unicamente de gramíneas e aqueles em que se erguem pequenas árvores formam, quando se vê de longe, compartimentos variados de um efeito muito agradável. Descendo a montanha, percebe-se, a pequena distância, a Vila de Paracatu, situada à direita, ao pé de duas colinas (SAINT-HILAIRE, Op, Cit, p. 258).

Auguste Saint-Hilaire deixou assim registrada sua percepção acerca de Paracatu quando por ali passou em 1819. Paracatu data do começo do século XVIII, sendo conhecido, inicialmente, como Santo Antônio da Manga, Vila do Paracatu do Príncipe Bispo de Pernambuco². Com relação à data de seu surgimento, há divergência entre memorialistas e historiadores, porém, o domínio da região de Paracatu do Príncipe era algo que vinha sendo planejado e organizado, realidade que fica evidente, quando se sabe que Tomás do Lago Medeiros, em 1722, com a patente de coronel de Paracatu, ganhou o direito de guarda-mor de distribuir datas de terras da região. Mesmo que o ouro não tenha sido oficialmente comunicado para as autoridades da capitania, já havia conhecimento de sua existência através das picadas para Goiás, com expectativa do metal nessa paragem.

Segundo Mello (2002, p. 19), o conhecimento dessa região ocorreu na década de 40 nos anos de 1700: “com as descobertas das minas de Paracatu

² Provavelmente Paracatu foi nomeado também com o nome de “Santo Antônio da Manga”, pelo fato de o padroeiro da cidade ser Santo Antônio. Quanto ao nome “Bispo de Pernambuco” deve-se ao fato de que Paracatu era circunscrita ao Bispo de Pernambuco.

e arranchamento de duas grandes bandeiras, a de Felisberto Caldeira Brant, proveniente do Sul, e a de José Rodrigues Fróis, oriunda das bandas da Bahia”. Ribeiro acrescenta que:

A abertura desses novos caminhos, além de representar um importante avanço da colonização no cerrado da região Centro-Oeste de Minas, tem um significado especial para a divulgação das minas de Paracatu, pois era nessa localidade que todos eles se fundiam para Goiás. É certo que essa região já era explorada muito antes, sendo trilhada por bandeira do século XVII, bem como que João Jorge Rangel recebeu carta de sesmarias nas ribeiras do rio do mesmo nome, em 1727. É possível que por volta dessa data, quando se descobriram as minas de Goiás, também se tenha iniciado a formação do arraial. O fato de todos os caminhos abertos em 1736 aí se encontrarem é indicativo de presença de população, oferecendo ali pouso e comida aos que iam para Goiás. Naquela época, onde havia o núcleo de colonização, havia gente lavando cascalho dos rios, e é bastante provável que por muito tempo o ouro foi extraído nessa região, antes que as lavras de Paracatu fossem anunciadas às autoridades coloniais em 1744. (RIBEIRO, 2006, p. 183)

Embora a oficialização da descoberta do ouro na área tenha sido feita ao governador da capitania mineira em 24 de junho de 1744, por José Rodrigues Fróis, o caminho já era percorrido desde o século XVII rumo a Goiás³, conforme a historiografia mineira aponta. Na escrita do autor, é possível perceber que o local servia como parada para chegar a Goiás, pois ali havia picadas que ligavam Paracatu a Goiás, Pitangui e São Romão. Nesse sentido Barbosa escreveu que:

Não há dúvida que, em 1736, quatro diferentes caminhos para Goiás passaram a fazer junção em Paracatu: a picada de Goiás, cuja construção foi permitida por despacho do governador Gomes Freire de Andrada, dia 8 de maio de 1736; a de Pitangui a Goiás, também autorizada em

¹ A picada de Goiás, aberta pelo coronel Caetano Álvares e seus vinte e cinco sócios, saía de São João Del Rei, atravessava o Rio São Francisco perto da barra do Bambuí, seguia as proximidades de Araxá, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e, em seguida, chegava a Goiás. A picada de Pitangui a Paracatu, aberta por Domingos de Brito e sócios, passava pela Piraguara (Ribeiro, 2006, p. 182).

1736; a do requerente Domingos de Brito e seus sócios; a que passava por São Romão, onde desembocavam caminhos de Minas, da Bahia e de Pernambuco. (...) Ora, se estes quatro caminhos diferentes iam juntar-se em Paracatu, de onde apenas um continuava para Goiás; é bem possível que aí, nesse entroncamento, houvesse então casas de hospedagem e provavelmente algum povoado com recursos para viajantes (BARBOSA, 1995, p.237).

Também foi importante na entrada para o sertão da navegação fluvial através do Rio Paracatu⁴, importante afluente do São Francisco. O rio era dessa maneira o canal que ligava Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, como se pode ver nos mapas de 5 e 6 abaixo:



Imagem 5: Mapa do Estado de Minas Gerais demonstrando o Rio Paracatu e afluentes desaguando no Rio São Francisco.

Fonte: Disponível em <<http://www.Rio+S%A30+Francisco+%2B+Rio+Paracatu>> Acesso em 10/10/2012..

A imagem acima nos dá um posicionamento da extensão do percurso do Rio Paracatu desaguando no Rio São Francisco nos domínios do estado em Minas Gerais, enquanto na próxima imagem 6 é possível visualizar os afluentes que deságuam no rio São Francisco e

¹ Paracatu é um termo que vem da linguagem indígena, em que “pyrá” significa peixe e “pyrá” “catu”, peixe saboroso de água doce, dando o nome a cidade de Piracatu e mais tarde Paracatu.

os estados percorrido pelo mesmo.



Imagem 6: Mapa com visão mais nítida dos Estados cortados pelo Rio São Francisco.
Fonte.: Disponível em<<http://www.Rio+S%C3%A3o+Francisco+%2B+Rio+Paracatu>> Acesso em 10/10/2012.

Enquanto algumas regiões mineradoras entravam em decadência, o encontro de jazidas em Paracatu fez surgir novas esperanças para os homens do sertão e para autoridades coloniais. De acordo com Pimentel (1992, p. 6): “a última grande descoberta aurífera das Minas Gerais ocorreu no Vale do rio Paracatu, Noroeste de Minas, no início do século XVIII. Surgiu então neste local uma cidade que adquiriu grande importância no cenário nacional neste final do período minerador”. Ribeiro (op. cit., p. 185) escreve que há registros de que nos primeiros anos de mineração retiraram-se de Paracatu 168 arrobas de ouro, equivalentes a 2520 quilos.

Em princípio, os locais de exploração de ouro foram o Córrego Rico, conhecido pela opulência do metal em seu leito e a abundância das jazidas que

suas margens e barrancos ofereciam. A quantidade era maior principalmente nos meses de chuva. Nesses períodos, as enxurradas lavavam os morros, levando para dentro dos córregos resíduos de ouro misturados com lama, tornando-se atrativo para os faiscadores⁵. Garimpava-se também no córrego pobre, que recebeu esse nome em decorrência do pouco ouro lá encontrado. O córrego de São Domingos e Santo Antônio também eram explorados por garimpeiros. Como pode ser observado, Paracatu oferecia uma rica região a ser explorada.

Em função da abundância de ouro encontrada no Arraial de Sant'Anna, primeiro nome de Paracatu, o local passou a ter forte influência na região, tornando-se um atrativo para aventureiros. Com a facilidade do garimpo, a notícia espalhou-se rapidamente, fazendo com que o local, até então pouco povoado, passasse a receber homens advindos da própria província e de outras localidades. Consequentemente houve aumento do fluxo demográfico que extraía grande quantidade de ouro fazendo com que Paracatu ganhasse nomes como **Paracatu do Príncipe⁶ ou Princesa do Sertão**. Mais tarde, a pequena vila passou a ocupar o posto de cidade, exercendo importante papel no ciclo da mineração na capitania mineira.

Após a comunicação da descoberta do ouro, essas terras atraíram muitos mineiros. Ricos homens compravam escravos para si, na intenção de intensificar a exploração do metal. A abundância aurífera dessas áreas nos veios dos córregos passaram a exercer um rápido crescimento demográfico no Arraial de São Luiz e em Sant'Anna das Minas do Paracatu. Esse período de espantoso crescimento deu ao arraial a elevação à vila, gozando de prestígios e privilégios a ponto de merecer ser intitulada como Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de D. Maria I.

Ao longo do século XIX transformações significativas aconteceram na

⁵ Expressão utilizada por pessoas que garimpam.

⁶ Paracatu passou a ser assim conhecida porque foi um dos últimos locais no Brasil Colônia onde se descobriu o ouro, sendo essa terra presenteada a D. Pedro II por sua mãe, D. Maria I.

cidade dando passando a novas transformações urbanas. A cidade modernizou-se. O século XX abriu as cortinas para uma cidade em que convivem o velho e o novo. No decorrer da década de 1960, a cidade passou por significativas transformações com propósitos de modernização, com a construção de Brasília e da BR-040, que passa à margem de Paracatu. Na cidade houve muitas transformações, entre elas crescimento econômico, mudanças de hábitos, troca de informações culturais. Os moradores de Paracatu, percebendo que parte da sua história estava sendo jogada ao chão, assumiram a postura de reclamar junto a órgãos como o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, o IEPHA, e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o IPHAN, solicitando o tombamento de ruas, casas, prédios e igrejas, valorizando seu patrimônio.

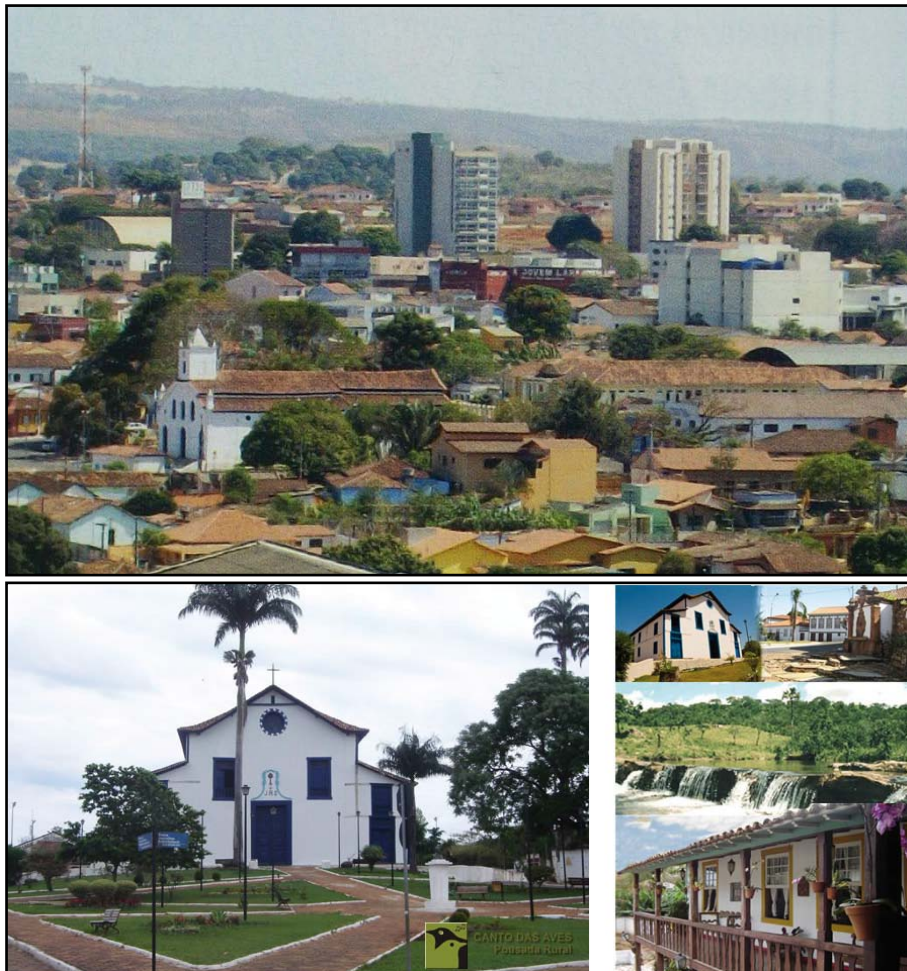
Paracatu passa a investir na agricultura, pecuária intensiva e mantém também o trabalho dos garimpeiros que arriscam faiscar. Nos anos 1980, passa a haver novas expectativas de exploração, dessa vez com presença da multinacional RPM – Rio Paracatu Mineração: reacende a corrida do ouro, dessa vez sob cuidados e exploração estrangeira com um sofisticado aparato tecnológico; o método do garimpo, até então passado de pai para filho, torna-se proibido; máquinas modernas seguem o trabalho retirando toneladas de ouro; a cidade desponta outra vez nacional e internacionalmente. As imagens a seguir tem por objetivo a análise visual do contexto histórico permitindo o pós graduando observar as transformações do espaço urbano na cidade de Paracatu. Dessa maneira é possível visualizar como a modernidade foi empurrando o que foi considerado como atrasado. A cidade foi se transformando aos poucos. Calçadas construídas por escravos em blocos de pedras foi revestidas pela massa preta de pinche. Contemporaneamente poucos desses calçamentos existem. Nas imagens a seguir observe as transformações. Observe as imagens 7 e 8.



Imagens 7 e 8: Imagens que retratam Paracatu. Pode ser observado a disposição das ruas paracatuenses e a maneira do comportamento social através das imagens.

Fonte: Disponível em< <http://www.google.com.br/search?tbm=isch&q=cidade%20de%20Paracatu>> Acesso em 10/10/2012.

As imagens 9 e 10 mostram as transformações na cidade de Paracatu desvelando um ar de modernidade. Podem ser observados dois contextos: na imagem 7, a é rua pavimentada com construções que permitem perceber através das casas representações da posição social. Nas portas das casas, homens de ternos e uma mulher aparentemente bem vestida. A cavalgada chama a atenção dos moradores locais. A imagem 8, a localização de um bairro também com acontecimento social. A peregrinação religiosa acontece com quatro mulheres carregando a imagem de Nossa Senhora ao centro da fila, acompanhadas pelos fiéis e o padre. A rua de chão e a composição das casas demonstra o poder aquisitivo dos moradores.



Imagens 9 e 10: visão parcial de alguns espaços geográficos na cidade de Paracatu. A montagem das imagens demonstram beleza e tecnologia. Na imagem 9 é possível perceber a Matriz de Santo Antônio em meio alguns casarões restaurados.

Fonte: Disponível em :[http://www.google.com.br/search?tbm=isch&q =cidade%>](http://www.google.com.br/search?tbm=isch&q=%c3%a9cidade%3E)
Acesso em 10/10/2012.

Nas quatro imagens acima temos condições de perceber como historicamente foi acontecendo à remodelação/modernização do espaço

urbano na cidade de Paracatu.

O conjunto arquitetônico da cidade demonstra a coexistência entre o velho e o novo. A paisagem da cidade dispostas nas imagens oferecem condições de serem observados prédios do século XVIII e construções modernas. Dessa maneira, para aqueles que visitam a intitulada antiga “Paracatu do Príncipe”, a cidade oferece prazeres diferentes, de construções coloniais aos símbolos de modernidade e tecnologia que passou a somar a composição urbana paracatuense.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

MELLO, Antônio de Oliveira. **As minas reveladas (Paracatu no tempo)**. Ed. da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002. 2. ed. revista, ampliada, atualizada. 2.002.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.

PEDROSA, Ronaldo Leite. **DIREITO EM HISTÓRIA**. 5ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. **A construção das diferenças: casamento e sexualidade em Paracatu, MG, no século XVIII**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação – em História. Brasília, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas.** São Paulo. Atlas, 1999.

SAINT-HILAIRE Auguste. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1944.

REFERÊNCIAS DE SITES

<http://images.search.conduit.com/ImagePreview/?q=MAPA+MESOPOT%C3%82MIA%2B+RIO+TIGRE+E+EUFRATES&ctid=CT2851643&SearchSource=10&FollowOn=true&PageSource=Results&SSPV=&start=0&pos=11>.

<http://images.search.conduit.com/search/?q=ZIGURATE+%2B+MARDUK&ctid=CT2851643&SearchSource=10&FollowOn=true&PageSource=Results&SSPV=>.

<http://seligaartista.blogspot.com/2010/08/mesopotamia.html>.

<http://www.Rio+S%C3%A3o+Francisco+%2B+Rio+Paracatu>.

<http://images.search.conduit.com/ImagePreview/?q=zigurates%2Bjardins+suspensos+da+Babil%C3%B4nia&ctid=CT2851643&SearchSource=10&FollowOn=true&PageSource=Results&SSPV=&start=0&pos=3>.

<http://www.google.com.br/search?tbm=isch&q=cidade%20de%20Paracatu&biw=1280&bih=900&sei=ZXVXT5rTLPLMiQLgno3HCw>.

<http://www.google.com.br/search?tbm=isch&q=cidade%20de%20Paracatu&biw=1280&bih=900&sei=ZXVXT5rTLPLMiQLgno3HCw>.

ÁGUA E DESENVOLVIMENTO EM TIMOR LESTE, SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA AMBIENTAL.

Jacirema Pompeu Martins*

Resumo: Timor Leste, país geograficamente situado no chamado sudeste asiático, entretanto, do ponto de vista biológico aproxima-se mais das ilhas vizinhas da Melanésia, o que o colocaria na Oceania e, por conseguinte, faria dele uma nação transcontinental. Timor corre atrás de um desenvolvimento esquecido em 24 anos de ocupação indonésia. A redemocratização e a liberdade chegaram impregnadas de muito á fazer em caráter de urgência. A questão água é uma delas. A população acostumada a dissabores não se dá conta da gravidade da demanda, água. Apesar das belezas do país é grave a situação. O acesso à água em Timor Leste ainda está longe de atingir a totalidade da população. O desafio maior que se põe aos recursos hídricos de Timor Leste é em primeiro lugar, o conhecimento se os recursos existentes serão suficientes no futuro considerando que a procura terá tendência para aumentar devido ao desenvolvimento econômico em curso, melhoria das condições de vida e crescimento significativo da população. Pensar em soluções nos remete a pesquisa de Robert Gifford, professor de Victory (Canadá), que destaca o papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental e na construção do futuro.

Palavras- chave: Timor Leste; Água; Saúde; Psicologia Ambiental

Abstract: Timor East, geographically situated country in the Asian Southeast call, while to the biological point of view one more than comes close the neighboring islands of the Melanésia, it would place what it in the Oceania and, therefore, would make of it a transcontinental nation. Timor runs behind a lost development in 24 years of occupation, the redemocratização and the freedom arrives in such a way impregnated of making that, alone it becomes

* Mestre em Geografia. Especialista em Educação Ambiental e Educação a Distância. Professora da Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM. E-mail: jaciremapompeu.ead@finom.edu.br

almost impracticable to reorganize everything is essential and urgent. The customary population the dissabores not if of the account of the gravity of the demand, water. Although the beauties of the country the situation is serious. The access to the water in Timor East still is far from reaching the totality of the population. The challenge biggest that it puts to the hídricos resources of Timor East is, in first place, knowledge if the existing resources will be enough in the future considering that the search will have trend to increase due to the economic development in course, improvement of the life conditions and significant growth of the population. To think about solutions in sends the research to them of Robert Gifford, professor of Victory (Canada), that it detaches the paper of Ambient Psychology in the formation of the Ambient Politics and in the construction of the future.

Keywords: Timor East. Water.Health. Ambient Psychology

Introdução:

Fiz parte da equipe de professores selecionados pela Capes-Brasil para lecionar e reintroduzir a língua portuguesa por aproximadamente três anos (2007 a 2009), em Timor Leste. Desde o início o que sempre nos preocupou e preocupa é a questão da água no País em vários aspectos: água potável, diminuição da vazão nas *motas*- rios e, conseqüentemente a preservação das nascentes que sofrem com a diminuição da vegetação desde a aplicação pelos indonésios, de desfolhantes para evitar que os grupos de resistência se embrenhassem pelas montanhas e encostas, durante o período de ocupação, como também pela retirada da madeira para consumo, fabricação de *uma*-casas, e uso doméstico, solução para quem sobrevive com pouco ou sem nenhum salário.

A quantidade de garrafas e copos descartáveis de água mineral adquirida da Austrália e Indonésia, usadas principalmente pelos estrangeiros (malai), que ali trabalham em diversos programas de ajuda e proteção internacional patrocinado pela ONU, denuncia a necessidade e a urgência de um olhar

sensível para a questão.

De maneira geral quando se fala em Timor Leste usa-se a mesma descrição “**Timor-Leste** (oficialmente **República Democrática de Timor-Leste**) usualmente destacado como um dos países mais jovens do mundo ocupa a parte oriental da ilha de Timor no Sudeste Asiático, além do exclave de *Oecusse*, na costa norte da parte ocidental de Timor, da ilha de *Ataúro*, a norte, e do ilhéu de *Jaco* ao largo da ponta leste da ilha. As únicas fronteiras terrestres que o país tem ligam-no à Indonésia, a oeste da porção principal do território, e a leste, sul e oeste de *Oecusse*, mas tem também fronteira marítima com a Austrália, no Mar de Timor, a sul. Sua capital é Dili, situada na costa norte”.

Ocorre que Timor não é a mais jovem nação do mundo faz algum tempo, da mesma forma como a descrição deve ser atualizada a história do País também, não me refiro aos fatos históricos e sim a história diária de um povo que não conta com saneamento básico na maioria de seus Distritos, que sofre de tuberculose e de doenças provenientes de uma saúde precária em seus variados aspectos; a carne consumida pela maioria da população é abatida de maneira inadequada, sem os cuidados sanitários necessários e comercializada nos mercados a céu aberto, a exemplo do “mercado lama” o mais popular, em Dili, capital de Timor.

Geograficamente, o país enquadra-se no chamado sudeste asiático, enquanto do ponto de vista biológico aproxima-se mais das ilhas vizinhas da Melanésia, o que o colocaria na Oceania e, por conseguinte, faria dele uma nação transcontinental.

Timor corre atrás de um desenvolvimento após 24 anos de ocupação, a redemocratização e a liberdade chegam impregnadas de imperativos e a questão água é uma delas.

O acesso à água em Timor Leste

O acesso à água em Timor Leste ainda está longe de atingir a totalidade da população. Em 2007, cerca de 63,1 por cento da população tinha acesso a uma fonte de água melhorada, sendo que esta cobertura aumentava para 79,9 por cento nas áreas urbanas e se reduzia para 50 por cento nas áreas rurais. No que diz respeito ao saneamento a situação é ligeiramente pior posto que somente 46 por cento da população possui saneamento básico, aumentando esta percentagem para 79,2 por cento nas áreas urbanas e diminuindo maiores dificuldades são *Ainaro*, *Oecussi* e *Lautem* (Distritos de Timor) enquanto aqueles que apresentam um melhor índice são Díli (a capital do Timor Leste) e *Manatuto*¹ (OCHA 2009).

Para ter acesso a uma fonte de água é frequentemente necessário percorrer em alguns distritos distâncias consideráveis, variando o tempo necessário, em média, entre 11 e 40 minutos. Na maior parte das situações cabe às mulheres e às crianças realizar esse trabalho.

O que se tem de realidade, são pequenos cursos d'água cobertos de pedras e detritos usados nos mais diversos fins, lavagem de roupas, banho e bebedouro de animais.

Na área urbana de Díli somente 30 a 35 por cento das famílias e empresas recebem com garantia água canalizada. O sistema de oferta de água de Díli tem vários problemas dos quais destacamos: o sistema terciário não penetra nos bairros populacionais, muita da água é desviada do sistema pela população, cerca de 40% da água injetada no sistema é desperdiçada e somente 19% é faturada e origina receitas (ADB 2005).

Em Timor Leste o acesso da população à água tem sérias consequências. A água é considerada como elemento básico para a realização do direito à saúde, o acesso deficiente origina as chamadas doenças relacionadas, das

¹ Distritos de Timor Leste

quais destacamos a diarreia, a malária e a dengue, presentes em maior ou menor grau em Timor Leste. Por exemplo, em 2006 a malária tinha uma taxa de prevalência de 10 por cento no país (UNDP 2009) e é sabido que a malária por si própria reduz o crescimento econômico em cerca de 1,3% ao ano para os países em desenvolvimento (2003IYFW 2008; WWF 2002).

A água também é condição para a realização do direito à educação, as oportunidades perdidas pelas mulheres e os dias de escola perdidos pelas crianças em busca da água colaboram em muitas circunstâncias para uma menor escolarização destas e, conseqüentemente, para uma maior pobreza na idade adulta. Globalmente as perdas resultantes de deficiente acesso a água e saneamento são estimados em cerca de 5% do PNB dos países em desenvolvimento (UNDP 2006).

Oferta e procura de água em Timor Leste

Em Timor Leste as principais fontes de águas são as nascentes, os poços, os furos e os cursos de água. Na maior parte do país as fontes de água são bens comuns, públicos ou comunitários. As fontes de água comunitária podem ser acedidas por todos os membros que pertencem a um dado grupo, havendo em alguns casos, acesso privilegiado para os membros originais (Fritzpatrick et al. 2008).

A qualidade da água depende da erosão e dos resíduos domésticos havendo uma deterioração ainda maior na estação chuvosa. A expectativa de que a oferta de água no médio longo prazo possa ser afetada pelo desflorestamento e pelas mudanças climáticas bem como pelo crescimento desordenado na capital e conseqüente aumento da população.

Em relação à procura, os dados disponíveis do consumo humano para a Indonésia em 2000, indicam valores próximos dos 28 litros por dia e *per capita*, enquanto os valores recomendados para uma vida digna são cerca 50 litros (Gleick 1996 e 1999). É previsível que a procura de água venha a ter

aumentos significativos nos próximos anos, devido por um lado à melhoria das condições de vida e por outro ao crescimento populacional de cerca de 3,1% ao ano (Banco Mundial 2008).

Alguns desafios para os recursos hídricos de Timor Leste

O desafio maior que se põe aos recursos hídricos de Timor Leste é, em primeiro lugar, conhecimento se os recursos existentes serão suficientes no futuro considerando que a procura terá tendência para aumentar devido ao desenvolvimento econômico em curso, melhoria das condições de vida e crescimento significativo da população.

O segundo desafio consiste em identificar as consequências que o desflorestamento, as alterações climáticas e a passagem de muitas áreas ocupadas atualmente por ecossistemas naturais e seminaturais para outros usos (habitação, turismo, indústria, agricultura comercial) terão na oferta futura de água.

Prever um panorama de insuficiência de água não é descabido, o terceiro desafio diz respeito a arbitramento entre os díspares usos e os diferentes utilizadores da água. Se a resposta às questões levantadas pelos dois primeiros desafios está fora do âmbito desta reflexão, a resposta à questão levantada pelo último desafio constitui o ponto central de nossas preocupações e diz respeito ao modo como se deve realizar a gestão dos recursos hídricos de forma a garantir o direito humano à água e indiretamente o direito à satisfação das necessidades básicas.

Quadro 1 – A água e os objetivos de desenvolvimento do milênio

Percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada	Timor Leste – 63,1 Urbano – 79,9% Rural – 50%	Timor Leste – 78 % UA – 86 % RA – 75 %
Percentagem da população com acesso a saneamento	Timor Leste – 46,8% Urbano – 79,2% Rural - 35,2	Timor Leste – 60 % Urbano – 80 % Rural – 55 %
Taxa de incidência da Malária	206 per 1000	45 per 1000
Percentagem de famílias com posse da terra segura	88,4%	100%
Percentagem da área coberta por florestas	Perda anual de 1,1%	35%

Como se coloca para muitos países, a escolha no futuro em Timor Leste será entre uma gestão pública da água, em que existe cooperação, responsabilidade e controle democrático e gestão privada baseada no mercado competitivo ou de concorrência.

O direito à água

Faremos a seguir citações importantes de Branco e Henriques sobre as razões que levam a considerar que o mercado de concorrência ou competitivo não é adequado para fornecer a água em Timor Leste enquanto direito humano (Branco e Henriques 2009). Em primeiro lugar, o mercado não lida com preferências sociais.

A promoção dos direitos humanos conduz a uma manifestação de preferências sociais, por exemplo, um cenário em que todos os membros da comunidade beneficiam do acesso à água é superior a qualquer outro, ou seja, quanto maior o número de pessoas ligadas a uma rede de abastecimento de água melhor. O que não é o caso de Timor. O mercado lida com muitos tipos de preferências, como por exemplo, com a quantidade de água a produzir,

como produzir e quando produzir essa água, mas não lida com preferências sociais ou de estrutura, como o fornecimento de água a todos, pois não possui mecanismos para aferir que a cobertura universal é melhor do que qualquer outra estrutura de distribuição de água. Em resumo o mercado está essencialmente preocupado com o preço e a quantidade consumidos adequados aos seus objetivos próprios.

O autor destaca ainda que o mercado não é responsável ou sujeito a mudanças políticas. Segundo ele, na linguagem dos direitos humanos, os direitos de uns indivíduos correspondem aos deveres dos outros. Na economia de mercado uma privação é devida à natureza ou à inaptidão humana na linguagem dos direitos humanos essa mesma privação pode constituir uma violação dos direitos humanos.

Considerando-se esta perspectiva a privação da água deve ser considerada ilegal. Se o estado não satisfizer os direitos humanos pode ser responsabilizado legalmente pela justiça ou politicamente através de eleições.

Ainda de acordo com o autor, se o mercado não satisfizer os direitos humanos, ninguém o pode processar ou responsabilizar, pois o mercado é anônimo e não sujeito a escrutínio. Neste sentido o mercado não está qualificado para providenciar direitos humanos em geral, e o direito à água em particular.

O mercado de concorrência é ineficiente. Os principais usos da água são para consumo humano, agricultura, indústria, transporte, pesca e atividades recreativas e de lazer, atividades de conservação da natureza e meio ambiente.

De acordo com o retrato é possível perceber as dificuldades pelas quais, Timor Leste pode estar sujeito.

O mercado competitivo ao afetar a água entre estes usos alternativos pode produzir uma afetação ineficiente para a sociedade e se for ineficiente do ponto de vista do consumo das pessoas estaremos na presença de uma violação do direito à água. Assim, cabe à sociedade definir e hierarquizar as prioridades no consumo de água.

Na sua essência a água é um bem comum e o melhor resultado para a sociedade e para a conservação do recurso é a existência de cooperação entre os agentes econômicos que o utilizam, tarefa que o mercado não é capaz de promover, o que implica a mediação pública ou das comunidades.

Para muitas comunidades a água é uma dádiva da natureza, havendo fortes constrangimentos sociais, culturais e religiosos na fixação de um preço e no estabelecimento de um mercado para a água. Por razões tecnológicas a distribuição de água constitui um monopólio natural. Assim, se é permitida a competição entre empresas para um concurso de concessão, os futuros utilizadores não podem escolher a companhia fornecedora.

Quando chegamos á Timor Leste em fevereiro de 2007, o país ainda se encontrava no processo de restauração e preparava-se para as eleições parlamentares e presidenciais, envoltos em disputas e atentados. Em algumas ocasiões era difícil cumprir o cronograma de trabalho em razão dos conflitos, mesmo assim principiamos um trabalho sério com os professores no qual, nós, formadores brasileiros buscávamos atuar de maneira interdisciplinar no sentido de promover um olhar sensível das turmas quanto as suas atuações pedagógicas e sociais.

Nesse período já nos preocupavam as questões ambientais, entre elas o ponto frágil, a água. Percebemos que os professores eram habituados há passar muito tempo sem fazer uso de líquidos, não nos esqueçamos de que o clima é extremamente quente e seco, as salas de aulas sempre empoeiradas e repletas de materiais acrescentavam algum desconforto. Um dado importante, o timorense não gosta de bebidas geladas, somente natural. Por diversas vezes ficamos sem água nas escolas, fato encarado com naturalidade por alunos e professores, impressiona a capacidade de aceitação do povo de Timor, acostumado às vicissitudes da vida.

Quando chamados para lecionar na UNTL- Universidade Timor Lorosa'e em substituição a um colega que retornou ao Brasil, tivemos oportunidade de desenvolver vários trabalhos de conscientização com os alunos, na cidade,

começando na própria instituição um espaço especial, porém maltratado em muitos aspectos. Nos trabalhos de campo ficava claro o desconhecimento dos alunos quanto às questões ambientais e de saúde, entre tantas. Nesse período houve o crescimento de monografias voltadas aos temas ambientais, até então a grande preocupação deles eram a política, ocupação e crescimento econômico.

Apesar dos esforços desenvolvidos, sabemos ainda que são insuficientes e pontuais. No início do ano de 2010, 13 distritos de Timor-Leste, foram habilitados ao programa para formar especialistas em educação ambiental, em que professores do ensino pré-secundário, líderes comunitários e jovens dos 12 aos 15 anos irão discutir os problemas ambientais através de cartazes, campanhas de TV, jornais, pinturas e concursos de redação. Todos os Sábados, entre Janeiro e Março, serão feitas as visitas a cada distrito.

A finalidade é fortalecer a abordagem da Educação Ambiental nos sistemas de ensino, envolvendo o Ministério da Educação na construção e implementação do Programa CPLP de Educação Ambiental. Iniciativas louváveis, mas que ainda necessitam de diretrizes mais abrangentes.

Acreditamos e concordamos com Robert Gifford (2005), professor de Psicologia da Universidade de Victory (Canadá), ao destacar o papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental e na construção do futuro. De acordo com o professor é possível aumentar o interesse público por meio da educação ambiental, usando uma “análise comportamental aplicada” na qual a influência da Psicologia Ambiental se reafirma nas estratégias para a construção do futuro, implicam em projetos sociais que possibilitem o estudo da maneira como os cenários podem melhor servir aos desejos e necessidades humanas.

Segundo ele, o caminho seria aumentar o interesse público por meio da educação ambiental, dado que, embora difundido, não é profundo, comprometido ou universal como seria desejável. A educação ambiental apresenta uma variedade de tentativas no sentido de mudança de atitudes

e comportamentos usando métodos diferenciados, todas elas adotam a abordagem professor-aprendiz. Usualmente, leva-nos a pensar na efetividade da ação. Contudo, alguns programas não funcionam, apresentando mesmo efeitos contrários. A educação ambiental pode aumentar o interesse por questões ambientais, nem todo programa funciona para todo participante. O professor nos apresenta 13 diretrizes para programas de educação ambiental que, segundo ele, podem melhorar o poder de efetivar mudanças:

1. Adaptar o programa para nível atual de conhecimento, atitude e desenvolvimento moral do público.
2. Explicação de ambos os lados da questão.
3. Encorajamento de contacto mais direto com a natureza.
4. Estímulo do sentido de responsabilidade e controle pessoal.
5. Conhecimento de algumas estratégias de ação.
6. Uso da capacidade de ação;
7. Melhoria nas atitudes ambientais.
8. Manutenção do sentido de controle.
9. Proporcionar um sentimento de responsabilidade pessoal.
10. Conhecimento das questões.
11. Encorajamento das normas sociais em favor do ambiente.
12. Melhoramento da sensibilidade ambiental.
13. Envolvimento emocional.

Merece destaque a afirmação que, uma das razões pelas quais alguns programas de educação ambiental fracassam deve-se ao fato da “confiança exagerada na transmissão de conhecimentos a expensas de outras diretrizes”.

Ele nos ensina “como” usar a análise comportamental aplicada, posto que, ela acredita em consequências positivas ou negativas do comportamento funcionam para mudar os fatos. Resumidamente, do acrônimo DO-RITE (i.e., “faça a coisa certa”), o que significa a seguinte sequência:

- A. definir o comportamento alvo a ser mudado.
- B. observar o comportamento alvo.
- C. registrar a taxa de ocorrência do comportamento.
- D. intervir com um programa que muda as consequências de se engajar naquele comportamento.
- E. testar o impacto do programa comparando a frequência do comportamento antes e depois do programa.
- F. avaliar o programa. Qual o custo-benefício? Suas consequências foram apropriadas e suficientemente fortes?

Sobre sistemas concretos de avaliação, Gifford (2005) destaca:

Essas avaliações são realizadas a fim de adotar ou alterar uma política pública. Por exemplo, o motivo para uma tal pesquisa de avaliação de paisagem é ajudar a decidir quais vistas nos parques devem ser preservadas e quais poderiam ser desenvolvidas. A urgência de problemas tais como a poluição atmosférica e a destruição constante de parques e reservas florestais têm levado a uma legislação objetivando a proteção do ambiente natural. (Gifford, 2005)

Nesse momento, voltamos à leitura para a questão da água em Timor Leste, a nosso ver falta exatamente esse tipo de abordagem, a sensibilização deve seguir em direção ao individual, à corresponsabilidade e a responsabilidade global. Não sendo assim, a maioria das ações não passará de medida mitigadora de pouco resultado. Ao repensarmos o que presenciamos no Timor quando das chuvas torrenciais que arrastam para o leito dos rios toneladas de terra, detritos, lixos e veneno; ou nos deparávamos com os fios de água nas montanhas de *Ainaro* e *Baucau*²; a precariedade de água nas escolas e nas casas nos entristece deveras. Se voltarmos o olhar sobre a beleza do país, de corais surpreendentes, areias brancas e um pôr-do-sol magnífico, não nos conforta imaginar que o futuro ainda reserva mais dificuldades para um

² Distritos de Timor Leste

povo que vivenciou e nasceu sob a égide do drama. No sentido geral, ações significativas se fazem necessárias, entretanto, existem desafios, e a Psicologia Ambiental aponta alguns deles.

Em primeiro lugar seria a tradução da pesquisa em prática, dificuldade real na maioria dos casos. Descobrir métodos de pesquisa que se adapte a cada realidade, sabidamente o que se aplica a um pode ser ineficaz ao outro. Apanhar um corpo central coerente. Quando os campos de pesquisa são meras coleções de tópicos que não estão claramente ou teoricamente articulados, podem ser absorvidos em outros campos e desaparecer. Nesse sentido será válida a execução de qualquer projeto. Concordamos com a teoria, apesar de não bem aceita por alguns.

Conclusão

Sensibilização é a palavra chave para Timor Leste, cuidar desse pequeno país de 14.874 km², com uma população estimada em 1.066.582 habitantes, sendo 27% na área urbana. Assim como nós brasileiros vivemos sob o lema da nossa bandeira, Timor clama por: “Unidade, Acção e Progresso”, em seu símbolo nacional. Negar a existência do problema é negar ajuda também ao Planeta, afinal, somos juntos parte de um corpo único e indissociável, juntos devemos pensar em ações que visem à preservação da espécie o caminho a ser seguido é a proteção do bem maior, a água.

Voltar o olhar sensível das pessoas para a questão água é preciso, em Timor Leste, uma questão a ser discutida além das visões políticas, e sim como responsabilidade individual assumida.

Reza uma lenda que, um jacaré depois de correr o mundo, deitou-se nas terras de Timor e ali ficou. Seu dorso em repouso representa fisicamente o mapa do país, as águas banham seu perfil em eterno ninar.

Nossa pergunta final: o que será Timor sem água para acolher a vida de seus filhos?

Referências

ADB. Technical assistance to the Democratic Republic of Timor-Leste for preparing the urban water supply and sanitation project, Technical Assistance Report. 2005.

BRANCO, M, Henriques, P. **The Political Economy of the Human Right to Water**’, Radical Review of Political Economics, forthcoming. 2009.

BANCO Mundial. **Nota de políticas sobre crescimento populacional e implicações para Timor Leste**. Washington. 2008.

FITZPATRICK, D., A McWilliam and S. Barnes. **Policy Notes on Customary Land in Timor Leste**. East Timor. 2008.

GLEIC, P.H. **Basic Water Requirements for Human Activities: Meeting Basic Needs**. Water International, Vol. 21, pp. 83-92. 1996.

GIFFORT, R. **O papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental e na construção do futuro**. São Paulo: USP, 2005.

IYFW . **A look at water resources in Africa**, in www.wateryear2003.org, viewed 5 January 2009.

OCHA. **Timor district atlas**. Dili, Timor Leste. 2009

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano Timor-Leste - O caminho para sair da pobreza: Desenvolvimento rural integrado**. Díli, Timor Leste. 2009

CONTABILIDADE EM JOÃO PINHEIRO: VISÃO DE PROFISSIONAIS E ACADÊMICOS DE UM FUTURO QUE IMPÕE DESAFIOS E ATUALIZAÇÕES

Ana Cristina Fonseca de Oliveira*

Ariane Caldas Pessoa Santos**

Fábio José da Silva***

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar de um modo geral o que é Ciências Contábeis, quais são os principais campos de atuação e as perspectivas futuras do cientista/contador. Os métodos de pesquisas adotados foram a pesquisa de revisão onde foram consultados livros e documentos on-line e pesquisa de campo. Foram escolhidos 07 (sete) acadêmicos do 2º período e 02 (dois) acadêmicos do 8º período, ambos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM), todos residentes na cidade de João Pinheiro MG, aplicando um questionário sobre indagações que levaram os acadêmicos à escolha do curso e as expectativas futuras profissionais ao terminarem a graduação, onde houve um retorno de 05 questionários. Foi aplicado também nas principais contabilidades de João Pinheiro, sobre os motivos que levaram os contadores à escolha do curso de Ciências Contábeis, como eles veem a contabilidade atualmente em João Pinheiro e as perspectivas futuras quanto à profissão na cidade acima mencionada, onde foram distribuídos 10 (dez) questionários obtendo respostas em 07(sete) destes.

Palavras-chave: Contabilidade, Campos de Atuação, Perspectivas Futuras, João Pinheiro.

Abstract: The objective of this paper is to analyze in general what is

* Acadêmica do 2º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). E-mail: ana-cristina-fonseca@hotmail.com

** Mestre em Gestão Administrativa, Pós-Graduada em Psicopedagogia, Pós-Graduada em Administração Empresarial, Graduada em Ciências Contábeis, Contadora atuando na área de Controladoria Interna e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). E-mail: arianecps13@gmail.com

*** Acadêmico do 2º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). E-mail: fabiolions@hotmail.com

Accountancy, which are the main fields of activity and future prospects of the scientist / counter. The research methods were adopted to review research where were consulted books and online documents and field research. They chose seven (07) students from the 2nd period and two (02) students from 8th period, both of course in Accounting from Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM), all residents in the city of João Pinheiro MG, applying a questionnaire on inquiries that led to the choice of academic progress and future expectations professionals to finish their degree, where there was a return of 05 questionnaires. It was also applied in the main accounts of João Pinheiro, about the reasons that led to the choice of accountants Accounting Course, as they see the accounts currently João Pinheiro and future prospects in relation to the profession in the city above, which were distributed 10 (ten) questionnaires and the responses in 07 (seven) of these.

Keywords: Accounting, Practice Fields, Future Prospects, João Pinheiro.

1 Introdução

A contabilidade que surgiu desde a era antiga, quando se deixou de haver as permutações entre uma mercadoria e outra e passou a comercializá-las, tem um papel muito relevante e importante na história da Economia mundial por ser ela o elo entre a empresa e o cliente. Mas qual será o motivo que tornou a contabilidade essa ferramenta capaz de demonstrar a real situação de uma empresa, como estão seus investimentos, suas posses, sua lucratividade e até mesmo os prejuízos? Os pesquisadores ao abordarem sobre o que venha a ser Ciências Contábeis, os seus campos de atuação e as perspectivas futuras do cientista/contador, através de suas pesquisas e questionários, aprofundam no mundo contábil, com seus vários campos de atuação e vão além ao descreverem sobre como os acadêmicos e os contadores da cidade de João Pinheiro veem a contabilidade em seu município e como eles esperam que a sua profissão de contador seja próspera no futuro.

2 O conceito de contabilidade

Contabilidade é a ciência que estuda as variações de capital ocorrido dentro da empresa, fenômenos de patrimônio ou de uma entidade que possam modificar as suas finanças. Tem por objetivo registrar e fornecer informações por meio de relatórios dos fatos contábeis ocorridos dentro da mesma, sendo transparente em suas demonstrações contábeis para entendimento do patrimônio organizacional por meio de balancetes, DRE – Demonstração de Resultado do Exercício e Balanços patrimoniais. Ciência social que visa contribuir com a evolução da humanidade expondo em números e relatórios os fatos financeiros, tanto qualitativos como quantitativos que ocorrem dentro de uma determinada empresa, entidade ou corporação.

3 Campos de atuação da Contabilidade

Antes de se tratar sobre os campos de atuação da contabilidade é necessário saber sobre quais são os grupos de pessoas que necessitam de informações contábeis, sendo que elas não se limitam a um ou a outro tipo de pessoas, mas atende a vários grupos que atingem de forma significativa a economia da sociedade.

Segundo Iudícibus (2010), os principais grupos de pessoas que necessitam da contabilidade são: os sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias de maneira geral que usufruem da contabilidade para verificar como estão seus investimentos, se estão seguros ou não, cabendo à Contabilidade Financeira, esclarecer aos contratantes em assembleias ou mesmo em reunião de sócios como estão em âmbito financeiro as respectivas ações e quotas das empresas.

Administradores, diretores e executivos dos mais variados escalões que necessitam da contabilidade para que ela possa demonstrar os resultados de lucro ou prejuízo ao final de um período contábil, fornecendo também

informações sobre os diferentes aspectos financeiros e econômicos da empresa, enquadrando-se até mesmo na Contabilidade Financeira, onde os principais relatórios são o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Resultados, ambos possuem grande importância para a tomada de decisão em uma empresa, utilizados pela Contabilidade Gerencial e de Custos, que visam em primeiro lugar a administração de qualquer organização.

Bancos, capitalistas, emprestadores de dinheiro, que se assemelham aos sócios e acionistas e difere quanto a rentabilidade, pois se houver algum perigo quanto a inadimplência no pagamento do empréstimo, os emprestadores serão os primeiros que sofrerão perdas de fluxos financeiros ficando em prejuízo.

Governo e Economistas Governamentais, que em primeira instância são aqueles que geram as taxas, tributos e os impostos, estes cabendo em sua maioria aos contadores calcular os valores dos impostos a serem pagos por aqueles que vendem mercadorias ou prestam alguns serviços e em segunda instância por ser o governo responsável por aumentar ou diminuir a taxa de juros, que influencia de modo significativo o mercado comercial do país.

Pessoas físicas, pois a Contabilidade possui informações que pode ajudar de forma muito eficiente estas, como na elaboração da Declaração de Imposto de Renda, livro caixa além de outras prestações de serviços.

No que diz respeito aos usuários externos à entidade, credores e investidores principalmente, funciona como o grande elo de ligação entre essa entidade e tais interessados, levando-lhes informações sobre o estado do patrimônio e de suas mutações. Também são interessados os empregados, o governo (principalmente na função tributante) e outros. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 06)

A contabilidade deve se adequar ao ramo em que há maior necessidade e o contador, seguir esse mesmo caminho, de fazer uma ligação entre a entidade seja ela governamental, bancária, empresarial. As possibilidades

de especialização de um profissional contábil são variadas, indo desde a perícia, auditoria, controladoria, finanças até a gerencial. Existe uma grande necessidade de se adequar ao mercado de trabalho que está muito carente de profissionais nesta área.

Os tópicos contemporâneos mostram o crescimento e a importância desta Ciência Social Aplicada à gestão organizacional e os legisladores buscam fazer a adequação como aconteceu com a Lei 11.638 de 28/12/2007 que introduziu mudanças na Lei das Sociedades Anônimas (1964), ampliando os demonstrativos obrigatórios passando a ser exigido o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado para as empresas que se adequam a esta classificação aumentando as possibilidades de análises e informações.

4 Perspectivas futuras do Cientista/Contador

Na pesquisa realizada foi detectado que a maioria dos acadêmicos investe no curso de Ciências Contábeis por já estar trabalhando na área:

Entrevistado 01: *Primeiramente foi por está trabalhando dentro do escritório de contabilidade, onde passei a gostar da profissão, por ser uma área que tem vários campos de atuação.*

Entrevistado 02: *Por trabalhar na área contábil e por aptidão.*

Outro ainda por gostar da matéria lecionada no curso:

Entrevistado 03: *Eu escolhi este curso porque me sinto bem com cálculos e teorias administrativas, na qual tenho interesses e vontade de crescimento.*

Alguns por não possuir uma condição financeira que os favoreça

na escolha de um curso superior, escolheram o curso devido ao valor da mensalidade:

Entrevistado 04: *É um curso que gosto (...) o valor do curso é viável, estou conseguindo fazer uma faculdade.*

Todos os entrevistados relatam sobre o quanto estão gostando do curso e o quanto se sentem felizes quando fizeram esta escolha. Um entrevistado relata que ficou indeciso quando surgiu a oportunidade, mas agora, diz que está confiante e adquirindo mais conhecimento.

Quanto às expectativas profissionais ao término do curso, todos possuem grandes expectativas:

Entrevistado 01: *Fazer uma pós-graduação em controladoria. Continuar estudando, fazer o registro no CFC - Conselho Federal de Contabilidade e passar em um bom concurso.*

Entrevistado 02: *Espero continuar atuando na área, fazer a prova do CRC - Conselho Federal de Contabilidade para assinar como contadora, me especializar em alguma das diversas áreas da contabilidade e prestar concursos públicos.*

Entrevistado 04: *Espero conseguir a aprovação no CRC - Conselho Federal de Contabilidade o mais rápido para que possa exercer minha profissão e demonstrar tudo que posso fazer para tornar um profissional de respeito e bem sucedido profissionalmente.*

Estes depoimentos acima demonstram que a grande parte dos acadêmicos ao se formarem tem por objetivo prestar o exame de suficiência no conselho que regulamenta a profissão, para poderem trabalhar de forma correta na área. Mas também há aqueles que visam o crescimento profissional na carreira:

Entrevistado 03: *Espero que ao término do curso eu possa estar me aprimorando na área de RH fazendo uma pós-graduação. E depois procurar crescimento profissional.*

Entrevistado 05: *As minhas expectativas são as melhores, pois espero ser uma excelente profissional na área contábil. E estar sempre realizando novos cursos para crescer e especializar cada vez mais.*

É importante também verificar como os profissionais que já atuam na área contábil assimilam sobre como está a Contabilidade em João Pinheiro e as perspectivas futuras. Na maioria dos entrevistados, o motivo que os levaram a ingressar no curso de Ciências Contábeis foi de seguir profissão de contador, visto que de 07 entrevistados, 03 possuem o curso técnico em Contabilidade, 03 possuem o bacharelado e 01 tem bacharelado em Direito, especializado em Direito e Processo do Trabalho. Nenhum dos entrevistados demonstraram aptidão para ser professor acadêmico ou nem mesmo ingressar no ramo científico. Déficit esse explicado por Iudícibus (2012, p.07) que “alguns contadores se perguntam hoje: para que teorizar se os pronunciamentos do IASB nos dizem tudo que devemos fazer”. Isso demonstra que as maiorias dos contadores ao se formarem no curso pretendem seguir a profissão de contador e jamais seguir o ramo científico, pois já tem uma entidade que faz isso para eles, o que acontece, por exemplo, na cidade de João Pinheiro. Foi questionado aos entrevistados sobre quais eram suas perspectivas futuras quanto a contabilidade em João Pinheiro. Os entrevistados a seguir falam da importância de qualquer curso superior, em especial o crescimento que os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis podem gerar para o município e a valorização futura do curso:

Entrevistado 01: *São boas. Hoje os profissionais da contabilidade estão investindo muito em capacitação. Um grande número de pessoas em João Pinheiro está cursando curso superior, com isso, teremos cada vez mais profissionais capacitados nas contabilidades da nossa cidade, oferecendo serviços de qualidade para os clientes.*

Entrevistado 04: *A Contabilidade tanto em João Pinheiro como em outras cidades, será cada dia mais valorizada e os profissionais*

mais requisitados para atuar nas empresas, irá exigir ainda mais proximidade entre Contador e Cliente.

É importante salientar o quanto os contadores de João Pinheiro veem que sua profissão deve ser valorizada pelas empresas que contratam seus serviços:

Entrevistado 06: *Espero que as empresas passem a valorizar mais os contadores, pois são extremamente importantes no crescimento de cada uma. Para que as contabilidades desenvolvam cada vez mais.*

E o mais importante é que os contadores agem com responsabilidade e presteza naquilo que fazem:

Entrevistado 07: *Que esteja sempre na busca ao aperfeiçoamento da qualidade, visando maior competência na prestação de serviços.*

A fala do entrevistado evidencia a importância de uma formação continuada para o profissional da Contabilidade, assim como a construção de competência por meio da busca de aperfeiçoamento.

5 Considerações finais

Com os estudos e entrevistas realizados com os contadores e técnicos que já atuam em escritório de contabilidade, acredita-se que a contabilidade em João Pinheiro tem evoluído para atender as exigências de seus contratantes e ao crescimento da cidade. Nota-se uma visão futurista por partes dos contadores e técnicos em contabilidade. Pois acreditam que todos estão procurando se adequar às novas realidades impostas ao profissional atuante, acompanhando os desafios e desenvolvimentos da área.

Quanto aos acadêmicos, muitos se interessaram pelo curso Ciências Contábeis por estarem trabalhando dentro de um escritório de contabilidade ou

para terem uma formação superior e assim prestarem concursos em busca de estabilidade e melhores salários, por ser o curso de ciências contábeis acessível financeiramente e com um campo de atuação extremamente amplo.

Com estas pesquisas realizadas percebe-se que tanto Contadores, técnicos em contabilidade e acadêmicos acreditam que a contabilidade em João Pinheiro tem ainda muito a oferecer, pois todos estão procurando acompanhar o desenvolvimento, se adaptar as novas modificações da contabilidade e prestar um serviço de qualidade aos clientes.

REFERÊNCIAS

FAHL, Alessandra Cristina; MANHANI, Lourdes Pereira de Souza. As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade. **Revista de ciências Gerenciais – Anhanguera**, São Paulo, v.10, n.12, p. 25-33, 2006.

HILARIO, Franco. **O que é contabilidade**. Disponível em: <http://www.contabilidade.inf.br/o_que_e_a_contabilidade.asp> Acesso em 17 nov. 2012

IUDÍCIBUS, Sergio de (org.). **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Teoria da Contabilidade: Evolução e Tendências. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 5-13, maio/ ago., 2012. ISSN 1984-3291.

O QUE é contabilidade. Disponível em <<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=200>>. Acesso em 13 nov. 2012.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NOVAS TENDÊNCIAS DE ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Magda Fonseca Queiroz Mota*

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre as principais tendências, conceitos, princípios e práticas de análises da administração pública. Trata-se de uma revisão de literatura desenvolvida com base em textos apresentados sobre a temática apontada. Destaca-se a importância de construção de uma consciência social nova em relação à reforma do Estado no Brasil a partir dos anos 90. Os principais elementos das novas tendências de análise da administração pública podem ser assim enumerados: a interação entre pessoas (aspectos que privilegiam o coletivo), visão holística (desenvolvimento local e global) e a ênfase na questão do paradigma de recursos humanos (prática de trabalho coletivo). Além disso, defende-se aqui que a reestruturação da organização foi motivada por uma mudança na ideologia e na propriedade.

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Reforma do Estado, Sustentabilidade Ambiental.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo hacer algunas reflexiones sobre las principales tendencias, conceptos, principios y prácticas de análisis de la administración pública. Trátase de una revisión de la literatura desarrollada con base en textos presentados sobre la temática apuntada. Se muestra la importancia de construcción de una conciencia social en relación a la reforma del Estado en el Brasil a partir de los años 90. El principal elemento de las nuevas tendencias de análisis de administración pública puede ser enumerado en intervención entre la gente (aspectos que privilegian el colectivo), visión

* Mestra em Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Indústria, pela Universidade Internacional de Andalucía - UNIA - ES. Doutora e Mestra em ciência política pela Universidade Internacional de Andalucía/Universidade de Salamanca – USA - Espanha. Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: magdafqm@yahoo.com.br

holística (desarrollo local e global) y la importancia en la cuestión del paradigma de recursos humanos (práctica de trabajo colectivo). Dejarse ver aún que, la reestructuración de la organización fue motivada por un cambio en la ideología y en la propiedad.

Palabras Llaves: Políticas Públicas, Reformas Del Estado, Sustentabilidad Ambiental.

Introdução

O presente estudo tem como objetivo fazer algumas reflexões sobre as principais tendências, conceitos, princípios e práticas de análises da administração pública. Trata-se de uma revisão de literatura desenvolvida com base em textos apresentados sobre a temática apontada. Os resultados e considerações sugerem a importância do entendimento das práticas da cultura organizacional e do estabelecimento de uma estratégia articulada no que se refere à gestão pública na América Latina e principalmente no Brasil. Destaca-se a importância de construção de uma consciência social nova em relação à reforma do Estado no Brasil a partir dos anos 90. Os principais elementos das novas tendências de análise da administração pública podem ser assim enumerados: a interação entre pessoas (aspectos que privilegiam o coletivo), visão holística (desenvolvimento local e global) e a ênfase na questão do paradigma de recursos humanos (prática de trabalho coletivo). Este estudo tem como ponto central mostrar ainda que a reestruturação da organização fosse motivada por uma mudança na ideologia e na propriedade. O papel da ideologia está centrado no neoliberalismo como sendo o mais importante elaborado na sociedade ocidental desde o século XIX (1886) até a primeira Grande Guerra (1914 – 1918). Os primeiros seguidores dessa ideologia (mesmo espalhados pelo mundo) encontram-se nos Estados Unidos e Inglaterra (hegemonia política e econômica), de forma mais representativa. Porém foi reativado

nos anos 40 como um antídoto ao totalitarismo, pois autores e pesquisadores como Hayek (1960) e Popper (1962) afirmam que esta ideologia de reforma capitalista tornou-se insurgente, ressurgindo como força global somente pelo começo dos anos 90 do século XX. Neste contexto histórico, os governos emergentes da América Latina criaram um ambiente político e econômico abrindo seus mercados à competição internacional e perseguindo a reforma do Estado e a privatização, que permitem as transferências dessa ideologia às organizações, empresas e instituições sociais.

Na perspectiva aqui assumida, o neoliberalismo transmite idéias que são respostas para a temática. Neste ensaio há três manuseios: sobre a propriedade, sobre o livre mercado e sobre o individualismo. O neoliberalismo deriva sua influência da capacidade de ligar concepções sobre as instituições - o mercado como sendo uma substituição às organizações e à competitividade e, ainda, à autoconfiança individual. Neste ponto de discussão, percebe-se a interferência do Estado, ou seja, um complemento à eficiência organizacional e a realização individual. As organizações do Estado foram vistas como vilãs, e responsabilizadas por folhas econômicas, assim como por constranger a liberdade das organizações e dos indivíduos.

Neste estudo, serão tomados como suportes teóricos os seguintes autores: Bresser, Pereira, Ramió, Stiglitz, Cavalcanti Fadul, Andrens, Kouzmin, Sasdek, Paramio, Tomassin, dentre outros. Esses autores têm contribuído dentro de uma perspectiva institucional para a análise da ótica da cultura política e do desenvolvimento local. Os autores fazem uma análise do Estado neoliberal e da abordagem intervencionista, de modo a apresentar o seu surgimento, desenvolvimento e reforma por meio de vários campos das ciências sociais, que coloca uma questão: será um neoliberalismo com ditadura política ou um neoliberalismo com democracia? A questão da reforma do Estado com democracia tem de ser contida com base em um mundo sustentável, onde a questão ambiental seja o centro e o princípio de todas as políticas públicas, sociais e do Estado. O uso racional de recursos e o equilíbrio devem reger as

relações dos homens com a natureza, e tudo aquilo que remeta a idéia de um novo modelo de civilização não predatória e não suicida, faz com que o lucro de poucos ameace a qualidade de vida de muitos. Além de que os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos.

Assim, esse artigo foi dividido em mais duas partes, um contexto desenvolvimentista do assunto e as considerações finais sobre o tema em questão, discutindo as novas tendências de análises da administração pública.

A Reforma do Estado, Administração Pública, América Latina e Brasil: Novas tendências de Análises e Desafios

De acordo com o que foi comentado na introdução deste artigo, o neoliberalismo foi a ideologia que gerou a reforma do Estado na América Latina e no Brasil, centrada nos aspectos que privilegiam o coletivo com base no consumo e na autoconfiança individual. Boaventura de Souza Santos (1996) fala de reinvenção da democracia, mas que democracia? É bom pensar que não se pode falar de democracia, sem reforma do Estado. Carlos Romió (1999), em uma de suas perguntas sobre cultura organizativa argumentava que ela é valorizada quando é desenhada a *“infraestructura de la ética pública”* que agrupa um compromisso e responsabilidade da liderança política. Nesse caso, existe um tipo de aprendizagem organizacional que se refere a “como” essa aprendizagem acontece. Um dos fatos que envolvem tudo isso - tanto no Brasil, quanto na América Latina, no seu todo é a herança cultural do tipo de colonização. No Brasil, a cultura organizacional ganhou força com a chegada da Família Real, depois com as várias etnias e suas contribuições. Apesar de estar inserido no contexto latino americano, o Brasil tem apresentado características que o diferenciam do modelo organizacional Latino Americano. Ao centrar e traçar este estudo nas novas tendências de análises da administração pública é importante frisar que, devido ao contexto socioeconômico e às restrições econômicas regionais, cada um deles seguiu rotas próprias, o que gerou um

quadro marcado pela diversidade.

Tomassini (2003) comenta que “Por lo tanto la modernización de la administración pública de un país es inseparable de lo que ocurra en otras tres esferas: el estado, el sistema político y la cultura cívica de las sociedades respectivas” (TOMASSINI, 2003, p. 2).

Do mesmo modo, ele argumenta ainda que [...] “La debilidad de la sociedad civil en Latinoamérica no solo tiene una base histórica y sociológica sino que tiene, también, una contrapartida en el centralismo la introversión y el hermetismo de estado” (TOMASSINI, 2003, p. 33).

Como a política é ideológica, histórica e dogmática, não se pode falar de novas tendências de análises da administração pública na América Latina e no Brasil sem que se entenda a influência dominadora do pensamento político europeu. A administração pública, bem como a reforma do Estado na América Latina e no Brasil, remete o leitor a entender que existe uma oferta sobre mudança. Sendo esta não só organizacional, mas também geopolítica de grandes preocupações nos caminhos da América Latina, região que as duas interpretações feitas pretendem compreender não só em sua extensão não-ocidental, pré-colonial, como também na extensão ocidentalizada, colonial e pós-colonial. A vitória dos aliados em 1945 retirou a América Latina do protetorado cultural e político europeu, mas para deixar que continuasse o seu percurso sob a mão poderosa do vizinho do norte. Neste ponto, a doutrina Monroe (1845) apresenta-se mais como retóricas preventivas contra possíveis intervenções da Espanha e Portugal nas ex-colônias do que como alicerce para novos e profundos constrangimentos neocolonizadores que se instalaram na década de 1940 pela política da boa vizinhança do presidente Roosevelt.

Dentro dessa perspectiva universal e contraditoriamente, histórica, a análise política das reformas na América Latina e no Brasil, especificamente, aparece, e é a única e derradeira caixa de ferramentas que pode dar apoio ao surgimento de novas tendências de análises da administração política desses espaços. Outra tendência que surge em consequência a política do meio

ambiente no mundo é a instauração de governos que inserem em suas políticas administrativas a questão da “sustentabilidade”, nos quais o tipo de gestão pública leva em consideração as características econômicas, políticas e sociais da América Latina. O Brasil e a América Latina não foram mais os mesmos depois do Protocolo de Kyoto que entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005.

Stiglitz (2003), sobre o rumo da reforma administrativa na América Latina aponta que:

Es necesario entender el papel del estado para llegar a una sólida comprensión de la economía. La visión que tenía el consenso de Washington al respecto era con frecuencia desequilibrada. Consideraba que el estado era parte del problema del desarrollo y a menudo parecía abogar por un estado minimalista . (STIGLITZ, 2003, p. 27)

É de pensar o papel do Estado sobre o que tange à administração pública na América Latina e no Brasil uma vez que no caso do Brasil, o sistema partidário decide os caminhos das políticas locais. Vale advertir que o projeto de redemocratização do país teve como uma das principais condutas a reforma do Estado e a necessidade de um novo sistema partidário. O decadente bipartidário brasileiro não comportava mais as necessidades políticas dos indivíduos e nem dos diversos seguimentos de classes. Para Stiglitz (2003), o Estado tem papel importante na economia, algumas evidências da desigualdade de renda no Brasil dão a dimensão da governabilidade e divisão dos bens, uma vez que a reforma Estatal no Brasil foi consolidada por uma “confusa” cultura brasileira que faz uso das leis de vantagens individuais e eleitoreiras.

Nas áreas de ação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2003), as modernizações do sistema eleitoral e dos partidos deveriam estar orientadas para a perfeição dos sistemas de representação política para evitar a exclusão de setores da população, especialmente os mais pobres. No Brasil, autores pontuam que, apesar do grau de desigualdade ser extremo em relação a outros

países, tal não significa que o nível de pobreza seja o mais elevado do mundo. Na verdade, o Brasil é um país relativamente rico com um elevado grau de desigualdade, onde a principal causa da pobreza de uma parcela significativa do povo não se encontra na escassez geral de recursos, mas sim na péssima distribuição destes recursos. Nessa perspectiva, o sistema partidário brasileiro não visa o aspecto social, mas sim a maximização de um respaldo eleitoral e a derrota de seus adversários. Para o BIRD (2003): “La democracia moderna requiere sistemas electorales eficaces y partidos políticos que deben servir como enlace entre el estado e la ciudadanía, movilizando la participación, articulando las demandas y agregando los diversos intereses sociales” (BIRD, 2003, p. 13)

Sadek (1993), ao argumentar sobre a debilidade institucional, sustenta que a reformulação do quadro partidário perseguiu o objetivo de controle por parte do governo no processo de abertura política. Não se tratava nessa estratégia de criar quaisquer partidos, mas sim, agremiações políticas que tornassem mais rápidos os projetos governamentais e, de outro lado, descaracterizassem a bipolarização plebiscitária que marcara as eleições anteriores.

Luiz Carlos Bresser Pereira (1998) ao tratar da reforma do Estado no Brasil nos anos 90, século XX, argumenta que as lógicas e mecanismos de controle foram seis: “(i) mercado (ii) controle social (democracia direta) (iii) controle democrático representativo (iv) controle hierárquico gerencial (v) controle hierárquico burocrático (vi) controle hierárquico tradicional” (PEREIRA 1998, p. 211-537).

Do mesmo modo, Norbert Lechner (1995) reforça que “El desafío de América Latina puede resumirse en la tarea de armonizar el desarrollo económico con la equidad social y la democracia política” (LECHNER, 1995).

Citando Bresser, et all (1993), ou Lechner (1995) no caso da reforma do Estado: “... ella también incrementa el papel Del Estado en la articulación social; su durabilidad política depende de la reforma aún del “pacto

socialdemócrata”, (LECHNER, 1995, p. 160).

Domesmomo, Fadul (1997) considera que “O estado progressivamente, deixa ser papel tradicional de soberania e poder, para se transformar num estado prestador de serviços, responsável pelo desenvolvimento econômico e pelo progresso social determinado, naquele momento, uma explicação profunda na sua relação com a sociedade” (FADUL, 1997).

Para finalizar esta parte, Paramio (1999) nota que: “volviendo a la cuestión institucionalización del sistema de partidos, cabría pensar que una alta institucionalización dificultaría la adaptación de política reformista” (PARAMIO, 1999, p. 3).

Neste ponto vale acrescentar que no caso da América Latina e especialmente do Brasil, as reformas políticas sempre estiveram influenciadas por ideologias políticas de seus colonizadores (o neoliberalismo), por fornecer idéias claras sobre os tipos de organizações, as políticas públicas e sociais, e idéias para o livre mercado. As organizações privadas ainda são consideradas a verdade econômica ideal, porque se apóiam em uma estrutura de propriedade que são dotadas de características – chave essencial para o sucesso do capitalismo.

Andrews e Kouzmin (1998) destacam que: “a reforma administrativa brasileira tem sido guiada pela mesma filosofia impulsionada do programa de privatização” (ANDREWS E KOUZMIN, 1998, p. 03. Estes autores chamam atenção sobre e que diz Pazeworski “parece estar longe de dar apoio às reformas conservadoras e parece totalmente ciente dos perigos da ideologia neoliberal” (ANDREWS E KOUZMIN, 1998, p. 03-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todos os aspectos abordados sobre as novas tendências de análises da administração pública, o mais importante e severo é o neoliberalismo como ideologia diretiva. No início dos anos 90, tornou-se evidente que o

modelo brasileiro de desenvolvimento baseado na reforma e intervenção do Estado não se enquadrava nas expectativas econômicas e sociais. Este período representava, conseqüentemente, a mudança do velho paradigma tecnobucrático para outro enfocado no mercado e no renascimento do capitalismo frente ao fim do socialismo.

O governo que assumiu em 1993 começou a expressar sua preferência pelo arcabouço neoliberal, especificando uma ação comunicativa que idealizava os estudos do mercado global ao contrário das deficiências do Estado.

As reformas na América Latina e no Brasil foram transmitidas pelas idéias neoliberais. Os políticos, ministros e funcionários públicos desenhavam uma nova administração pública centrada nas competências necessárias para tirar a “Empresa Nacional” da dependência do Estado e assegurar recursos de mercado.

Finalmente, uma considerável tendência que está sendo creditada à confiança dos Estados neoliberais é referente a uma reforma política ou a uma administração pública voltada para a sustentabilidade, onde a tônica passa a ser o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social.

É nessa direção que o desafio de construção de uma reforma estatal deva contribuir para a instrumentalização teórica, ética e política dos diversos seguimentos da sociedade. Principalmente no que tange ao meio ambiente e aos excluídos da sociedade, buscando a compreensão e aplicação de uma nova racionalidade ética, que naturalize a responsabilidade técnico-científica com a responsabilidade social e natural. Vale repetir que a questão ambiental deveria ser o centro e o princípio de todas as políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDREWS, Cristina W. e KOUZMIN, Alexander. **Dando Nome à Rosa: O discurso da nova administração pública. I Seminário Internacional Da Reforma Do Estado**, São Paulo, 1998. Disponível em <<http://www.fia.com.br/reforma/textos.htm>> Acesso mai. 2009.

_____. **Reformas do Estado e Serviços Públicos: Transformação de um Modelo ou Adaptação a uma Nova Ordem Social?** Disponível em <<http://www.fia.com.br/reforma/textos.htm>> Acesso mai. 2009.

Banco Interamericano de Desarrollo – BIRD. **Modernización del Estado. Documento de estratégia**. Washington D. C., p. 13, jul. 2003.

BRESSER, Luis Carlos P. **La Reforma Del Estado de los Años 90. Lógica y Mecanismos de Controle. Desarrollo Económico. Lua Nova – Revista de Cultura Política**, Barcelona n.45, p. 49 – 95, jul. /set. 1998.

CAVALCANTI FADUL, E. M. **Redefinição de espaços e papéis na gestão de serviços públicos: fronteiras e funções da regulação social. Revista de Administração Contemporânea**, v.1, n.1, jan. /abr. 1997.

HAYEK. Von, F. A. **The Constitution of Liberty**. Londres: Routledge, 1960.

LECHNER, Norbert. **La Reforma Del Estado y el Problema de las Conducción Política. Perfiles latinoamericanos: Revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales**, México, n.7, p. 149-178, 1995.

PARAMIO, Ludolfo. **Las dimensiones políticas de las reformas económicas en América Latina, Zona Abierta**, Espanha, p. 88 – 89: 5 – 74, 1999.

POPPER, Karl R. **The open society and its enemies**. Londres: Routledge, 4. ed., 1962.

RAMÍO, Carlos. **Corrientes Neoempresariales Versus Corrientes Neopúblicas: cultura administrativa, valores Público y cualidad Social. Un Planteamiento Radical. Revista Instituciones y Desarrollo**, Barcelona, n.5, 1997.

SADEK, M.T. **Sistema Partidário Brasileiro: a debilidade institucional.** *Working Paper. Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos*, São Paulo/Barcelona, n.72, 1993.

SANTOS, Boaventura S. **A queda do Angelus Novus: Para além da equação moderna entre raízes e opções.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.45, p. 31, mai. 1996. STIGLITZ, J. E. **El rumbo de las reformas. Hacia de la nueva agenda para América Latina.** *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, n.80, ago. 2003. TOMASSINI, Luciano. **El problema de los consensos en las reformas administrativas en América Latina.** *V Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado*, Bolívia, jun. 2003. Disponível em < <http://www.clad.org.ve> > Acesso mai. 2009.

O PRECONCEITO E O ESTIGMA VIVENCIADOS COMO FATORES DE EXCLUSÃO PELOS INDIVÍDUOS ACOMETIDOS PELA HANSENÍASE NO MUNICÍPIO DE TRÊS MARIAS-MG

Edson Geraldo Fagundes*

Resumo: A hanseníase, doença infectocontagiosa que ainda persiste em nosso meio, promulga estigmas, preconceitos e exclusões de características rotuladoras e duradouras. Tomar como objetivo central dos estudos esses devaneios impostos pela sociedade no sentido de desvelar-se na atualidade, partindo do pressuposto de que o que está em risco é a figura social do indivíduo é uma missão quase impossível, mas que, de certa forma se concretiza. O presente trabalho observacional, descritivo, exploratório e qualitativo, por meio de questionário semiestruturados e estruturado, ocorreu durante o ano de 2006 e meados de 2007 e visa entender as imposições a que são submetidos os doentes e a que riscos sociais eles estão expostos. Foram acompanhados 08 indivíduos atendidos em um Centro de Saúde do município de Três Marias-MG, por meio do Sistema Único de Saúde, decorrendo uma série de variáveis. Com materiais e metodologias específicas de coleta, anotação, gravação e compilação, os resultados apontaram para uma população diversificada entre 06 (75%) do sexo masculino e 02 (25%) do sexo feminino. A população é adulta, com faixa etária variável entre 28 a 77 anos, 04 (50%) estão inseridos em atividades do sistema formal de ocupação e 04 (50%) são aposentados e dona-de-casa. Observamos que a maioria dos entrevistados tinha pouco conhecimento sobre a patologia. Quanto à atitude de comunicar a familiares e amigos sobre a sua doença, percebemos um grau elevado de estigma, preconceito e medo diante da enfermidade. Conclui-se que este estudo apresenta característica fugaz e assumida de incorporar um dimensionamento holístico de integração entre o indivíduo e suas dimensões social e cultural no seu processo saúde/doença, e o faz dentro das perspectivas da representação popular em que o mesmo está inserido. Ele ainda remonta a idéia de que as

* Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Especialista em Formação Pedagógica para os Profissionais da Área da Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: edsongfagundes@bol.com.br.

mudanças no comportamento social da maioria dos hansenícos faz com que eles se isolem ou tenham hábitos que apontem sua estigmatização perante a família e a sociedade.

Palavras-Chave: Hanseníase. Preconceito. Estigma. Saúde Pública.

Abstract: The leprosy, disease infects contagious that it still persists half in our, it promulgates stigmata, prejudices and exclusions of characteristics labeled and durable. To take as objective headquarters of the studies those dreams imposed by the society, in the sense of watching at the present time, leaving of the presupposition that what is in risk it is the individual's social illustration it is an almost impossible mission, but that in a certain way if it renders. The present work observational, descriptive, exploratory qualitative, through semi-structured and structured, occurred during the year 2006 and mid 2007 and aims to understand the charges they are subjected to the sick and social risks that they are exposed. 08 individuals were accompanied assisted in the Health Centre of the municipal district of Três Marias/MG, inserted in the Unique System of Health, elapsing a series of variables. With materials and specific methodologies of collection, annotation, recording and compilation, the results appear for a population diversified among the masculine sex 6 (75%) and feminine 2 (25%), adult with variable age group among 28 to 77 years, where 4 (50%) they are inserted in activities of the formal system of occupation and 4 (50%) retired and lady-of-house. It was observed that most of the interviewees had little knowledge on the pathology. With relationship to the attitude of communicating to family and friends on your disease, it was observed a high degree of stigma, prejudice and fear due to the illness. It is ended that this study with fleeting and assumed characteristic of incorporating a decrease integration holistic among the individual, and your social and cultural dimensions in your process health/disease, inside of the perspectives of the common representation that the same is inserted, it raises the idea that the changes in the social behavior of most of the hansenícos do with that they are isolated or have habits that point your suffers preconception before the family and the society.

Keywords: Leprosy. Prejudice. Stigma. Public Health.

1 – Introdução

A história da hanseníase, lepra ou morfêia é milenar: “as referências mais remotas datam de 600 a.C. e procedem da Ásia, que, juntamente com a África, podem ser consideradas o berço da doença” (BRASIL, 2005, p. 364). Segundo Eidt (2004, p.77) ”nem sempre encontramos nos textos antigos uma descrição clara e precisa da sua clínica, possibilitando algumas confusões a respeito de sua história e evolução em diferentes regiões do mundo, ao longo dos tempos”.

O medo e o preconceito põe em entrave a dimensão sociocultural da doença, evidenciando a continuação do desafio para os profissionais de saúde e para a sociedade, pois ainda está inserida entre uma série de incógnitas e indagações, principalmente quando se refere à cura e às seqüelas, o que permite uma pesquisa ampla e criteriosa que desmistifique os preconceituosos rumores existentes.

A hanseníase é marcada por suas características estigmatizantes, com frequente isolamento e o preconceito, trazendo experiências negativas ao indivíduo e a família. Estimular a detecção dos casos, oferecer tratamento adequado e promover a recuperação física, psíquica e social dos acometidos é uma tarefa decisiva da enfermagem, tendo em vista que a imagem dessa doença na história e na memória da humanidade é representada de forma monstruosa, e, assim sua forma contagiante e mutilante impede a participação do indivíduo no convívio social.

A “hanseníase é uma doença infectocontagiosa, crônica granulomatosa e de evolução lenta, que se manifesta principalmente através de sinais e sintomas dermatoneurológicos: lesões na pele e nos nervos periféricos, principalmente nos olhos, mãos e pés” (BRASIL, 2002, p. 12). Esse comprometimento é a característica principal da doença, conferindo-lhe o grande potencial de provocar incapacidades que, muitas vezes, evoluem para deformidades.

A doença “é causada pelo *Mycobacterium leprae*, ou bacilo de Hansen”

(BRASIL, 2002, p. 12). Este bacilo é álcool-ácido resistente e intracelular obrigatório, possuindo afinidade por células cutâneas e neurais periféricas que depois de infectar o indivíduo, multiplica-se lentamente, levando o indivíduo a consequências e danos maiores em suas funções motoras e sensitivas. Este microorganismo “foi a primeira bactéria relacionada à doença humana, em 1874, pelo seu então descobridor, Gerhard Armauer Hansen, na Noruega”. (TALHARI et. all, 2006, p. 17).

Seu período de incubação é longo, “em média, de dois a sete anos” (BRASIL, 2005, p. 364), embora haja relatos de casos com períodos menores. Este é, sem dúvida, um fator que leva as pessoas a se acomodarem, uma vez que não apresentam sintomatologia ou alguns sinais visíveis precocemente.

“O homem, portanto, é considerado como única fonte de infecção, embora alguns animais como o tatu, o macaco mangabei e o chimpanzé também são naturalmente infectados” (BRASIL, 2005, p. 364). A principal via de eliminação e a mais provável porta de entrada do bacilo no organismo são as vias aéreas superiores, a pele ou as mucosas, desde que haja solução de continuidade, sendo necessário um contato direto com a pessoa doente não tratada para que a transmissão ocorra.

“A doença, inicialmente, se manifesta através de lesões de pele: manchas esbranquiçadas ou avermelhadas que apresentam perda de sensibilidade, queda de pêlos (alopécia), sem evidência de lesão nervosa troncular” (BRASIL, 2002, p. 16). Algumas outras particularidades devem ser levadas em consideração, segundo o Guia Para Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde pública: “Manchas hipopigmentadas ou da cor do cobre, elevadas ou planas, sem prurido e indolor, apresentando falta de sensibilidade ao calor, tato ou dor, em qualquer parte do corpo” (BRASIL, 2000, p. 10).

O Ministério da Saúde define que um caso de hanseníase se caracteriza em uma pessoa que apresenta uma ou mais de uma das seguintes características, que requerem quimioterapia: “lesão (ões) de pele com alteração de sensibilidade; acometimento de nervo(s) com espessamento neural; baciloscopia positiva”

(BRASIL, 2002, p. 11).

A hanseníase, assim como outras doenças, têm sido catalogadas e rotuladas com uma série de classificações, considerando suas manifestações clínicas, bacteriológicas, imunológicas e histopatológicas, em quatro formas: “Indeterminada (HI), Tuberculóide (HT), Dimorfa (HD) e Virchowiana (HV)” (BRASIL, 2005, p. 366).

É importante salientar que a hanseníase tem cura, e para minimizar este problema, devemos interromper sua cadeia de transmissão através da captação e suspeição das pessoas acometidas pela doença, encaminhando-as aos serviços de saúde básico, pois:

O tratamento integral de um caso de hanseníase compreende o tratamento quimioterápico específico – a poliquimioterapia (PQT), seu acompanhamento, com vistas a identificar e tratar as possíveis intercorrências e complicações da doença e a prevenção e o tratamento das incapacidades físicas (BRASIL, 2002, p. 30).

Esses esquemas de tratamento, Paucibacilar (PB), com duração de 6 a 9 meses, e Multibacilar (MB), com duração de 12 meses, são indicados pelo Ministério da Saúde e padronizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O princípio ativo dos mesmos é constituído de uma associação de rifampicina, dapsona e clofazimina, evitando “a resistência medicamentosa do bacilo que ocorre com frequência quando se utiliza apenas um medicamento, impossibilitando a cura da doença” (BRASIL, 2002, p. 31) e matando “o bacilo, tornando-o inviável, evita a evolução da doença, prevenido as incapacidades e deformidades causadas por ela, levando à cura” (BRASIL, 2002, p. 31).

Além da avaliação dos contatos intradomiciliares, o Ministério da Saúde recomenda que sejam feitas “aplicação de duas doses da vacina BCG (Bacilo de Calmette-Guérin) intradérmica, se já houver cicatriz vacinal, considera-se como primeira dose, sendo que a segunda dose deve ser feita a partir de 6 meses da aplicação da primeira dose” (BRASIL, 2002, p. 62). No entanto, na maioria das vezes, o tratamento prolongado e as reações oriundas dos

medicamentos consumidos levam os pacientes a desistirem do tratamento ou até mesmo desacreditarem na cura.

A endemia hansênica apresenta-se no limiar da sua eliminação como problema de saúde pública em nível mundial. O marco histórico dessa estratégia foi a resolução da 44ª Assembléia Mundial (1991), que definiu como meta de eliminação da hanseníase a prevalência abaixo de 1 caso para 10.000 habitantes. As mudanças nas formulações das políticas de saúde e intervenções na hanseníase culminaram com os atuais programas de controle que apresentam cujo eixo a detecção precoce de casos e esquemas poliquimioterápicos (PQT) de duração fixa implementados na rede ambulatorial de serviços de saúde. Declínio da prevalência, eliminação da hanseníase no mundo, tratamento ambulatorial de curta duração e cura são termos incorporados na atual visão da doença, em substituição ao legado de segregação, isolamento, deformidade física e estigma (TALHARI et. all, 2006, p. 161).

Partir do pressuposto de que as práticas de intervenção sobre a hanseníase são historicamente determinadas, variando de acordo com múltiplas interferências que singularizam a manutenção e o estigma que se perpetua nos diversos períodos da história é impreciso, afinal, o questionamento da atuação das políticas públicas e o medo dos povos frente à doença é um princípio conveniente, pois, atualmente, “o Brasil congrega mais de 80% dos casos de hanseníase do continente americano, com prevalência no ponto de 4,6 por 10.000 habitantes, com 49.206 casos novos detectados, sendo o único país da região ainda considerado endêmico” (TALHARI et. all, 2006, p. 162).

É viável dizer que a magnitude e o potencial incapacitante deve ser combatido, pois, no decorrer dos tempos, muitas ideias atravessaram séculos e são até hoje praticamente aceitas de maneira generalizada e sem discussão por inúmeras gerações. Assim, ROSEN (1994, p. 61), afirma que “a lepra representou a grande praga, a sombra da vida diária da humanidade medieval, ostentando-a como um mal à sociedade”.

Os questionamentos pertinentes às reações confrontaram-se com a cura,

induzindo muitos acometidos a uma dependência medicamentosa, ao abandono do tratamento e, até mesmo, à dúvida em relação à cura, dificultando muitas vezes também a alta. Essa reflexão é corroborada pela ideia de PEDROSA (1991) apud Junqueira e Oliveira, em estudo sobre a Lepra/Hanseníase – Passado – Presente, onde apontam que as pessoas, ao vivenciarem “um tratamento longo e interromperam a terapêutica ou experimentaram reações adversas não acreditam na cura total” (2002, p. 266).

Mas o que de fato nos torna condenáveis é a nossa expressão de exclusão de abandono, de eliminação, de privação, o que certamente constitui o indivíduo excluído. No entanto, essa rejeição, como já é sabido, vêm de tempos remotos e, como tal, separava o indivíduo ou grupo de determinada sociedade. Com isso, as pessoas advindas do grupo já traziam desde o berço o sinal da exclusão imposto pela rejeição, mesmo que em diferentes épocas ou região. Era como se fosse uma marca produzida a ferro quente em um tempo em que tudo é silenciado.

É verdade que o Brasil ainda se encontra desestruturado frente às políticas sociais, o que o torna vulnerável e omissos em relação às economias externas, aumentando as dificuldades dos brasileiros, em sua maioria desempregados, rotulados pela miséria e pela condição sub-humana. Isso entra em conflito com trechos da Constituição de 1988, art. 6º, que diz ser “a saúde [...] um direito de todos, e dever do Estado”. É mais ainda inusitado o art. 196, onde se diz que “saúde significa políticas sociais e econômicas que visem à redução de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações de serviço para a sua promoção, proteção e recuperação da saúde”.

Devemos levar em consideração que a doença não pode ser analisada distintamente, mas dentro do contexto de vida do indivíduo e de suas ações. O Brasil está “entre os cinco países mais endêmicos do mundo – a Índia é o primeiro – e contribui com 9,4% dos casos existentes no continente americano. O registro ativo de 278.692 acometidos, em 1990, entretanto foi reduzido para 79.908 em 2003” (TALHARI et. all, 2006, p. 15).

É nesse intuito de abalar esta realidade social tão fragmentada que levamos em consideração que o estigma e a discriminação são processos que resultam na exclusão evidenciada pelas arestas que configuram o materialismo, as políticas relacionais e subjetivas que envolvem o homem e suas relações com os outros. Afinal, embora tenhamos grandes avanços científicos e tecnológicos, obtido de forma crescente e exorbitante até o presente momento, estamos cientes de que a hanseníase ainda persiste porque não atuaram efetivamente na interrupção da sua cadeia de transmissão.

2 Uma breve história da trajetória da Hanseníase

Mesmo diante das profundas investigações acerca da Hanseníase, poucos são os registros e as referências sobre o surgimento dessa doença, o que dificulta as discussões sobre o tema. De acordo com Koelbing (1972) apud Cunha (2000, p. 20) “na Alexandria, 300 anos a.C, o mais famoso centro de estudos de medicina da Antiguidade, já estudava a chamada “elephantíases”, que por muito tempo, foi confundida e tratada como hanseníase”.

Na era medieval, todos acreditavam que existiam seres misteriosos que habitavam os céus, provocando doenças e intempéries. Em função disso, eram tratados com prudência os que os verdadeiros responsáveis pela doença ou saúde. Dessa forma, invocavam-se os santos para que protegessem as pessoas dos diversos males.

Em função dessas invocações as doenças eram rotuladas com o nome dos santos e a Hanseníase foi considerada o “Mal de Lázaro”, citado no Novo Testamento, em Lucas capítulo 16, versículos 19-21, onde se relata a história de um:

homem rico que vestia de púrpura e linho finíssimo, e que todos os dias se banqueteava e se regalava. Havia também um mendigo, por nome Lázaro, todo coberto de chagas, que estava deitado à porta do rico. Ele avidamente desejava matar a fome com migalhas que caíam da mesa

do rico. Até os cães iam lambem-lhes as chagas (BÍBLIA SAGRADA, 1999, p.1371).

Assim, quando o rico morre, vai para o inferno e o doente para o paraíso. Tudo isso forçava as pessoas a se arrependerem, regenerar e a manter penitências e sacrifícios, porém esse atributo – pode se dizer –, justificava os fracassos dos próprios médicos, além disso Cunha (2000, p. 30), afirma que “isso nos leva a acreditar que, se acaso algum dos pacientes não era portador de Hanseníase e lá se encontrava por erro médico, comum na época, seria contaminado e desenvolveria a doença pelo tempo de exposição e contato com os outros hansenianos.”

Muitas referências sobre a doença estão confusamente presentes no Antigo Testamento, que apontam a missão dos sacerdotes: diagnosticar e tratar a doença propriamente dita, pois acreditavam que esta provinha de impurezas do corpo e da alma, além do castigo divino pelos pecados e fraquezas cometidos. Levítico capítulo 13, versículos 2-4 descreve:

Quando um homem tiver um tumor, uma inflamação ou uma mancha branca na pele de seu corpo, e esta se tornar em sua pele uma chaga de lepra, ele será levado a Aarão, o sacerdote, ou a um dos seus filhos sacerdotes. O sacerdote examinará o mal que houver na pele do corpo: se o cabelo se tornou branco naquele lugar, e a chaga parecer mais funda que a pele, será uma chaga de lepra. O sacerdote verificará o fato e declarar a impuro o homem. Se houver na pele de seu corpo uma mancha branca que não parecer mais funda que a pele sã, e o cabelo se tiver tornado branco, o sacerdote isolará o doente durante sete dias (BÍBLIA SAGRADA, 1999, p.155).

Isso que torna difícil a compreensão entre as patologias dermatológicas e a hanseníase. A partir desse pressuposto, já podemos perceber que em caso de qualquer doença semelhante à lepra, deveria o paciente ser submetido a rituais de enclausuramento e sofrimento.

Outra passagem presente em Levítico capítulo 13, versículos 40-46,

reforça a presença da alopecia nos doentes e da expulsão de suas casas:

Quando um homem perder os seus cabelos, ele será simplesmente calvo, mas será puro. Se lhe caírem os cabelos da fronte, ele terá a fronte calva, mas será puro. Mas se na parte calva, posterior ou dianteira, se encontrar uma chaga de um branco-avermelhado, é a lepra que se declarou na parte calva posterior ou dianteira. O sacerdote o examinará. Se o tumor da chaga for de um branco-avermelhado na parte calva posterior ou dianteira, tendo o aspecto da lepra da pele do corpo, esse homem é leproso, é impuro; a sua lepra está na cabeça. Todo homem atingido pela lepra terá suas vestes rasgadas e a cabeça descoberta. Cobrirá a barba e aclamará: Impuro! Impuro! Enquanto durar o seu mal, ele será impuro. É impuro; habitará só, e a sua habitação será fora do acampamento (BÍBLIA SAGRADA, 1999, p.156).

Podemos crer que na época os sacerdotes eram os servos destinados a cuidar dos leprosos, pois acreditava-se firmemente que as doenças originadas dos pecados cometidos pelo indivíduo somente seriam curadas através de sacrifícios.

Com o tempo, o cristianismo modificou a ideologia sobre a doença e não mais rotulavam seus doentes como pagadores de culpas, mas pessoas pobres de cuidados. Assim, a tarefa de cuidar dos doentes foi assumida pela Igreja e seguida por várias pessoas, inclusive membros da nobreza, o que facilitou a disseminação da doença.

Para serem encaminhados aos leprosários, os doentes recebiam uma autorização da Igreja e um “atestado médico” que comprovasse a doença. Estes deveriam fazer doação de todos os seus bens e rendas ao hospital. Todos os hansenianos deveriam usar vestimentas que os tornassem figuras conhecidas. Todos esses apetrechos colocavam o indivíduo doente como um verdadeiro estandarte da discriminação.

Em estudo sobre a história da hanseníase e sua trajetória Opromolla (1981 e 2000) *apud* Eidt (2004, p.80) afirma que “nas Américas, a hanseníase deve ter chegado com os colonizadores, entre os séculos XV e XVI, pois não

há evidências da existência da moléstia entre as tribos indígenas do Novo mundo”. Talvez pelas condições inadequadas de higiene, alimentação, moradia e em decorrência do crescimento e concentração desordenada da população, houve favorecimento da promiscuidade, do surgimento e desenvolvimento de uma infinidade de doenças, inclusive a hanseníase.

3 A Hanseníase no Brasil

No Brasil assim como em outros países, os registros sobre a hanseníase, ainda são confusos, segundo Cunha (2000, p.35) “nos três primeiros séculos decorridos depois do descobrimento, os conhecimentos sobre a ciência médica no Brasil nada mais eram do que noções, idéias e preceitos adquiridos empiricamente pela observação imediata dos casos e, algumas vezes, por informações recebidas de visitantes de outros países”.

Essa doença, considerada endêmica, tem apresentado redução significativa de sua prevalência – de “16,4 por 10.000 habitantes em 1985 para 1,71 por 10.000 habitantes em 2004” (OMS, 2001) –, aproximando-se do que propõe a Organização Mundial de Saúde como meta de eliminação da doença como um problema de saúde pública destacando: a redução para 1 caso por 10.000 habitantes como meta para o ano de 2005. Embora algumas regiões tenham alcançado satisfatoriamente a eliminação da hanseníase, outras regiões ainda dependem de implantação das ações. Assim, o país “ratificou o compromisso sustentar os níveis de eliminação nos estados e conquistá-los em cada município” (BRASIL, 2005, p. 380).

Segundo Yamanouchi et. all. (1993) *apud* Eidt (2004, p.80) “no Brasil, os primeiros casos da doença foram notificados no ano de 1600, na cidade do Rio de Janeiro”. Acredita-se que isso se deu em virtude do contato entre os indivíduos e os aglomerados de pessoas nas senzalas, onde viviam em condições sub-humanas, favorecendo o surgimento e a disseminação da

doença. Isso levou o Governador Arthur de Sá e Menezes providenciar locais para colocar os doentes que, então, já existiam em números expressivos, o que culminou mais tarde na criação do primeiro lazareto, “local destinado a abrigar os doentes de Lázaro, lazarentos ou leprosos” (BRASIL, 2000, p. 30).

Yamanouchi et. all. (1993) *apud* Eidt (2004, p.80), afirma que “depois de surgirem os primeiros casos da doença no Rio de Janeiro, outros focos da doença foram identificados, principalmente na Bahia e no Pará”, o que realmente comprova a alta infectividade da doença, e, devido à resistência dos indivíduos, o seu poder de patogenicidade.

Nos escritos de Opromolla (1981) *apud* Eidt (2004, p.81) há duas referências à hanseníase no Estado de São Paulo. Uma é a carta enviada ao Conde de Oyeiras, em 1765, onde o governador se refere ao perigo que corria a capitania em decorrência da doença. A outra, um documento contendo coletâneas das atas da cidade de São Paulo (1768) sobre o despejo de uma cigana doente a mando da vereança da cidade.

Santos Filho (1960) *apud* Cunha (2000, p.49-50), afirma que:

No Brasil, a terapêutica empregada para todos os tipos de doenças existentes, desde a época da colonização, era baseada em plantas medicinais, com forte influência da medicina indígena. Depois, acrescentaram-se as influências da medicina usada pelos jesuítas e africanos, que também utilizavam plantas nativas em larga escala. Os portugueses e, de um modo geral, os europeus, introduziram um pequeno número de medicamentos importados que compunham a “caixa de botica”, porém, a quantidade era extremamente limitada e a falta de medicamentos passou a ser um grande empecilho para a prática da medicina europeia em terras coloniais.

Todos os doentes eram submetidos a tratamentos de tortura, por vezes macabros, para que melhorassem em relação a seus males. A mistura de terapêuticas indígenas, africanas, jesuítas e portuguesas culminavam numa associação de banhos termais, de lama, sangrias, choques elétricos, alimentação específica e até picadas de cobras, que se justificavam, segundo

Cândido (1845, p. 275) *apud* Cunha (2000, p.50) as pessoas, quando ofendidas por cobras, “vertem sangue pelos pulmões, gengiva, reto, bexiga, uretra, etc., e isto supõe a liquefação do sangue”.

Acredita-se que, em função do desenvolvimento da agricultura a partir de novas colonizações, surgiu a necessidade de mão-de-obra, favorecendo a migração de várias pessoas, inclusive doentes, para as diversas regiões do território brasileiro, contribuindo assim com a disseminação expressiva da hanseníase.

Para Calmon (1940) *apud* Eidt (2004, p.81), “estes focos, muito distantes um dos outros, correspondiam às cidades mais importantes política ou economicamente”. Vale reforçar que as migrações estão relacionadas intensivamente à expansividade das doenças, além de muitos outros fatores e modificações sofridas no ambiente pela ação avassaladora e desumana, favorecendo assim o surgimento de muitas outras patologias.

Havia poucos relatos ou informações sobre a significação da doença em outras regiões do país, no entanto, a expressividade do aumento da doença no Rio de Janeiro dentro de uma óptica fundamentada apontava a situação real de todo o país; não por significar que o Rio de Janeiro resumia a situação do Brasil de forma generalizada, mas por ser este o “berço da civilização” no Brasil onde o crescimento desordenado decorrente da chegada da família real verteu em problemas sociais e de saúde pública.

Segundo Araújo (1927) *apud* Cunha (2000, p.39), “na Bahia, no final do século XIX, já existia uma pequena aldeia de hansenianos, fundada e mantida por alguns moradores da cidade de Salvador. Esta foi à primeira tentativa de isolamento de hansenianos no Brasil, como forma de controlar o contágio”, e surgiu devido ao aumento significativo de doentes que desembarcavam no porto e ficavam vagando pelas ruas, como mendigos e maltrapilhos, “espalhando” a doença.

São Paulo herdava o título de pioneiro na iniciativa de prestar cuidados aos hansenianos através das Santas Casas de Misericórdia, porém mantinham

os doentes isolados, embora dedicassem a eles todos os cuidados necessários. Pupo (1934) e Maurano (1950) *apud* Cunha (2000, p.39) ressalta que:

Desde 1779, a Santa Casa de Misericórdia acolhia os doentes com recursos de grupos de senhoras da sociedade paulista. Outros grupos também mantinham asilos no interior do estado com a mesma finalidade. O governo, a princípio, destinava verbas para os familiares de doentes para que estes fossem tratados em casa. Mais tarde, em 1802, o governador da Capitania mandou construir o Hospital para lázaros, agregado à Santa Casa.

Em Minas Gerais, assim como em grande parte do país, a hanseníase se tornou motivo de grande preocupação, pois, segundo Araújo (1927) *apud* Cunha (2000, p.38) este estado “era considerado endêmico desde o século XVII, e, desde 1787, o governo se preocupava em construir um hospital para o grande número de doentes ali existentes. Antes disso, asilos e enfermarias para hansenianos já estavam em funcionamento”, afinal retirar os doentes das ruas mantendo-os isolados resguardaria grande parte da população do contato e do adoecimento.

Em todo o país os doentes eram obrigados a ficarem nos leprosários, reclusos e acabavam escondidos ou refugiados em outros lugares, até mesmo nas matas, com medo de serem apreendidos, o que agravava ainda mais a situação dos doentes aumentando a disseminação da doença.

Com o intuito de minimizar todos os preconceitos e estigmas que circundavam o doente e a sua família, num ato de audácia e pioneirismo, “o termo lepra foi substituído por hanseníase e adotado oficialmente no Brasil, a partir de 1976 tornando-se Lei Nº 9.010 – DOU de 30/03/1995” (www.coordenacao@morhan.org.br, acesso em 04/07/07). Mas tal iniciativa não demonstrou eficácia na erradicação do estigma. Acredita-se que essa deficiência se deu pela ausência de um esforço educativo conjunto e expansivo no sentido de mudar de fato as atitudes preconceituosas frente à doença.

Em 2000, o Ministério da Saúde decreta a Portaria nº 1.073/GM, de 26

de setembro de 2000, que, através do Ministro de Estado da Saúde, interino, considera: “a necessidade de viabilizar a efetiva inserção das ações de controle da hanseníase na atenção básica de saúde; entre as quais figura a adoção de medidas que facilitem a implantação e implementação do diagnóstico e tratamento dos doentes em unidades básicas de saúde”.

É colocada em pauta a necessidade da notificação compulsória no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), em todo o território nacional e de investigação obrigatória, priorizando o foco primordial de direcionar ações às áreas endêmicas.

“Na atualidade, todos os países sul-americanos têm hanseníase, sendo o Brasil o que apresenta as mais altas taxas de incidência e prevalência desta doença neste continente” (OPS/OMS, 2001), influenciados pela deficiência das políticas públicas, pelas condições de saneamento e pelo crescente número populacional em aglomerados sem infraestrutura adequada.

Diante dos impasses e discriminações a que foram e são submetidos os indivíduos, várias ações foram tomadas no sentido de minimizar esse estigma e atitude preconceituosa. A exemplo disso, podemos citar o MORHAN, “uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 6 de junho de 1981, com sede administrativa no Rio de Janeiro, presente em aproximadamente 100 comunidades pelo Brasil” (MORHAN, s.d.). Essa instituição depende única e exclusivamente do trabalho voluntário dos seus colaboradores, pacientes, ex-pacientes e pessoas interessadas no combate ao preconceito em torno da doença. Tendo como objetivos:

Colaborar para a eliminação da hanseníase; ajudar a curar, reabilitar e reintegrar socialmente pessoas que contraíram hanseníase; impedir que portadores de hanseníase sofram restrições em seu convívio social; contribuir para que portadores de hanseníase conquistem o pleno exercício da cidadania; lutar para que os antigos hospitais-colônia sejam transformados em equipamentos de interesse coletivo, devendo garantir moradia, sustento e atendimento as pessoas atingidas pela hanseníase na época do isolamento compulsório (entre as décadas de 30 e 60) que

estando nos antigos hospitais-colônia lá desejam ficar (MORHAN, s.d.).

É muito importante a participação positiva de todas as pessoas junto aos movimentos sociais, visto que, em se tratando de hanseníase, sabe-se ser esta uma doença curável, mas seus maiores problemas circundam o meio social, pois está irmanada a aspectos simbólicos e culturais que impugnam o doente.

Incluir os pacientes no meio social é uma tarefa que exige senso de cidadania e fraternidade, respeitando-se seus direitos e suas atitudes, resgatando-os como verdadeiros cidadãos e lutando para impedir a discriminação que ainda perdura sobre eles.

4 A análise da Hanseníase no município de Três Marias através dos indicadores de saúde e da vigilância epidemiológica

Ao analisarmos o conceito de saúde, retrocedemos num complexo emaranhado de aspectos que interferem de forma negativa ou positiva no cotidiano da população de maneira individual ou generalizada. Assim, levamos em consideração que o modo como a saúde é percebida depende exclusivamente de como ela é definida; para isto a Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um: “estado de completo bem estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença” (BRUNNER; SUDDARTH. 2002, p.04).

Levando em consideração as modificações ambientais, sociais, culturais e de vida da população, acabamos por fomentar outras significações ao conceito Saúde. Neste contexto a Vigilância Epidemiológica fundamenta-se com os objetivos de:

Detectar e tratar precocemente casos novos, para interromper a cadeia de transmissão e prevenir as incapacidades físicas; Realizar exames dermatoneurológicos de todos os contatos de casos de hanseníase

com o objetivo de detectar novos casos e iniciar o tratamento o mais precocemente possível, evitando a ocorrência de novos casos; Reduzir a morbidade da doença para menos de 1 doente por 10 mil habitantes, meta de eliminação proposta pela OMS (BRASIL, 2000, p. 382).

Estes objetivos devem ser cumpridos e correlacionados com indicadores para que possam oferecer recursos fidedignos e atualizados sobre a doença em seus diversos segmentos de pesquisa, além de trabalhar para minimizar esta enfermidade como problema de saúde pública.

Os indicadores medem a magnitude ou a transcendência do problema permitindo o desenvolvimento de um espírito investigativo, fornecendo informações concretas para o desenvolvimento e aplicabilidade na área das ciências, gerando subsídios para que, através de ações públicas possamos intervir para diminuir este problema social.

Esses “indicadores da endemia hansênica constam na Portaria GM nº 1.073 de 26 de setembro de 2000” (BRASIL, 2005, p. 387) e são formulados por expressões matemáticas, cada uma delas com a sua utilidade e aplicabilidade.

O Coeficiente “é uma expressão matemática que relaciona o número de vezes que um evento ocorreu em uma determinada área, durante um intervalo específico de tempo” (TALHARI et. al, 2006, p. 174).

Em epidemiologia, Talhari et. al., refere-se à significação de risco como a “probabilidade de um evento ocorrer em uma determinada área em um intervalo de tempo” (TALHARI, loc. cit.), isso nos leva a compreender que esses coeficientes apontam os riscos a que estamos inseridos e expostos, dentro das dimensões de tempo, espaço e população.

5 A interferência da hanseníase nos aspectos psíquicos e socioculturais impostos aos acometidos pela hanseníase na óptica do estigma e do preconceito

A Hanseníase, em sua caminhada avassaladora, empunha o corpo ao ápice da desvitalidade humana por meio de sua alteração estrutural e funcional.

Embora intitulada como castigo divino na antiguidade, condena o indivíduo hodiernamente, pois o expõe a uma transfiguração que intimida o sujeito em seus vários aspectos de vida, tanto psíquicos quanto socioculturais.

Para Cegalla (2005, p. 386), *estigma* significa: “1 marca; cicatriz: O sofrimento era um estigma nas faces. 2 marca; sinal de vergonha ou infâmia: Ela transformou-se num estigma vivo de sua fraqueza”. Esta visão consolida e fortifica a necessidade da busca de uma nova identidade social, já que esta, sob o estigma, encontra-se desenraizada em função dos atributos negativos que geram insegurança, humilhação, vergonha, medo, isolamento e sofrimento.

CEGALLA (2005, p. 688) afirma ainda que o preconceito pode ser definido como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; intolerância com relação à minoria, etc.: preconceito social”.

Essa afirmação se destaca em virtude dos padrões impostos pela sociedade, de um modelo de imagem corporal perfeitamente estético, sem modificações na postura ou nos movimentos; a pele seria uma fonte de informações da vida do indivíduo acerca do mundo e serviria como instrumento de comunicação por meio do toque, o que geralmente não acontece com um indivíduo doente.

“Podemos perceber que a consciência do eu é uma função psíquica complexa, que contempla o corpo, a personalidade e os papéis vividos pelo sujeito no ambiente social”. (TALHARI et. all., 2006, p. 184).

No caso do *hansênico*, essa consciência fica trancafiada nas entranhas de um universo escuro em que o doente é exposto ao medo e às preocupações; ao invés de vivenciarem sua subjetividade, eles se vêem como instrumentos inoperantes, singularizados em aspectos monstruosos, descaracterizados e martirizados pela doença e pelo tempo.

6 Caminhos metodológicos da pesquisa

A presente pesquisa, observacional, descritiva, exploratória e qualitativa,

transcorreu durante o ano de 2006 e meados de 2007, utilizando como instrumento de coletas de dados questionário semi-estruturado e estruturado visando entender as imposições a que são submetidos os doentes e a que riscos sociais estão expostos.

Foram encolhidos de forma aleatória e acompanhados 08 (oito) pacientes residentes e acompanhados num Centro de Saúde do município de Três Marias-MG, atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Essa abordagem qualitativa permite decidirmos “sobre a melhor maneira de obter os dados, de quem os dados devem ser obtidos, como programar a coleta e quanto tempo deve durar uma sessão de coleta de dados, são feitas no campo, à medida que o estudo se desenvolve, permitindo ao pesquisador a tomada de decisões constantes que refletem o que já foi aprendido” (POLIT et. all. 2004, p. 200).

A amostra foi suficiente para atender a pesquisa, pois uma minoria já é significativa para explicar teoricamente as experiências vivenciadas no cotidiano, suas significações e rejeições.

Buscando por meio de uma abordagem fenomenológica compreender melhor o preconceito e a exclusão social a que são submetidos estes pacientes após o diagnóstico da doença, foram levadas em consideração algumas variáveis de estudo, tendo como fundamento o estigma e a perpetuação do preconceito sobre a cura.

Dentre as variáveis, destacamos: dificuldades e enfrentamento do paciente em relação ao preconceito; as perspectivas de reintegração social; a alteração da rotina diária e hábitos de vida em função da doença; o preconceito e o estigma que envolve a doença; o perfil sócio econômico do paciente (idade, sexo, tipo de moradia, atividade ocupacional, renda, escolaridade).

Durante a coleta de dados, os participantes que aderiram ao estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permitindo a utilização e a divulgação dos relatos coletados, “respeitando-se as recomendações sobre ética em pesquisa” (BRASIL, 1997).

Na elaboração do relatório da pesquisa foi mantido o anonimato dos pacientes, bem como preservada a liberdade do paciente de negar-se à participação na pesquisa em qualquer tempo. *A priori* deve-se levar em conta neste estudo que “a principal fonte de dados é a conversação em profundidade, com o pesquisador e o informante como co-participantes totais, onde o pesquisador ajuda o informante a descrever as experiências vividas, sem liderar a discussão, tendo pleno acesso a suas vivências” (POLIT et. all. 2004, p.208).

Os instrumentos usados para a obtenção dos dados referentes às condições socioeconômicas, demográficas e ambientais da população consistiram em: um questionário estruturado e semiestruturado, com questões abertas e fechadas e, entrevistas gravadas, mantendo-se na transcrição todas as palavras do entrevistado, sem alterar a linguagem cultural e os aspectos envolventes da pesquisa, proporcionando assim maior afinidade com o problema, tornando-o cada vez mais transparente.

7 Resultados e discussões

Tomar como objetivo central dos estudos esses devaneios impostos pela sociedade no sentido de desvelar-se a atualidade, partindo do pressuposto de que o que está em risco é a figura social do indivíduo, é uma missão quase impossível, mas que de certa forma se concretiza.

Os resultados e discussões consideraram as condições sociais, econômicas e culturais da Amostra, com utilização de materiais e metodologias específicas de coleta, anotação, gravação e compilação. Os resultados apontam para uma população diversificada, constituída por 06 (75%) indivíduos do sexo masculino e 02 (25%) do sexo feminino, o que reforça a idéia de que esta patologia está tipicamente aberta a qualquer indivíduo sem diferença expressiva na magnitude do âmbito sexual; a população é adulta, com faixa etária variável entre 28 e 77 anos, com maior predominância da faixa 30-57

anos (75%).

Todos os 08 entrevistados são casados ou vivem com companheiros; 01 (12,5%) é analfabeto, 03 (37,5%) têm como formação o Nível Elementar (1ª a 4ª séries), 03 (37,5%) deles o Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e 01 (12,5%), o Ensino Médio Incompleto; o número de pessoas que convivem na residência varia entre dois e cinco membros, com uma renda familiar mensal entre 1 a 5 salários mínimos.

Entre os entrevistados, 07 (87,5%) são economicamente ativos e 01 (12,5%) é dona-de-casa. Levando em consideração suas origens, desvelamos um cenário entristecedor que coloca os indivíduos de camadas sociais menos favorecidas num risco social e patológico muito maior em relação à contração da doença.

Consideramos então que a hanseníase é uma doença que afeta tipicamente as pessoas expostas a situações de vulnerabilidade social, portanto, se implementarmos medidas de diminuição da pobreza, possivelmente conseguiremos erradicar essa doença.

Usando Classes Categóricas com Perguntas abertas, podemos analisar criteriosamente as respostas dos entrevistados.

Ao serem indagados **“Quando foram percebidos os primeiros sinais e sintomas da doença?”**, dos entrevistados, 05 (62,5%) responderam que foram observadas manchas, 02 (25%) dormências e 01 (12,5%) caroços, levando-nos a refletir, diante de suas falas, que a grande maioria dos acometidos pela hanseníase foram afetados por pelo menos um diagnóstico médico errado. Em sua maioria, apontaram histórias de vidas semelhantes.

Através da óptica da percepção dos sinais e sintomas da doença, as entrevistas retrataram também que a saúde é idealizada como um estado de bem estar geral e qualquer alteração é enxergada na maioria das vezes como um desequilíbrio.

É necessário levar em conta que qualquer sinal corporal depende de uma série de fatores, dentre eles, destacamos a percepção de algo incomum

e o conhecimento acerca da doença. Outro ponto importante é que os sinais e sintomas não são muito notáveis e nem causam prejuízo ao desempenho profissional do indivíduo a curto prazo, o que o torna ainda mais acomodado.

Ao serem questionados sobre **“Como foi à aceitação do diagnóstico”**, os 08 (100%) entrevistados disseram que apresentaram uma deturpação em seu estado emocional, com características de negativismo e opressão. Essa categoria faz referência ao medo e à angústia, bem como às alterações patológicas que poderão levar os doentes à incapacidade no dia-a-dia.

Nesse sentido, é importante “saber o significado cultural e social que certas situações particulares têm para cada paciente e evitar imposição de seu próprio sistema de valores quando o paciente apresenta um ponto de vista diferente” (BRUNNER; SUDDARTH, 2002, p. 5).

Quando perguntados **“Quais foram às preocupações em relação à família e a sociedade”**, todos os entrevistados apontaram o medo do preconceito e da exclusão, em sua maioria pela sociedade, porque “a família desempenha um papel central na vida do paciente e é uma parte importante do contexto de sua vida.

É dentro das famílias que as pessoas crescem, são nutridas, obtêm uma sensação de si próprio, cultivam crenças e valores sobre a vida, e progridem através dos vários estágios de desenvolvimento” (BRUNNER; SUDDARTH, 2002, p. 89).

É importante ressaltar que o maior medo é o do preconceito e da exclusão. Isso reforça a idéia de que, na atualidade a aparência é algo celebrável, mas a improdutividade, a inutilidade e a incapacidade transformam-se em desajustamentos que interferem na vida do doente de forma negativa. Cabe destacar que a “função da família é proporcionar os recursos físicos e emocionais para manter a saúde e um sistema de apoio nos momentos de crise, como nos períodos de doença” (BRUNNER; SUDDARTH, 2002, p. 89).

Ao serem perguntados sobre **“O que você sabe sobre a hanseníase”**, 07 (87,5%) dos entrevistados remetem diretamente hanseníase à lepra, mas 01

(12,5%) desconhece a hanseníase como uma patologia de grande preocupação, se comparada a uma série de doenças graves. Podemos evidenciar que a mudança da denominação *Lepra* para *Hanseníase* trouxe uma série de confusões, levando os indivíduos a caracterizarem a Hanseníase como uma nova patologia.

Em relação à questão **“Contaram a alguém da sua família ou a algum amigo que você foi acometido pela hanseníase e Por quê?”**, todos os entrevistados contaram à família. Apenas 02 (25%) relataram o acontecido também a amigos, pois o medo de correr o risco de ser imputado socialmente e perder o apoio da família, do trabalho e do meio social foi o cume da negação. Einstein já dizia “época triste a nossa, em que é mais difícil quebrar um preconceito do que um átomo”. Percebemos que a maioria dos entrevistados aponta não existir preconceito entre os membros da família nuclear, embora em alguns depoimentos isso se mostrou de forma explícita.

É notável que “o apoio emocional a partir da família e de outras pessoas significantes suprem uma pessoa com amor”, porque “conversar com alguém e expressar abertamente os sentimentos pode ajudar a pessoa a ganhar o domínio da situação” (BRUNNER; SUDDARTH, 2002, p. 83). Mas ao referir à sociedade ou ao círculo de amigos, a atitude principal é a de manter em sigilo, o que talvez dificulte a criação de grupos de apoio para realização da reintegração social desses indivíduos.

Ao indagá-los sobre **“Como foi o acolhimento e o tratamento pelos profissionais de saúde”**, obtivemos uma resposta satisfatória, pois os 08 (100%) dos entrevistados mencionaram a qualidade no atendimento em relação à equipe de saúde que atuam diretamente no acolhimento e tratamento.

Embora o município faça valer as políticas públicas federais favoráveis à erradicação da doença e do preconceito, esses profissionais muitas vezes acabam trabalhando apenas com o mínimo de recursos que garantem de certa forma a qualidade humana da assistência. Ser um bom profissional neste sentido significa ser atencioso e conseguir construir a interação com o paciente

de modo a fazê-lo sentir-se bem.

“O tratamento do paciente com hanseníase é fundamental para curá-lo, sendo, portanto estratégia no controle da endemia e para eliminar a hanseníase enquanto problema de saúde pública” (BRASIL, 2002, p. 30). O tratamento é longo, “[...] varia de 6 a 12 meses” (BRASIL, 2002, p. 36) e demanda uma paciência e persistência muito grande na busca pela cura. Outros fatores contribuem para o descrédito em relação à cura da doença, além das incapacidades físicas, podem surgir, e em sua maioria surgem, os estados reacionais.

Ao serem questionados sobre **“A credibilidade da cura, em função do longo período de tratamento”**, 05 (62,5%) dos entrevistados disseram acreditar na cura e atribuem isso à força da fé. Dos entrevistados, 02 (25%) ainda apontam a dúvida em função do longo período de tratamento e das reações, e 01 (12,5%) não acredita por carregar sequelas e complicações da doença até a atualidade.

Ao serem questionados **“Como adquiriram a doença”**, 06 (75%) entrevistados atribuíram a transmissão ao contato com pessoas doentes e 02 (25%) não sabem como adquiriram, pode-se afirmar segundo Carvalheiro (1986, p.30) apud Cunha (2000, p. 78) que “o processo migratório altera os perfis epidemiológicos das classes sociais da região receptora e essas alterações, sendo grandes, podem emergir como graves problemas de saúde pública”.

Essa idéia de Carvalheiro é corroborada pelo fato de que os entrevistados estiveram em marcha constante por trabalho em outros territórios, entrando em contato com uma diversidade de indivíduos que porventura tinham a doença, deles contraindo a enfermidade, além disso, percebemos que a falta de informação ainda persiste entre a população, apesar dos esforços de alguns órgãos ou entidades para divulgarem notas sobre a doença.

8 Considerações Finais

Esta pesquisa aponta, antes de tudo, o preconceito e o estigma impostos pela sociedade aos acometidos pela hanseníase. Outro fator importante neste estudo é que, apesar dos dados epidemiológicos revelarem que a epidemia da hanseníase esteja em crescente desenvolvimento, sua baixa prioridade, em especial nas atividades educativas para sensibilizar a sociedade, continuam sendo escassas, legando ao esquecimento a promoção do enfrentamento da doença.

É crucial compreender a evolução histórica da hanseníase, que percorre desde os primórdios até a atualidade, pois o acometido pela doença trava verdadeiras lutas com a sociedade ou se isola por encontrar dificuldades no cotidiano oriundas do medo, da desinformação, e das conseqüências instigadas por um intenso sentimento de rejeição por parte da família e da sociedade.

É muito difícil afirmar que, atualmente, a hanseníase deixou de ser uma moléstia com aspectos peculiares, confusos e com falsas interpretações, mesmo assim, as medidas terapêuticas existentes e o trabalho intenso e coordenado, irmanado a outras nações juntamente com a OMS insistem na tentativa de eliminar a doença como um problema de saúde pública.

Todos esses percalços que envolvem a hanseníase são muitas vezes associados a falta de saneamento básico, a desnutrição, as aglomerações urbanas, a baixa eficácia dos programas de controle e prevenção, levando-nos a concluir que “o excluído que não se confronta, é condenado a ser solidário com o excludente” (DEMO, 2001, p. 26).

Consideramos que as dificuldades existentes para o controle da doença podem ser explicadas por sua estreita relação com a discriminação e as condições sociais e de vida da população em geral.

Acredita-se que a expansividade do processo educativo, o desenvolvimento da consciência crítica das causas dos problemas, bem como das ações necessárias para a melhoria das condições que envolvem os grupos ativos da comunidade

seja fundamental para a solução dessas implicações.

Entendemos então que, em relação a hanseníase, a real preocupação reside no fato de que ela pode causar incapacidades e deformidades que são responsáveis pelo medo, preconceito, pelos tabus, por ser uma doença contagiosa que deforma, pois para Pedrosa (1991) e Claro (1993) apud Junqueira e Oliveira (2002, p.63) ela representa “uma ameaça coletiva, pois atado à doença há um estigma tão intenso e peculiar que é capaz de colocar em jogo não apenas o destino da vida do doente, mas também o de toda a sua família, atravessando fronteiras geográficas, culturais e até mesmo históricas”.

Este estudo teve como característica fugaz e assumida a incorporação de um dimensionamento holístico de integração entre o indivíduo e suas dimensões social e cultural. Percebemos que o processo saúde/doença é circundado através das perspectivas da representação popular nas quais está inserido o sujeito doente, permitindo compreender os diversos sentimentos, às vezes complexos, dos indivíduos que chegam fragilizados, deprimidos ou revoltados aos serviços de saúde em virtude da negatividade, da incompreensão e da discriminação que afeta a sua esfera biopsicossocial.

Posto esse quadro, é preciso abraçar a causa do doente e lançar mãos de artifícios como campanhas educativas que produzam melhor efeito e resultem em maior clareza, informando realmente a representatividade da hanseníase em nosso país, eliminando a incerteza e a dúvida em relação à cura por meio do tratamento, da minimização do estigma e do preconceito, e isso conduziria o doente a uma vida sem preconceitos e conflitos comportamentais em relação à sociedade.

9 Referências Bibliográficas

BÍBLIA Sagrada. 126. ed. São Paulo: Editora Ave Maria LTDA. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Pesquisa. Brasília, 1997. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Conselho Nacional de Pesquisa. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia Para Eliminação da Hanseníase Como Problema de Saúde Pública.** 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Guia para o Controle da Hanseníase.** 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância Epidemiológica.** 6. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRUNNER & SUDDARTH'S TEXTBOOK OF MEDICAL – SURGICAL NURSING. **Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica.** 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.** São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005.

CUNHA, Ana Zoé Schilling da. **Hanseníase: a história de um problema de saúde pública.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução a sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social.** São Paulo: Atlas, 2002.

EIDT, Letícia Maria. **Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na Saúde Pública.** Revista Saúde e Sociedade. V. 13, Nº 2. Pág. 76-88. Maio/Agosto/2004. Rio Grande do Sul.

JUNQUEIRA, Thais Botelho. OLIVEIRA, Helena Pessini de. **Lepra/Hanseníase – Passado – Presente**. Revista Ciência, Cuidado e Saúde/ Universidade Estadual de Maringá. V. 1, Nº 2. (2002). Maringá: VEM/DEM. Julho/Dezembro 2002.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD/ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OPS/OMS). Lepra al día: situación de la eliminación de la lepra em algunos países de la América Latina. **Boletín Eliminación de la Lepra de las Américas**, n. 9, nov. 2001.

POLIT, Denise F. BECK, Cheryl Tatano. HUNGLER, Bernadette. Trad. Ana Thorell. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem**: Métodos, Avaliação e Utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROSEN, G. **Uma história da Saúde Pública**. Tradução de Marcos F. da S. Moreira com colaboração de Jose Rubens de A. Bonfim. São Paulo: HUCITEC/ Ed. da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

TALHARI, Sinésio. NEVES, René Garrido. PENNA, Gerson Oliveira. OLIVEIRA, Maria Leide Van-Del-Rey de. **Hanseníase/Dermatologia Tropical**. 4. ed. Manaus: Gráfica Tropical, 2006.

MORHAN. Disponível em: <www.morhan.org.br/quemsomos/legislação.php>. Acesso em: 10/09/2007.

MORHAN. Disponível em:<www.coordenacao@morhan.org.br>, Acesso em: 04/07/07.

CADERNO DE TECNOLOGIA

ROTULAGEM: AVALIAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DOS CONSUMIDORES QUANTO AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

Anderson Gomes da Silva*

Deysiane Cristina de Lima**

Renan Cândido Gomes***

Romário Pereira de Barros****

Suelen Siqueira Mesquita*****

Maria Regina Alves Medeiros Silva*****

Resumo: A rotulagem nutricional é o meio de comunicação onde o consumidor poder ter acesso a informações sobre a composição do produto que esta adquirindo. Para regulamentar essas informações existem órgãos responsáveis que através da fiscalização, padronizam esses dados, para evitar irregularidades que prejudiquem a interpretação do consumidor. Este trabalho foi desenvolvido com a intenção de tentar alertar o consumidor quanto aos elementos que possuem a rotulagem nutricional e avaliar a interpretação deles diante dos alimentos industrializados. Rotulagem nutricional - Resolução RDC nº. 360 23 de dezembro de 2003 que aprova o regulamento técnico

* Técnico em Alimentos e Bebidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2012). E-mail: andersonags.93@gmail.com

** Graduada de Nutrição pela Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Técnica em Alimentos e Bebidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2012). E-mail: deysianecristina@yahoo.com.br

*** Técnico em Alimentos e Bebidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2012). E-mail: renan-candido@hotmail.com

**** Técnico em Alimentos e Bebidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2012). E-mail: romariopereira99@hotmail.com

***** Técnico em Alimentos e Bebidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (2012). E-mail: suelensm_@hotmail.com

***** Engenheira de Alimentos, (2005), MBA Qualidade e Segurança dos Alimentos, (2007), Curso formação de consultor (projeto PAS Indústria) pelo SEBRAI SP (2006), Magistério básico (1984), participação em reuniões da câmara setorial de alimentos FINDES (convidada). E-mail: medeiros.am@gmail.com

sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional. Sendo assim a rotulagem nutricional de grande importância para as indústrias como para os consumidores. Realizamos uma pesquisa com 100 (cem) consumidores do município de vila velha (Espírito Santo) para avaliar a interpretação diante das informações nutricionais contidas nos rótulos. Os resultados mostraram que a maioria dos consumidores é do sexo feminino com idade entre 46-57 anos, e que a maior parte dos entrevistados que apresentavam algum problema de saúde ou com o peso, e revelaram que havia necessidade da leitura das informações nutricionais por estas mesmas razões. Referente à importância dada aos rótulos, 85 % da população não vê todos os itens como prioridade de leitura, isso acontece pela falta de entendimento, ou interesse em interpretar o rótulo. Este estudo permitiu notar que há necessidade de adquirir medidas de incentivo a população, para tornar essa leitura mais frequente, para assim obter uma população mais saudável.

Palavras-chave: Rotulagem nutricional. Rótulos. Interpretação de rótulos. Alimentos.

Abstract: Nutrition labeling is the medium of communication where the consumer can have access information on the composition of the product that they are acquire. For regulate those informations exist organs responsible who through fiscalization, standardize those data to avoid irregularities that harm the interpretation of the consumer. This work was developed with the intention of trying to warn consumers about the elements that have nutrition labeling and evaluate their interpretation against processed foods. Nutrition labeling - resolution RDC nº 360, December 23, 2003 approving the technical regulation on nutrition labeling of packaged foods, making mandatory nutrition labeling. We performed a survey of 100 (one hundred) consumers of the municipality of Vila Velha (Espírito Santo) to evaluate the interpretation the nutritional information of the labels. The results showed that most consumers are women aged 46-57 years, and that most of the respondents who have any health problems or weight, revealed that was need of reading the nutritional information for these same reasons. Referring to the importance attached to labels, 85% of the population does not see all items as read priority, and this happens due to lack of understanding or interest in interpreting the label. This study allowed to noting that there is a need to acquire measures to encourage

the population to make this reading more frequently, to be thereby achieving a healthier population.

Keywords: Nutritional labeling. Labels. Interpretation of labels. Foods.

1 INTRODUÇÃO

Os alimentos são todas as substâncias que contêm nutrientes que o ser vivo necessita para regular e manter os processos corporais; eles são fundamentais, pois além de nutrir podem prevenir ou reduzir o risco de doenças. Existem alimentos que contêm maior quantidade de proteínas; outros contêm mais carboidratos, mais gorduras, ou mais vitaminas e minerais, sendo assim fontes desses nutrientes.

Na fabricação de alimentos, as indústrias têm que seguir uma série de legislações decreta por órgãos que visam à qualidade e a segurança do produto para o consumidor.

A qualidade se tornou uma das grandes referências para se obter vantagens no mercado, e as indústrias alimentícias com o interesse de melhorar o estado nutricional de seus alimentos procuram se adequar as exigências estabelecidas pela ANVISA, para que com a padronização das informações o consumidor se sinta mais seguro ao adquirir um produto, sem ser induzida ao erro quanto às informações nutricionais contidas nele, o que promove mais credibilidade a empresa perante os consumidores.

Os órgãos que desenvolvem essas leis (M.A.P.A. – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, OMS – organização mundial da saúde, FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, UNICEF- Fundo de Socorro a Infância das Nações Unidas), visam à importância da alimentação saudável devido o aumento de doenças crônicas desencadeadas devido à má alimentação (FELIPE, 2003). Segundo a ANVISA “a informação nutricional

contida no rótulo é a forma mais fácil de você comparar um alimento com outro e, assim, fazer escolhas corretas.” (2001, p.19).

O consumidor através da rotulagem consegue fazer essa escolha, pois o rótulo estabelece uma linha de comunicação entre as empresas produtoras de alimentos e os consumidores. Assim o consumidor terá as informações necessárias para comparar um alimento com o outro, verificar a relação entre a qualidade e o preço além de evitar ingredientes cujo consumo pretende reduzir ou evitar por motivos de saúde. (RODRIGUES, 1999),

Muitos consumidores não tem o devido conhecimento sobre as informações que contém no rótulo, e não sabem interpretar essas informações que são fundamentais para o consumo de um produto mais saudável.

Para ter um melhor conhecimento, o consumidor deve adotar o habito de leitura perante os rótulos, visto que é uma pratica pouco comum entre os consumidores. Isso se deve em parte pela “linguagem técnica cuja compreensão pode ser alcançada apenas por um público mais específico.” (MARINS, 2008, p. 583).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária dispõe de meios de informação como o Manual de Orientação ao Consumidor que é um guia de bolso que contém elementos essenciais para que o cliente interprete a tabela nutricional e entenda os conceitos dos nutrientes presentes nos alimentos.

Alguns pontos mais importantes a se observar ao adquirir um produto alimentício é a presença de nutrientes específicos que possam causar alguma resposta alérgica ao organismo de indivíduos com alguma intolerância, por isso informações desse tipo tem que ficar bem clara e em destaque no rótulo do produto facilitando a visualização do consumidor.

Este trabalho foi feito com o intuito de alertar a população que muitas vezes não utilizam a informação nutricional que contém no rótulo, e não sabem usar a favor das suas necessidades, além de avaliar a compreensão dos consumidores quanto às informações nutricionais contidas nos alimentos industrializados e a importância dada a elas, além de alertá-los quanto aos

elementos obrigatórios relativos à rotulagem nutricional. E de forma indireta, analisar qual o público consumidor mais atento a essas informações, avaliar quais as informações mais procuradas nos rótulos dos alimentos, apresentar a importância das informações contidas nos rótulos e informar aos consumidores sobre alguns elementos obrigatórios dos rótulos que podem os ajudar a escolher o produto na hora da compra.

As indústrias alimentícias buscam cada vez mais identificar as necessidades de seus consumidores em relação a seus produtos e atendê-las, pois desta forma se garantem em um mercado cada dia mais competitivo (CARNEIRO, 2006).

Na tentativa de padronizar as informações contidas no rótulo os órgãos responsáveis vêm criando novas portarias e resoluções como a RDC nº 40 de 21 de março de 2001 que regulamenta a rotulagem nutricional obrigatória de alimentos, bebidas e embalagens.

O consumidor está se tornando cada vez mais exigente em relação aos alimentos industrializados, e isto se dá em parte, pelos consumidores que tem necessidades especiais em relação a alimentos (diabéticos, que são pessoas que devem evitar o consumo de açúcares; doentes celíacos, que são indivíduos sensíveis a proteínas constituintes do glúten; hipertensos que devem evitar a ingestão de sódio; dentre outros) que precisam ser bem informados para consumirem os alimentos com maior segurança não só em relação ao valor calórico e demais nutrientes do produto, mas também em relação aos constituintes que podem promover reações diversas no organismo do indivíduo.

As informações nutricionais expostas nos rótulos são de grande importância para o público consumidor e devem ser bem compreendidas. Além disso, é necessário que o consumidor tenha consciência dos danos causados ao organismo pelo excesso de alguns nutrientes. Por exemplo, o teor de calorias consumidas por uma pessoa está relacionado com a obesidade, o teor de gorduras saturadas com as doenças cardiovasculares, o sal com a

tensão arterial e o açúcar com a cárie e a diabetes. (AZEVEDO, 2007).

Este trabalho foi realizado procurando alertar os consumidores quanto às informações nutricionais obrigatórias dos rótulos de alimentos e sua forma de interpretação das mesmas, para colaborar com a qualidade da alimentação e a saúde do consumidor. Pois é de grande importância não só para as empresas, mas também para os consumidores estarem cientes das exigências contidas nas normas que regulamentam a rotulagem para estar consumindo um produto adequado (ALMEIDA, 2004). E também evitar erros na compreensão desses dados, conforme RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.

Na hora da escolha dos produtos, os consumidores devem estar atentos a detalhes da embalagem dos produtos, pois, através dela pode se analisar aspectos que demonstram se o produto está próprio para o consumo ou não, caso esta embalagem foi uma vez danificada, o produto se torna inapropriado para o consumo. Estes danos nos produtos podem ocorrer tanto durante a finalização da fabricação, no transporte, ou no próprio estabelecimento de venda dele, mas não importando onde e como ocorreu a danificação do produto, o consumidor deve saber identificar quando o produto está impróprio para consumo, porque “devido á algumas crises no setor alimentício, tanto na produção quanto na comercialização de alimentos ilegais, contaminados, desencadeou prejuízos a saúde do consumidor”. (CRUZ, 2012, p. 18-19)

Os itens contidos nos rótulos tem grande importância, pois, através dele que o consumidor pode conhecer o que está comprando, e é pela identidade visual do produto que atrai a atenção do consumidor. O rotulo tem como objetivo indicar ao consumidor as qualidades do produto, os ingredientes que ele possui e, dentre outras informações que são necessárias para garantir que o produto é de qualidade, “assim, é necessário que as empresas conheçam o comportamento do consumidor frente às informações que são veiculadas nas embalagens dos alimentos com o objetivo de melhorar a comunicação destes atributos para o consumidor”. (FERRAZ, 2001, p. 13)

LEGISLAÇÃO E DIREITO DO CONSUMIDOR

O consumidor tem por direito conhecer todas as informações nutricionais do alimento que esta consumindo, as indústrias tem o dever de se adequar a uma serie de normas prevista nas leis impostas pela ANVISA tais como:

Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 (Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando Obrigatória a Rotulagem Nutricional).

Resolução RDC nº 39, de 21 de março de 2001 (Aprova a Tabela de Valores de Referência para Porções de Alimentos e Bebidas Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional). *Revogada pela Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003.*

Resolução RDC nº 40, de 21 de março de 2001 (Aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados). *Revogada pela Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003.*

Portaria nº 41, de 14 de janeiro de 1998 (Aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados). *Revogada pela Resolução RDC nº 40, de 21 de março de 2001.*

Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002 (Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados).

Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003 (Aprova o Regulamento Técnico de Porções de Alimentos Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional).

Portaria nº 27, de 13 de janeiro de 1998 (Aprova o Regulamento Técnico Referente à Informação Nutricional Complementar – Declarações Relacionadas ao Conteúdo de Nutrientes).

Portaria nº 28, de 13 de janeiro de 1998 (Aprova o uso de Aditivos para Alimentos com Informação Nutricional Complementar e Alimentos para Fins Especiais).

Portaria nº 31, de 13 de janeiro de 1998 (Aprova o Regulamento Técnico Referente a Alimentos Adicionados de Nutrientes Essenciais).

Estas normas têm por objetivo padronizar as informações contidas no rótulo do alimento, para facilitar a compreensão das mesmas por parte dos consumidores e também auxiliá-lo na compra, sem equívoco. É de extrema importância que as empresas de alimentos sigam essas normas, pois assim ela é reconhecida como uma empresa segura que presa pela saúde, segurança e satisfação do seu cliente.

IMPORTÂNCIA DO RÓTULOS

Com o aumento do consumismo, o surgimento de novas tecnologias, e as inovações de materiais fez com que a demanda do mercado exigisse uma maior variedade de produtos. E essa variedade criou a necessidade da comunicação visual dada pelos rótulos de forma com que o consumidor seja atraído pelos valores estéticos dos produtos.

O rótulo propõe o reconhecimento da identidade visual que o produto traz, onde diz as informações sobre os ingredientes/composição, qual é a proposta do produto, o modo de usá-lo, além das informações nutricionais.

Uma consequência desse aumento do consumo foram os consumidores cada vez mais exigentes a procura de produtos de qualidade, essa exigência trouxe uma grande competitividade de mercado onde eles tentam várias estratégias para que com o apelo visual consigam vender mais.

O desenvolvimento do rotulo consiste em conhecimento, arte, pesquisa e tecnologia que criam a identidade visual do produto.

A apresentação do produto aos consumidores é feita pelo rótulo, onde tem o objetivo de chamar a atenção do consumidor por meio dele.

ITENS OBRIGATÓRIOS

A ANVISA (AGENCIA DE VIGILANCIA SANITARIA) que é o órgão responsável pela regulamentação e rotulagem dos alimentos determina que todo rótulo devem conter :

1. Nome do produto;
2. Lista de ingredientes em ordem decrescente de quantidade. Isto é, o ingrediente que estiver em maior quantidade deve vir primeiro, e assim por diante;
3. Conteúdo líquido (quantidade ou volume que o produto apresenta);
4. Identificação da origem (identificação do país ou local de produção daquele produto);
5. Identificação do lote;
6. Prazo de validade:
 - DIA e o MÊS para produtos com duração mínima menor de 3 meses
 - MÊS e o ANO para produtos com duração superior a 3 meses;
7. Instruções para o uso, quando necessário.
8. O rotulo deve apresentar as informações necessárias para os consumidores que tem restrição a algum alimento ou nutriente, saberem qual produto não ira prejudicar sua saúde como, por exemplo, aos doentes celíacos deve apresentar no rótulo a frase: “não contém glúten”.

Obs.: no caso de produtos importados, as informações acima devem estar em Português.

No ano de 2001, foi criada resolução estabelece que todos os alimentos e bebidas embalados tivesse que apresentar Informações Nutricionais. Isso constitui que a partir de 21 de setembro de 2001, são admitidas as informações gerais, e as indústrias de alimentos começaram a disponibilizar os seguintes nutrientes: Valor calórico, carboidratos, proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, colesterol, fibra alimentar, cálcio, ferro e sódio.

Os rótulos têm que apresentar informações nutricionais na quantidade

que podemos consumir e, além disso, mostrar quanto àquela porção de alimento contribui para o total de nutrientes que devemos ingerir por dia, ou seja, o Percentual de Valor Diário - %VD. (ANVISA, 2001)

COMO ESCOLHER UM PRODUTO

Na compra de um produto, o consumidor deve ficar atento às informações contida nos rótulos para ter a certeza de que o produto que esta adquirindo seja de boa qualidade. Algumas dessas características importantes a serem avaliadas é a condição da embalagem, por exemplo, no caso de latas deve se analisar o aspecto, pois se ela se apresentar estufada ou amassada o alimento pode estar impróprio para consumo.

Também é fundamental, observar se o produto esta com algum tipo de violação e se a data de validade esta no prazo determinado pelo fabricante, além disso, é essencial consultar as informações da tabela nutricional, principalmente o teor de nutrientes que em excesso possa vir a causar algum mal a sua saúde, procurando sempre dar preferência a alimentos com menor %VD dos mesmos.

A mudança da coloração da salmoura de vidros de conserva é um fator de alta relevância, pois a alteração de seu aspecto pode ser consequência de má conservação, e dessa forma alterar seu valor nutricional, podendo até ser prejudicial à saúde.

É conveniente ao consumidor que ele se atente tanto as informações expressas nos rótulos sobre seu teor nutricional assim como as características da própria embalagem para assim garantir um alimento seguro e saudável para seu consumo e de sua família.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida consistiu-se de uma pesquisa realizada com 100 consumidores voluntários, usuários de um supermercado de Vila Velha - Espírito Santo, durante a manhã de uma segunda-feira do mês de outubro de 2012. Essa pesquisa foi efetuada no interior do supermercado entre as gôndolas, durante a compra dos consumidores, com a permissão da gerente.

Nesta pesquisa foi aplicado um questionário, no qual o voluntário não precisou se identificar, somente sendo solicitada a idade e o sexo do indivíduo. O questionário continha 8 (oito) questões objetivas referentes às informações nutricionais dos rótulos mais procurados pelos consumidores e sua interpretação diante destas informações, além do grau de escolaridade e possíveis intolerâncias a algum tipo de alimento ou nutriente.

Ao final da pesquisa, o pesquisador entregou um folheto informativo ao consumidor, contendo dados sobre o sódio, gordura trans, alegações disfarçadas de alguns rótulos, a diferença entre os alimentos diet, light e zero e algumas dicas para o momento da compra de um alimento quanto a algumas características importantes a serem observadas.

Após a coleta dos dados, cada questão foi analisada, contabilizando todas as respostas equivalentes, separadas por sexo. Os resultados foram organizados em forma de gráficos desenvolvidos a partir do programa Microsoft Office Excel e convertidos em percentual para melhor interpretação.

Resultados

A maior parte dos indivíduos entrevistados, equivalente a 65%, é do sexo feminino e 35% do sexo masculino, com idades entre 13 e 90 anos (Gráfico 1).

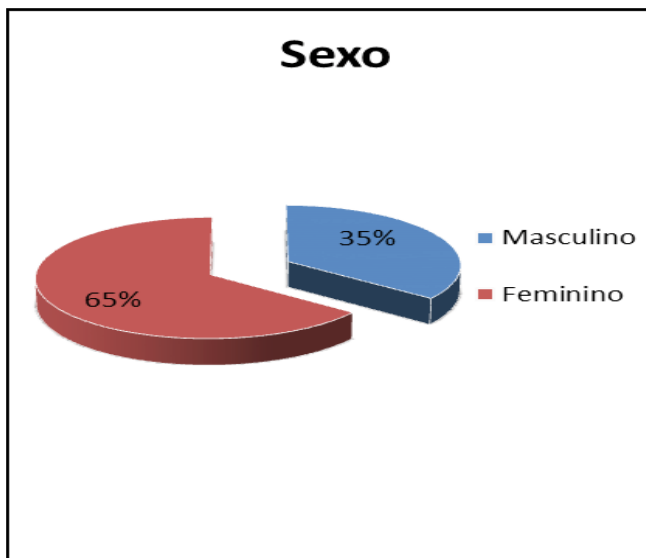


Gráfico 1 – Porcentagem do sexo dos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

A média de idade em ambos os sexos foi de 48 anos, sendo que a prevalência do público pesquisado foi de mulheres com idades de 46 a 57 anos (GRÁFICO 2).

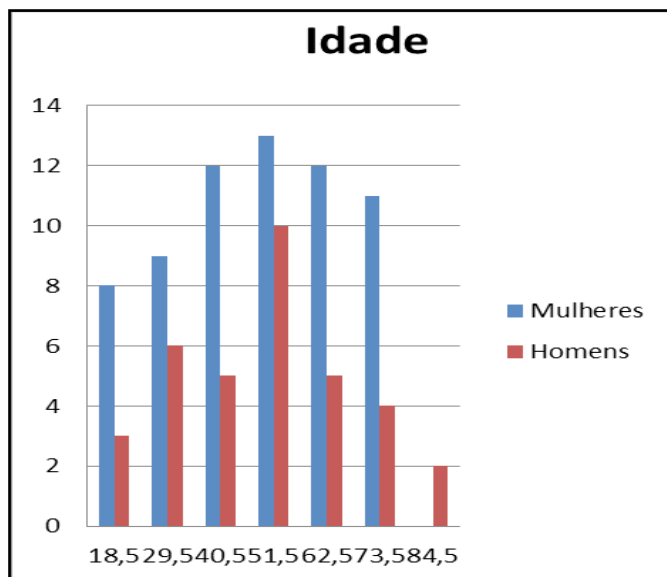


Gráfico 2 – Idade dos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012.

Fonte: Acervo do pesquisador.

O nível de escolaridade dos participantes foi de: 19% (n=19) com ensino fundamental incompleto, 19% (n=19) com ensino fundamental completo, 7% (n=7) com ensino médio incompleto, 37% (n=37) com ensino médio completo, 5% (N=5) com curso superior incompleto, 11% (n=11) com ensino superior completo e 2% (n=2) não souberam ou não quiseram informar seu grau de escolaridade (Gráfico 3).

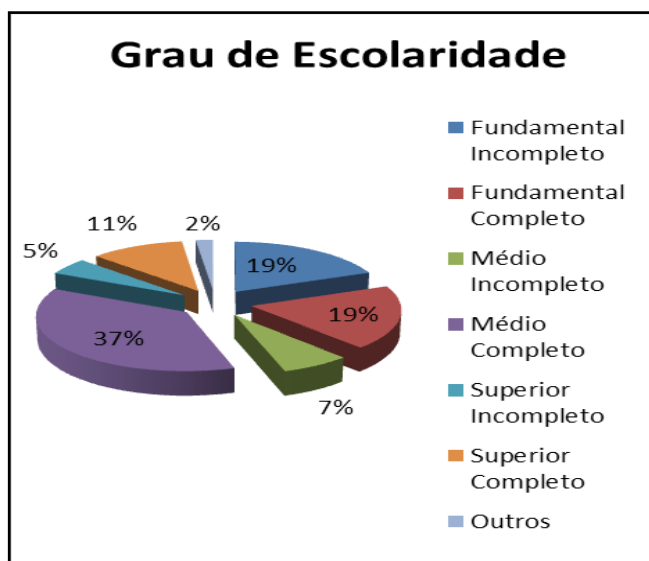


Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador.

A maior parcela da amostra, representada por 69 pessoas (69%) não possui dieta regular alimentar e apenas a minoria, 31 pessoas (31%) faz dieta balanceada (GRÁFICO 4). Dos que fazem dieta balanceada 77% (n=30) são do sexo feminino e 23% (n=9) do sexo masculino.

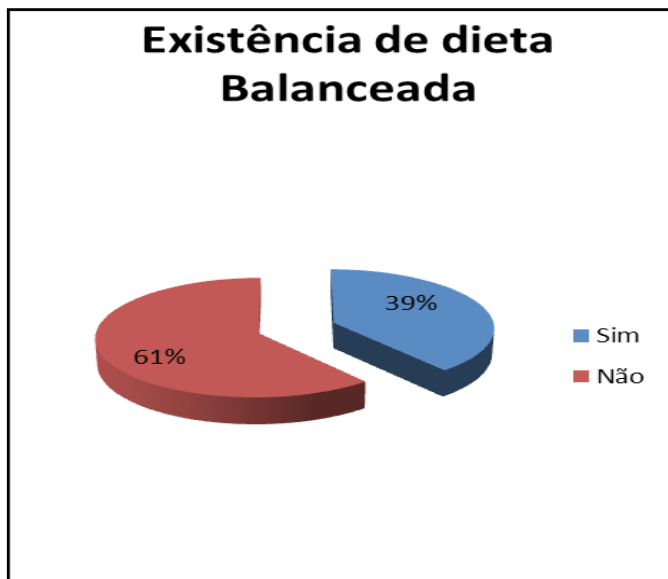


Gráfico 4 – Existência de dieta balanceada entre os consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

Dos entrevistados 38% (n = 38) alegaram sempre ler as informações nutricionais, 26% (n=26) disseram não ler as informações e 36% (n=36) só leem as informações às vezes (GRÁFICO 5). Em relação aos que fazem alguma dieta balanceada 46% (n=18) disseram ler as informações nutricionais, 20% (n=6) não leem e 38% (n=15) não possuem o hábito de leitura dos rótulos, porém em comparação com os que não possuem dieta balanceada a quantidade de pessoas que consultam essas informações é maior entre os consumidores que fazem dietas regulares.

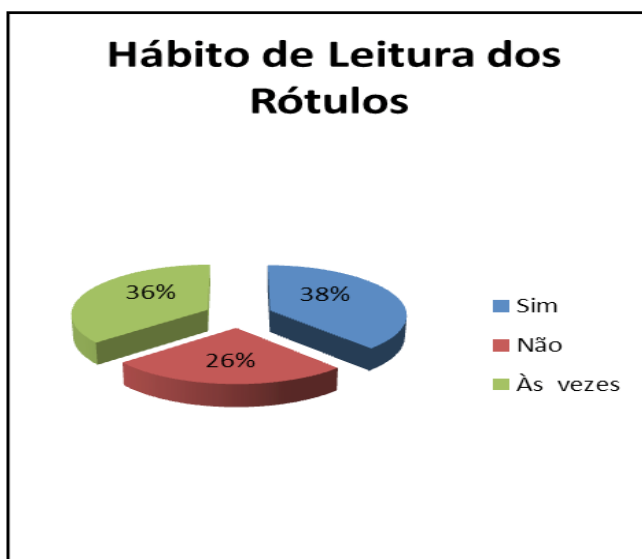


Gráfico 5 – Hábito de leitura dos rótulos pelos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

Entre todas as pessoas entrevistadas 37% (n=37) declararam que dão alta importância aos dados nutricionais, 25% (n=25) dão um grau de importância média, 25% (n=25) atribuem baixa importância e 13% (n=13) alegaram não dar nenhuma importância às informações nutricionais na hora da compra (GRÁFICO 6).

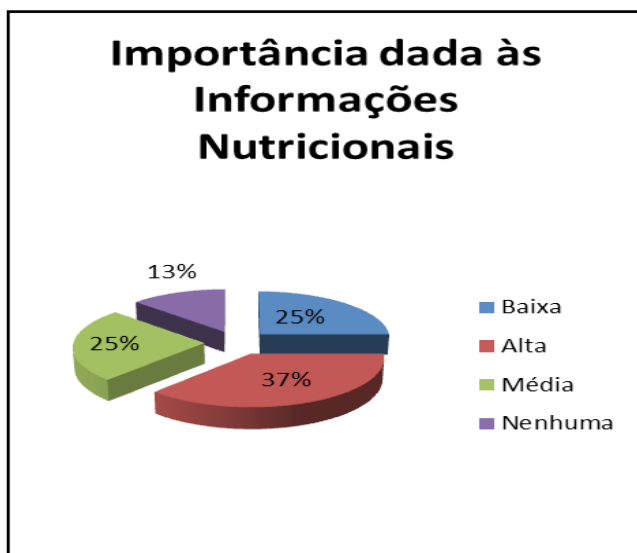


Gráfico 6 – Importância dada às informações nutricionais pelos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

Uma pequena quantidade dos entrevistados, representada por 18% (n=18) da população, apresentou restrição a algum alimento ou nutriente, e a maioria restante, 82% (n=82) não era acometida por nenhuma restrição alimentar (GRÁFICO 7).



Gráfico 7 – Presença de restrição alimentar entre os consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

Entre os itens de interesse o mais procurado foi a data de validade, com 85% (n=85) da população, seguido da informação nutricional da tabela com 24% (n=24), Ingredientes 20% (n=20), outros 17% (n=17), informação sobre alimentos diet e light 9% (n=9) e por último, como elemento menos procurado pelos consumidores entrevistados foi a informação de aditivos contidos nos alimentos com apenas 7% (n=7) da amostra (GRÁFICO 8). Além de ser a informação mais procurada nos rótulos, a validade foi também a única procurada dentre 46% (n=46) da população, sendo que desse valor participaram cerca de aproximadamente metade dos homens, 43% (n=15), e metade das mulheres, 48% (n=31).

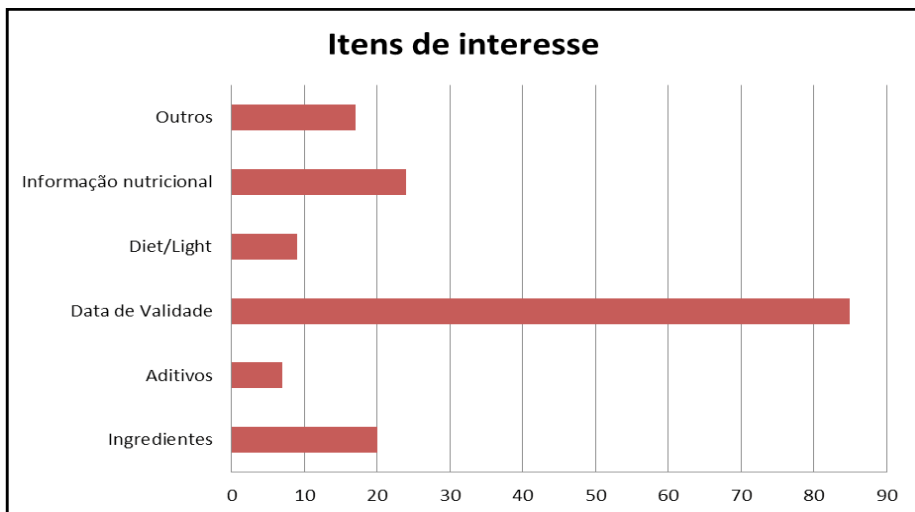


Gráfico 8 – Itens de interesse entre os consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador.

Em relação à informação do teor de sódio dos alimentos, a maior parte da amostra, 65% (n=65) demonstrou pouco interesse acerca desse mineral, revelando que não costumam consultar essa informação, seguido de 27% (n=27) de pessoas que disseram ter o costume de conferir essa quantidade e por fim, 8% (n=8) da população negaram se informar sobre esse nutriente ou nem sabiam o que significava esse termo (GRÁFICO 9).

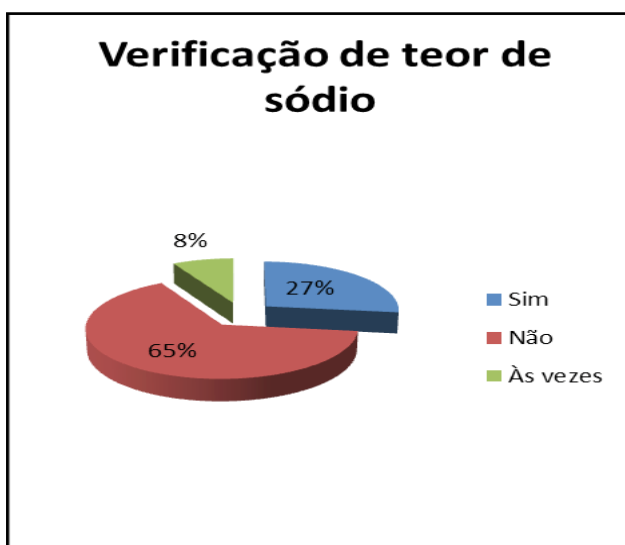


Gráfico 9 – Verificação do teor sódio entre os consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador.

Da população estudada 33% (n=33) disseram saber identificar a diferença entre os alimentos diet, light e zero, porém ao serem questionados sobre quais as características de cada produto, alguns não souberam responder corretamente (GRÁFICO 10). Muitos relacionaram a informação “light” com alimentos com menor teor de gordura ou açúcar, e que possuem menos calorias, mas também houve os que disseram que esse seria um alimento sem nenhuma quantidade de gordura ou açúcar.

Em relação aos alimentos diet, seu conceito foi ligado a um produto com

“gosto ruim”, direcionado para diabéticos com nenhum teor de gorduras ou simplesmente com menos que os alimentos light. No caso dos alimentos zero, os resultados foram mais compatíveis com a definição adequada, a maioria respondeu que eles são alimentos com zero por cento de alguns nutrientes, porém com menos calorias, o que nem sempre é verdade.

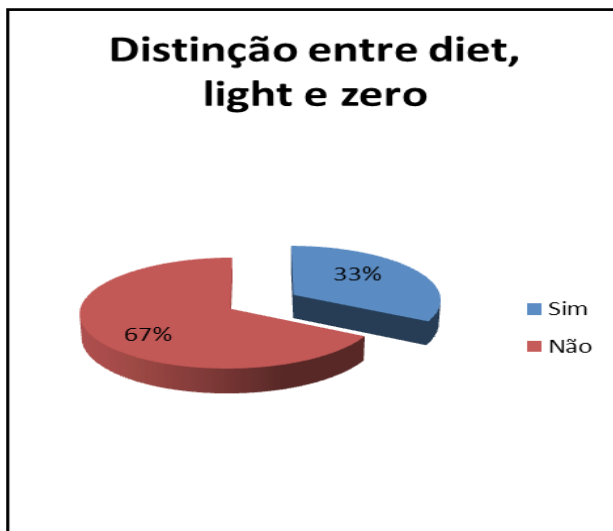


Gráfico 10 – Distinção dos alimentos diet, light e zero pelos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

No geral os consumidores tiveram um entendimento um pouco confuso ao conceituar esses alimentos, dando o mesmo significado na maioria dos casos.

Discussões

Essa pesquisa foi desenvolvida em um supermercado no ato de compra dos consumidores devido à facilidade de acesso a tais. Isso contribuiu para encontrar os voluntários de forma mais fácil e com mais disponibilidade de

tempo já que o questionário aplicado não os impediu de prosseguir com suas compras.

Em um trabalho desenvolvido com o intuito de analisar o comportamento e conhecimento de produtores e consumidores de alimentos comercializados em feira colonial no Noroeste do estado do rio grande do sul, os resultados obtidos foram de que a população predominante foi constituída por consumidores do sexo feminino, na faixa etária entre 30-59 anos com ensino superior completo (CRUZ, 2012). O que coincide com os resultados deste trabalho, no qual a população predominante foi de mulheres com idades entre 46 e 57 anos, porém com 2º Grau completo.

Os resultados obtidos demonstram que 74% dos consumidores pesquisados lêem as informações nutricionais dos alimentos, sendo que desses, 38% tem o costume assíduo de ler e 36% lêem ocasionalmente (gráfico 2). esse valores constroam com os resultados de uma pesquisa realizada com consumidores do varejo de belo horizonte/mg (FERRAZ, 2001) que diz que apenas 62% dos entrevistados lêem as informações nutricionais.

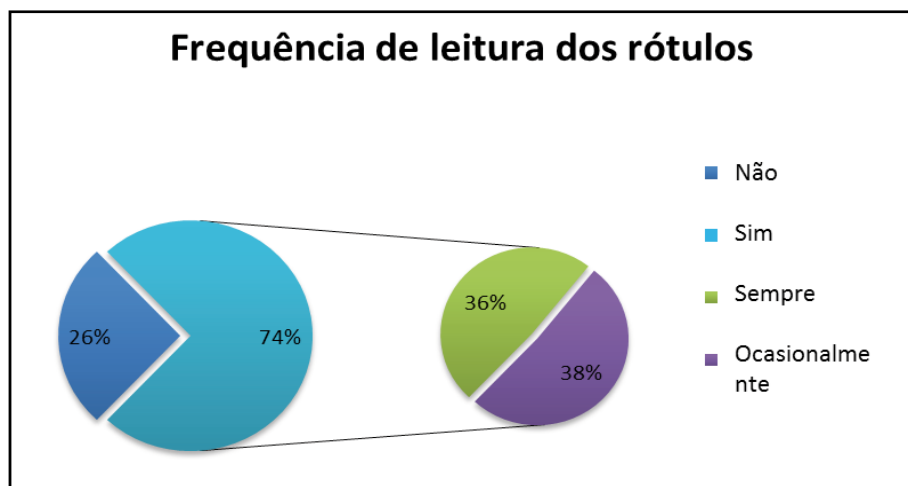


Gráfico 11 – Porcentagem de leitura dos rótulos de alimentos pelos consumidores de um supermercado de Vila Velha/ES, 2012. **Fonte:** Acervo do pesquisador

O fato de fazerem dieta balanceada pode ter grande influência sobre os consumidores na hora da compra, pois 70% dos que apresentaram seguir uma dieta balanceada disseram ler as informações nutricionais, no entanto pode-se observar mais preocupação com o peso no grupo feminino, o que consequentemente provoca mais preocupação com a leitura dos rótulos nesse sentido (gráfico 3).

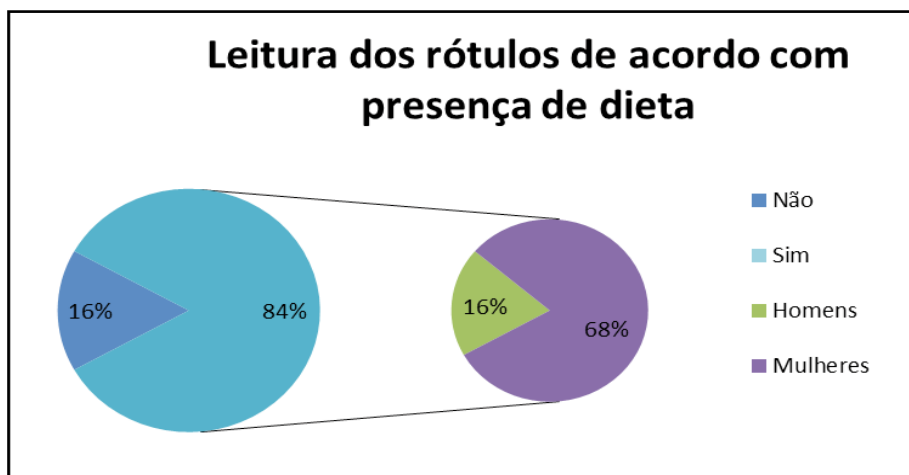


Gráfico 12 – Porcentagem de leitura dos rótulos de acordo com a presença de dieta e relação com o sexo de quem segue dieta balanceada.

Fonte: Acervo do pesquisador.

A presença de restrições alimentares também contribuem para que os consumidores fiquem atento a essas informações, já que 75% dos que apresentaram restrição à algum alimento ou nutriente lêem a rotulagem nutricional, o que leva a crer que a necessidade de alimentos livres dessas substâncias geram um interesse maior sobre a leitura delas.

o nível de importância apresentou-se predominantemente alto, porém 50% da amostra declarou esse nível entre baixo e médio. segundo silva (2003), a falta de importância dada a essas informações se deve a diversos motivos, entre eles, a falta de clareza nas informações, dificuldade na leitura

devido ao tamanho das letras, linguagem técnica de difícil compreensão, o que também é afirmado em coutinho que alguns problemas na comunicação entre o produto e o consumidor é devido “a legibilidade e a aptidão para interpretar as informações nutricionais” (Apud SOUZA, 2011,P. 4).

das informações mais procuradas está em primeiro lugar a data de validade com 85% da população, assim como no trabalho DE Tavares da Silva (2003), em que 97,8% da população, ou seja, a maioria dá prioridade a esta informação. Além disso, 46% disseram que leem somente a data de validade descartando as outras informações. Esse dado é um tanto preocupante, pois o rótulo contém muitas outras informações que são importantes e úteis ao consumidor.

Muitas pessoas alegaram não saber distinguir as denominações diet, light e zero utilizada em alimentos (67%), restando 33% que disseram que sabem diferenciar um do outro, porém não souberam informar corretamente a definição de cada um, quando questionado. Isso dá a entender que faltam medidas educativas que além de incentivar essa leitura, promovam a divulgação da forma de interpretação do rótulo nutricional com uma linguagem mais simples, que atinja toda a população. O que beneficia não só quem adquire o produto, mas também quem fabrica, por que “ao informar o consumidor sobre alimentação e nutrição, as empresas também estariam sinalizando preocupação com a saúde do consumidor aumentando a confiança na marca.” (FERRAZ, 2001. p. 89).

Já em relação ao teor de sódio declarado no rótulo do alimento, poucos são os consumidores que se importaram em examiná-lo. Apenas 27% possuem o costume de verificar a quantidade de sódio que compõe os alimentos na hora da compra, e 8% verifica somente às vezes. Segundo pesquisa realizada por Souza (2011) o excesso de sódio pode influenciar no desenvolvimento de doenças crônicas como a hipertensão.

A quantidade de sódio nos alimentos industrializados tem sido preocupante ultimamente, já que seu consumo abusivo poder provocar danos

à saúde. Verificou-se em uma pesquisa feita pela ANVISA que os alimentos com maior teor de sódio são o queijo parmesão ralado, o macarrão instantâneo, os embutidos (mortadela) e o biscoito de polvilho. E segundo ela “o brasileiro consome duas vezes mais sal em relação à quantidade recomendada e grande parte vem de alimentos industrializados.” (2012). Isso demonstra que os alimentos industrializados precisam de uma atenção maior para ser consumidos de forma segura, e uma forma para se fazer isso é utilizando a informação nutricional para o bem do consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rotulo é canal de comunicação entre o fabricante e o consumidor, nele contêm informações que, quando bem interpretadas, permitem que as escolhas alimentares ocorram da forma mais adequada.

Os resultados obtidos na pesquisa permitem concluir que os rótulos influenciam os consumidores em suas compras, a maioria dos entrevistados considera as informações nutricionais importantes, mas em relação à consulta aos rótulos poucos são assíduos na pratica da leitura destes ou apenas leem casualmente.

Cerca de 70% dos entrevistados fazem dieta balanceada, e 75% dos entrevistados que tem restrição a algum tipo de alimento ou nutriente tem o costume de fazer a leitura dos rótulos, o que mostra que há influencia do rotulo sobre a população quando estão preocupados com a saúde ou peso.

A ausência de importância dada a algumas informações do rotulo tem várias causas sejam as dificuldades do entendimento da linguagem, a forma em que esta sendo apresentado, ou a falta de interesse em interpretar os rótulos faz com que a população dê como prioridade no rótulo apenas a validade. A leitura das informações nutricionais deve ser estimulada para conscientizar o consumidor a realizar escolhas saudáveis, diminuindo assim o excesso de consumo em sódio e outros elementos que quando consumidos em exagero

podem afetar sua saúde.

Para isso, deve haver uma maior divulgação em relação à importância da leitura das informações nutricionais e desenvolvimento de campanhas publicitárias de âmbito nacional que seria uma forma de alertar a população sobre essa importância já que tais informações são necessárias para a manutenção da nossa saúde. Órgãos ligados à rotulagem nutricional fornecem informações em meios eletrônicos, e através de cartilhas visam informar os consumidores, porém, ainda não é o bastante. Como vimos, a maioria dos consumidores só leem as informações nutricionais quando realmente precisam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F.F.B. **Rotulagem de Alimentos**. Goiás, 2004. Trabalho acadêmico (Graduação em Engenharia de Alimentos.). Departamento de Matemática e Física, Universidade Católica de Goiás.

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Rotulagem Nutricional Obrigatória: Manual de Orientação aos Consumidores**. Universidade de Brasília – Brasília: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Universidade de Brasília, 2001

ANVISA. **Anvisa aponta teor de sódio em alimentos industrializados**. Disponível em: <<http://www.d24am.com/noticias/saude/anvisa-aponta-teor-de-sodio-em-alimentos-industrializados/71384>>. acesso em: 24 nov. 2012.

AZEVEDO, R.C. Alimentos com alegações nutricionais e de saúde. **Revista Segurança e Qualidade Alimentar**. Lisboa, v. 3, p.6-9, nov. 2007.

BENDINO, N. I; POPOLIM, W. D; OLIVEIRA, C. R. A. Avaliação do conhecimento e dificuldades de consumidores frequentadores de supermercado convencional em relação à rotulagem de alimentos e informação nutricional, **J Health Sci Inst**. p. 261, 2012.

DIAS, D. L. Rotulagem nutricional e o papel da indústria. **Revista Segurança e Qualidade Alimentar**. Lisboa, v. 3, p.10-13, nov. 2007.

FELIPE, M. R; MEZADRI, T; CALIL, J. Rotulagem de Alimentos: O comportamento do consumidor usuário de supermercados do Balneário Camboriú/SC, **Higiene Alimentar**. São Paulo, v. 17, n.111, p. 49-58, 2003.

FERRAZ, R. G. **Comportamento do Consumidor Frente à Informação Nutricional em Rotulagem de Produtos Alimentícios** - Um Estudo no Varejo de Belo Horizonte / MG -. VIÇOSA, 2001.

LIMA, A; GUERRA, N.B; LIRA, B.F. Evolução da legislação brasileira sobre rotulagem de alimentos e bebidas embalados, e sua função educativa para promoção da saúde. **Higiene Alimentar**. São Paulo, v. 17, n.110, p. 12-17, 2003.

MARINS, B. R; JACOB, S. C; PERES, F. Avaliação Qualitativa do Hábito de Leitura e Entendimento: Recepção das Informações de Produtos Alimentícios. **Ciência e Tecnologia dos Alimentos**, Campinas, jul.-set, 2008.

MARTINS, S. Pela necessidade da rotulagem nutricional. **Revista Segurança e Qualidade Alimentar**. Lisboa, v. 3, p.14-15, nov. 2007.

PEREIRA, L. K; BOLZAN, A; ABREU, A. F. A necessidade de inovar: um estudo na indústria de alimentos. **REVISTA DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**. Florianópolis, v.4, n.6, p.19-27, jan./jun.2002.

RODRIGUES, H.R. **Manual de rotulagem**. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 1999.

SILVA, M. Z. T. **Influência da Rotulagem Nutricional sobre o Consumidor**. Recife, 2003. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Universidade Federal De Pernambuco.

SOUZA, S. M. F. C. et al. Utilização da informação nutricional de rótulos por consumidores de Natal, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2011;29(5):337-43.

CADERNO DE RESENHAS

O MÉTODO CIENTÍFICO ILUSTRADO NO FILME *O ÓLEO DE LORENZO*

Resenhado por/*Reviewed by*: **Helvécio Patrocínio de Magalhães***

O filme *O Óleo de Lorenzo* foi lançado nos EUA, em 1992, com o nome original de *Lorenzo's Oil*, sob a direção de George Miller. O drama, baseado em história real, apresenta no elenco Susan Saradon e Nick Nolte como os pais de um garoto com o nome de Lorenzo, que levava uma vida normal, morando na África até os cinco anos de idade. Ao retornar aos EUA, o garoto começa a apresentar comportamento estranho em sala de aula, preocupando a professora, que chega a suspeitar de problemas domésticos com os pais de Lorenzo. O problema se agrava em sala de aula e em casa, quando o pai do garoto chega e encontra o filho com uma crise eclética. No início suspeita-se que Lorenzo possa ter sido contaminado com algum tipo de vírus africano, porém o pai de Lorenzo não acredita na hipótese e leva o garoto para fazer um diagnóstico médico. Os exames acusam anormalidades, mas os médicos não sabem explicar com precisão as causas.

Os pais de Lorenzo, muito ansiosos, insistem em obter um diagnóstico concreto. O médico, representado por Peter Ustinov, anuncia que Lorenzo está com uma doença rara conhecida como ALD - adrenoleucodistrofia - que

* Possui mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Atuou como professor assistente da Faculdade Pitágoras de Administração Superior e professor substituto no departamento acadêmico de disciplinas gerais do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Engenharia Mecânica, com ênfase em análise de falhas e Engenharia de Produção, com ênfase em melhoria de métodos e processos nos sistemas de produção, como também na área da qualidade, atuando principalmente nos seguintes temas: qualidade, organização, normalização, controle estatístico do processo e melhoria contínua, utilizando conhecimentos de cronoanálise atualmente é professor e coordenador do curso de Engenharia de Produção na Faculdade FINOM. E-mail: engproducao@finom.edu.br

provoca degeneração no cérebro masculino. A doença age como uma cadeia de gordura saturada que destrói a mielina - bainha adiposa que isola as fibras nervosas, impossibilitando-as de conduzir os impulsos nervosos de maneira apropriada.

Os cientistas não conheciam detalhadamente a doença, mas sabiam que, após diagnosticada, o paciente morreria em, no máximo, dois anos.

Após diagnosticar a doença de Lorenzo, em 1984, o médico não dá esperanças aos pais do garoto, que o levam para casa. Ele lhes disse que cientistas estavam tentando identificar a doença e que no momento não havia tratamento efetivo. Segundo o médico, estudos clínicos e patológicos em dezessete casos não apresentaram êxito.

Inconformado com a notícia, o pai do garoto resolve ir a uma biblioteca e fazer uma pesquisa sobre a doença, ficando desesperado com o que encontrou. A doença causa os seguintes sintomas: surdez, cegueira, degeneração do cérebro, andar instável no quarto mês, demência e morte entre o nono e o vigésimo quarto mês.

O médico, no caso Peter Ustinov, informa aos pais de Lorenzo que a ALD é uma doença genética, transmitida pela mãe, e não provoca sintomas patológicos femininos, causando distúrbios somente nos filhos do sexo masculino.

A despeito do diagnóstico, os pais se lançam para salvar o filho, enfrentando médicos, cientistas e grupos de apoio que relutam em incentivar o casal na busca de uma cura. O esforço inesgotável dos dois testa a resistência de seus laços de união, a profundidade de suas crenças e os limites da medicina convencional. Eles resolvem fazer o tratamento do filho, em sua própria residência, contratando uma enfermeira para ajudá-los.

Abaixo será apresentado um resumo do que acontece no filme, mostrando, de um lado, os pais de Lorenzo que são leigos no assunto, porém apresentam coragem, determinação e um objetivo a alcançar, ou seja: a cura do filho doente; e, do outro lado, os médicos e cientistas com o método científico.

As etapas:

Os pais de Lorenzo

1. Tomam conhecimento da doença, no início de 1984, e iniciam uma busca por informações.
2. Adotam a hipótese proposta pelos médicos.
3. A hipótese é refutada, após um breve espaço de tempo, devido à avaliação do quadro evolutivo da doença. Eles procuram informações, inclusive em artigos e bibliotecas, para compreender o mecanismo da doença.
4. Observam o quadro evolutivo da doença do filho e estudam relatos de casos semelhantes.
5. Formulam uma nova hipótese baseada na observação anterior.
6. Iniciam a experimentação de uma nova hipótese.
7. Após a análise do quadro evolutivo da doença, percebem que a hipótese formulada soluciona apenas 50% do problema. Retomam os estudos visando encontrar outra alternativa.
8. Elaboram nova hipótese.
9. Realizam experimentação que leva ao controle da doença.
10. Difundem os resultados para outros pais que enfrentam problemas semelhantes com seus filhos.

Médicos e cientistas

1. Descobrem a doença.
2. Buscam descobrir qual o mecanismo da doença.
3. Formulam uma hipótese baseada nas informações adquiridas na observação.
4. Realizam uma série de experimentos, fazendo um longo acompanhamento de forma a garantir que todas as possibilidades sejam exploradas.
5. Verificam que a hipótese era incorreta e se deparam com novas informações fornecidas da solução proposta pelos pais de Lorenzo.
6. Realizam experimentos que comprovam a eficiência do óleo.
7. Validam a hipótese, mas não difundem nem permitem a divulgação da descoberta por se tratar de um caso único, sem comprovação científica.

Nota-se no filme o casal sofrendo a influência emocional, tentando por si mesmo encontrar a cura, e por outro lado os médicos e cientistas usando o lado racional através do método científico clássico – identificação do problema; observação; formulação de hipóteses; experimentação; indução e dedução; análise e síntese –, o qual é questionado pelos pais da criança devido à demora, principalmente na etapa de experimentação, quando os médicos realizam uma série de experimentos com acompanhamento em longo prazo, como forma de garantia de exploração de todas as possibilidades e não comprometimento de suas reputações.

O exemplo deste filme é encontrado em vários locais do mundo onde

as pessoas, por falta de opção, são convencidas a realizar experimentos em hospitais, laboratórios ou universidades e encontram profissionais portadores do conhecimento científico. Estes profissionais não aceitam sugestões ou opiniões de leigos, alegando que possuem conhecimento titulado e legitimado pelas instituições de ensino, garantindo um *status* superior e uma autoridade, não estando dispostos a compartilhar informações com outros profissionais que não sejam do mesmo nível hierárquico.

No filme, nota-se a resistência dos médicos e cientistas em não aceitarem que outras pessoas possam atingir o saber científico – negação do saber não-diplomado. Não aceitam que se possa aprender uns com os outros e que mesmo o mais simples (pobre de conhecimento científico) também tenha muito a ensinar.

O filme não nega o saber instituído pelo método científico clássico, mas sim a maneira de compreendê-lo e de agir de acordo com a situação do momento e dentro de um contexto mais humano, desvinculado do encantamento do intelectualismo e da ciência.

Pode-se verificar no filme que trabalho associado a fé, atitude e motivação inspira a realização de atividades aparentemente impossíveis. Não seria conveniente que o conhecimento científico desse maior flexibilidade à sabedoria popular? Os pais de Lorenzo utilizaram o fator psicológico, lendo histórias e trazendo o amigo africano de Lorenzo para ajudar no tratamento do filho. O método científico clássico utiliza métodos além dos considerados como padrão?

É possível perceber pelas informações do filme que, enquanto os cientistas concentram-se na ciência através do “Método Científico Clássico”, seguindo passo a passo as suas etapas, os pais de Lorenzo, influenciados pelas emoções, procuram respostas, porém não seguem fortemente cada uma das etapas, pois os dois têm apenas um objetivo: a cura do filho o mais rápido possível, e não a obrigatoriedade de seguir os passos de acordo com o método científico.

O grande questionamento a ser colocado é: será que o método científico possui uma estruturação consistente – processos e técnicas científicas – que de fato garantem que apenas a lógica e a observação sistemática dos fenômenos estudados sejam consideradas, trazendo, assim, resultados realmente verificáveis e confiáveis? Os cientistas relutam em divulgar o resultado para os outros pais que possuem filhos com a mesma doença, por ter sido o resultado obtido com o experimento de um só caso.

Segundo Yin (1994), uma preocupação muito comum em relação aos estudos de caso é que eles fornecem pouca base para se fazer uma generalização científica. Também Babbie (1999, p. 49) diz que “a ciência busca entendimento geral mais do que explicação de eventos individuais”.

Este fato poderia ser questionado quanto às circunstâncias de que um caso único não pode ser generalizado? No caso dos outros pais, eles não tinham outra opção a não ser testar o óleo utilizado no tratamento de Lorenzo. Os cientistas afirmavam que até aquele momento não se conhecia a cura para a doença, e que em todos os outros casos diagnosticados anteriormente os pacientes não sobreviveram.

Conclusões a respeito do filme

O uso de um método é importante na resolução de problemas de origem científica ou não científica. Considerando o tipo de problema, nem sempre é necessário seguir um método à risca, podendo-se buscar alternativas que também podem chegar a um resultado. Fatores psicológicos e motivacionais auxiliam na resolução de problemas, mesmo aqueles que parecem de difícil solução, como foi o caso relatado no filme. A persistência na busca de um objetivo é de vital importância para a solução de um problema, sendo que muitas vezes é necessário transpor barreiras que parecem ser intransponíveis

PARADÍGMAS DA EXCLUSÃO SOCIAL

CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Universa, 2008. 368p. Idioma do livro: português; ISBN 978-85-60485-18-5 (Edição da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001622/162290por.pdf>).

Resenhado por/*Reviewed by*: **Luciano Lucas Cardoso*** e
Cândido Alberto Gomes**

Na obra intitulada *“Paradigmas da Exclusão Social”* o autor destaca tanto as bases históricas quanto as teóricas que possibilitam uma interpretação do desvio social como sendo um meio que as pessoas encontram para comunicar o próprio sentimento de mal-estar e, por conseguinte, tentar validar suas hipóteses no campo do desvio e da delinquência juvenil.

Caliman entende que a não satisfação das necessidades fundamentais da pessoa pode provocar situações de risco, bem como a consequente reação por meio do desvio social, delinquência e marginalização. Assim, para o autor, tendo em vista uma perspectiva educativa e não criminalística, existe a possibilidade de prevenir a vida delinquente dos jovens excluídos, que são passíveis de rotulação negativa pelas respostas dadas à sociedade. Tal prevenção ocorre de forma eficiente no Brasil, através de uma ação sociopedagógica, que busca sua sistematização na pedagogia social. Vale destacar que o próprio Caliman define a pedagogia social como sendo:

* Aluno da Universidade Católica de Brasília – UCB. Diretor Acadêmico da Faculdade FINOM. E-mail: lucianolucascardoso@yahoo.com.br

** Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília – UCB E-mail: clgomes@terra.com.br

[...] uma ciência prática, social e educativa, não-formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização e, em modo particular, a prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização e da falta de satisfação das necessidades fundamentais. (p. 18)

A frustração das necessidades humanas, de acordo com o autor, tende a provocar comportamentos transgressivos e desviantes, que são comunicados por meio de reações de mal estar advindas do indivíduo. Tanto o desvio quanto a delinquência resultam, principalmente, da interação social, que apresenta respostas pelos problemas do desvio, através da rotulação, estigmatização e formação de identidades marginalizantes. Porém, é através dessa mesma interação que a pedagogia procura meios para recuperar e inserir socialmente os indivíduos estigmatizados.

A presente obra apresenta um profundo estudo conceitual, através de uma minuciosa análise histórica de extrema importância para a compreensão do que vem a ser necessidades humanas, marginalidade e exclusão social.

Caliman vê as necessidades humanas como o núcleo de interesse da pedagogia social, tendo em vista que os trabalhadores sociais se dedicam, prioritariamente, às necessidades básicas, apresentando, por conseguinte, variadas formas de abordagens das necessidades humanas, tais como histórica, filosófica, econômica, psicológica e sociológica.

O autor divide as necessidades humanas em matérias e pós-materiais. As primeiras são provenientes da natureza humana e biológica, como, por exemplo, comer, beber, dormir (campo pessoal), e habitação, vestuário, transporte, educação e trabalho (campo social). Já as necessidades pós-materiais, que ultrapassam os limites das necessidades fisiológicas, materiais e fundamentais, dão origem a novas necessidades, como, por exemplo, responsabilidade social (nível social), afeto, estigma e autorrealização são, na realidade, um prolongamento das necessidades materiais (nível pessoal).

Muitas vezes a temática da marginalidade apresenta-se correlacionada

com as questões das necessidades e da pobreza. Neste sentido, o professor Caliman apresenta um conceito muito bem elaborado do que vem a ser marginalidade:

Consiste na exclusão parcial ou total do acesso dos indivíduos aos recursos disponíveis em um determinado sistema social, que não consegue integrar sujeitos ou grupos sociais, ou que os mantém em um estado de dependência funcional. O conceito de marginalidade nem sempre se refere a um único sistema social, mas remonta ao conceito de sociedade complexa e de subsistema social. (p. 109)

A partir da própria hipótese sobre as necessidades humanas, o autor conceitua e interpreta pobreza, marginalidade e desvio como categorias interpretativas das condições de exclusão social, bem como suas teorias interpretativas sob as perspectivas do desenvolvimento, a multidimensionalidade e as relações entre marginalidade e desvio.

O autor afirma que o conceito de desvio varia de acordo com a perspectiva que é analisada: sendo a norma social o referencial, há uma tendência para que o conceito seja objetivo, tendo em vista que a definição parte de critérios comportamentais permitidos ou não. Caso o referencial seja a reação social (perspectiva interacionista), a transgressão passa a ser percebida como algo subjetivo, visto que dependeria da percepção dos sujeitos, bem como da consequente atribuição de rótulos e identidades aos indivíduos.

Já a partir do sexto capítulo o autor faz uma apresentação dos paradigmas da exclusão social, apresentando uma análise histórica das teorias que interpretam a exclusão e o desvio social, onde além das próprias considerações, apresenta o pensamento de conceituados teóricos.

As diversas teorias que procuram explicar a exclusão variam de acordo com o paradigma orientador, que são denominados de utilitarista, positivista, social, cultural, funcionalista, interacionista e fatorialista. Tais paradigmas variam de acordo com o foco da explicação, que pode recair na pessoa desviante, nas normas sociais, ou na reação da sociedade ao comportamento

desviante. Essas teorias são classificadas em tradicionais, que focalizam o desviante sob o ponto de vista das normas de controle social, e em modernas, cujo foco parte das ações transgressivas, da interação entre o agente e os indivíduos que tendem a estigmatizá-lo.

Já no capítulo sete o autor trata do Paradigma Utilitarista, que vê a delinquência como opção racional. Autores como Cesar Beccaria e Jeremy Bentham contribuíram para o desenvolvimento das modernas teorias sociológicas do desvio, com raízes no utilitarismo do século XVIII e deram origem à teoria clássica do direito criminal. Para o utilitarismo o homem é um ser racional, dotado de vontade livre e motivado pela necessidade de maximizar o prazer e minimizar a dor. Beccaria, partindo da doutrina do contrato social, vê o crime e o desvio como um comportamento, por ser irracional, tipicamente patológico, e a pena como uma justa resposta do sistema sobre o desviante e como tentativa de uma recondução à normalidade e à racionalidade. Apesar de bastante elogiado por determinado período, o utilitarismo passou a ser criticado, principalmente, por não enfrentar o tema da compreensão e da solução dos problemas que geram os delitos, o desvio e marginalidade.

No capítulo oito Caliman discorre sobre o Paradigma Positivista, que entende a delinquência como sendo uma patologia individual, se desenvolve a partir da primeira metade do século XIX, sendo apresentada como proposta alternativa às doutrinas clássicas da criminologia iluminista. Este paradigma não leva em conta a sociedade nem os processos por ela desenvolvidos, que explicam a origem do desvio. As pessoas devem ser socializadas por meio de processos de adaptação e conformização, em sentido determinista. Em síntese, o desviante é considerado um não socializado, que não merece ser ouvido, mas sim recuperado ao consenso.

O Paradigma Social, desenvolvido no capítulo nove, trata da delinquência que se desenvolve em ambiente socialmente desorganizado, tendo como precursores os estudiosos da Escola de Chicago (Park, Sutherland,

Shaw, Mackay, Lewis, Cooley, Thomas), que atuaram nas primeiras décadas do século XX. A Escola de Chicago era composta por vários professores, dentro da fundamentação comtiana e spenceriana; admitiam as hipóteses evolucionistas de Darwim, e elaboraram uma perspectiva positiva do desenvolvimento das sociedades modernas, voltadas a graus de diferenciação e de integração invariavelmente mais avançados. Para tais estudiosos a sociologia do desvio caracteriza-se como observação quantificável e capaz de codificar os fenômenos sociais sem uma precisa propensão para a teorização. Os pensadores da Escola de Chicago têm como premissa que o comportamento social assume certas regularidades dentro de certos limites de áreas naturais ou em sentido cultural. A prevenção deverá ser feita através da organização social do território na urbanização.

Não obstante a grande contribuição que deu ao estudo da delinquência, o Paradigma Social foi bastante criticado: os ingleses J. Rex e R. Moore, entendem o fenômeno da criminalidade em função da disponibilidade de oportunidades e da gratificação, mais que do fruto natural da desmoralização dos menos hábeis, dos biologicamente inferiores e dos doentes. Outro crítico do Paradigma Social que merece destaque é R. Stark, que ao fazer uma releitura da teoria da desorganização social do território (já caracterizado como comunidade ou bairro), verifica a existência de cinco aspectos da ecologia social caracterizadores das áreas de alto nível de desvio: densidade, pobreza, desorganização territorial, mobilidade ou transitoriedade e degradação ambiental.

Já no Paradigma Cultural, que é apresentado no capítulo dez, argumenta-se de forma convincente, através das teorias da aprendizagem, que o comportamento desviante do criminoso e do delinquente é aprendido, como são aprendidos tantos modos de fazer e de ser dentro de determinada cultura. Dentre os vários autores que desenvolveram as mais diversas teorias da aprendizagem, citados por Caliman, destaca-se Edwin Sutherland, que desenvolveu a principal teoria da aprendizagem, chamada de Teoria

da Associação Diferenciada, onde afirma, dentre outras coisas, que o comportamento delinquencial é aprendido em interação com outros, por meio de um processo comunicativo, dentro de grupos personalizados, quando o aspirante a desviante aprende não somente as técnicas criminosas, mas também os motivos, as atitudes e as racionalizações.

O autor, no capítulo onze, discorre sobre o Paradigma Funcionalista, que tem como grandes ícones T. Parsons, R. Merton, K. Davies e Timasheff. Esta teoria caracteriza-se por algumas situações facilmente identificáveis: o período compreendido entre a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial; o desenvolvimento da atividade acadêmica de algumas faculdades de sociologia, nos Estados Unidos, como Harvard e Columbia; o interesse de alguns acadêmicos em desenvolver uma síntese geral, capaz de dar consistência e unidade aos trabalhos de campo anteriormente realizados.

A Teoria Funcionalista foca seu interesse nas grandes abstrações formais como o sistema social, a integração social, o equilíbrio e a ordem social, a manutenção do sistema, a função social etc. Na realidade tentam sintetizar as teorias de tradição empírica e positivista inglesa e francesa, como também os estudos de Durkheim, Pareto e Weber.

O capítulo doze é dedicado ao Paradigma Construtivista, desenvolvido entre 1940 e 1970, por pensadores como Tannenbaum, Heitzeg, Lemert, Becker e Matza, dentre outros. O desvio é explicado a partir da reação da sociedade sobre o comportamento desviante e não tanto sobre a resposta desviante. Duas correntes se destacam na elaboração desta teoria: a primeira centraliza-se na reação social ao comportamento transgressivo e desviante, seja ele formal, informal ou médico, tendendo a provocar a estigmatização e a consequente criação de um autoconceito desviante por parte do estigmatizado; a segunda corrente preocupa-se mais com as consequências da reação social das pessoas que têm o poder de construir e controlar as leis, regras e normas sociais.

Já no penúltimo capítulo o autor apresenta o Paradigma Fatorialista: categoria interpretativa do risco social, que ocorre em decorrência das

insatisfações das necessidades humanas. Ganhou bastante evidência entre 1950 e 1990, com os estudos desenvolvidos por S. Lyng, Luhmann e R. Donati, dentre outros. De acordo com este paradigma a exclusão se dá pelo resultado de situação de risco e vulnerabilidade, sendo que a prevenção pode ocorrer por meio do aprendizado da administração dos riscos ou do modo de evitá-los.

QUADRO SINÓTICO PARADIGMAS DA EXCLUSÃO SOCIAL

PARADIGMAS	CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS TEÓRICOS	PERÍODO
UTILITARISTA	Delinquência como opção racional	- Cesar Beccaria, Jeremy Bentham	Século XVIII
POSITIVISTA	Delinquência como patologia individual	- Émile Durkheim, Cesare Lombroso	1850 a 1900
SOCIAL	Delinquência que se desenvolve em ambiente socialmente desorganizado	- Escola de Chicago: Park, Sutherland, Shaw, Lewis, Mackay, Cooley, Thomas	Início do Século XX
CULTURAL	Aprendizagem e cultura	- Sutherland, Burgess, Akers, Glaser, Sykes, Matza, Shaw, Mackay, Thrasher, Miller, Kvaraceus, Kobin	Século XX
FUNCIONALISTA	Integração e anomia	- Universidade de Harvard e Columbia: Parsons, Merton, Davies, Timasheff	Entre a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial
CONSTRUTIVISTA	Rotulação e identidade	- Sutherland, Glaser, Becker, Frikson, Matza, Lamert, Goffman, Sykes, Kitsuse, Tannenbaum	Entre 1940 e 1970
FATORIALISTA	Categoria interpretativa do risco social	- Lyng, Luhmann, Donati	Entre 1950 e 1990

Por fim, no último capítulo de uma valiosa obra, o autor faz algumas observações sobre a pesquisa sociológica, chegando a propor orientações para uma pesquisa sociopedagógica, suas perspectivas, com especial destaque para a pesquisa no âmbito da pedagogia social.

A obra apresenta de forma clara e objetiva os paradigmas da exclusão social. No entanto exige do leitor, para uma clara compreensão das questões apresentadas, um conhecimento prévio sobre sua história, autores, objetivos e políticas contemporâneas aos paradigmas estudados. A sua leitura, em princípio, parece ser complexa, principalmente em razão de conter um misto de teoria e prática, que extrapola o campo do conhecimento formal.

Caliman, ao longo de sua obra, demonstra acreditar que os principais motivos que levam o jovem a agir de forma inadequada dentro de um contexto de normalidade, entendida esta como sendo o conjunto de atos aceitos pelo senso comum, não fazem parte do rol de suas vontades pessoais, mas existem em razão do contexto social em que vive, geralmente marcado por graves desigualdades sociais, bem como por remotas condições de sobrevivência, em especial no que se refere às necessidades humanas e à negação das necessidades fundamentais.

O livro ora resenhado, até certo ponto, retira do jovem a culpa por tornar-se delinquente, creditando-a à rotulação e ao estigma, como também ao fracasso de políticas públicas, que acabam levando o jovem a condição de socialmente excluído. Por outro lado, o autor crê na reinserção por intermédio da educação e de uma sociedade que possibilite a toda a juventude atingir as necessidades humanas, independentemente de qualquer diversidade.

JOÃO PINHEIRO (MG): SEU POVO E SUA HISTÓRIA ATRAVÉS DA MEMÓRIA DOS NARRADORES

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **História e Memórias: Experiências Compartilhadas em João Pinheiro**. João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011. 250p. ISBN: 978-85-65227-00-1

Resenhado pot/*Reviewed by*: **Márlon Marques Melgaço***

As margens da Vereda da Extrema, próximo ao capão da Água Limpa, no município de Paracatu, localizava-se a pequena Vila de Santana dos Alegres. Região habitada desde os tempos da lendária “Joaquina do Pompéu”, por fazendeiros, agregados, garimpeiros, escravos e quilombolas. Com a interiorização dos colonos europeus, a região se tornou um ponto de parada onde bandeirantes, tropeiros, cientistas estrangeiros e comerciantes, com destino ao planalto central brasileiro, pernoitavam e descansavam para em seguida prosseguir com a suas viagens. Terra de famosos líderes locais, típicos dos sertões brasileiros, Santana dos Alegres, sempre manteve forte laços com a cidade de Paracatu, que mesmo com a sua emancipação, permaneceu ligado social, econômica, política, jurídica e religiosamente a esta.

É partindo da gênese do povo pinheirense, desde os antecedentes da emancipação política, que os historiadores Giselda Shirley da Silva, Maria Célia da Silva Gonçalves e Vandeir José da Silva, escreveram **“Histórias e Memórias: Experiências Compartilhadas em João Pinheiro**. A obra, erigida com cuidado e afinco, necessitou de uma busca incansável por todas as fontes

* Graduando em Ciência do Estado e Governança Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduando em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos E-mail: marlonmelgaco@gmail.com

disponíveis de histórias e estórias, seja, ela documentos oficiais, fotografias do dia-a-dia ou depoimentos dos cidadãos. Nota-se, que as lembranças dos idosos, são um dos grandes pontos de partida dos coautores, valorizando aqueles que contribuíram pra a construção de uma cidade, de um sonho. Ecléa Bosi nos fala das riquezas contidas nas narrativas orais, principalmente das pessoas mais velhas, “guardiãs do passado”, cuja “função é lembrar”.

No decorrer das páginas, observamos que há a presença marcante da nova forma de se fazer História, inaugurada com a Nova História, onde se valoriza todos os vestígios da existência humana como fontes que atentam sobre o vivido, o experimentado e o, lembrado por um povo. Tudo se torna história! Um diário de um cidadão comum, uma fotografia de pessoas trabalhando, os depoimentos daqueles que ajudaram a cidade a crescer, mas são esquecidos com o passar do tempo.

No primeiro capítulo intitulado ***“Antecedentes da Emancipação: um sonho em construção”*** é abordado os antecedentes da emancipação do Município de João Pinheiro. As enormes propriedades rurais, sempre presente no interior do Brasil, as histórias de quilombos e a descoberta de diamantes. Região com vegetação fechada e com terreno acidentados, era difícil a locomoção por terra e a população, pequena. Os rios, por serem em abundância, permitiam, ao menos nas cheias, que embarcações pudessem chegar a região e comercializar. Devido a sua localização, próximo a rios importantes, a região as Caatinga, hoje um distrito do município, era uma região de muita atividade comercial e ponto de entrada e saída de produtos da região. Nosso principal entreposto comercial era Pirapora, que por estar as margens do Rio São Francisco e de linhas férreas, possibilitava a compra de manufaturados e a venda de produtos primários. O médico, mineralogista e botânico austríaco, Johann E. Pohl esteve na região no início do século XIX e em seus relatos, expõem como era a vida dos que viviam na pequena Santana dos Alegres.

Em 1911, o distrito foi emancipado, ganhando autonomia política e

administrativa para decidir de seu destino, construir seu futuro. O Município recebeu o nome de um dos políticos mais influentes de Minas Gerais do início do século XX, Presidente João Pinheiro da Silva (Neste período da história republicana, o Governador de Estados denominava-se Presidente do Estado). Eclesiasticamente, ficou subordinado a Diocese de Paracatu.

No capítulo dois: ***“João Pinheiro na memória de seus moradores: as múltiplas representações sobre a paisagem urbana”*** é abordado os aspectos geográfico e populacional da região, como da sede do município, dos distritos, povoados, assentamentos. Há destaque para os fatores econômicos que atraíram moradores, como o garimpo e a pecuária e os nomes que marcaram as localidades e suas famílias. No capítulo seguinte, é mostrado a mudança da paisagem urbana da cidade, as dificuldade dos gestores em melhorar as vias e a estrutura administrativa do governo municipal.

A política sempre foi uma marca no interior mineiro e este aspecto aparece no capítulo quatro. A princípio nossa cidade não tinha a mesma organização administrativa de hoje com a figura, de prefeito e vereadores, definidas para os cidadãos. Havia a eleição para vereadores e o presidente da Câmara era também o Agente Executivo (O prefeito da cidade). No processo eleitoral, apenas homens participavam e alfabetizados, o que deixava de lado a maioria dos moradores. Com as mudanças paulatinas na política nacional, com o voto feminino, a criação da Justiça Eleitoral e do Código Eleitoral, sobre a égide das Constituições de 1934 e 1946, houve avanços significativos, mas a política ainda permanecia um cenário masculino e das famílias tradicionais.

Nomes ilustres, de personagens históricos para a cidade, sempre são mencionados, suas trajetórias, casos e curiosidades. É mostrado o quanto foi árdua a vida dos gestores, com poucos recursos, muitos gastos com um município que como disse o senhor João Batista Franco, *“era quase um mini estado”*. A baixa institucionalização política e a desorganização administrativa fizeram com que João Pinheiro permanecesse quase inerte por décadas. Mas com o esforço daqueles que decidiram os caminhos do governo local,

foi possível grandes realizações e obras cruciais para o desenvolvimento da região.

Eram patentes as marcas do Coronelismo, do Clientelismo, do Patrimonialismo e depois com a urbanização, do Populismo, mormente nos comícios apaixonantes dos pleitos eleitorais, das carreatas e das visitas incansáveis dos políticos em busca de votos. Os Prefeitos e demais líderes locais deixavam claro que só apoiariam deputados e senadores se estes ajudassem na obtenção de recursos, sendo uma marca típica da “Política dos Governadores”, da troca de favores entre os níveis da federação, presente até os dias atuais na política nacional.

Todos os líderes deixam legados, bons ou ruins, muitos ou poucos, sempre deixam algo para as gerações vindouras. Os bons exemplos devem ser seguidos e os erros, evitados. No decorrer dos tempos, poucos homens ocuparam a chefia do Município e seja por acaso ou destino, o peso da história esteve sobre seus ombros, tomando as decisões de governo, sendo os guardiões das esperanças e sonhos de uma cidade melhor e maior, com oportunidades para todos. As pessoas nunca foram iguais, não são iguais e jamais serão iguais, e nem em países que se diziam “socialista” havia a igualdade plena (Todos eram iguais, abaixo do Estado e do Partido Comunista). Mas as oportunidades de vencer na vida, de lutar pelo suor do rosto, de crescer e garantir o sustento da família tem que ser oferecido pelo Estado. Esta é uma dos princípios da Democracia e um dever dos Gestores, mormente dos municipais, que estão mais próximos dos anseios dos cidadãos.

A saúde de João Pinheiro é abordada no capítulo 5 da obra sob o título de *“A saúde pinheirense em evidência”*. Nesse capítulo os autores procuraram evidenciar como era o trabalho das parteiras, dos curandeiros e benzedores que numa terra sem profissionais formados, sem transportes rápidos e adequados, era a única alternativa dos que não tinham condições, dos mais humildes. A construção da BR 040, sem dúvida proporcionou melhorias na saúde, pois havia como agir rápido em caso de enfermidades, mas como já dito, apenas

alguns poucos podiam pagar e essa situação perdurou por décadas até que hospitais e postos de saúde puderam ser construídos e a medicina oficial chegar aos desfavorecidos.

“A História do Poder Judiciário” teve um lugar especial na obra no capítulo seis, Relata-nos os autores de como era o trabalho dos oficiais de justiça que percorriam a cavalo “mini estado”, de como era as apurações de das eleições, o dia-a-dia dos que lidavam diretamente com os litígios entre os cidadãos. Os juízes que marcaram a história, os servidores que depõem e as estruturas usadas são descritos a mostrar os leitores, como foi importante a criação de uma comarca própria e sua ampliação.

No sétimo capítulo ***“História da Igreja”*** o leitor encontrará o papel das religiões na formação da identidade do povo pinheirense. Como foram as vidas dos padres e pastores, suas lutas, seus desafios, suas vitórias e conquistas para levar a palavra de nosso Pai Celestial, Grande Arquiteto do Universo, aos mais longínquos contos da municipalidade. Nesta abordagem, ganha-se destaque, as Igrejas Católica Apostólica Romana e as protestantes, como a Assembleia de Deus e Presbiteriana.

“Os aspectos econômicos, cotidiano e trabalho” são tratados no capítulo 8, com enfoque nas atividades que preponderaram e preponderam em João Pinheiro. A princípio, as duas principais atividades econômicas exercidas na região foram a garimpagem de diamantes e a pecuária bovina, mas podem ser destacados o extrativismo vegetal para se fazer carvão, algodão, artesanato e a tecelagem. Hoje o município vem se destacando pela produção de eucalipto e cana-de-açúcar, principalmente para produção de álcool.

No nono capítulo, ***“Tempo da memória: cotidiano e representação do trabalho partilhado em Sant’Ana dos Alegres”*** os autores mostram o cotidiano dos cidadãos. Como é a vida dos habitantes, quais são seus hábitos. Na cidade, o comércio e no tranquilo meio rural, a criação, a pescaria de subsistência e a vida sobre o “lombo de um cavalo”. No capítulo seguinte, o décimo, ***“Trabalho e identidade compartilhada: a volta para o meio rural”*** o

tema é a volta para o meio rural e como se dá esse processo.

Os autores buscaram demonstrar que a educação é o alicerce da grandeza das nações. Nenhuma nação prosperou significativamente sem que tenha assegurado desde os mais pobres até os mais ricos, condições efetivas de educação. Somente com uma boa formação haverá profissionais de qualidade prontos para competir e vencer nas relações econômicas. E não estamos falando se apenas criar programas assistencialistas que desvirtuam os propósitos iniciais ou que propiciam o surgimento de pessoas ociosas. É educação mesmo! Ali, com escola com estrutura adequada, com profissionais capacitados valorizados e que cobram dos alunos afinal, disciplina e hierarquia são indissociáveis de educação, basta olharmos os países europeus e asiáticos. Além é claro da participação da família, que hoje acham que a escola ou o Estado são os únicos responsáveis pela educação dos filhos e também a consciência e perseverança dos alunos ao estudar.

Pensando nesse aspecto tão importante da comunidade, o capítulo 11 *“Trabalho e educação: representações na memória de educadores e ex-alunos”* é dedicado ao trabalho e educação dos profissionais desta área e os ex-alunos, seus depoimentos e lembranças de um tempo onde eram muitos poucos os que podiam estudar e as circunstâncias eram difíceis. A memória de professores que lutaram contra tudo para desempenhar suas funções, os colégios famosos como o Grupo Presidente Olegário e o cotidiano dos educadores.

As festas são o momento de confraternização e alegre de qualquer povo. Em João Pinheiro elas são marcantes e no capítulo 12: *“As festas e o festar em João Pinheiro”* os autores mencionam a tão famosa festa do algodão, de 1965, com rico arquivo iconográfico sobre as candidatas a rainha do algodão e as fotos das vencedoras dos concursos. As festas religiosas, como as dos Santos Católicos, as festas juninas e tantas outras festividades sempre marcadas com abundância de comida e bebidas. Os desfiles, as bandas, os músicos. A festa de exposição, que outrora fora tão importante para os jovens pinheirenses.

O homem que não tem orgulho da terra aonde vem, não merece aplausos na terra aonde vai. Só com a preservação do passado, sabemos como lidar com o presente e nos prepararmos para o futuro. Esta obra além de ser sobre nossa querida cidade é também contada por pinheirences, seja se nascimento ou de coração. A cultura é maior tesouro de uma nação e os quem tem poder de agir para preserva-la, também tem a responsabilidade de agir assegurando ao povo, o sagrado direito de passar para as gerações vindouras seus experiências e decidir seus caminhos, seus destinos, seu futuro. É com entusiasmo que convido o leitor e mergulhar nos rios de lembranças dos depoentes, na vastidão de fotos nas *“Histórias e Memórias”* de nossa João Pinheiro, *“cidade fácil de ser amada e difícil de ser esquecida”*.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 15 e 20 laudas e os ensaios entre 20 e 30 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

- 1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
- 2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
- 3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence(m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
- 4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
- 5) Palavras – chave (máximo de cinco);
- 6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
- 7) Keywords;
- 8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista Humanidades e Tecnologia. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Saquet, 2000) ou (Saquet, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: “Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...”.
- 9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. **Título da obra**. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto.

- A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). **Título do livro.** Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org). **Paisagem território região:** em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico,** local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. **Faz Ciência,** Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. **Título da tese** (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):** uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
- 10) Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.

Artes Gráficas
Paracatu



PRAÇA GOV. MAGALHÃES PINTO, 295

CENTRO - PARACATU - MG

TEL.: (38) 3671-2760

E-mail: graficaptu@gmail.com